

**As Representações Sociais dos Educadores de
Infância Sobre a Supervisão Pedagógica**
Um estudo de caso no Concelho de Câmara de Lobos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marisol Pestana Pestana

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

Setembro | 2011

UMa

Rep

T/M Urea

37

PES REP

69933

**As Representações Sociais dos Educadores de
Infância Sobre a Supervisão Pedagógica**
Um estudo de caso no Concelho de Câmara de Lobos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marisol Pestana Pestana

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

ORIENTAÇÃO
Liliana Maria G. Rodrigues de Góis

Agradecimentos

Para a realização desta investigação agradeço em especial a algumas pessoas, pelo acompanhamento constante que dedicaram ao longo da investigação.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela sua presença em todos os momentos.

Agradeço de modo particular à Professora Doutora Liliana Rodrigues que aceitou orientar esta investigação, pela disponibilidade e confiança demonstradas durante todo o percurso e pelo conhecimento e análise crítica necessários ao aperfeiçoamento da dissertação, assim como pela sua amizade e preocupação constantes.

Agradeço à Universidade da Madeira pelo acolhimento.

Agradeço ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira que ofereceu as condições para desenvolver esta dissertação.

Agradeço a todos os professores do Mestrado que partilharam os mais diversos conhecimentos.

Agradeço a todos os colegas do Mestrado as sugestões dadas assim como a disponibilidade que sempre demonstraram para apoiar-me, em especial à Cristina Vasconcelos, Cristina Sá e Andreia Figueira.

Agradeço a todas as educadoras de infância do Concelho de Câmara de Lobos a disponibilidade na realização das entrevistas.

Agradeço aos directores de escola por terem facultado o material necessário à realização deste trabalho.

Agradeço ao amigo Professor Doutor Hélder Melim pelo apoio e sugestões dados para a realização deste trabalho.

Agradeço à Professora Doutora Regina Capelo pelo incentivo e apoio na realização do trabalho.

Agradeço aos meus meninos da sala das cores da EB1/PE das Romeiras pelo desafio constante no dia-a-dia.

Agradeço aos amigos do Campo de Trabalho que estiveram sempre presentes. Pela amizade, alegria, colaboração, incentivo, carinho, apoio e oração constantes. A todos eles por me terem ajudado a compreender o que é realmente importante na vida.

Agradeço aos amigos que me incentivaram e apoiaram no percorrer desta caminhada.

Agradeço aos meus pais, às minhas irmãs e ao meu cunhado que viveram de modo intenso esta fase comigo, numa partilha de preocupações assim como de entusiasmos, evidenciando sempre interesse, confiança e apoio total. Agradeço o facto de entenderem a minha presença tantas vezes ausente.

A todos os que contribuíram de forma directa ou indirecta para que este trabalho fosse possível.

Resumo

A presente investigação pretende conhecer as representações sociais dos educadores de infância do Concelho de Câmara de Lobos sobre a supervisão pedagógica. Propor-se identificar as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica, assim como o seu processo de formação e construção é uma tarefa complexa, mas que se reveste de significado no actual panorama educativo.

Pretende-se verificar se apesar da subjectividade das representações relativas à supervisão pedagógica, alguns deveres a cumprir, valores a transmitir, concepções e fins da supervisão pedagógica são pensados de forma idêntica.

A revisão bibliográfica contempla a abordagem da teoria das representações sociais de Moscovici. Esta permite identificar e compreender os conhecimentos interiorizados pelos educadores de infância descrevendo, deste modo, a sua visão do mundo, as suas crenças e valores acerca da supervisão pedagógica.

Tendo em conta o objecto de estudo e a sua natureza optou-se pelo estudo de caso como método. De forma a obter os dados necessários à consecução dos objectivos do estudo, tendo presentes as questões de pesquisa colocadas, utilizaram-se como técnicas de pesquisa a entrevista e a análise documental.

A análise dos resultados obtidos, através de cinco Projectos Educativos de Escola e de dezassete entrevistas, permitem concluir que existem algumas incertezas, medos e ambiguidades em relação à supervisão pedagógica, o que leva a acreditar que a mesma precisa ser aclarada e amplamente divulgada, no sentido de se acautelar a construção de juízos errados e de sentimentos negativos.

A abordagem qualitativa permitiu alcançar conhecimentos valiosos sobre uma problemática de investigação ainda insuficientemente explorada e explicada.

Palavras-chave: representações sociais, educadores de infância, supervisão pedagógica.

Abstract

The main purpose of the current investigation is to get to know the social representations of child educators about pedagogical supervision within the Borough of Câmara de Lobos. Not only it is set to identify the social representations of child education about pedagogical supervision, but also its process of formation and construction, which is a complex task. Nevertheless nowadays it has an important significance in our educative panorama.

Despite the subjectivity of the representations related to pedagogical supervision, this study wants to verify if some of the tasks to be performed, the values to be passed on, the conceptions and results of pedagogical supervision all shared the same thinking process.

The bibliographical reference includes Moscovici social representation theory. This theory allows to identify and understand how the child educators' inner knowledge is balanced with their perception of the world, their beliefs and values towards pedagogical supervision.

It was chosen the case study as a method, due to the object of study and its nature. On the other hand, documental analysis and interview were preferred as research technique to gather the necessary data.

After reading the results from the five School Educational Projects and 17 interviews, it is obvious the existence of some doubts, fears and ambiguities towards pedagogical supervision. Consequently pedagogical supervision will lead to wrong judgments and negative feelings if it is not clarified and widely spread.

This qualitative approach gave the opportunity to obtain precious knowledge about this topic which is still poorly studied and explained.

Keys words: social representation, child educators, pedagogical supervision.

Résumé

Cette recherche vise connaître les représentations sociales des éducateurs de jeunes enfants dans la municipalité de Câmara de Lobos sur la supervision pédagogique. Se proposer à identifier les représentations sociales des éducateurs de jeunes enfants sur la supervision pédagogique, ainsi que son processus de formation et de construction est une tâche complexe, mais qui est important dans l'actuel panorama éducatif.

Cette étude a l'intention de vérifier si, malgré la subjectivité des représentations concernant la supervision pédagogique, certains devoirs à remplir, valeurs à transmettre, conceptions et buts de la supervision pédagogique, sont conçus de manière identique.

La révision bibliographique considère l'abordage de la théorie des représentations sociales de Moscovici. Cela permet identifier et comprendre les connaissances intériorisées par les éducateurs de jeunes enfants, en décrivant leur vision du monde, leurs croyances et valeurs concernant la supervision pédagogique.

Compte tenu de l'objet de l'étude et sa nature, a été choisi l'étude de cas comme méthode. Afin d'obtenir les données nécessaires pour atteindre les objectifs de l'étude, en gardant les questions de recherche posées, ont été utilisées comme techniques de recherche l'analyse documentaire et l'entretien.

L'analyse des résultats obtenus, à travers de cinq projets éducatifs de l'école et de dix-sept entretiens, permettent conclure qu'il y a des incertitudes, des peurs et des ambiguïtés par rapport à la supervision pédagogique, ce qui conduit à croire qu'il est nécessaire clarifier et largement divulguer la supervision pédagogique afin de prévenir la construction de jugements faux et sentiments négatifs.

L'abordage qualitatif a permis obtenir connaissances valables sur une problématique d'investigation encore insuffisamment exploré et expliqué.

Mots-clés : représentations sociales, éducateurs de jeunes enfants, supervision pédagogique.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo conocer las representaciones sociales de los educadores infantiles en el municipio de Câmara de Lobos sobre la supervisión pedagógica. Se propone a identificar las representaciones sociales de los educadores infantiles sobre la supervisión pedagógica, así como su proceso de formación y construcción es una tarea compleja, pero que es de importancia en el panorama educativo actual.

Se pretende comprobar que a pesar de la subjetividad de las representaciones relativas a la supervisión pedagógica, algunos deberes para cumplir, valores para transmitir, ideas y propósitos de la supervisión pedagógica están pensados de forma idéntica.

La revisión bibliográfica considera el enfoque de la teoría de las representaciones sociales de Moscovici. Esta permite identificar y comprender los conocimientos interiorizados por los educadores infantiles, describiendo, de este modo, su visión del mundo, sus creencias y valores acerca de la supervisión pedagógica.

Teniendo en cuenta el objeto de estudio y su naturaleza fue elegido el estudio de caso como método. Para obtener los datos necesarios para alcanzar los objetivos del estudio, teniendo presentes las cuestiones de investigación planteadas, fueron utilizadas como técnicas de investigación el análisis documental y la entrevista.

El análisis de los resultados obtenidos a través de cinco proyectos educativos de escuela y de diecisiete entrevistas, permiten concluir que existen algunas incertidumbres, miedos y ambigüedades en relación con la supervisión pedagógica, lo que lleva a creer que es necesario aclarar y ampliamente divulgar la supervisión pedagógica, para precaver la construcción de juicios errados y sentimientos negativos.

El enfoque cualitativo permitió obtener valiosos conocimientos sobre una problemática de investigación todavía insuficientemente explorada y explicada.

Palabras clave: representaciones sociales, educadores infantiles, supervisión pedagógica.

Índice

| | |
|---|------|
| Agradecimentos | i |
| Resumo | iii |
| Abstract..... | iv |
| Résumé | v |
| Resumen | vi |
| Índice de gráficos..... | x |
| Índice de ilustrações | xi |
| Índice de tabelas | xii |
| Índice de quadros..... | xiii |
| Siglas utilizadas | xiv |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – fundamentação teórica..... | 6 |
| 1. As representações sociais | 6 |
| 1.1. O aparecimento e a evolução do conceito de representação social..... | 6 |
| 1.2. O campo do conceito de representação social | 7 |
| 1.2.1. A representação como uma construção de um objecto e como expressão de um sujeito | 7 |
| 1.2.2. A representação como representação social | 9 |
| 1.2.3. As representações sociais como problema social e objecto de investigação | 12 |
| 1.3. A formação das representações sociais | 13 |
| 1.3.1. Processos sociocognitivos | 13 |
| 1.3.1.1. A objectivação | 13 |
| 1.3.1.2. A ancoragem..... | 15 |
| 1.3.2. Factores sociais..... | 17 |
| 1.4. As funções das representações sociais | 18 |
| 2. A supervisão pedagógica | 19 |

| | |
|---|----|
| 2.1. O aparecimento e a evolução do conceito de supervisão pedagógica..... | 19 |
| 2.2. Obstáculos à supervisão pedagógica..... | 29 |
| 3. O supervisor pedagógico | 32 |
| 3.1. Conceito de supervisor pedagógico | 32 |
| 3.2. As competências e o conhecimento profissional do supervisor pedagógico | 35 |
| 3.3. A relação supervisor pedagógico/ supervisionado..... | 40 |
| 4. O papel da supervisão pedagógica para a inovação nas escolas..... | 43 |
| Capítulo II – Metodologia de pesquisa..... | 51 |
| 1. Problema..... | 51 |
| 2. Questões de investigação..... | 52 |
| 3. Objectivos do estudo..... | 53 |
| 4. Localização do estudo..... | 53 |
| 4.1. Caracterização das escolas do 1º CEB com pré-escolar em Câmara de Lobos ... | 55 |
| 5. Sujeitos da investigação..... | 55 |
| 6. Método e técnicas de pesquisa..... | 57 |
| 6.1.Método de pesquisa | 57 |
| 6.2. Técnicas de pesquisa..... | 61 |
| 6.2.1. A entrevista | 62 |
| 6.2.2. Análise documental | 67 |
| 6.3. Análise e interpretação dos dados..... | 69 |
| 6.3.1. Entrevistas | 69 |
| 7. Limites do estudo..... | 73 |
| Capítulo III – Análise e interpretação dos resultados da investigação | 75 |
| 1. Dados recolhidos nas entrevistas | 75 |
| 1.1. Escolas do 1º CEB do Concelho de Câmara de Lobos | 75 |
| 1.2. Perfil dos entrevistados | 77 |
| 1.3. Classe discente | 80 |

| | |
|---|-----|
| 1.4. Meio socioeconómico e cultural | 82 |
| 2. Cruzamento dos dados | 85 |
| Capítulo IV – Conclusões finais | 110 |
| Referências bibliográficas | 121 |
| ANEXOS | 130 |
| Anexo 1 - Pedido de autorização | 131 |
| Anexo 2 - Autorização concedida | 132 |
| Anexo 3 - Guião da entrevista | 133 |
| Anexo 4 - Consentimento informado | 137 |
| Anexo 5 - Protocolos das entrevistas..... | 138 |
| Anexo 6 - Quadro de categorização e de classificação – Análise de conteúdo das entrevistas | 241 |
| Anexo 7 - Grelha de análise de conteúdo das entrevistas (leitura vertical)..... | 245 |
| Anexo 8 - Quadro de classificação e de categorização – Análise de conteúdo documental | 296 |
| Anexo 9 - Grelha de análise documental..... | 297 |
| Anexo 10 - Dados das escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos | 303 |
| Anexo 11 - Perfil dos entrevistados das escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos | 308 |
| Anexo 12 - Análise de conteúdo das subcategorias avaliação global do grupo de crianças e meio sócio económico e cultural (leitura vertical) | 318 |

Índice de gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1: Distribuição das instituições por freguesia (%)..... | 303 |
| Gráfico 2: Distribuição dos educadores por freguesia (%)..... | 304 |
| Gráfico 3: Distribuição dos educadores por instituição (%)..... | 306 |
| Gráfico 4: Distribuição dos alunos por instituição (%)..... | 307 |
| Gráfico 5: Distribuição dos entrevistados por género (%)..... | 308 |
| Gráfico 6: Distribuição dos entrevistados por classe etária (%)..... | 309 |
| Gráfico7: Habilitações académicas dos entrevistados (%)..... | 310 |
| Gráfico 8: Tempo de serviço dos entrevistados por classes (%)..... | 311 |
| Gráfico 9: Percurso profissional dos entrevistados (%)..... | 312 |
| Gráfico 10: Situação profissional dos entrevistados (%)..... | 313 |
| Gráfico 11: Desempenho de cargos por parte dos entrevistados (%)..... | 314 |
| Gráfico 12: Distribuição dos entrevistados por tipo de ensino onde desempenharam o cargo de direcção (%)..... | 315 |
| Gráfico 13: Distribuição dos entrevistados por período de tempo em que desempenharam o cargo de direcção (%)..... | 316 |
| Gráfico 14: Formação dos entrevistados na área da supervisão pedagógica (%)..... | 317 |

Índice de ilustrações

| | |
|---|---|
| Figura 1: Moscovici, 1984, p. 62 (citado por Vala, 2002, p. 559) | 8 |
|---|---|

Índice de tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Frequência associada à localização das instituições..... | 303 |
| Tabela 2: Total de educadores por freguesia..... | 304 |
| Tabela 3: Total de educadores por instituição..... | 305 |
| Tabela 4: Total de alunos por instituição..... | 306 |
| Tabela 5: Frequência associada ao género..... | 308 |
| Tabela 6: Frequência associada à idade dos entrevistados..... | 308 |
| Tabela 7: Frequência associada às habilitações académicas dos entrevistados..... | 309 |
| Tabela 8: Frequência associada ao número de anos de tempo de serviço dos entrevistados..... | 310 |
| Tabela 9: Frequência associada percurso profissional dos entrevistados..... | 311 |
| Tabela 10: Frequência associada à situação profissional dos entrevistados..... | 312 |
| Tabela 11: Frequência associada a desempenho de outros cargos dos entrevistados para além de educador de infância..... | 313 |
| Tabela 12: Frequência associada ao tipo de ensino onde os entrevistados desempenharam o cargo de direcção..... | 314 |
| Tabela 13: Frequência associada ao período de tempo em que os entrevistados desempenharam o cargo de direcção..... | 315 |
| Tabela 14: Frequência associada à formação dos entrevistados na área da supervisão pedagógica..... | 316 |

Índice de quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Dados relativos às escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos (leitura horizontal)..... | 76 |
| Quadro 2: Dados relativos aos entrevistados (leitura horizontal)..... | 78 |
| Quadro 3: Dados relativos à classe discente (leitura horizontal)..... | 81 |

Siglas utilizadas

C= Contratado

D1 = Documento 1

D2 = Documento 2

D3 = Documento 3

D4 = Documento 4

D5 = Documento 5

E.Pr = Ensino Privado

E. Pu = Ensino Público

E1 = Entrevista 1

E2 = Entrevista 2

E3 = Entrevista 3

E4 = Entrevista 4

E5 = Entrevista 5

E6 = Entrevista 6

E7 = Entrevista 7

E8 = Entrevista 8

E9 = Entrevista 9

E10 = Entrevista 10

E11 = Entrevista 11

E12 = Entrevista 12

E13 = Entrevista 13

E14 = Entrevista 14

E15 = Entrevista 15

E16 = Entrevista 16

E17 = Entrevista 17

F1= Freguesia 1

F2= Freguesia 2

F3= Freguesia 3

F4= Freguesia 4

F5= Freguesia 5

I1= Instituição 1

I2= Instituição 2

I3= Instituição 3

I4= Instituição 4

I5= Instituição 5

I6= Instituição 6

I7= Instituição 7

I8= Instituição 8

I9= Instituição 9

I10= Instituição 10

I11= Instituição 11

I12= Instituição 12

I13= Instituição 13

I14= Instituição 14

I15= Instituição 15

I16= Instituição 16

I17= Instituição 17

Km² = Quilómetro quadrado

Nº = Número

C= Contratado

QE= Quadro de Escola

QZP= Quadro de Zona Pedagógica

1º CEB = Primeiro Ciclo do Ensino Básico

Os sonhos são projectos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas.

(Freire, 2000, p. 54).

Introdução

Este trabalho subordinado ao tema “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica – um estudo de caso no Concelho de Câmara de Lobos” tem como objectivo conhecer as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

A pertinência do estudo situa-se numa época em que muito se fala de supervisão pedagógica, daí pretender-se aferir as representações sociais relativamente a esta temática. Não surpreende que esta seja uma temática à volta da qual se continuam a levantar as mais variadas questões.

De entre as questões destacam-se, como pertinentes para o presente estudo, as questões relacionadas com a supervisão pedagógica, nomeadamente, como é que os educadores de infância concebem a supervisão pedagógica, no que concerne ao seu conceito, ao objectivo, ao plano de aplicação e aos obstáculos no processo supervisivo; o modo como é percebido o supervisor pedagógico, quanto às competências e aos conhecimentos que deve possuir, assim como as suas funções e relação que estabelece com o docente supervisionado; e as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Em particular, estabelecem-se como objectivos específicos do presente estudo analisar o processo de formação e de construção das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica; e verificar se apesar da subjectividade das representações relativas à supervisão pedagógica, alguns deveres, princípios, valores, concepções e fins da supervisão pedagógica são pensados de forma idêntica.

Para ajudar a atingir os objectivos supracitados recorreu-se à teoria das representações sociais de Moscovici, justificando-se esta opção pelo facto desta teoria adequar-se ao propósito estabelecido para o presente estudo. Esta possibilita a identificação e compreensão dos conhecimentos interiorizados pelos sujeitos da investigação descrevendo, desta forma, a sua visão do mundo, as suas crenças e valores relativamente à supervisão pedagógica.

De salientar que de acordo com as definições do Dicionário Universal da Língua Portuguesa (Machado, 1981) os conceitos de supervisão pedagógica, de supervisor pedagógico e de supervisionar induzem a um leque de interpretações. Assim, o conceito de supervisão pedagógica guia para o acto de dirigir, orientar ou inspeccionar; o

conceito de supervisionar encaminha para os actos de direcção, orientação ou de inspecção; e o conceito de supervisor pedagógico aparece como aquele que dirige, orienta ou inspecciona numa posição superior e, ainda, como aquele que aconselha.

Perante a diversidade semântica dos conceitos mencionados perspectiva-se que a supervisão pedagógica vai desde as formas directivas (inspecção) e passa pelas formas que facultam a orientação e o aconselhamento.

Sabe-se que, como referem Alarcão & Roldão (2010), em Portugal, no âmbito da supervisão pedagógica, são muitos os estudos acerca da supervisão na formação inicial, contudo são quase inexistentes os estudos acerca da supervisão pedagógica no que respeita à formação contínua. Daí não é de estranhar que os docentes apresentem algumas indefinições relativamente à supervisão pedagógica e que as dúvidas que a temática suscita não estejam suficientemente esclarecidas.

As autoras supracitadas mencionam o projecto PROCUR, coordenado pela Escola Superior de Educação de Portalegre e cujos resultados auferidos revelam que: a supervisão pedagógica é um ambiente de formação que estimula e visa o apoio e a regulação do desenvolvimento dos docentes através do feedback, do questionamento, do apoio/encorajamento, das sugestões/reclamações, das sínteses/balanços e dos esclarecimentos.

No presente caso, o estudo insere-se no sentido de aferir as representações sociais dos sujeitos da investigação sobre a supervisão pedagógica. De referir que o objecto de análise do estudo é então as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica que, com ou sem formação na área da supervisão pedagógica, expressarão os seus sentimentos e formas de pensar relativamente às questões de investigação.

Cientes de que o mundo vive uma época de transformações e que com elas aparecem a incerteza e a falta de tranquilidade e tal como Freire (1997, p. 30) afirma “pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”. Parece consensual o pensamento de que é inevitável uma mudança no que concerne à escola e ao sistema educativo subjacente, nomeadamente nos aspectos das concepções e das filosofias. Tal acontece pelo facto de se assistir a uma luta poderosa e dinâmica entre a modernidade e a pós modernidade, isto é, a sociedade contemporânea depara-se com um processo de evolução contínuo de transformações, sendo necessário equacionar as mudanças na educação em torno do avanço tecnológico.

Na escola, os docentes constituem os principais agentes da mudança. A actividade docente constituirá o reflexo das transformações que ocorrem a nível social, cultural, económico e político. O ensino recebe influências de diversos factores, sendo eles: económicos, políticos, concepções ideológicas, religiosas, morais, avanços tecnológicos e científicos e, neste momento, a educação têm de ser concebida para preparar os indivíduos para viver num presente fluído e um futuro inconstante. A este propósito Freire (1997) é apologista de uma mudança em educação que deverá ser tão actual quanto a tecnologia, uma vez que a escola deve estar à altura do seu tempo. Neste sentido, o docente não poderá ficar indiferente mantendo-se como está e onde está, só por ser mais fácil e cómodo.

“A directividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. A impossibilidade de ser neutra não tem nada que ver com a arbitrária imposição que faz o educador autoritário a seus educandos de suas opções” (Freire, 1993, p. 37). Deve-se ter em mente que uma educação sem qualquer preocupação sobre o que se está a ensinar não é certamente uma pedagogia crítica. O docente precisa questionar-se constantemente acerca do sentido do que está a fazer.

São bem evidentes os apelos para mudar algo na educação e a supervisão pedagógica poderá e deverá contribuir para tal desafio. Como nos refere Caseiro (2007, p. 1), a supervisão pedagógica insere-se num “novo paradigma de intervenção e acção docente” e dela fazem parte conceitos como “missão, finalidades, competências, estratégias, responsabilidade e co-responsabilidade, monitorização, avaliação, gestão do currículo e gestão da qualidade”.

O desafio passa por preparar os docentes como vectores de mudança dos contextos em que se insere. É neste sentido que se perspectiva a supervisão pedagógica assente numa orientação da prática por alguém, em princípio, mais experiente e informado (Alarcão e Tavares, 1987) visando contribuir para a promoção do desenvolvimento profissional e pessoal dos docentes, assim como das escolas.

A tão complexa tarefa da supervisão pedagógica centra-se no supervisor pedagógico que deverá ser capaz de actuar perante os diversos contextos. Para tal são-lhes exigidos competências e conhecimentos de modo a melhor desempenhar as funções supervisivas. Neste sentido, o supervisor pedagógico deverá ser uma pessoa inteligente, experiente, responsável, disponível, com uma visão superior, ser capaz de criar uma atmosfera afectivo-relacional positiva, assentes na entajuda, abertura, espontaneidade

e empatia assim como cultivar uma prática reflexiva de constante questionamento dos resultados.

Torna-se, pois, fundamental que a formação do supervisor pedagógico implique, acima de tudo, desenvolver nos docentes as seguintes capacidades e atitudes: espírito de auto-formação; capacidade de identificar, aprofundar, mobilizar e integrar os conhecimentos subjacentes ao exercício da docência; capacidade de resolver problemas e tomar decisões; capacidade de experimentar e inovar numa dialéctica teoria-prática; capacidade de reflectir e de fazer críticas e auto-críticas, de modo construtivo; consciencialização da responsabilidade que cabe ao professor relativamente ao sucesso dos seus alunos; entusiasmo pela profissão e empenhamento nas tarefas; e capacidade de trabalhar com os elementos envolvidos no processo educativo (Alarcão e Tavares, 2003). Por conseguinte, torna-se imperativo que o supervisor pedagógico tenha formação na área da supervisão pedagógica, de modo a garantir o domínio de saberes científicos de referência.

São estes os pressupostos da pesquisa que se desenvolverá e que, como já foi referido, tem como objectivo geral conhecer as representações sociais dos educadores de infância do Concelho de Câmara de Lobos sobre a supervisão pedagógica.

A fundamentação teórica desta investigação encontra-se organizada em quatro pontos. Apresentam-se então no capítulo I, o ponto 1 que faz uma abordagem ao aparecimento e à evolução do conceito de representação social, relativamente à representação como uma construção de um objecto e como expressão de um sujeito, à representação como representação social e às representações sociais como problema social e objecto de investigação. Serão expostos os mecanismos de formação das representações sociais com base nos processos sociocognitivos (ancoragem e objectivação) e nos factores sociais. Por fim, faz-se alusão às funções das representações sociais. O ponto 2 deste capítulo tem como tema central a supervisão pedagógica, fazendo-se referência ao aparecimento, à evolução do conceito de supervisão pedagógica e reflecte-se sobre os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica. O ponto 3 desenvolve-se em torno do supervisor pedagógico, nomeadamente no que diz respeito ao conceito, às competências e ao conhecimento profissional do supervisor pedagógico e à relação entre o supervisor pedagógico e o supervisionado. No ponto 4 faz-se uma reflexão sobre o papel da supervisão pedagógica para a inovação nas escolas.

No capítulo II aborda-se a metodologia de pesquisa, referindo-se o problema, as questões de investigação, os objectivos de estudo, a localização do estudo, os sujeitos da investigação, o método e as técnicas de pesquisa, a análise e a interpretação dos dados e os limites do estudo. De referir que optou-se pelo estudo de caso como método e pela análise documental e entrevista como técnicas de pesquisa.

No capítulo III é feita a análise e a interpretação dos resultados obtidos. No ponto 1, apresentam-se os dados recolhidos nas entrevistas relativamente às escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos, ao perfil dos entrevistados, à classe discente e ao meio socioeconómico e cultural em que se desenvolve a investigação. Posteriormente, faz-se o cruzamento dos dados procurando-se dar uma visão holística dos dados obtidos.

No capítulo IV apresentam-se as conclusões finais resultantes da reflexão sobre todo o processo de investigação desenvolvido, assim como as recomendações para futuros estudos, que se afigurem como pertinentes.

Concluída a investigação, pretende-se que a mesma abra espaço para a reflexão sobre a supervisão pedagógica. Também se pretende que esta possa contribuir para uma maior compreensão da supervisão pedagógica por parte dos docentes e que esta compreensão lhes permita apoiá-los de modo mais construtivo na prática docente, visando a melhoria e a inovação no ensino.

O trabalho será realizado com a preocupação de tornar mais claros alguns dos conceitos ligados à supervisão pedagógica, de tal modo que possa contribuir para uma melhor compreensão do acto supervisoivo. Urge a reflexão como base fundamental ao processo de supervisão pedagógica e essa reflexão implica “a imersão consciente do homem no mundo da sua experiência, num mundo carregado de conotações, valores, intercâmbios simbólicos, correspondências afectivas, interesses sociais e cenários políticos” (Pérez-Gomes, 1992, p.103).

Capítulo I – fundamentação teórica

1. As representações sociais

1.1. O aparecimento e a evolução do conceito de representação social

O conceito de representação social apareceu pela primeira vez em 1961 com Moscovici, quando este publicou a sua tese de doutoramento intitulada “A Psicanálise – sua imagem e seu público”. Neste trabalho aborda a natureza do pensamento social com alusão à Psicanálise, realçando como se constituem e como funcionam as representações sociais. É lançada uma problemática específica, de como é que o homem consome, transforma e utiliza uma teoria científica, e uma problemática geral, de como é que o homem constrói a realidade. Com base nas problemáticas referidas, Moscovici aborda o conceito de representação social.

Refira-se que é no campo da sociologia que aparece pela primeira vez, em 1898, com Durkheim, uma noção semelhante à de representação social – representações colectivas. Para Durkheim a vida em sociedade é formada principalmente por representações, sendo estas de carácter colectivo, que embora se possam comparar às representações individuais são diferentes e exteriores a estas. As representações colectivas são encaradas como uma produção social que se impõem aos sujeitos como força exterior, servindo a coesão social e apresentando-se como um fenómeno diverso. As representações colectivas vistas como formas estáveis de compreensão colectiva e exteriores à consciência individual deram lugar às representações sociais, pois houve a necessidade de associar as representações entre o mundo individual e o mundo social, associando-as à sociedade que se modifica (Negreiros, 1995).

Na sequência do que foi dito precedentemente, Moscovici recuperou o conceito de representações colectivas usado por Durkheim, em 1898, e renovou-o. As representações colectivas deram lugar às representações sociais porque por um lado, tornou-se imprescindível ter em conta a diversidade de origem quer nos indivíduos quer nos grupos e, por outro lado, tornou-se necessário afastar o assento sobre a comunicação que possibilita aos indivíduos tender de tal modo que uma coisa individual pode converter-se em social e vice-versa. Reconhecendo-se que as representações são criadas e obtidas é colocado de parte o facto de serem vistas como algo pré-estabelecido e estático. A necessidade de fazer com que a representação funcionasse como uma

transição entre o mundo individual e o mundo social, associada à óptica de uma sociedade que se vai transformando origina a alteração de representações colectivas para representações sociais. Trata-se de perceber não o que é tradicional mas o que é inovação (Moscovici, 2003).

Entende-se que as representações sociais sustentam-se nas teorias científicas, na cultura, nas ideologias, nas experiências e nas comunicações do dia-a-dia. Revela-se pertinente mencionar que a representação social aparece como algo que é elaborado e partilhado socialmente, com o objectivo de contribuir para a construção de uma realidade comum a um dado conjunto social.

Conclui-se que o conceito de representação social, enquanto conceito universal e particular leva a que seja problemática a sua utilização. No ponto seguinte explicitar-se-á o campo do conceito de representação social.

1.2. O campo do conceito de representação social

O conceito de representação social reveste-se de enorme importância na presente investigação, pois será a partir da teoria das representações sociais que se realizará o trabalho empírico. Começar-se-á por abordar os níveis de análise referentes ao conceito de representação, para posteriormente, passar-se à especificidade das representações sociais.

1.2.1. A representação como uma construção de um objecto e como expressão de um sujeito

De acordo com Vala (2002), as representações podem ser vistas como um reflexo do mundo exterior sendo que esta reprodução mental do mundo e dos outros constituem o resultado de processos psicológicos.

Poder-se-á encarar a representação como uma construção e não como uma reprodução. Refira-se que é este o estatuto que Moscovici confere ao conceito de representação e no qual se incrementa o conceito de representação social.

Enunciar-se-á outra questão, o lugar da representação perante o estímulo e a resposta. No modelo S-O-R subentende que a representação é uma mediação entre o

estímulo e a resposta. Durante vários anos houve um consenso quanto a esta posição, contudo os avanços da psicologia levaram ao pressuposto da representação que é expresso no modelo O-S-O-R, isto é, a representação não é apenas uma mediação mas um factor constituinte do estímulo e modelador da resposta, uma vez que domina todo o processo. Assim, a representação social enquanto processo de construção da realidade age sobre o estímulo e a resposta, tendo sido esta posição desenvolvida por Moscovici desde 1961, assumindo-se a representação como uma variável independente (figura 1).

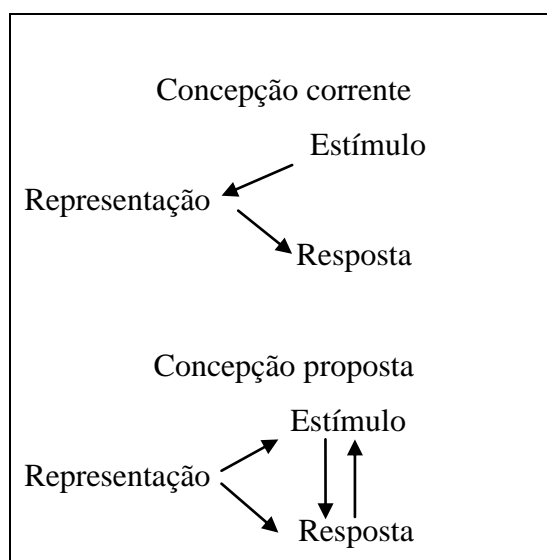


Figura 1: Moscovici, 1984, p. 62 (citado por Vala, 2002, p. 459)

A representação constitui a representação de alguma coisa, exprimindo a relação de um indivíduo com um objecto, envolvendo uma actividade de construção e de simbolização. Nesta ideia de representação está implícita a concepção de Piaget, de um sujeito que é autor e actor, em que a representação constitui a expressão de um dado sujeito. Deste modo, a representação não constitui um reflexo de um objecto, mas sim o produto existente entre a actividade mental do sujeito e as relações que estabelece com o objecto (Abric, 1987, citado por Vala, 2002).

Refira-se que a representação reveste-se de um carácter interno e subjectivo, relacionando-se menos directamente com o objecto e dependendo mais da vontade e da actividade do sujeito. A representação difere da percepção, pois a percepção alude para uma realidade exterior e objectiva, relacionando-se mais directamente com o objecto. A percepção como uma construção mental está sujeita a erros uma vez que “ (...) a uniformidade e a coerência dos nossos julgamentos mostram precisamente a possibilidade do engano. A possibilidade do engano só acontece perante a revisão dos

conceitos e não dos objectos” (Rodrigues, 2008a, p. 211). Deste modo, as impressões que temos, assim como o que pensamos são formadas a partir de estruturas assentes numa “representação social de pessoa” (Paicheler, 1999, p. 402).

No ponto que se segue tentar-se-á clarificar o conceito de representação social.

1.2.2. A representação como representação social

Uma representação social é definida por Moscovici (1976, p. 13) como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Assim, as representações sociais constituem-se como um instrumento que orienta a percepção das diversas situações da vida dos sujeitos e dos grupos, assim como orienta a forma de elaborar as respostas. É um instrumento que serve para categorizar os indivíduos e os seus comportamentos, apresentando-se como algo que vai para além da percepção, da disposição de opiniões, das atitudes, dos pensamentos e como reflexo de uma ideologia.

O autor supracitado entende que as representações sociais instituem-se como uma forma de conhecimento particular da nossa sociedade e que não é redutível a outra qualquer forma de conhecimento. Deste modo, evidencia-se o carácter de irredutibilidade assim como a diferença com qualquer outra forma de pensamento social nomeadamente, as ideologias, a ciência e os mitos.

Na perspectiva de Rodrigues (2008a, p. 213) a representação social constitui:

Um modo de compreensão na possibilidade. É como se efectivamente soubéssemos a que é que isso corresponde na realidade. Como se ocorresse uma efectiva apropriação sobre isso que nos dispusemos a aprender, a conhecer. A partir de uma unidade temos a ideia do todo.

Acrescente-se que como nos refere Kant (1989, p. 79):

É-nos completamente desconhecida a natureza dos objectos em si mesmos e independentemente de toda esta receptividade da nossa sensibilidade. Conhecemos somente o nosso modo de os perceber, (...) nem o mais claro conhecimento dos fenómenos, único que nos é dado, nos proporcionaria o conhecimento do que os objectos podem ser em si mesmos.

De acordo com Rodrigues (2008a) diante uma mesma situação o comportamento e a interpretação dos sujeitos diferem no caso de a representação for favorável ou não favorável. Significa que a sua performance depende da maneira como o sujeito constitui as suas representações. A representação incide de forma directa sobre a conduta social assim como sobre a estrutura de um grupo.

Interpreta-se e pensa-se o dia-a-dia, através das representações sociais que se modificam numa vertente de conhecimento social. Deste modo:

Contexto, comunicação, percepções, valores e ideologias marcam a vida do sujeito com os grupos e com as situações. Este conhecimento tem tanto de espontâneo como de ingénuo e é socialmente produzido e partilhado. Através dele interagimos e situamo-nos em relação aos outros, explicamos o mundo e a nós próprios (Rodrigues, 2008a, p. 214).

Trata-se de um conhecimento prático que transmite sentido “dentro de um incessante movimento social, a acontecimentos e actos” e que compõe “as evidências da nossa realidade consensual, participa na construção social da nossa realidade” (Jodelet, 1999, p. 473). As representações sociais regem a relação que se estabelece com o mundo e com os outros, guiam e criam as condutas.

As representações sociais revestem-se de grande importância na interacção dos grupos, uma vez que a representação social é construída pela interacção, sendo que a interacção é influenciada pela representação. No que concerne ao conteúdo da representação este está sujeito a alterações consoante a natureza das relações, apresentando-se a representação como justificação dessa natureza e antecipadora da evolução das relações. Deste modo, garante-se a especificidade dos grupos. As representações motivam alterações nas acções e nos juízos de cada indivíduo.

Muitas vezes menospreza-se o peso das situações e valoriza-se o peso da personalidade, utilizando-se aqui a ideia de erro fundamental. E:

Como explicar esse erro fundamental (...)? O mecanismo mais vezes invocado é o da heurística de ancoragem e de ajustamento. (...) Num primeiro momento, haverá uma

categorização de um comportamento (...) seguida, (...) de uma caracterização do autor desse comportamento. (...). Essas duas primeiras etapas correspondem à ancoragem: a etiqueta aposta ao comportamento reflecte-se na personalidade do autor. Virá em seguida a correcção, isto é, o ajustamento (...). O ajustamento seria no entanto insuficiente e daí o erro fundamental. A insuficiência resultaria de que, na vida de todos os dias, as pessoas não têm a motivação necessária, ou não dispõem dos recursos suficientes, para levarem à correcção até ao extremo. Avaliam os outros ao mesmo tempo que fazem dezenas de outras coisas. (...) As pessoas julgam quando dispõem de uma teoria apropriada. Isto é fácil de demonstrar quando não se dá nenhuma dissertação aos sujeitos da experiência (Leyens & Yzerbyt, 2008, pp.75-78).

Nesta linha de pensamento, existem por vezes experiências que prevalecem sobre a personalidade. Nas conversações é possível constatar que a experiência norteia o tipo de resposta a dar e até mesmo a não resposta. Existe uma adequação entre o que o investigador pede e aquilo que dá aos indivíduos para que estes tomem uma decisão, levando a que as pessoas se posicionem de modo a formular um juízo. As pessoas julgarão de forma espontânea em termos de personalidade. O indivíduo apreende as representações sociais visando um equilíbrio. As relações hierárquicas debilitam o equilíbrio que facilmente se projecta nas relações afectivas entre os sujeitos.

Aparece o senso comum e a distância deste, ou seja, a capacidade de olhar de forma crítica o senso comum para conseguir desconstruí-lo. Os dados ocultos do senso comum estão latentes e o processo de rotulação parece naturalizado, pois é grande parte das vezes elaborado de forma inconsciente. A rotulação constitui uma forma de controlo social, que visa a homogeneização social, eliminando a diversidade e garantindo a ausência de conflito. “Rotulámos porque precisamos de avaliar as nossas acções e as dos outros” (Rodrigues, 2008a, p. 218).

No dia-a-dia age-se tendo em conta as ideias preconcebidas de modo a que a interacção ocorra de modo eficaz. Assim:

Os pré-conceitos, as representações sociais, (...) [(...) mostra como é que a partir de inferências, muitas vezes erróneas, constituímos conhecimento] são determinados pelas nossas motivações e pelo nosso funcionamento cognitivo e neste sentido nós seleccionamos determinadas informações em detrimento de outras, conforme, e pedimos perdão pela expressão grosseira, *nos dá jeito* (Rodrigues, 2008a, p. 219).

Em suma, as representações sociais constituem-se como “teorias sociais práticas” (Vala, 2002, p. 462), apresentam-se como um saber prático (Jodelet, 2001) e

são organizadoras das relações simbólicas existentes os actores sociais (Doise, 1984). Visto como um modo de produção socialmente regulado e com uma funcionalidade de comunicação e de comportamento, as representações sociais têm sido motivo de interesse para a investigação.

1.2.3. As representações sociais como problema social e objecto de investigação

O conceito de representação social tem interessado vários psicólogos, sociólogos e antropólogos, estando-se na presença de um campo de investigação dirigido para as questões actuais. Com base na literatura, Vala (2002, p. 464) as questões actuais são agrupadas nas categorias que se seguem:

- A inscrição social e a natureza das representações sociais, enquanto fenómenos de cultura, de linguagem e de comunicação em estreita ligação com as estruturas sociais e as próprias representações sobre essas estruturas;
- Os conteúdos e a organização interna das representações sociais enquanto modalidade de conhecimento que envolvem um sujeito e um objecto, e as actividades de construção, expressão, interpretação e simbolização;
- A função social e a eficácia social das representações sociais, enquanto modalidades de conhecimento prático e instrumental;
- O estatuto epistemológico das representações sociais, enquanto conhecimento de senso comum, na sua dupla referência à ciência e a outras modalidades de conhecimento.

A concepção de representação social enquanto conteúdo e processo encaminha para um fenómeno psicossocial complexo, o que vai de encontro ao referido por Moscovici (1976, p. 39):

Se é fácil dar-mo-nos conta da realidade das representações sociais, não é fácil defini-las conceptualmente. Há muitas razões para que assim seja. Há razões históricas, de que se deverão ocupar os historiadores. E há razões não históricas que finalmente se reduzem a uma só: a sua posição mista, na confluência de conceitos sociológicos e psicológicos. É nesta confluência que teremos de nos situar.

Actualmente não existe uma noção precisa do conceito de representação social, mas uma variedade de definições polissémicas deste conceito. O que se tem verificado

no campo das representações sociais é que a produção das definições é feita tendo em conta os intentos de cada investigação. Refira-se, contudo, que essas definições incluem, na maior parte das situações, noções de natureza psicológica (crença, opinião e atitude) ou de natureza sociológica (ideologia, norma, cultura e valor).

Apresentado o fenómeno das representações sociais, interessa saber como se formam as representações sociais, assim como os factores que as sustentam e que estão na sua criação.

1.3. A formação das representações sociais

De acordo com Moscovici (2003) as representações sociais sustentam-se e formam-se com base nos processos sociocognitivos e nos factores sociais.

Nos processos sociocognitivos existem dois processos: a objectivação e a ancoragem.

1.3.1. Processos sociocognitivos

1.3.1.1. A objectivação

A objectivação é o processo por meio do qual se materializa um conceito ou o reproduz numa imagem. A objectivação está relacionada com o modo como se organizam os elementos que constituem a representação e o trajecto a partir da qual esses elementos ganham materialidade e compõem-se em expressões da realidade (Moscovici, 2003).

O trajecto supracitado compreende três momentos. Num primeiro momento, surge a construção selectiva em que aparecem as informações, as crenças e as ideias sobre o objecto da representação que comportam um processo de selecção e de descontextualização. Destaca-se aqui a formação de um todo coerente, envolvendo apenas uma parte da informação que é disponibilizada sobre o objecto seja útil.

O segundo momento da objectivação diz respeito à organização dos elementos, ou seja, à esquematização estruturante que consiste no facto das noções constituintes da representação se apresentarem organizadas de forma a estabelecerem um modelo de

relações estruturadas. Refira-se que na esquematização estruturante as relações existentes entre os conceitos revestem-se de uma extensão figurativa ou imagética, ou seja, cada elemento equivale a uma imagem, permitindo deste modo a materialização de uma palavra. A extensão figurativa permite a compreensão da etapa que se segue: a naturalização.

O terceiro momento do processo de objectivação é a naturalização. Esta aparece associada ao facto de no esquema figurativo reterem-se conceitos e relações, e estes aspectos organizam-se como categorias naturais e adquirem materialidade. O abstracto torna-se concreto, através da sua expressão em imagens e metáforas, assim como a percepção torna-se realidade. O senso comum aparece como antinomianalista, sendo que cada palavra equivale a um objecto, assim como cada imagem contém uma equivalência na realidade. Esta ideia é ilustrada por Rodrigues (2008 a, p. 216):

É o momento da objectivação em que materializamos pela palavra, quer dizer, é quando percepção e conceito se fundem e se dá corpo à conceptualização. É comum a concretização de uma noção imprecisa já que ocorre uma selecção e descontextualização dos dados teóricos. A compreensão destes elementos é dada por meio de uma coerência individual que é projectada como sendo natural e, por consequência, evidente.

No que concerne ao processo de objectivação, Moscovici (2003) salienta que este processo ostenta a particularidade de pressupor a existência de um ponto de chegada, a teoria psicanalítica, e um ponto de partida, a mesma teoria no senso comum. Deste modo, propor-se analisar o processo de objectivação baseia-se na identificação dos elementos que transmitem sentido a um dado objecto, a escolha de um conjunto de conceitos, assim como as relações entre esses conceitos (reconstrói-se um dado esquema), a figuração e as circunstâncias da sua naturalização. Deste modo, quando se estuda as relações existentes entre os elementos de uma dada representação já se está a analisar a sua objectivação.

De acordo com o autor supracitado, a objectivação é uma característica do pensamento social. É importante o papel da memória uma vez que a nossa experiência e as nossas ideias são invadidas pelas nossas experiências e pelas ideias já passadas.

1.3.1.2. A ancoragem

Moscovici (2003) ao referir-se à ancoragem encara-a como uma segunda categoria de processos que está em associação na formação das representações sociais. Assim sendo, a ancoragem é o processo que transforma o não familiar em familiar e está ainda associada aos processos através dos quais a representação estabelecida se converte como organizadora das relações sociais. É importante mencionar que cronologicamente a ancoragem precede a objectivação, mas por outro lado, localiza-se no seguimento da objectivação.

Precedendo a objectivação, a ancoragem diz respeito ao facto de que o tratamento de informação exige pontos de referência, ou seja, quando o sujeito pensa um objecto pode-se dizer que o universo mental deste não é uma tábua rasa, ao invés, é a partir de referências, de experiências e de pensamentos constituídos que o novo objecto será pensado.

A ancoragem no seguimento da objectivação refere-se aos processos de categorização que se exercem sobre a objectivação e as etapas envolvidas e, por outro lado, aborda a função social das representações. As representações sociais dão um vasto de significados que possibilitam a ancoragem da acção, dão sentido a comportamentos, a pessoas, a factos sociais, a grupos e a acontecimentos. Como nos aponta Vala (2002, p. 474) as representações sociais constituem “um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto”. Saliente-se que os fenómenos descritos a partir do conceito de ancoragem são próximos dos que sustentam o conceito de categorização. Conhecer algo é classificar e dar um nome, sendo isso que dá um sistema de categorização. Deste modo, as representações sociais constituem o quadro no qual ganham sentido os sistemas de categorização.

A ancoragem como categorização opera como “estabilizador do meio, como redutor de novas aprendizagens e de comportamentos inovadores” (Idem). A ancoragem conduz à produção de modificações nas representações que já se encontram estabelecidas e, neste sentido apresenta-se como um processo de simplificação do novo ao velho e reelaboração do velho tomando-o novo.

No que respeita ao estudo da ancoragem, numa primeira interpretação, a ancoragem reporta-se à assimilação de um objecto novo por outros objectos que já se encontram presentes no sistema cognitivo de cada sujeito. Refira-se que os objectos já presentes apresentam-se como âncoras que irão permitir a construção da representação

do objecto novo. Na ancoragem faz-se a inventariação das âncoras que suportam uma dada representação, modelando-se desta forma os conteúdos a nível semântico. Acrescente-se que a escolha das âncoras não é uma escolha neutra, obedece-se a mecanismos. Explicitar-se-ão de seguida as perspectivas subjacentes à análise do processo de ancoragem.

Uma das perspectivas que subjaz na análise do processo de ancoragem é proposta por Doise (1984). De acordo com este autor, consideram-se três tipos de ancoragem no processo das representações sociais, nomeadamente: as ancoragens psicológicas, as sociológicas e as psicossociológicas.

O estudo da ancoragem na perspectiva psicológica diz respeito às modelações de uma dada representação que acontecem a nível individual. Examinam-se as diferenças individuais, no que concerne a princípios e a valores ideológicos, que se reflectem no modo de estruturar as representações.

As ancoragens sociológicas estudam a relação existente entre os conteúdos de uma dada representação e as pertenças sociais, partindo-se da hipótese de que a existência de experiências comuns nos indivíduos de determinado grupo, inseridos no mesmo campo de relações sociais, origina representações análogas.

As ancoragens psicossociológicas inscrevem-se no domínio das relações sociais, ou seja, os conteúdos de uma dada representação situa-se de forma emblemática quanto às relações e às posições sociais, assim como as categorias de determinado campo social. Neste tipo de análise importa considerar a relação existente entre as representações sociais e as identidades sociais.

A outra perspectiva de análise da ancoragem das representações sociais funda-se no estudo dos contextos da comunicação. Os sistemas de comunicação constituem sistemas de relações sociais, podendo ser envolvidos nas ancoragens psicossociológicas. Coloca-se aqui a questão de que é possível o estabelecimento de modalidades que sustentam as diferentes representações, desde que considere que essas representações constituem modos de categorização ambíguos, não devendo ser objectivadas pois correm o risco de se destruírem do carácter heurístico.

Propor-se estudar as representações sociais a partir da ancoragem em sistemas de comunicação pode auxiliar na identificação do carácter hegemónico (polémico e consensual) e, por outro lado, na associação da construção das representações a processos comunicativos diferenciados.

1.3.2. Factores sociais

No que respeita aos factores sociais, pretendendo compreender uma representação, é preciso inseri-la na dinâmica social e vê-la como estabelecida pela estrutura da sociedade onde se insere, isto é, sob a forma de crenças, valores e referências históricas, que formam a identidade da própria sociedade são construídas as categorias que estruturam as representações sociais (Moscovici, 2003).

A estrutura social origina diferenciações e relações de dominação que se reflectirão na construção de representações sociais diferentes em relação a um mesmo objecto, quer pelo carácter selectivo quer pela influência da experiência pessoal estabelecida com o objecto de representação. As posições sociais (função social, posição e pertença de classe) originam experiências pessoais diversificadas.

As diferenciações sociais assentam em dois aspectos: as condições socioeconómicas e os sistemas de orientação (normas, valores, atitudes e motivações). As opiniões e as imagens são diferentes não só em função do grupo profissional como também das suas crenças, ideologia e valores. A multiplicidade das clivagens socioeconómicas e do quadro de normas e de valores é grande podendo ser associada à variedade de representações sobre um mesmo objecto, de acordo com as condições que afectam o aparecimento de uma representação social.

A especificidade das representações sociais contribui para a diferenciação social. As relações entre grupos delineiam as representações sociais, pois como refere Doise (1984) as relações entre grupos levam a que existam alterações adaptativas nas representações sociais e um aparecimento de comportamentos de discriminação pelo facto de se atribuírem características a outro grupo.

Na interacção dos grupos as representações sociais são essenciais, uma vez que:

A determinação da representação é criada pela interacção, mas a interacção sofre a influência da representação. O conteúdo das representações pode ser alterado pela natureza das relações, mas são aquelas primeiras que justificam essa natureza e que antecipam a evolução das últimas. É assim que fica salvaguardada a especificidade do grupo. Tais representações produzem transformações a nível de actos e de juízos individuais (Rodrigues, 2008a, p. 216).

De referir que as definições de representação social dadas pelos diferentes autores apontam para uma multifuncionalidade das representações sociais, aspecto que se foca no ponto seguinte.

1.4. As funções das representações sociais

As representações sociais intervêm na actividade cognitiva dos indivíduos. Importa ver até que ponto as representações são independentes da actividade cognitiva e como a determinam. Neste sentido, Moscovici (2003) põe em questão duas funções das representações sociais, referindo ao seu carácter convencionalizador e ao seu carácter prescritivo.

No carácter convencionalizador, as representações sociais convencionalizam que os objectos, os acontecimentos, as pessoas, dando-lhes uma forma final, colocando-as numa dada categoria como sendo um facto partilhado por um grupo de indivíduos. Deste modo, é possível conhecer o que representa o quê a partir das representações, da linguagem e da cultura, uma vez que se pensa através de uma linguagem, se organizam os pensamentos tendo em conta um sistema que está condicionado quer pelas representações quer pela cultura.

“Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções” (Moscovici, 2003, p. 35). Tal evidencia o carácter prescritivo das representações sociais, ou seja, as representações sociais impõem-se sobre o indivíduo de uma forma irresistível. De salientar que essa força surge como uma combinação de um sistema que está presente mesmo antes de se começar a pensar, e de algo que é tido como tradicional e estabelece o que deve ser pensado.

Neste sentido, quando se comunica argumenta-se, activam-se e discutem-se representações, mas tendo presente que:

Os indivíduos convergem para uma norma de compromisso, mesmo em coisas simples como olhar para um ponto luminoso do tamanho de uma cabeça de alfinete, numa sala totalmente às escuras, onde ninguém pode localizar com rigor a luz na medida em que não existe qualquer ponto de referência (Moscovici & Doise, 1991, p. 13).

De acordo com Vala (2002) a maioria dos comportamentos equivale às representações que se tem, de modo controlado ou automático, consciente ou inconsciente. Quando se fala das representações, como orientadoras dos comportamentos, faz-se referência aos comportamentos representacionais e colocam-se em evidência que as representações incluem “modos desejáveis de acção”, proporcionam que se constituía o significado de dado objecto e de dada situação no conjunto, permitindo atribuir sentido ao comportamento.

Compreender o que pensam os educadores de infância do Concelho de Câmara de Lobos acerca da supervisão pedagógica levou a escolher o referencial das representações sociais, como modo de entender as variáveis associadas ao pensamento dos educadores de infância, relativamente à supervisão pedagógica.

2. A supervisão pedagógica

2.1. O aparecimento e a evolução do conceito de supervisão pedagógica

A expressão supervisão em educação surgiu nos anos 30, contudo só se começou a vulgarizar na década de 50 nos EUA. Em Portugal, a aplicação da expressão supervisão foi introduzida por Alarcão e Tavares (1987, p.18) como “um processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional”.

É de referir que em 1987, a supervisão pedagógica encontrava-se limitada à orientação dos estágios dos professores em formação inicial.

Os conceitos de supervisão pedagógica, de supervisor pedagógico e de supervisionar induzem, sem dúvida, a uma ideia alargada e a um leque de interpretações que vão de encontro às definições encontradas no Dicionário Universal da Língua Portuguesa (Machado, 1981).

Deste modo, o conceito de supervisão pedagógica encaminha para o acto de dirigir, orientar ou inspeccionar. No que respeita ao conceito de supervisionar este remete para os actos de direcção, orientação ou inspecção, realizados por alguém numa posição superior. No que concerne ao conceito de supervisor pedagógico considera-se a

linha de pensamento referida atrás, quem supervisiona dirige, orienta ou inspecciona numa posição superior, mas além disto também aparece como aquele que aconselha.

Tendo em conta a diversidade semântica relacionada com os conceitos supracitados, percebe-se que as perspectivas da supervisão pedagógica vão desde as formas directivas, com cariz de inspecção, passando pelas formas que facilitam a orientação e o aconselhamento.

Perante esta dicotomia, torna-se evidente o surgimento de perspectivas de supervisão pedagógica diferentes e práticas igualmente distintas, com tendências marcadas “ora por objectivos e métodos vincadamente dirigistas e /ou inspectivos, ora por objectivos e métodos mais maleáveis, de orientação, com base mais no aconselhamento do que na verificação e na prescrição” refere Sá Chaves (2000, p. 125).

A autora supracitada problematiza o facto do acto de supervisão pedagógica se realizar a partir de uma visão superior e encara-o como a ideia de distância entre o supervisor pedagógico e o supervisionado, que possibilita a existência de uma abertura do campo de análise e a oportunidade de compreensão que se integra no contexto e no sistema educativo.

Na mesma linha de ideias, ao referir-se ao conceito de supervisão pedagógica, faz uma comparação entre a técnica da fotografia e a supervisão pedagógica, alertando para que não se tenha medo do prefixo “super” da palavra supervisão, destacando de modo positivo o distanciamento no processo supervívico. A expressão zoom é usada para passar a ideias de regulação necessária na construção de situação de distância que com situações de aproximação pode facilitar a reflexão. Neste sentido, o acto de supervisionar não é considerado como uma hierarquização de saberes e de poderes por parte de quem supervisiona.

Para Vieira (1993) o conceito de supervisão pedagógica origina algumas resistências no que diz respeito à sua aceitação, uma vez que está relacionado a termos usados noutras interpretações nomeadamente, “imposições”, “chefia”, “dirigismo” e “autoritarismo”.

Relativamente à ideia de supervisão pedagógica que subjaz em Portugal, Alarcão (1994) refere que esta pode estar associada ao uso do conceito nos EUA, sendo que este abarca uma dimensão pedagógica e administrativa, com ideias de controlo, inspecção e fiscalização.

Pelo referido anteriormente, é possível constatar que nos anos 90 deu-se uma aculturação da expressão supervisão pedagógica sendo possível distinguir dois sentidos,

por um lado, aparece a função de fiscalizar e, por outro lado, aparece a ideia de acompanhamento do processo de formação.

A abertura de cursos de mestrado, a publicação de artigos científicos e de livros veio relançar o tema da supervisão pedagógica. Em 1997, a publicação da legislação acerca da formação especializada incluiu a área da supervisão pedagógica nas necessidades de qualificar os professores para desempenhar determinadas funções educativas visando construir uma escola democrática, autónoma e de qualidade.

Em Portugal nos finais dos anos 90 assistiu-se a uma grande aderência a cursos de formação especializada, pós graduações na área da supervisão pedagógica, sem no entanto se encontrar bem definida a legislação no que concerne à qualificação para exercer as funções de supervisor pedagógico.

De acordo com Alarcão e Tavares (1987) o processo em que um professor mais experiente e informado orienta um outro professor no seu desenvolvimento profissional e humano pode fazer-se através da demonstração, da análise de conceitos, da reflexão, de problemas a resolver, de jogos de simulação e de actividades a executar. Desta definição relevam-se dois princípios importantes, nomeadamente, a ênfase no processo e a junção do desenvolvimento humano ao desenvolvimento profissional.

Também Oliveira-Formosinho (2002) denota a presença dos dois princípios supracitados na definição de supervisão pedagógica. Deste modo, a supervisão pedagógica aparece como um processo que apoia a formação, sendo que esta formação é uma aprendizagem contínua que abarca a pessoa em si, os seus saberes e as suas funções. A formação deverá ser feita com base numa acção-reflexão das práticas em contexto de sala de aula e da escola, sendo necessário o recurso de meios ajustados para o desenvolvimento da acção-reflexão das práticas, nomeadamente o observar, o agir, o planear, o dialogar, o reflectir e o avaliar. O processo de acção-reflexão promoverá o processo de aprendizagem e de desenvolvimentos dos alunos.

De facto, na perspectiva do autor, percebe-se a supervisão pedagógica como um apoio à formação, sendo que essa formação integra as dimensões do currículo, do processo de ensino-aprendizagem, da sala de aula, da escola, da sociedade e da cultura. Assim, a supervisão pedagógica é encarada como um processo que promove processos, ou seja, um processo de apoio ao processo de aprendizagem profissional do professor, que está ao serviço do processo de aprendizagem dos alunos.

No entender de Vieira (1993, p. 28) a supervisão pedagógica “no contexto da formação de professores, é uma actuação de monitorização sistemática da prática

pedagógica, sobretudo através de procedimentos de reflexão e de experimentação”. Ressaltam desta definição dois princípios cruciais, sendo estes, o carácter sistemático da monitorização da prática e a alusão aos meios que sustentam a supervisão pedagógica como um processo, isto é, a reflexão e a experimentação, sendo que estas conduzirão à aprendizagem profissional.

A supervisão pedagógica no processo de formação é encarada por Sá Chaves (2000, p. 75) como:

Uma prática acompanhada, interactiva, colaborativa e reflexiva que tem como objectivo desenvolver no candidato a professor o quadro de valores, de atitudes, de conhecimento, bem como as capacidades e as competências que lhe permitam enfrentar com progressivo sucesso as condições únicas de cada acto educativo.

Importa, pois, valorizar a prática acompanhada com o intuito de desenvolver valores, atitudes, conhecimentos, capacidades e competências no supervisionado de modo a que seja capaz de enfrentar com sucesso o acto educativo.

De acordo com Alarcão e Roldão (2010) a relevância da supervisão pedagógica é grande e reconhecida. Quando se fala de supervisão pedagógica não se fala unicamente no sentido da visão, mas ainda da visão do sentido, isto é, da direcção que a supervisão pedagógica deve conceder às práticas educativas no que respeita à mudança pessoal e social com base nos valores democráticos. A supervisão pedagógica como actividade de apoio, de orientação e de regulação aparece como uma dimensão de formação com grande relevância, não obstante a diversidade das suas práticas. Importa ainda fazer referência à qualidade da supervisão pedagógica, sendo que esta aparece associada à capacidade de reflectir de forma crítica acerca da acção profissional.

Na mesma linha de pensamento, Glickman et al. (2004, p. 8) definem a supervisão pedagógica como:

(...) Super Vision, a term that denotes a common vision of what teaching and learning can and should be, developed collaboratively by formally designated supervisors, teachers, and other members of the school community. The word also implies that same persons will work together to make their vision a reality – to build a democratic community of learning based on moral principles calling for all students to be educated in a manner enabling them to lead fulfilling lives and be contributing members of a democratic society.

Trata-se então de um conceito que denota uma visão comum de que o ensino e a aprendizagem podem e devem ser desenvolvidos de modo colaborativo pelo supervisor pedagógico. Implica que os envolvidos (supervisor pedagógico e supervisionado) deverão trabalhar juntos para tornar sua uma realidade, para construir uma comunidade democrática de aprendizagem baseada em princípios morais em que todos os alunos sejam educados de modo a permitir levar uma vida gratificante e contribuindo desta forma para uma sociedade democrática.

Para Glickman et al. (2004) a supervisão pedagógica é vista como um instrumento aglutinador que possibilita o reforço e o estímulo da coesão pedagógica das escolas. A supervisão pedagógica é vista como a função da escola que visa a promoção do ensino a partir da assistência ao professor, formação contínua, desenvolvimento de grupo, desenvolvimento curricular e investigação acção.

A supervisão pedagógica deve ser um processo participado entre o supervisor pedagógico e o supervisionado. Se pelo contrário, se for fruto de resoluções hierárquicas facilmente se transforma numa actividade unicamente burocrática. Quanto mais o supervisionado participar maiores potencialidades de formação terá este processo. Isto implica a existência de um diálogo não apenas formal, mas aberto e sincero.

Vieira et al. (2006) defendem a perspectiva de Glickman et al. (2004), norteadas para a construção de uma educação racional, que exige dos seus docentes (supervisor pedagógico e supervisionado) um alto grau de profissionalismo. Estes autores defendem que a supervisão pedagógica não se restringe necessariamente à regulação dos processos de ensino-aprendizagem e pode ser alargada à escola como organização reflexiva. Por outro lado, a supervisão pedagógica pode ser objecto de formação e de investigação, para além de se constituir como acção reguladora.

Enquanto acção reguladora no contexto da formação de professores, situa-se ao nível da acção sobre os docentes, a actividade de supervisão pedagógica tem um valor que o ultrapassa para afectar a formação dos alunos, a vida na escola, a educação, jogando-se na interacção entre o pensamento e a acção, com o intuito de compreender para agir melhor (Alarcão, 2002).

Nesta linha de pensamento, “a supervisão pedagógica não implica olhar de cima para baixo, para, trespassando com esse mesmo olhar o sujeito formando, o pressionar a reproduzir acriticamente as práticas dos seus mentores. (...) Implica olhar de forma abrangente, contextualizadora, interpretativa e prospectiva” (Alarcão, 1995, p.5), o que

pressupõe que, pela sua natureza, o desempenho da função da supervisão pedagógica, requer pré-requisitos e uma formação especializada (Alarcão, 2010).

De forma análoga, Alarcão (2000, p. 18) compreende que a supervisão pedagógica deve evidenciar:

Uma dimensão colectiva e se pense a supervisão e a melhoria da qualidade que lhe está inerente por referência não só à sala de aula, mas toda a escola, não só aos professores isoladamente, mas aos professores na dinâmica das suas interacções entre si e com os outros, na responsabilidade pelo ensino que praticam, mas também pela formação e pela educação que desenvolvem, na responsabilidade, igualmente pelas características, pelo ambiente e pela qualidade da sua escola.

A supervisão pedagógica é percebida como uma acção capaz de facilitar e de mobilizar o potencial de cada um e do colectivo e também responsabilizar pela manutenção do percurso delineado a partir do Projecto Educativo de Escola. Assim, a supervisão pedagógica aponta para o desenvolvimento qualitativo da escola e de todos os que nela estudam, ensinam ou apoiam a função educativa, a partir de aprendizagens quer individuais quer colectivas. A supervisão pedagógica deve ser encarada como um processo que conduz à aprendizagem e carece de ser contextualizada.

É de referir que a supervisão pedagógica tem sido considerada essencialmente em relação ao professor e à interacção pedagógica deste no contexto de sala de aula. Refira-se contudo que a conjuntura sociopolítica actual em que a escola está inserida implica que lhe seja atribuída uma dimensão colectiva e institucional (Alarcão, 2002, p. 231).

A supervisão pedagógica deve conceber um contexto de educação benéfico ao desenvolvimento dos docentes, através de um clima de apoio e de confiança, mas também confrontando os docentes com situações desafiadoras que potencializem um desenvolvimento contínuo.

Tendo em conta que o principal objectivo da supervisão pedagógica assenta na qualidade da formação dos professores e do ensino que estes praticam, dever-se-á ter em conta que a supervisão pedagógica deve ser vista num contexto abrangente e não só no contexto de sala de aula, como espaço e tempo de aprendizagem para todos os envolvidos, assim como para a própria supervisão pedagógica que como organização também aprende e expande (Alarcão, 2002).

De acordo com Vieira (2006, p. 15) as propostas teóricas e metodológicas para a supervisão pedagógica são diferenciadas, encontrando-se definidas de forma global como “teoria e prática de regulação de processos de ensino e aprendizagem”, sendo que todas as propostas supõem uma direcção comum “o desenvolvimento da reflexividade profissional dos professores para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos”. Neste sentido, o conceito de supervisão pedagógica é alargado à dimensão da escola percebida como escola reflexiva, em constante desenvolvimento e em aprendizagem como refere Alarcão (2010). Passar-se-ão a explicitar os conceitos de escola e de escola reflexiva.

A escola apresenta-se como uma comunidade educativa, onde há lugar à aprendizagem e à formação, sendo constituída por professores, alunos, pais/encarregados de educação, um representante do poder autárquico e estabelecendo-se como um todo, com uma dinâmica própria e com características particulares. A escola é vista como um todo e para que seja dinâmica e coesa envolve a existência de uma organização (Macedo, 1995).

A escola reflexiva é definida por Alarcão (2010, p. 90) como “organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização e se confronta com o desenrolar da sua actividade num processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo”. Da definição anterior destacam-se os termos de organização, de pensamento, de acção, de missão, de avaliação e de formação. Aqui facilmente se reconhece o professor reflexivo de Schön (1996) e a noção de organização de Senge (1994).

Dewey (citado por Zcheiner, 1993, p. 18) define três atitudes necessárias para a acção reflexiva:

- a abertura de espírito (desejo de se ouvir mais do que uma opinião, de atender a possíveis alternativas e de se admitir a possibilidade de erro);
- a responsabilidade (envolve a reflexão das consequências de uma determinada acção que implica que cada um reflecta sobre as consequências do seu ensino, consequências pessoais, académicas e sociais/políticas);
- a sinceridade (uma componente central da vida do supervisor reflexivo e do supervisionado).

Entende-se que ser professor reflexivo é ter a capacidade de usar o pensamento como algo que dá sentido, com espírito de abertura, responsabilidade e sinceridade.

Deste modo, o pensamento rotineiro diferencia-se da reflexão, visto que reflectir baseia-se no pensamento, na vontade e na procura da justiça e da verdade (Schön, 1996).

Acrescente-se que a reflexão não garante, por si só, a qualidade das práticas educativas, uma vez que o poder de transformação da reflexão dependerá da visão de educação que os docentes têm assim como da maneira como as decisões e as escolhas pedagógicas agregam uma crítica aos agentes institucionais e sociais que regulam a mudança. No que respeita ao contexto de ensino, a reflexão supõe que o docente problematize as fundamentações e as implicações das opções que toma. Este questionamento tem como ponto de partida e de chegada a experiência educativa dando-lhe um lugar fulcral na acção do docente e na construção do conhecimento (Vieira et al., 2006).

Na mesma linha de ideias, a autora supracitada refere que torna-se necessária uma aprendizagem a partir da supervisão pedagógica, contudo só se aprende com base numa reflexão sobre os processos e os resultados. Urge indagar a preparação dos supervisores pedagógicos para realizar o processo supervisoivo, assim como as capacidades para levarem a cabo este processo. A aprendizagem produz-se a partir dos erros, dos conflitos, contudo é relevante que se analise e aprofunde a reflexão, a cooperação, o conhecimento produzido e as mudanças realizadas.

A concepção de profissional transpõe-se para a escola enquanto organização e responde com base na capacidade de reflexão dos docentes como caminho para actuar. Senge (1994) foi o autor do conceito de organização aprendente (learning organization) e define-a como uma organização que está constantemente difundindo a sua capacidade de conceber o futuro. Reconhece-se à escola como organização a capacidade de pensar através do pensamento livre dos docentes, assim como a capacidade de se incrementar e de lhes facultar também as condições de aprendizagem individual e colectiva. Trata-se de uma aprendizagem individual num ambiente colectivo, uma aprendizagem em cooperação com todas as pessoas na organização.

De acordo com Alarcão (2002) a função macroscópica da supervisão pedagógica pode separar-se nas que se seguem:

- colaborar no projecto da escola e compreender o que se pretende alcançar, assim como qual deverá ser o papel a desempenhar por cada envolvido;
- colaborar na auto-avaliação da instituição, analisando as suas implicações;

- conceber ou ajudar condições de formação a partir do reconhecimento e da resolução de problemas da escola, com uma atitude de aprendizagem e num contexto de investigação acção;

- auxiliar a formação assim como a incorporação de novos agentes educativos;

- colaborar nos procedimentos de avaliação do desempenho dos docentes assim como nos resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos;

- impulsionar nos docentes atitudes de avaliação relativas ao processo de educação assim como dos resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos.

Na mesma linha de pensamento, Vieira (2006, p. 31) aponta alguns princípios reguladores das práticas de supervisão pedagógica, sendo estes:

- a articulação entre a prática reflexiva e a pedagogia para a autonomia, reflectindo-se na enunciação das finalidades, dos conteúdos e das tarefas de supervisão pedagógica;

- a indagação de práticas e de contextos visando que o supervisionado critique e produza de forma criativa o seu saber profissional;

- a realização e a avaliação de áreas de intervenção onde o docente estimule a sua liberdade e analise todas as possibilidades quer no ensino quer na aprendizagem, visando transformar a educação;

- a criação de campos de decisão do docente e de condições para que este se emancipe com base na reflexão e na negociação;

- a promoção do diálogo, através da troca de experiências, de interesses, de expectativas e de necessidades num processo cooperativo que facilita a construção do saber;

- a avaliação dos resultados da acção pedagógica e do desenvolvimento profissional, de acordo com critérios de qualidade determinados numa visão de transformar a educação.

Saliente-se que a supervisão pedagógica enquanto “teoria e prática de regulação de processos de ensino e aprendizagem” (Fernandes & Vieira, 2006, p. 233) implica sempre a concepção de regra, sobretudo porque impõe escolhas acerca do que deve ou não ser a educação. As acções relacionam-se de forma directa como nos colocamos perante o mundo tal como é, o que procede da forma como se imagina o mundo como deve ser. É este espaço que interfere entre o que é e o que deve ser, que assenta a reflexão como uma prática transformadora, não como algo individual mas sim social

visto que a autenticidade das escolhas de cada pessoa define a relação com os outros, tendo em conta os contextos de interacção.

Deduz-se do anteriormente exposto que é necessário ter consciência sobre “o imperativo moral da supervisão” pedagógica associada à necessidade de examinar a compreensão do papel do docente que invoca o exercício minucioso de uma visão da educação na sociedade, onde se reflectem tensões entre a democratização e a globalização. Espera-se que se entenda e oriente a complexidade das situações educativas, com base no diálogo sobre o valor das escolhas que se fazem ou então que se deixam de fazer. Deste modo, enquanto docentes há que lutar para que a educação seja cada vez mais digna.

Não é conveniente que a supervisão pedagógica seja vista com medo, discriminação, injustiça e submissão. Esta não constitui um fenómeno asséptico que se realiza colocando de lado os valores, desrespeitando os envolvidos e sem sentido de justiça. Assim sendo, deverá encarar-se como um fenómeno moral com repercussões para os envolvidos (supervisor pedagógico e supervisionados, para as escolas e para a sociedade, colocando-o ao serviço dos envolvidos e, daí, necessitar de ter ética (Guerra, 2003a).

De acordo com Alarcão & Roldão (2010), em Portugal, são muitos os estudos acerca da supervisão na formação inicial, contudo são quase inexistentes os estudos acerca da supervisão pedagógica no que respeita à formação contínua. Estas autoras fazem referência ao projecto PROCUR, coordenado pela Escola Superior de Educação de Portalegre e cujos resultados obtidos em quatro estudos empíricos deste projecto apontam que: a supervisão pedagógica é um ambiente formativo estimulador, que visa apoiar e regular o desenvolvimento através de feedback, de questionamento, de apoio/encorajamento, de sugestões/reclamações, de sínteses/balanços e de esclarecimentos.

Torna-se, pois fundamental ter presente que o questionamento, a análise, a interpretação, a teorização e a reflexão do trabalho supervisivo assentes no acompanhamento e na discussão constante do processo, da acção e dos seus resultados, é percebido como o alicerce para a edificação do conhecimento profissional dos supervisionados. Perspectiva-se assim a supervisão pedagógica como caminho para a criação de ambientes que promovam o desenvolvimento profissional num percurso sustentado, de progressivo desenvolvimento da autonomia profissional.

Actualmente exige-se que a supervisão pedagógica seja estendida à formação contínua de professores, isto é, alargar a toda a escola, uma vez que “a formação a formação de um professor não termina, porém, no momento da sua profissionalização; pelo contrário, ela deve prosseguir, em continuidade, na chamada formação contínua” (Alarcão e Tavares, 2003, p.112). Neste sentido, a supervisão pedagógica deve ser percebida como um processo contínuo, no âmbito da orientação profissional visando o desenvolvimento profissional e humano.

Um dos desafios colocados à supervisão pedagógica em Portugal consiste no alargar o seu campo de actuação de maneira a abarcar não só a formação inicial de professores, mas também a responsabilidade no que respeita ao desenvolvimento da qualidade da escola e de todos os elementos que nela trabalham. Alarcão (2002) sugere que se constituam comunidades aprendentes, em que haja disposição do pensamento ao dispor da acção de modo a favorecer a melhoria e o desenvolvimento da escola.

Em suma, a supervisão pedagógica tende a ser encarada como tarefa complexa e essencial à edificação de uma visão da educação como transformação, tornando-se necessário ter sempre presente os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica.

2.2. Obstáculos à supervisão pedagógica

Na perspectiva de Vieira et al. (2006, p. 40) a supervisão pedagógica é “um instrumento de compreensão e gestão da complexidade, evitando processos redutores de simplificação da realidade, ou a aplicação tecnicista de soluções pré-definidas aos problemas encontrados”. Tal significa que “a supervisão pedagógica abre caminho à resistência e acção estratégicas face aos constrangimentos e dilemas com que temos de lidar nos contextos profissionais”.

Guerra (2002, p. 289-296) apresenta as causas que dificultam a avaliação das escolas e estas causas podem ser vistas como os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica. São elas:

- o individualismo profissional;
- o tempo exigido;
- a motivação suficiente;
- a rotinização institucional;
- a auto-imagem negativa;

- o cepticismo da classe docente;
- a auto-suficiência profissional;
- a falta de orçamento económico;
- a preguiça dos docentes;
- a falta de tradição em relação à supervisão pedagógica;
- as más experiências;
- o tamanho dos estabelecimentos de ensino;
- o medo dos resultados;
- a atitude dos órgãos autárquicos.

No que diz respeito ao individualismo profissional, a concepção individualista da actividade complica a inquietação pela reflexão acerca do funcionamento da escola nos aspectos da planificação, da intervenção, da avaliação e da mudança. O individualismo é uma restrição grave que faz abandonar os interesses comuns, a perspectiva altruísta e o sucesso colectivo diante dos interesses particulares.

Se não se encarar a escola como uma unidade que integra as preocupações comuns e os empenhos partilhados, torna-se difícil a reflexão colegiada em relação ao funcionamento da escola e cada um preocupar-se-á com a sua acção de modo particular. Em muitas situações, o sucesso individual é justamente o maior obstáculo para o sucesso colectivo.

Na questão do tempo exigido aparece o facto de que realizar a avaliação exige um tempo considerável que, muitas vezes, não se dispõe ou que, no caso de existir, quase nunca se deseja dedicar à avaliação. Urge dedicar tempo à preocupação, será que se vai bem? Neste sentido, “faz falta todo o tempo para fazer navegar o barco. Não há tempo para nos informarmos sobre a rota que leva e as condições em que se faz a travessia. E esse é o paradoxo” (Guerra, 2002, p.290).

A desmotivação dos docentes, torna difícil a negociação da avaliação, a recolha de dados e a elaboração de informações. De modo a viabilizar a avaliação há que conceber condições para que exista um compromisso por parte dos docentes, que estes se entusiasmem pela melhoria e desejem aperfeiçoá-la. Para se empreender uma supervisão pedagógica é preciso querer fazê-la.

A rotinização institucional diz respeito à dinâmica de repetição e da automatização. Fazem-se as coisas que já se faziam antes, independentemente do seu sucesso ou fracasso. Os critérios de actuação tornam-se repetitivos sem pensar se são os mais eficazes para o pretendido, acreditando que são bons os modos de actuar pelo facto

de serem os que se usavam até ao momento. Não se desfazendo as rotinas torna-se difícil que surja um processo de reflexão institucional sobre a prática. Nada é colocado em causa, simplesmente porque é mais seguro e mais cómodo.

A auto-imagem negativa revela-se quando se acredita que não se sabe fazer devido à falta de recursos técnicos e de capacidades profissionais, tornando-se isto um impedimento para efectuar a avaliação.

O cepticismo da classe docente revela-se na pouca confiança nas possibilidades de mudança, no desânimo às ocasionais alterações de trabalho, no pessimismo relativamente à sensibilidade da administração da escola para admitir as mudanças e facilitar os apoios que a avaliação considere imprescindíveis fazem com que os docentes resistam a por em andamento os processos de avaliação. Se nada mudará, incomodar-se para quê? Produz-se uma desconfiança na vontade e na capacidade dos docentes perante a mudança. Se todos seguem idêntico caminho, perder tempo para quê?, eis a questão.

Na sequência do que foi dito, a auto-suficiência profissional aparece porque como docentes correm o risco de entender que somente têm de ensinar e que não têm nada a aprender. Muitos docentes consideram que já aprenderam tudo o que tinham a aprender e não há ninguém que lhes possa dizer como hão-de melhorar o que estão a fazer. O acto de ensinar acarreta a necessidade de aprendizagem e de aperfeiçoamento, quer dos conteúdos do ensino, quer na forma de o realizar.

De sublinhar que a falta de orçamento económico surge pois a avaliação é uma actividade complexa que exige muitas horas de trabalho sendo que estas custam dinheiro. Parece que as horas dedicadas à reflexão, ao diálogo e à avaliação são horas sem importância visto que não são pagas.

A avaliação exige um esforço notável, tornando-se necessário dialogar com os colegas e negociar os resultados. Tudo isto exige um compromisso com valores, uma ruptura com a apatia, com a desinteresse e com a preguiça dos docentes quer intelectual quer emocional.

A falta de tradição em relação à supervisão pedagógica surge pelo facto de não se ter incorporado a prática da avaliação na cultura de organização das escolas e faz com que seja complicado por em andamento processos repletos de complexidade (como é o caso da supervisão pedagógica) e que são vividos com algum medo. Acrescente-se ainda que se os responsáveis pela supervisão pedagógica não a encararem com bons olhos a inovação, torna-se difícil que os docentes estejam motivados para pô-la em prática.

Quando se realizam experiências e estas não deram certo, torna-se complicado experimentar outras. As más experiências servem em muitas situações como desculpa e como argumento para não voltar a iniciar outras. Se a experiência de avaliação falhou, se emergiram conflitos, se o resultado foi inútil perante a mudança, torna-se difícil persuadir todos quantos assistiram a estas situações de que será distinto noutra situação.

O tamanho dos estabelecimentos de ensino influencia a actividade supervisiva porque não é a mesma coisa falar de uma equipa de vinte docentes ou de quase duzentos docentes. Torna-se difícil chegar a acordos com uma equipa numerosa, pelas inevitáveis divergências e pelo tempo que exige.

O medo dos resultados faz com que os professores sintam a avaliação como uma ameaça e não como uma ajuda. “A partir desta perspectiva, como é possível impulsionar uma avaliação que pode evidenciar as limitações, os erros, os problemas?” (Guerra, 2002, p. 291).

A atitude dos órgãos autárquicos é importante na dinamização da escola e nos processos de avaliação da mesma. A direcção da escola, com o seu compromisso, com a atitude aberta, com o exemplo, pode facilitar o processo de supervisão pedagógica.

Em suma, os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica terão de ser tidos em conta pelo supervisor pedagógico no processo de supervisão pedagógica. A escola constitui um sector em evolução e complexo, daí ser difícil a definição do conceito de supervisor pedagógico, assim como das competências, conhecimentos e funções deste.

3. O supervisor pedagógico

3.1. Conceito de supervisor pedagógico

Oliveira-Formosinho (2002, p. 234) refere que o supervisor pedagógico “é, na sua essência, um professor, mas um professor de valor acrescentado” e deve ser “um profissional cidadão, pessoa equilibrada, aculturada e comprometida”.

O supervisor pedagógico é visto por Vieira (1993, p. 30) como:

Um colega com mais saber e experiência, receptivo por excelência ao professor que orienta, co-responsabilizando-se pelas suas opções, ajudando-o a desenvolver-se para a autonomia através da prática sistemática da reflexão e da introspecção. Ao supervisor cabe-lhe o papel de facilitador da aprendizagem do professor.

De modo análogo, Alarcão e Tavares (1987, p. 65) consideram que o supervisor pedagógico é “alguém, com mais experiência e com conhecimentos mais claros e reflectidos sobre situações, dificuldades e problemas semelhantes, que é antes de mais um colega, numa relação de ajuda, dialogante, aberta, espontânea, cordial e empática”. Tal significa que o supervisor pedagógico é encarado como um professor que é responsável por assegurar que um outro professor desempenha correctamente as suas funções, devendo ser detentor de saber e experiência.

Uma receita de “supervisor à moda antiga” é sugerida por Vieira (1993, p. 29) com os seguintes ingredientes: “qualidade de ser professor, experiência, sensatez, simpatia, perseverança e imaginação”. Pressupõe-se também que o supervisor pedagógico tenha “uma experiência nem muito curta nem muito longa, moderação nas qualidades dos ingredientes, leveza na mistura, temperaturas moderadas”.

O supervisor pedagógico deverá ser percebido como um líder uma vez que as “funções, os papéis e, propósitos aos quais as práticas de supervisão se dirigem necessitam tanto de competências técnicas como de liderança” (Oliveira-Formosinho, 2002, p. 151). Nesta perspectiva, assume-se que o supervisor pedagógico é um líder que impulsiona os supervisionados.

Assim, só uma atitude de verdadeiro interesse pelo saber e de envolvimento nas situações, associada a uma atitude verdadeiramente reflexiva, poderá o supervisor pedagógico ser:

Inteligente, co-constructivo, inovador, flexível, psicológica e profissionalmente desenvolvido, ter uma visão superior e ser capaz de actuar na complexidade dos contextos de formação, identificando e ajudando na solução dos problemas, sem se apresentar ou deixar que o concebam como afigura que sabe tudo e de quem se espera que tudo comande (Alarcão, 1995, p. 7).

Tal significa que o supervisor pedagógico deverá ser uma pessoa inteligente, responsável, experiente, acolhedora, empática, serena e com uma visão superior. Deverá ser capaz de actuar perante os contextos complexos, analisando as práticas com um olhar atento sobre o supervisionado e em interacção com toda a comunidade educativa.

A tarefa complexa do supervisor pedagógico desenvolve-se em duas dimensões fundamentais: a dimensão analítica que é referente aos processos de operacionalização

da monitorização da prática pedagógica e a dimensão interpessoal que é relativa aos processos de interacção entre os sujeitos envolvidos. Estas dimensões interpenetram-se de tal modo que não é possível desenvolver uma independentemente da outra, considerando-se, no entanto, que a dimensão interpessoal exerce um papel regulador no processo de supervisão pedagógica (Alarcão e Tavares, 1987).

O supervisor pedagógico é encarado como alguém que “sabe adaptar, à sua autoformação, as estratégias de formação reflexiva que procura a resposta para os problemas que se lhe colocam a encruzilhada dos factores que tornam compreensível o próprio problema” (Alarcão, 1996, p. 8). Neste sentido, o acto de supervisionar comporta em si a ideia de interajuda e de encorajamento ao supervisionado para que este saiba resolver as situações problemáticas que possam surgir.

O supervisor pedagógico deverá ter uma formação específica para desempenhar as suas funções, como já foi mencionado por Alarcão (2010), assim como uma atitude de permanente aprendizagem e de desenvolvimento das competências que as situações dele vão exigindo, como veremos na alínea seguinte.

Invocando Oliveira (2000) traça-se o supervisor pedagógico como “uma pessoa de recurso” que juntamente com o que é, o que faz, o que diz e o que sabe contribuirá para a formação de profissionais inovadores, flexíveis e intervenientes no seu próprio contexto de formação. A atitude de responsabilidade por parte do supervisor pedagógico implica que ele procure desígnios educativos e éticos da conduta docente.

A este respeito, Vieira et al. (2006, p. 41) apontam para a legitimidade ética das opções do supervisor pedagógico, reconhecendo a existência da distância que separa o ideal que orienta.

Também nós, nos contextos em que nos movemos, nomeadamente na instituição em que trabalhamos, temos sentido a necessidade de compreender a sua impureza e de nos embrenharmos nela de modo comprometido com a mudança, resistindo e agindo estrategicamente face às forças históricas e estruturantes que condicionam o nosso pensamento e o conformismo, gerindo incertezas e dilemas e, acima de tudo, não desistindo de interrogar o que fazemos, por que fazemos e para quê.

Tal, implica que o supervisor pedagógico introduza no supervisionado uma preocupação relativamente às questões éticas, pessoais e políticas, assim como poder sobre estas questões, procurando desta forma modificar as condições quer materiais quer ideológicas que originam dificuldades no ensino. O facto de existir uma vontade de

ser cada vez melhor deverá traduzir-se num pensamento e prática conducentes com o desejo de resolver, em colaboração, as dificuldades com que se deparam.

Reconhecendo o supervisor pedagógico como desencadeador de potencialidades e de aprendizagens significativas, não se pode deixar também de o ligar à utopia de que fala Delors (1996, p.44), no Relatório das Nações Unidas:

Devemos cultivar, como utopia orientadora, o propósito de encaminhar o mundo para uma maior compreensão mútua, maior sentido de responsabilidade e maior solidariedade, na aceitação das nossas diferenças espirituais e culturais. A Educação, permitindo o acesso de todos ao conhecimento, tem um papel bem concreto a desempenhar no cumprimento desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo, e outro, afim de que cada um se compreenda melhor a si mesmo.

Entende-se que o supervisor pedagógico não dará as receitas de como se devem fazer as coisas, mas deverá criar junto do supervisionado e no supervisionado um espírito de investigação-acção, assim como um ambiente emocional humano, positivo, capaz de desencadear as potencialidades do docente enquanto pessoa e profissional (Alarcão e Tavares, 2003). O supervisor pedagógico deverá prestar atenção aos desafios que emergem e realizar a leitura das situações, daí ser-lhe exigidos competências e conhecimentos no processo supervisiivo.

3.2. As competências e o conhecimento profissional do supervisor pedagógico

As competências constituem “o rosto invisível de um desempenho competente” sendo que os conhecimentos apresentam-se como “a matriz geradora das competências” (Alarcão, 2002, p. 235). A supervisão pedagógica exige atitudes, conhecimentos e competências interpessoais e técnicas, como se constata na afirmação seguinte:

Perceber-se como um ser em constante mudança, num mundo de mudanças profundas, reconhecer-se disponível e aberto para ouvir o mundo, cheirar os cheiros do quotidiano, provar o gosto que tempera e acima de tudo abrir a porta e deixar a vida entrar. Assim deve ser o trabalho do supervisor (Rosy Scapin, 1999, p.428, citada por Severino, 2007, p. 30).

Tal significa que é esperado do supervisor pedagógico um conjunto de atitudes, conhecimentos e competências que possibilitem a compreensão dos problemas pedagógicos e respectivas causas, a capacidade de conceptualização desses mesmos problemas e a hierarquização das causas que os originaram, a capacidade de comunicação dos sentimentos e das opiniões, a capacidade de relação interpessoal, competências de desenvolvimento do currículo e a responsabilidade relativa aos fins da educação. É de extrema importância a capacidade de compreender, prestar atenção, saber escutar, exteriorizar a atitude e resposta mais adequadas, cooperar, comunicar verbal e não verbalmente e interrogar (Mosher e Purpel, 1972, citados por Alarcão e Tavares, 2003).

O facto de o supervisor pedagógico “trabalhar com pessoas, factos, contextos, sentidos, relações, previsões e consequências requer capacidades comunicativo-relacionais, observacionais-analíticas, hermenêutica-interpretativas e avaliativas” (Alarcão, 2002, p. 234). A concepção do supervisor pedagógico como profissional em situações sociais organizacionais implica competências cívicas, técnicas e humanas, destacando-se:

- a) Competências interpretativas: leitura da realidade humana, social, cultural, histórica, política, educativa e a capacidade de observação para, antecipadamente detectar desafios emergentes;
- b) Competências de análise e avaliação: de situações, desenvolvimentos, projectos, desempenhos;
- c) Competências de dinamização da formação: apoio e estímulo a comunidades de aprendizagem colaborativa, mobilização e gestão de saberes e estratégias, atenção a necessidades emergentes, apoio na sistematização do conhecimento produzido;
- d) Competências relacionais no que respeita a mobilização de pessoas, capacidade de comunicação, gestão de conflitos, empatia (Idem, p. 235).

Na supervisão pedagógica conjugam-se a dimensão cognitiva e relacional, tendo em conta os objectivos do desenvolvimento da escola enquanto organização e o desenvolvimento profissional dos docentes. De acordo com a autora supracitada ao supervisor pedagógico é-lhe exigida a capacidade de: analisar e de discutir os contextos; criar situações de observação e de inteligibilidade dos fenómenos e das situações; atender às necessidades, às expectativas e às motivações que vão surgindo nas pessoas;

mobilizar pessoas, saberes, relações e atitudes relevantes para as situações em causa; e promover processos de mudança.

É fundamental que o supervisor pedagógico esteja atento e saiba ouvir, compreenda e manifeste uma atitude de resposta mais adequada. O supervisor pedagógico deve evidenciar competências, nomeadamente no que respeita ao conhecer o contexto em que se insere o processo supervisivo, conhecer os objectivos, os valores e conhecer-se a si próprio também (Alarcão, 2002).

O supervisor pedagógico tem forçosamente, de respeitar as diversas perspectivas, assim como conceder atenção às opções disponíveis, averiguando as oportunidades de erro, contemplando os motivos que ocasionam diferentes factos, indagando casos de conflito, analisando diferentes soluções para a mesma questão, e reflectindo sobre o melhor modo de aperfeiçoar o que já existe. Assim sendo, o supervisor pedagógico é o facilitador de reflexão, consciencializando o supervisionado da sua actuação, ajudando-o a identificar problemas e a planificar estratégias de resolução dos mesmos (Ludovico, 2007).

O papel do supervisor pedagógico consiste em ajudar o docente a ensinar e a transformar-se um bom profissional para que os alunos aprendam mais e melhor, assim como se desenvolvam mais. Tal papel implica conhecimento ao nível das pessoas e da sua actuação em grupo, ao nível da profissão, da organização e do contexto sociocultural e político. Alarcão (2002, p. 235) enuncia conhecimentos que um supervisor pedagógico deve possuir:

- a) Conhecimento da escola como organização, detentora de uma missão, um projecto e um determinado nível de desenvolvimento;
- b) Conhecimento dos membros da escola e das suas características como indivíduos e como grupos;
- c) Conhecimento das estratégias de desenvolvimento institucional e profissional;
- d) Conhecimento do fenómeno da aprendizagem qualificante, experiencial e permanente;
- e) Conhecimento de metodologias de investigação – acção – formação;
- f) Conhecimento de metodologias da avaliação da qualidade;
- g) Conhecimento das ideias e das políticas actuais sobre a educação.

Tal significa que o supervisor pedagógico deve possuir:

- o conhecimento e empatia de modo a que possa construir uma relação de confiança, reconhecimento e respeito mútuo entre os intervenientes;

- a dinâmica de grupo visto a supervisão pedagógica envolver actividades de grupo e exigir trabalho colaborativo;

- as capacidades comunicativas pois estas são indispensáveis em qualquer relação supervisiva, apelando-se a atitudes de abertura, disponibilidade, flexibilidade e sentido crítico;

- o conhecimento sobre o processo detalhado do currículo de ensino e aprendizagem pois é fundamental um conhecimento detalhado do currículo, de como ensinar e como aprender, no sentido de se desenvolverem práticas eficazes;

- a capacidade de observação uma vez que torna-se imperioso possuir um saber experimental e documental de como observar uma aula;

- a familiaridade com diferentes instrumentos de recolha de informações de sala de aula para que se possam abrir novos caminhos e sugerir métodos de ensino e actuação;

- a capacidade de gerir o tempo, lidar com conflitos e cooperar com o stress, pois a prática é propícia a um trabalho intenso que implica delicadeza nas relações pessoais (Pfeiffer e Dunlap, 1982).

Acrescente-se que o supervisor pedagógico pode ajudar a construir o conhecimento pedagógico pela sua presença e modo de actuar, pelo diálogo capaz de levar à compreensão dos factos educativos assim como das potencialidades dos docentes, a partir da avaliação das situações e do desempenho do docente, isto é, pelo que o supervisor pedagógico é e pelo que faz, pelo que diz e pelo que sabe. Para tal, o supervisor pedagógico como profissional “deve ter, ele próprio, desenvolvido as competências profissionais, também para ser supervisor de profissionais em permanente aprendizagem e desenvolvimento, deve ter interiorizado a atitude de, continuamente, se encontrar em formação” (Alarcão, 2002, p. 235). Deverão estar-lhe associadas as competências ligadas “ao carácter (ponderação, serenidade, bom senso, paciência)” e ao seu “perfil ético (idoneidade, profissionalismo, sentido de dever, isenção)”, como refere Lamy (2008, p. 1).

Alarcão e Tavares (2003, p. 119) apontam que a função do supervisor pedagógico é:

Antes de mais, a de ajudar o professor a fazer a observação do seu próprio ensino e dos contextos em que ele ocorre, a questionar e confrontar, a analisar, interpretar e reflectir sobre os dados recolhidos e a procurar as melhores soluções para as dificuldades e problemas de que vai tendo consciência.

Na mesma linha de pensamento, Vieira (1993) refere que as principais funções atribuídas ao supervisor pedagógico são:

- informar (fornecer informação, relevante e actualizada, no âmbito das áreas de supervisão pedagógica, observação e didáctica, em função dos objectivos e necessidades de formação dos professores. O supervisor pedagógico deverá ser uma pessoa informada);

- questionar (problematizar o saber e as experiências, interrogando sobre a realidade do que observa);

- sugerir (a sugestão de ideias, práticas e soluções motiva e impulsiona a realização de projectos pelos quais o supervisor pedagógico se responsabiliza juntamente com o supervisionado);

- encorajar (no âmbito do relacionamento interpessoal e em estreita relação com a função de sugestão, o encorajamento influencia o equilíbrio emocional do supervisionado, assim como a sua postura global face ao processo de formação profissional);

- avaliar (no sentido lato do termo, avaliar significa formular um juízo de valor sobre algo.

Debruçar-se-á sobre a função da avaliação uma vez que trata de uma função crucial no processo de supervisão pedagógica.

A avaliação está sempre presente em qualquer processo de supervisão pedagógica. “Diz-me como avalias e dir-te-ei que tipo de professor (pessoa) és” (Guerra, 2003a, p. 17). Tal significa que a avaliação clarifica as concepções que se tem relativamente à sociedade e à formação. O processo de aprendizagem é condicionado pela avaliação, mesmo que à posteriori, uma vez que o sujeito avaliado acomoda-se aos critérios de avaliação. Neste sentido, é importante criar, planificar e efectuar uma avaliação justa e capaz de enriquecer os envolvidos.

A avaliação exige um conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação deve promover a aprendizagem e a compreensão, e não apenas medir e classificar. Se a avaliação ajuda na compreensão é inevitável que essa mesma compreensão conduza a decisões que exigem a mudança. Também é importante que se avaliem as avaliações pois ajudará a perceber e a mudar o que é necessário mudar.

A avaliação é um facto social e não apenas uma responsabilidade de um sujeito isolado. Avaliar bem melhora a prática. Neste sentido, Guerra (2003a, p. 49)

percepciona a avaliação como “o caminho da aprendizagem, do rigor, da melhoria e da ética”.

A qualidade das escolas é garantida pela avaliação, desde que se realize e oriente para a melhoria e não para o controlo, classificação, discriminação, hierarquização e comparação. Para que a melhoria aconteça é imprescindível que os intervenientes estejam abertos e comprometidos a essa melhoria, pois a não existência de uma atitude crítica e aberta perante as ideias dos outros torna difícil a mudança. Se não houver uma atitude comprometida dos envolvidos com a prática educativa, as mudanças serão superficiais e pontuais, pouco significativas.

A avaliação, sendo um processo técnico, apresenta-se ainda com uma dimensão ética. Não se centra apenas na procura de critérios metodológicos mas também numa vertente moral, isto é, não diz respeito apenas ao avaliar muito e de maneira tecnicamente cuidada, mas sim de ver a avaliação ao serviço de quem está a avaliação assim como os valores que subjazem. “A quebra da ética pode acontecer no próprio fenómeno na avaliação, na sua globalidade ou em aspectos particulares da mesma” (Guerra, 2003a, p. 54). Exige-se ética à avaliação. Na avaliação deverá figurar a verdade e a justiça.

Através da maneira de avaliar, tornam-se evidente o sentido moral presente no processo de avaliação. A avaliação tem de ter em consideração a razão e a justiça. Uma maneira de realizar a avaliação, eminentemente técnica, pretendida asséptica, obstinada pelas classificações, torna-se pouco sensível às diferenças sociais, económicas e culturais, daí a importância dos contextos onde se insere o processo supervisorio.

Em suma, a avaliação é uma actividade que permite o desenvolvimento dos docentes, uma vez que se questiona, recolhe informação, compreende e mostra sugestões. Urge assumir a necessidade de que haja vontade para a melhoria na escola com base numa boa relação entre o supervisor pedagógico e o supervisionado.

3.3. A relação supervisor pedagógico/ supervisionado

As funções do supervisor pedagógico deverão ter como base uma orientação reflexiva da formação em favor de uma perspectiva de colaboração. A relação facilitadora e encorajadora, que se pretende estabelecer deverá assentar na existência de uma relação interpessoal positiva, saudável, em que tanto o supervisor pedagógico como o supervisionado se sintam comprometidos com um objectivo comum – a

melhoria da aprendizagem dos alunos através de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, ministrado em condições facilitadoras da aprendizagem (Alarcão e Tavares, 2003).

A tarefa do supervisor pedagógico deve assentar num processo de interacção contínuo com os outros e consigo mesmo. Neste sentido, Amaral et al. (1996) compara o supervisor pedagógico a um treinador que acompanha o desenvolvimento do atleta, procura estratégias apropriadas a esse desenvolvimento, treina as aptidões e as capacidades desse atleta. Neste treino o atleta desenvolve-se, mas também o treinador se desenvolve pois tende a aprender com o seu atleta.

Torna-se, pois, fundamental que o supervisor pedagógico, como treinador de uma equipa, promova o diálogo, esteja sensível para entender o supervisionado de forma a respeitar os distintos pontos de vista e os aceite de forma serena, seja sempre rigoroso com os supervisionados e consigo mesmo, não se deixando levar pela existência de diferenças de tratamento que seja reflexo de relações de proximidade, impulse a reflexão assente num diálogo, visando construir uma equipa com identidade, neste caso uma escola com identidade.

Para que o processo de supervisão pedagógica aconteça do modo mais favorável para todos os envolvidos, é necessário que se crie um clima adequado, uma atmosfera afectivo-relacional positiva, em que predominem a entreaajuda, a abertura, a reciprocidade, a espontaneidade, a autenticidade e a empatia entre o supervisor pedagógico e o supervisionado. Isto implica, portanto, que exista uma relação interpessoal dinâmica, assente no estímulo e auxílio de um processo de desenvolvimento e aprendizagem consciente e responsabilizado.

Na mesma linha de ideias, Ribeiro (2000, p. 90) aponta para o facto da supervisão pedagógica implicar uma ajuda, compreensão, postura reflexiva, de interacção com os outros e consigo mesmo com base em estratégias de observação e de reflexão. O supervisor pedagógico deve adoptar um estilo de cooperação e de interacção na procura de respostas e também na construção do conhecimento profissional. Deverá ter em consideração o meio e as diversas variáveis e procurar identificar os problemas, as causas e a solução de modo contextual. O supervisor pedagógico “deve procurar estar atento às necessidades, às motivações, às capacidades e competências profissionais” (Sá Chaves, 2000, p. 76), de forma a ajudar o professor no saber, saber fazer e saber ser.

Blumberg, 1980 (citado por Alarcão e Tavares, 2003, p.76) definiu quatro tipos de relação entre o supervisor pedagógico e o supervisionado:

- uma relação muito directa e muito indirecta em que o supervisor pedagógico socorre-se de afirmações e de críticas, faz perguntas e escuta o que o supervisionado diz;

- uma relação muito directa e pouco indirecta em que o supervisor pedagógico faz afirmações e críticas sem praticamente questionar ou dar atenção às respostas possíveis;

- uma relação pouco directa e muito indirecta em que o supervisor pedagógico presta atenção ao que o supervisionado lhe diz, deixa-o falar, faz-lhe questões, aproveitando as ideias que o supervisionado lhe apresenta não deixando passar em claro os sentimentos manifestados por este;

- uma relação pouco directa e pouco indirecta em que o supervisor pedagógico assume um papel passivo.

Relativamente à capacidade de relacionamento interpessoal Glickman et al. (2004) identificam dez categorias inerentes ao acto de supervisão pedagógica:

- prestar atenção - O supervisor pedagógico acata o que o supervisionado lhe diz e exprime a sua atenção através de manifestações verbais e não verbais (“pois”, “está”, “é”, “ok”, “sim”);

- clarificar - O supervisor pedagógico ajuda a clarificar e a compreender o pensamento do supervisionado, interrogando-o e fazendo afirmações (“quando diz...”, “refere-se a quê?”, “consegue explicar melhor?”);

- encorajar - O supervisor pedagógico manifesta interesse em que o supervisionado fale ou pense em voz alta (“continue”, “vá vá”, “e depois?”);

- servir de espelho - O supervisor pedagógico resume o que o supervisionado disse, a fim de averiguar o seu entendimento sobre o que o supervisionado verbalizou (“se eu entendi bem”, “parece-me que na sua opinião”);

- dar opinião - O supervisor pedagógico expõe a sua opinião, apresentando sugestões (“na minha opinião”, “eu penso que”);

- ajudar a encontrar soluções para os problemas - Após a discussão de determinado assunto, o supervisor pedagógico toma a iniciativa, pedindo sugestões relativamente a possíveis soluções (“o que é se que pode fazer?”, “quais as estratégias mais adequadas na resolução do problema?”);

- negociar - O supervisor pedagógico pondera as vantagens e as desvantagens das soluções encontradas (“o que acontecerá se tomar dada atitude?”, “vantagens?”, “desvantagens”);

- orientar - O supervisor pedagógico dirá ao supervisionado o que este deve fazer (“é assim que se faz”);

-estabelecer critérios - O supervisor pedagógico realiza planos de acção e estabelece limites para a sua execução (“na próxima semana quero ver ...”);

- condicionar - O supervisor pedagógico explana as consequências do cumprimento ou do incumprimento das orientações (“conto contigo”, “vai ser capaz”, “confio em si”).

Em suma, o supervisor pedagógico deverá privilegiar uma relação de camaradagem e companheirismo entre si e os docentes, definir-se como sabedor, experiente, disponível, presente, atento e criativo; manter uma atitude de permanente diálogo, abertura, respeito e confiança e cultivar uma prática reflexiva de constante questionamento dos resultados.

4. O papel da supervisão pedagógica para a inovação nas escolas

“O futuro tem muitos cenários, mas só um será realizado. Já houve um tempo sem escolas, e não sabemos se esse tempo regressará. Uma coisa é certa: tempos virão em que a sociedade necessitará de outras escolas” (Nóvoa, 1992, p. 41).

Vive-se num tempo em que se constata que a mudança é tão rápida, o que leva a atestar que “o futuro já não é o que era”. A escola actual depara-se com problemas/dificuldades perante a mudança e o futuro, nomeadamente na sua capacidade de adaptação e de sobrevivência e poder-se-á dizer que atravessa mesmo uma crise de identidade, necessitando de evoluir para conseguir sobreviver.

Mudar algo na escola certamente não passa por continuar com os processos do passado, há que encarar a escola neste momento enquadrada numa conjectura política, social, económica e cultural. Este facto encaminha a supervisão pedagógica para uma análise e reflexão da sua adequabilidade e viabilidade na sociedade actual. Nesta linha de pensamento, Toffler (s/d) aborda a questão do “impulso acelerativo” que a sociedade actual experimenta e a urgência de se adaptar às mudanças impostas, com o risco de se sofrer um “choque do futuro”.

É fundamental referir que a tecnologia é um elemento importante da mudança, pois como se pode constatar vive-se numa era tecnológica, assistindo-se a uma aceleração do conhecimento. As novas tecnologias são encaradas por Toffler (s/d) como “o grande e atroador da mudança”, sendo que esta realidade repercute-se na educação, exigindo uma rotura nos paradigmas, nos modos de pensar e conceber a escola. A escola parece querer manter-se na reprodução do passado, ao invés a sociedade e a evolução tecnológica antecipam o futuro. A este propósito Freire (1997) é apologista de uma mudança em educação que deverá ser tão actual quanto a tecnologia, uma vez que a escola deve estar à altura do seu tempo.

Estamos cientes da realidade que “ninguém ignora que as escolas já não são os únicos, nem sequer os mais importantes centros de distribuição de conhecimento, não podendo rivalizar com a quantidade de informação que reside no seu exterior e que se pode aceder com crescente facilidade” (Sousa & Fino, 2001, p. 371). Neste momento o saber passou a ser algo discutível e a incerteza e a contestabilidade atribuídas ao conhecimento leva a que os professores além de transmitirem os conhecimentos aos alunos, os ajude na produção e/ou construção do conhecimento. Nesta linha de pensamento, Nóvoa (1997) sugere que se deve trabalhar no sentido de diversificar os modelos e as práticas de formação, estabelecendo novas relações entre os professores e os saberes pedagógico e científico, e compete aos supervisores pedagógicos ensinar a aprender, tal como diz o ditado chinês “em vez de lhe dares o peixe, ensina-o a pescar”.

Cró (1998) considera que a formação inicial dos professores deverá ser aquela que fará deles aquilo que os sistemas educativos de hoje esperam deles e isto está relacionado com a concepção de educação e de pedagogia. Assim, torna-se crucial formar professores nas seguintes competências: cognitiva, afectiva, de colaboração, de cooperação e de trabalho em equipa, visando promover uma formação humana, científica, pluridimensional, realista e prática.

“O modo como se perspectiva a formação dos professores depende de uma determinada concepção de currículo, de ensino e de escola, mas também da forma como se entende a sua função num dado momento” (Flores, 2005, p. 14). Há uma relação existente entre a formação inicial e as transformações que ocorrem na sociedade, interferindo nas expectativas do formando e do supervisor. Neste sentido, o supervisor pedagógico desempenha um importante papel, pois “contribui para a formação dos professores articulando a teoria e a prática, buscando fazer elo do seu saber e o conhecimento profissional dos professores, interagindo, intervindo, problematizando e

questionando as vivências escolares, num movimento de aprendizagem contínua e mútua” (Vera Placco e Laurinda, 2003, citado por Pereira e Ely, 2005, p. 62). Assim, o supervisor pedagógico contribuirá para a formação de profissionais inovadores, flexíveis e intervenientes no seu próprio contexto de formação.

As diferentes áreas na formação do docente deverão ser vistas de forma articulada e globalizante, com vista a uma transversalidade e transdisciplinaridade. Assim sendo, urge a necessidade de recorrer a estratégias de formação que exijam do docente tomadas de decisão, iniciativa, espírito crítico, imaginação e busca de soluções para os problemas que poderá ter de enfrentar.

Refira-se que “apesar do esforço de renovação e inovação da formação inicial, sobretudo nas instituições de ensino superior, a verdade é que os futuros professores e educadores saem impreparados para se confrontarem com a realidade e sobretudo resolver os problemas que as práticas lhes põem no dia-a-dia” (Cró, 1998, p.75). Daí ser necessário repensar as práticas, com base “na dimensão relacional e comunicativa, na dimensão sócio-moral e deontológica e reflexiva”, para que a prática se torne num “espaço original, facilitador da autonomia na aprendizagem e na formação”, e deixe de ser encarada apenas como um “domínio de aplicação de teorias elaboradas fora dela” (Severino, 2007, p. 59).

Para além da formação inicial, a formação contínua apresenta-se como “uma porta de acesso a outros tipos de linguagens, conhecimentos e oportunidades” sendo encarada como “uma necessidade objectiva na nova dinâmica cultural, tecnológica e sociolaboral da era da informação”, como refere Campos (1996, p. 65).

A formação de professores (inicial e contínua) e os professores estão a viver tempos difíceis, visto verificar-se que as exigências para a inovação não param de aumentar, exigindo-se que a escola responda com eficiência e eficácia aos desafios da sociedade em mudança. No contexto de mudança paradigmática, emerge a necessidade do professor como prático reflexivo, sendo a reflexão um processo formativo de aprendizagem que proporciona não só o aperfeiçoamento das capacidades e competências no conhecimento na acção, mas também a ampliação dos conhecimentos e atitudes em que assentam a reflexão na acção e reflexão sobre a acção e reflexão sobre a reflexão na acção. Assim, uma das condições inerentes ao supervisor pedagógico é a capacidade reflexiva, pois é o processo que poderá favorecer a mudança e, conseqüentemente, o crescimento profissional dos professores.

Compete à supervisão pedagógica ajudar a repensar formas de conceber o actual sistema educativo, com vista a ir ao encontro das exigências futuras da sociedade, pois o aparecimento da sociedade e da globalização do conhecimento faz com que comece a emergir um novo paradigma educacional que substitua a visão tecnocrata do ensino. Neste sentido, é reforçada a concepção do currículo como processo e não como produto.

Mencione-se que se continua nas nossas escolas a utilizar os mesmos métodos e metodologias de ensino do passado, apesar de se estar conscientes de que é necessário mudar e inovar. Tal como afirma Toffler (s/d, p. 392) “apesar de toda a retórica acerca do futuro, as nossas escolas estão voltadas para trás, para um sistema moribundo, em lugar de se virarem para a frente, para a sociedade que desponta”.

Seguindo-se o que foi dito precedentemente, tendo como base a semelhança da realidade da fábrica, tudo o que se passa na escola é uma reprodução da fábrica, um ensino massificado, em que se formam indivíduos para seguir uma disciplina rígida, capazes de reproduzir repetitivamente saberes mecanizados, dando pouco relevo a capacidades imprescindíveis, tais como a análise, a reflexão e a crítica.

No que dita ao modelo fabril sabe-se que este acompanha a escola pois “a ideia geral de reunir multidões de estudantes (matéria-prima) destinados a ser processados por professores (operários) numa escola central (fábrica) foi uma demonstração de génio industrial”, como relata Toffler (s/d., p. 393). Isto vai ao encontro da afirmação de Cubberley, 1916 (citado por Campos, 1996, p. 63) em que ele diz:

As nossas escolas são, num certo sentido, empresas em que as matérias-primas, isto é as crianças, têm de ser modeladas e transformadas em produtos. As especificações para a manufactura provêm das exigências da civilização do século XX, e é tarefa da Escola construir os seus alunos de acordo com as especificações aceites. Isto exige boas ferramentas, maquinaria especializada, medidas contínuas de produção para ver se o produto está de acordo com as especificações, eliminar gastos na manufactura e uma grande diversidade do produto.

A sociedade do futuro, grandemente tecnológica carece que os indivíduos sejam capazes de se adaptar às mudanças da realidade e para o efeito é necessário seguir rumos diferentes para que o “choque do futuro” seja amenizado. Verifica-se que ao incremento da produção científica e tecnológica dos últimos tempos, não tem correspondido um processo idêntico de melhoria educativa. A inovação educativa deve estar associada à “renovação pedagógica e também à mudança e à melhoria, porém nem

sempre a mudança implica melhoria: toda a melhoria implica mudança” (Sebarroja, 2001, p. 16). Na maioria das situações, as inovações introduzidas nas escolas limitam-se somente à incorporação de mudanças formais que quase nem afectam o processo educativo, e que não se traduzem na adopção de quaisquer inovações profundas e significativas.

As escolas de hoje permanecem quase inalteradas e indiciam estruturas do passado. Constata-se que as propostas de inovação são, muitas vezes, recebidas com receio, indiferença, e hostilidade por parte dos docentes, pois estes não estão motivados para a inovação e parecem querer preservar as práticas e rotinas tradicionais e muitos deles não querem assumir os custos de uma ruptura em virtude de existirem interesses, onde o medo da inovação é bem visível.

Uma realidade bem visível refere-se ao facto de os docentes que pretendem ser inovadores na escola depararem-se muitas vezes com um dilema, em virtude da escola continuar a apresentar um modelo cultural baseado no paradigma fabril. O sistema educativo actual não conseguindo responder às exigências e às finalidades que a sociedade lhe coloca, leva a supervisão pedagógica a conceber uma nova visão de educação, fazendo com que os docentes tenham consciência de que terão de se posicionar face à educação, ensinando de uma outra forma. Associada a esta ideia aparece o construtivismo, como alternativa à Escola Nova Tradicional e à Escola Nova. O construtivismo defende o conhecimento como algo pessoal e o significado que é construído pela própria pessoa, com base na experiência. A aprendizagem é edificada tendo por base as interacções entre o conhecimento previamente adquirido e as novas experiências de aprendizagem.

Na mesma linha de pensamento, o construtivismo assumiu-se na formação de professores, como uma disposição de ruptura com o sistema educativo tradicional e também como incentivo para o aparecimento de um novo paradigma. Estas ideias estão relacionadas com a perspectiva de Khun (1962), o qual refere em que as mudanças de paradigmas aparecem ligadas a rupturas. “À medida que o tempo passa este hiato entre o mundo da escola e o que existe para além dela está a tornar-se cada vez mais óbvio. A natureza anacrónica da escola é cada vez mais evidente” (Hargreaves, 1998, p. 27).

Ao colocar a questão em termos de ruptura, a inovação pedagógica supõe uma descontinuidade no que respeita ao velho paradigma fabril, como é abordado por Toffler (s/d) e Sacristán (1985). Tal consiste na “criação de contextos de aprendizagem” diferentes dos habituais nas escolas. Estes contextos de aprendizagem relacionam-se

com a ideia de Papert (2008) em que invoca a um professor construcionista que desperte um máximo de aprendizagem com um mínimo de ensino. O professor aparece como um guia e o aluno é muito autónomo, o que subentende a criação de contextos “ricos em nutrientes cognitivos”.

Um novo paradigma ficará a cargo dos docentes, tal como constata Hargreaves (1998, p.12): “os professores constituem, mais do que ninguém, a chave da mudança educativa”. Os professores constituem os potenciais agentes da mudança, os quais necessitam de estar receptivos para que as inovações tenham o impacto desejado, pois “a mudança educativa depende do que o Professor faz e pensa: é tão simples e tão complexo como isso” como refere Fullan (2002, p. 141, citado por Candeias, 2007, p. 137). Estes terão de ter presente que o indivíduo terá de ser capaz de se adaptar às mudanças da sociedade, apresentar uma atitude crítica, resolver problemas, desenvolver a sua identidade e personalidade, e saber trabalhar individualmente e em grupo. Esta perspectiva vai ao encontro de Papert (2008, p. 23) quando declara “a habilidade mais determinante do padrão de vida de uma pessoa é a capacidade de aprender novas habilidades, assimilar novos conceitos, avaliar novas situações, lidar com o inesperado”.

Pode-se constatar que a supervisão pedagógica desempenha um papel crucial uma vez que os professores em formação continuam a ser ensinados com base numa cultura escolar “embebida nas rotinas e nas paredes das escolas”, como relata Carlos Fino no texto “Muros para demolir: fábrica de ensinar ao espaço aberto da aprendizagem”. A supervisão pedagógica funciona como uma estratégia de formação susceptível de desencadear transformações ao nível das práticas pedagógicas (Rodrigues, 2008b).

Perspectivando a supervisão pedagógica como um processo de aprendizagem, faz todo o sentido destacar a postura dos profissionais perante o seu próprio desenvolvimento e “importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas” (Nóvoa, 1997, p. 27).

A supervisão pedagógica deverá contribuir para que a escola “assegure, não só um ensino de qualidade e transmissão de valores e de conhecimentos indispensáveis para a estabilidade social, mas que saiba ainda promover o desenvolvimento de capacidades e atitudes, individuais e colectivas, que acelerem a mudança” (Arroteia, 1991, p. 52). Deve-se ter sempre presente que a supervisão pedagógica não implica

olhar de cima para baixo, mas “olhar de forma abrangente, contextualizadora, interpretativa e prospectiva” (Alarcão, 1995, p.5).

Lourenço (2005, p. 63) evidencia que “não existindo a consciência comum dos indicadores da profissionalidade docente, dificilmente se promove o seu valor social que só poderá ter origem no próprio seio da profissão, através de uma mudança de postura dos seus actores”. Essa mudança poderá passar pela supervisão pedagógica, quer das suas práticas, quer através do suporte orientador.

Quando se considera a educação não se pode esquecer do seu aspecto tecnológico e compete equacionar a forma como as tecnologias da informação e comunicação poderão contribuir para potencializar a aprendizagem.

A modernização da escola não está relacionada com a inovação, pois muitas vezes enchem-se as salas de aulas de computadores, mas ao fim ao cabo, em nada modificam as concepções relativas ao ensino e à aprendizagem. Assiste-se também a outro fenómeno de inovação na educação, alterando-se apenas os nomes que se dão às coisas, deixando-se tudo o resto igual. A inovação deveria levar a uma mudança qualitativa e não simplesmente ao aparecimento de algo que é novo (mudanças epidérmicas).

Verifica-se que um longo caminho já foi percorrido no que concerne à inovação tecnológica, desde S. Pressey (1924) com a máquina de corrigir testes de escolha múltipla, B. F. Skinner (1950) com a máquina de ensinar a partir de uma instrução programada, Seymour Papert com a criação da linguagem de programação (Logo).

Para Pressey e Skinner, considerados behavioristas, a tecnologia servia como auxiliar de apoio, e a pedagogia assentava na instrução. Ao invés, Papert aparece associado ao construcionismo, baseado na execução de uma determinada acção e desenvolvido através do computador. Desta maneira constrói-se o conhecimento, assente numa interacção entre o aluno e o objecto. O recurso ao computador é visto como “novas oportunidades para criar alternativas” tal como refere Papert (2008, p. 21). Papert debateu com Paulo Freire as suas ideias no que concerne à Educação e às ideologias subjacentes. A oposição apresentada por Freire, entre a “concepção bancária da educação” e a “concepção problematizadora/libertadora da educação” evidencia que estas apresentam ideologias subjacentes e, daí objectivos educacionais e sociais distintos. A primeira diz respeito a uma educação reprodutora, em que o educando é encarado como “receptáculo de narrativas reprodutoras exteriores a ele”, e compete-lhe receber sem criticar os conteúdos que lhe são debitados pelo professor, visto como o

único detentor do saber. A segunda é encarada como uma educação que pretende ser problematizadora e libertadora, a realidade e o sujeito vistos como entidades solidárias e em mútua construção, levando a que o educando analise o seu contexto de vida através do desenvolvimento de um pensamento crítico.

No processo educativo, a colaboração e a cooperação são componentes essenciais e os supervisores pedagógicos devem trabalhar nesse sentido, perspectivando práticas inovadoras e socialmente democráticas. Devem ter em mente que “dificilmente alguém ensina algo a alguém; mas as pessoas aprendem nas relações com os seus semelhantes, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1997).

Conscientes de que a sociedade exige competências que apelem à cooperação, tomemos como referência Vygotsky (1978) que percepção a linguagem como um factor de mediação entre os indivíduos e o mundo. O indivíduo aprende na interacção com os outros, com a supervisão de um adulto ou de pares. Na perspectiva deste autor, um bom professor é aquele que proporciona um ambiente de aprendizagem que integre as características: as capacidades apropriadas, a tecnologia adequada, a ajuda necessária para que o aluno identifique a questão do problema e culmine no conhecimento.

Cientes de que são muitos os obstáculos que se apresentam à mudança e à inovação pedagógica, por um lado, o desejo de inovar está associado a um contexto favorável à mudança, por outro lado, a tendência da escola manter-se como está.

É notória a “*décalage*” entre a escola real e a ideal, o que conduz a uma imagem negativa da incapacidade de reacção da escola e dos professores à mudança, face a um contexto social em que as mudanças se sucedem a um ritmo acelerado e de forma pouco previsível. É urgente a mudança nas escolas, mas há que ter consciência de que como refere Guerra (2002, p. 289) “nenhum vento é favorável para um barco que anda à deriva. E anda à deriva se não existe um projecto concreto de viagem, se não há forma de controlar o barco ou se não estamos a navegar na direcção correcta”. Daí que os futuros supervisores pedagógicos se tiverem um projecto de viagem, que exija responsabilidade e aperfeiçoamento, comprovarão que se está a seguir a um bom ritmo no que concerne a mudar e inovar nas escolas.

Capítulo II – Metodologia de pesquisa

Terminada a apresentação da fundamentação teórica, passa-se à escolha da metodologia de pesquisa, que “implica o desenho da investigação, com indução do método de abordagem e as técnicas utilizadas, consubstanciando cientificamente o percurso da investigação. É nesta fase que se determina a forma de abordar o problema, ou seja, a estratégia a utilizar na sua resolução” (Carvalho, 2009, p. 154).

No capítulo da metodologia de pesquisa define-se o problema e especificam-se as questões de investigação e os objectivos do estudo. De seguida, apresenta-se a localização do estudo e a caracterização dos sujeitos da investigação. São igualmente apresentados o método e as técnicas de pesquisas utilizadas, assim como as limitações do estudo.

1. Problema

Na perspectiva de Sousa (2005, p. 43) “o problema define o objectivo da investigação, desenrolando-se toda a investigação com o propósito de descobrir a resposta a essa pergunta”. A investigação resulta da circunstância de existir um problema para o qual se quer descobrir uma resposta. Deste modo, a investigação estabelece o conjunto de procedimentos que conduz à solução do problema colocado.

A formulação do problema torna-se específica, individualizada e inconfundível. Neste período em que tanto se fala de supervisão pedagógica será que os profissionais de educação sabem do que se trata? Devido a esta dúvida que me “incomoda” a investigação será desenvolvida em torno do problema: Quais são as representações sociais dos educadores de infância do Concelho de Câmara de Lobos sobre a supervisão pedagógica?

Analisar-se-á o problema supracitado equacionando os pontos referidos por Carvalho (2009): a oportunidade (interesse da evolução científica acerca da temática a abordar), a relevância (se é capaz de conduzir a novos conhecimentos), a viabilidade (se é capaz de se resolver de forma eficaz através de pesquisa) e da exequibilidade (levar a uma conclusão válida).

2. Questões de investigação

“Definir as questões da pesquisa é provavelmente o passo mais importante a ser considerado num estudo” (Yin, 2005, p. 26). Deste modo, as questões a investigar foram formadas com o intuito de investigar as representações sociais acerca da supervisão pedagógica, na sua complexidade e no seu contexto natural. Para um melhor encaminhamento e desenvolvimento da pesquisa foram levantadas as seguintes questões:

- Como é que os educadores de infância concebem a supervisão pedagógica, no que concerne ao seu conceito, ao objectivo, ao plano de aplicação e aos obstáculos no processo supervisão?

- De que modo é percebido o supervisor pedagógico, quanto às competências e aos conhecimentos que deve possuir, assim como as suas funções e relações que estabelece com o docente supervisionado?

- Quais são as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica?

A primeira questão incide sobre a supervisão pedagógica, no que respeita à definição do conceito, ao objectivo que pretende realizar, ao plano em que é aplicada actualmente, apontando-se ainda para possíveis obstáculos à supervisão pedagógica.

A segunda questão indaga os educadores de infância acerca da pessoa do supervisor pedagógico, quanto a competências e a conhecimentos que deve possuir, a funções que deve exercer e o tipo de relação entre o supervisor pedagógico e o docente supervisionado.

A terceira questão focaliza-se nas representações sociais dos educadores de infância relativas à supervisão pedagógica, no que concerne à sua especificidade e à forma como são condicionadas pelos contextos em que acontecem. Faz todo o sentido, numa sociedade em rápida transformação, procurar um modo de pensar acerca das finalidades da supervisão pedagógica para bem de todos os alunos e docentes.

Estas foram as interrogações colocadas e que estão subjacentes ao estudo empírico desenvolvido, tendo sido determinantes na definição do quadro teórico e metodológico.

3. Objectivos do estudo

Os objectivos definem as linhas de prospectiva que se pretende desenvolver, de forma a proporcionar algo à situação de partida (Carvalho, 2009). Tendo em conta o objecto de estudo e a sua natureza, define-se como objectivo geral do estudo:

- Conhecer as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Por seu lado, os objectivos específicos do estudo são:

- Analisar o processo de formação e de construção das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica;

- Verificar se apesar da subjectividade das representações relativas à supervisão pedagógica, alguns deveres, princípios, valores, concepções e fins da supervisão pedagógica são pensados de forma idêntica;

Pretende-se concluir acerca das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Tendo por base a teoria das representações sociais de Moscovici analisar-se-á o processo de formação e de construção das representações sociais dos educadores de infância em relação à supervisão pedagógica. Pretende-se ainda verificar se apesar da subjectividade das representações relativas à supervisão pedagógica, alguns deveres a cumprir, valores a transmitir, concepções do que é a supervisão pedagógica e fins da supervisão pedagógica são pensados de forma idêntica.

4. Localização do estudo

O presente estudo foi realizado na Região Autónoma da Madeira, mais especificamente nas escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos. Para a realização do estudo foi solicitada a autorização à Secretaria Regional da Educação e da Cultura para a recolha de dados (anexo1), tendo sido concebida a autorização (anexo 2). A selecção do local de estudo deve-se ao facto de ser o concelho onde exerço funções no presente ano lectivo (2010/2011).

Seguidamente apresentar-se-á uma caracterização do local do estudo com base em dados recolhidos no site do Concelho de Câmara de Lobos (<http://www.cm-camaradelobos.pt/Concelho-1058.aspx>).

O concelho de Câmara de Lobos localiza-se a sul da Região Autónoma da Madeira, encontrando-se limitado a norte pelos concelhos de Santana e de São Vicente, a Sul pelo Oceano Atlântico, a Leste pelo concelho do Funchal e a Oeste pelo Concelho da Ribeira Brava. A área do concelho de Câmara de Lobos é de 52,2 Km² sendo a densidade populacional de 595,7 habitantes por cada Km². Este concelho tem uma população maioritariamente jovem e apresenta o mais baixo índice de envelhecimento na ilha da Madeira, 22,7%

Câmara de Lobos é um dos onze concelhos que constituem o arquipélago da Madeira. É constituído pelas freguesias do Jardim da Serra, do Estreito de Câmara de Lobos, da Quinta Grande, do Curral das Freiras e de Câmara de lobos.

A população activa do concelho é de 10986 habitantes, sendo 10125 o número de empregados, dos quais 7326 (72,35%) são do género masculino e 2799 (27,65%) do género feminino. O sector primário ocupa 2153 homens e 150 mulheres, o sector secundário 3045 homens e 961 mulheres e o sector terciário 2128 homens e 1688 mulheres.

Com base nos resultados preliminares dos Censos de 2011 divulgados pela Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) a 30 de Junho de 2011, o Concelho de Câmara de Lobos registou um aumento populacional de 3%, passando-se de 34.614 para 35.659 habitantes. No que respeita às freguesias regista-se um aumento na freguesia de Câmara de Lobos que passa de 16842 para 17972, e do Curral das Freiras que passa de 1673 para 2008, uma diminuição no Jardim da Serra que passa de 3707 para 3315 e na Quinta Grande que passa de 2156 para 2097, e uma estabilização na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos que passa de 10236 para 10275 (http://estatistica.govmadeira.pt/DRE_SRPC/EmFoco/Populacao_Sociedade/Demografia/Censos/emfoco.pdf).

Os dados preliminares apurados serão ainda alvo de estudo e análise por parte do Instituto Nacional de Estatística ficando-se a aguardar para saber se o concelho de Câmara de Lobos continua a ser o concelho mais jovem de Portugal.

4.1. Caracterização das escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos

No que respeita à rede pública de educação, no ano lectivo de 2010/2011, o concelho de Câmara de Lobos tinha dezassete escolas do 1º CEB com pré-escolar a funcionar em regime de tempo inteiro, sendo que uma delas localiza-se na freguesia da Quinta Grande, duas na freguesia do Jardim da Serra, duas na freguesia do Curral das Freiras, seis na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos e outras seis na freguesia de Câmara de Lobos.

Segue-se as instituições segundo as freguesias do Concelho de Câmara de Lobos.

Freguesia Jardim da Serra – F1

- I8, I10

Freguesia da Quinta Grande – F2

- I17

Freguesia do Curral das Freiras - F3

- I5, I7

Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos – F4

- I1, I2, I3, I4, I6, I15

Freguesia de Câmara de Lobos – F5

- I9, I11, I12, I13, I14, I16

5. Sujeitos da investigação

Segundo Tuckman (2002, p. 338) “a população (ou grupo alvo) utilizada num estudo em que se recorra ao questionário ou à entrevista, é o grupo sobre o qual o investigador tem interesse em recolher a informação e extrair conclusões”. Saliente-se

que na população é necessário o “estabelecimento de condições-limite que especificam quem estará incluído ou excluído da população”.

No presente estudo os sujeitos desta investigação define-se como sendo os educadores de infância do ensino público que exercem funções nas escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos, no ano lectivo 2010/2011. É possível ter acesso a todos os sujeitos que satisfazem os critérios supracitados, daí poder-se dizer que se está diante de uma população ou grupo alvo.

De acordo com o artigo 13º, ponto 1 do Estatuto da Carreira Docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário aos educadores de infância é-lhes conferida habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar. Esta formação visa dotar os educadores de infância de conhecimentos e de competências científico, técnico e pedagógicos para o exercício da prática docente nas dimensões:

- “a) Profissional e ética;
- b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- c) Participação na escola e relação com a comunidade;
- d) Desenvolvimento profissional ao longo da vida” (artigo 13º, ponto 2).

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar na sequência dos princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo determina como princípio geral que “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário” (capítulo II, artigo 2º)

Acrescente-se que de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 5º é possível verificar que “a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico” (ponto 3) e compete “ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar (ponto 4), sendo que “a frequência da educação pré-escolar é facultativa no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar” (ponto 8).

Neste estudo foram encaradas todas as escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos pertencentes ao ensino público, sob jurisdição da

Direcção Regional de Administração educativa (DRAE) da Secretaria Regional da Educação e da Cultura. A população alvo é constituída por dezassete educadores de infância, ou seja, um educador de infância por cada escola do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos.

6. Método e técnicas de pesquisa

Até ao momento apresentou-se o enquadramento teórico imprescindível à compreensão do tema em estudo, o problema a solucionar, as questões da investigação, os objectivos a conseguir, a localização do estudo e os sujeitos da investigação. Passar-se-á à exposição da escolha do método e das técnicas de pesquisa para levar a cabo a investigação.

6.1.Método de pesquisa

Cientes do falhanço das palavras assim como do próprio pensamento, seguiu-se sempre pelo princípio de procurar aquilo que não se sabe. Não se pretendeu que os entrevistados se despissem da sua própria subjectividade, mas procurou-se direccionar de forma implícita a consciência para o comprazimento, indo ao encontro do pensamento de Damásio (2003, pp. 23-24):

Pense o impensável e considere que (...). A consciência é, com efeito, a chave para uma vida examinada, para o melhor e para o pior; é a certidão que nos permite tudo conhecer (...). A consciência, no seu plano mais simples e básico, permite-nos reconhecer o impulso irresistível para conservar a vida e desenvolver um interesse por si mesmo. A consciência, no seu plano mais complexo e elaborado, ajuda-nos a desenvolver um interesse por outros si mesmos e a cultivar a arte de viver.

A consciência está sempre presente nas criações, pois a natureza das revelações orienta o processo de criação. A consciência é inerentemente individual e acontece na mente de cada um. No centro de cada experiência há um “eu” que sente, reage e interpreta.

Na presente investigação não se pretende nenhuma conclusão definitiva, mas sim possibilidades de compreensão, ou seja, encontrar caminhos que aproximem de uma

conclusão provável com base no diálogo que impõe um compromisso quer da investigadora quer do sujeito de investigação. “No paradigma emergente o conhecimento é total (...). Mas sendo total, é também local (...). O conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade” (Santos, 2003, p.48).

Nesta linha de pensamento iniciou-se o percurso metodológico. De salientar que a investigação constitui uma actividade prática que impõe reflexões diante de dado contexto socioeconómico e cultural em que se desenvolve a investigação, daí se tornar necessário fazer uma caracterização desse mesmo contexto.

De acordo com Almeida & Freire (2007, p. 82) um plano de investigação deve ser “adequado e rigoroso” isto é, deve assegurar que os procedimentos ajustam-se à natureza do problema e aos objectivos do estudo. Deste modo, há que verificar o rigor e a pertinência dos procedimentos de recolha e de análise dos dados. Pretende-se no fundo que o presente estudo capte a informação de forma objectiva e assegure confiança nas relações que se possa vir a criar entre os dados recolhidos. O plano de investigação também deve garantir a validade dos dados recolhidos, o que passa por controlar as fontes de erro que possam por em causa a validade interna (significado dos resultados) e a validade externa (generalização a outras situações). Explicitar-se-ão estas ideias mais adiante.

Considerando a natureza do objecto e os objectivos a atingir, o presente estudo terá uma metodologia de natureza qualitativa.

A investigação de natureza qualitativa pressupõe a inter-relação do investigador com a realidade que está a estudar e, na perspectiva de Bell (1997, p. 20) os “investigadores que adoptam uma pesquisa qualitativa estão mais interessados em compreender as percepções individuais”.

Bodgan e Biklen (1994, p.11) referem que a investigação qualitativa realça a “descrição, indução, a teoria fundamentada e o estudo de percepções pessoais” e possui cinco características nomeadamente:

- a fonte de recolha de dados é o ambiente natural e o investigador é o instrumento principal. O investigador frequenta o local do estudo visto preocupar-se com o contexto, entendendo que as actuações são entendidas de melhor forma quando são observadas no ambiente natural;

- a investigação qualitativa é de carácter descritivo uma vez que os dados recolhidos apresentam-se sob a forma de palavras ou de imagens, não sendo números.

No presente estudo os dados obtidos incluem transcrições de entrevistas e análise de documentos e tenta-se analisá-los tanto quanto possível na sua riqueza de conteúdo. Este tipo de abordagem é usado com o intuito de elucidar o objecto de estudo em questão.

- o investigador interessa-se mais pelo processo do que pelos resultados de produtos;

- o investigador tende a analisar os dados de modo indutivo, uma vez que não são recolhidos dados com o objectivo de se confirmar ou infirmar hipóteses constituídas. Fazem-se abstrações à medida que se vão recolhendo e agrupando os dados.

- o significado reveste-se de importância crucial, visto o investigador estar interessado na forma como os sujeitos da investigação atribuem sentido ao que está a ser investigado. Questiona-se o sujeito da investigação com o intuito de compreender “o modo como eles interpretam as suas vivências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem” (Psathas, 1973, citado por Bodgan & Biklen, 1994, p. 51). Deste modo, o processo conducente da investigação espelha o diálogo entre o investigador e o sujeito de investigação como já foi referido anteriormente neste mesmo ponto.

Na presente investigação os dados recolhidos, denominados qualitativos são ricos em pormenores. As questões da investigação foram formuladas com o intuito de se investigar os fenómenos no seu contexto natural e na sua complexidade, não sendo estabelecidas de acordo com operacionalização de variáveis. Não se pretende testar hipóteses, mas sim compreender as representações a partir da perspectiva dos educadores de infância permitindo deste modo investigar um fenómeno na sua complexidade e no seu contexto natural, visando conhecer e compreender os pontos de vista e o comportamento dos sujeitos da investigação, a partir da sua própria perspectiva.

Refira-se que na tentativa da existência de um maior rigor e validade dos dados, no sentido de demonstrar o seu significado, recorreu-se à análise quantitativa tendo em vista uma visão holística das escolas do 1º CEB com pré-escolar concelho de Câmara de Lobos, dos entrevistados e da classe discente com quem os entrevistados trabalham. A análise quantitativa permite uma melhor discussão e a interpretação dos dados.

O estudo de caso foi o método utilizado, pois é a estratégia escolhida quando questões do tipo “como” e “porquê” são colocadas. Segundo Bell (1997, p. 23) o estudo

de caso “é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo”.

O estudo de caso como estratégia de pesquisa é utilizado em variadíssimas situações “para contribuir com o conhecimento que temos dos fenómenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenómenos relacionados” (Yin, 2005, p. 20). Representa a estratégia adequada quando o investigador tem pouco controle sobre os acontecimentos e ainda quando a atenção está concentrada em fenómenos inseridos num dado contexto.

Na perspectiva de Sousa (2005, p. 137) “o estudo de caso visa essencialmente a compreensão do comportamento de um sujeito, de um dado acontecimento, ou de um grupo de sujeitos ou de uma instituição, considerados como entidade única, diferente de qualquer outra, numa dada situação contextual específica, que é o seu ambiente natural”. É uma investigação naturalista, em que o sujeito de investigação é estudado no seu ambiente natural, não existindo qualquer intervenção por parte do investigador no sentido da manipulação das variáveis.

Bodgan e Biklen (1994) acrescentam que o estudo de caso possibilita realizar uma pesquisa que preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real de uma organização (neste caso, a escola) e permite focar-se em acontecimentos contemporâneos, isto é, enquanto “observação detalhada de um contexto”.

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real” (Yin, 2005, p. 32). Deste modo, neste estudo pretende-se conhecer e compreender as representações sociais a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, sendo os dados recolhidos em função de um contacto com os sujeitos, no seu contexto de vida real e procurando os respectivos sentidos e significados.

Uma vez que o presente estudo se baseia principalmente em questões do tipo “o que” [pensam os educadores de infância sobre a supervisão pedagógica] então está-se perante “um fundamento lógico justificável para conduzir um estudo exploratório, tendo como objectivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições pertinentes a inquirições adicionais” (Idem, p. 24).

Muitos investigadores demonstram um certo desprezo na utilização do estudo de caso devido à falta de rigor pelo facto de o investigador de estudo de caso que em

muitas situações “não seguiu os procedimentos sistemáticos ou permitiu que se aceitassem evidências equivocadas ou visões tendenciosas para influenciar o significado das constatações e conclusões” (Yin, 2005, p. 29). Respondendo a esta crítica, procurar-se-á obter um conhecimento das representações sociais sobre a supervisão pedagógica, a fim de permitir uma melhor compreensão da realidade educativa, com a inevitável subjectividade, mas marcada sempre pelo rigor e pela objectividade na recolha, na análise e na interpretação dos dados. Acrescente-se que o estudo de caso evidencia a sua validade interna pela actividade da análise de conteúdo, pela construção das explicações e muitas vezes pela triangulação de dados.

Aparece ainda uma outra crítica na utilização do estudo de caso pelo facto de este não ser passível de ser generalizado, mas neste estudo não existe qualquer propósito de generalização dos resultados, pretendendo-se apenas conhecer as representações sociais dos educadores de infância do concelho de Câmara de Lobos sobre a supervisão pedagógica. Embora os sujeitos da investigação sejam definidos como um educador de infância de cada escola do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos, não se pretende generalizar as conclusões a obter.

No que concerne à recolha de dados, o método escolhido apresenta-se como uma estratégia de pesquisa que possibilita uma mistura de evidências. Neste estudo, como se verá na alínea seguinte, serão recolhidos dados qualitativos através da análise documental e da entrevista que depois se confrontarão.

Acrescente-se que no estudo de caso “uma etapa fundamental ao projectar e conduzir um caso único é definir a unidade de análise (ou o próprio caso)” refere Yin (2005, p. 67). No presente estudo será considerada como unidade de análise as representações sociais dos educadores de infância do concelho de Câmara de Lobos sobre a supervisão pedagógica.

Em síntese, poder-se-á dizer que o estudo de caso é um método que abrange tudo, desde a lógica de planeamento, as técnicas de recolha de dados e as abordagens específicas à análise de dados.

6.2. Técnicas de pesquisa

De acordo com Bell (1997, p. 23) “as técnicas de recolha de informação seleccionadas são aquelas que se adequam à tarefa”. Yin (2005, p. 109) refere que “as

evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registos em arquivos, entrevista, observação directa, observação participante e artefactos físicos” e é de extrema importância que exista uma ligação entre o problema da investigação, assim como com os dados recolhidos e por fim com as conclusões retiradas.

Na presente investigação, visando atingir os objectivos propostos, serão usados o inquérito por entrevista e a análise documental. Saliente-se que a entrevista foi construída particularmente para a presente investigação.

A razão que levou à opção da entrevista deve-se ao facto de que como refere Tuckman (2002, p. 307) “ao possibilitar o acesso ao que está dentro da cabeça de uma pessoa, (...) é possível medir o que uma pessoa sabe (informação do conhecimento), o que gosta e não gosta (valores e preferências) e o que pensa (atitudes e crenças)” pode-se concluir acerca das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Também é possível fazer a quantificação da informação obtida através da contagem, ou seja, criar-se-ão tabelas de frequências e gráficos com recurso ao Excel para uma melhor caracterização das escolas, dos entrevistados e da classe discente com que trabalha o entrevistado.

Realizar-se-á análise documental nomeadamente a cinco Projectos Educativos de Escola (PEE), sendo um PEE por cada freguesia do concelho, visando obter uma caracterização do contexto em que decorre a investigação.

Apresentar-se-ão em seguida as técnicas de pesquisa a utilizar na recolha de dados.

6.2.1. A entrevista

Para a recolha de dados recorrer-se-á à entrevista, pois esta é uma técnica que possibilita “a recolha de dados de opinião que permitem não só fornecer pistas para a caracterização do processo em estudo, como também conhecer sob alguns aspectos, os intervenientes do processo” (Estrela, 1994, p. 342).

Bogdan & Biklen (1994, p. 134) referem que “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, (...) dirigida por uma das pessoas, com o objectivo de obter informações sobre a outra” e “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver

intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Neste sentido, pretender-se-á descobrir o significado das representações em relação à supervisão pedagógica no pensamento dos educadores de infância.

Mencione-se que de acordo com Yin (2005), as entrevistas são consideradas como uma das mais relevantes fontes de informação num estudo de caso.

Ciente de que “uma entrevista é muito mais do que uma conversa interessante” (Bell, 1997, p. 121) optou-se pela entrevista semi-estruturada como técnica de pesquisa, uma vez que esta é aconselhada quando “há necessidade de explorar a fundo uma dada situação vivida em condições precisas” (Sousa, 2005, p. 24), visando facilitar uma mais vasta e consistente recolha de dados de opinião, que permita clarificar ideias e aprofundar as questões de investigação, em função dos objectivos propostos no início do estudo.

Acrescente-se que “mantendo fidelidade à tradição qualitativa de tentar captar o discurso próprio do sujeito, deixando que a análise se torne evidente, as grelhas de entrevista permitem, geralmente, respostas e são suficientemente flexíveis para permitir ao observador anotar e recolher dados sobre dimensões inesperadas do tópico do estudo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134). Daí a utilização da entrevista semi-estruturada como modo de salvaguardar alguma inexperiência da entrevistadora em efectuar entrevistas.

Na entrevista foram formuladas questões, sendo que as respostas às questões reflectem as percepções e os interesses dos educadores de infância. “As pessoas são diferentes e poderão surgir igualmente perspectivas diferentes, podendo “emergir assim um quadro razoavelmente representativo da ocorrência ou ausência do fenómeno e, desse modo, propiciar-nos uma base para a sua interpretação” (Tuckman, 2002, p. 517). A fim de diminuir a neutralidade do processo e o grau de consistência das conclusões, construiu-se um guião de entrevista (anexo 3), cujo conteúdo surge das questões formuladas inicialmente.

O guião da entrevista foi organizado em oito blocos (de A a H), tendo em conta o tipo de informação que se pretendia recolher face aos objectivos.

O bloco A visava a identificação a entrevistadora, a apresentação da natureza do estudo e os seus objectivos, a motivação e o pedido de ajuda aos educadores de infância pois o seu contributo era imprescindível e por fim a garantia da confidencialidade dos dados.

O bloco B pretendia-se proceder à caracterização do meio socioeconómico e cultural assim como do estabelecimento de ensino onde o educador de infância exerce funções e a identificação das condições de trabalho no mesmo. De referir que os tópicos deste e dos blocos C, D, E, F funcionaram como pontos de partida para a elaboração das perguntas, as quais dependeram das características da entrevista.

O bloco C apontava para a caracterização dos educadores de infância quanto ao género, à idade, às habilitações académicas, ao tempo de serviço, à situação profissional e ao desempenho de outro cargo para além de educador de infância. Questionou-se o entrevistado quanto ao seu percurso profissional e verificou-se se o entrevistado possuía formação na área da supervisão pedagógica e o local/entidade onde a obteve.

O bloco D visava a caracterização da classe docente quanto à idade, ao género e avaliação global do grupo de crianças. Caracterizou-se ainda o nível socioeconómico e cultural da classe discente.

O bloco E pretendia problematizar a temática da supervisão pedagógica, procurando-se questionar sobre o conceito de supervisão pedagógica, interrogar sobre qual deve ser o objectivo da supervisão pedagógica e verificar em que plano é aplicada a supervisão pedagógica, inquirir sobre qual deverá ser a postura/atitude dos docentes perante a supervisão pedagógica, inquirir sobre os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica, interrogar se a supervisão pedagógica contribui, e em que medida, para a melhoria do trabalho escolar, interrogar se a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escolas e indagar sobre a formação contínua e especializada no âmbito da temática apresentada.

O bloco F assemelhava-se ao bloco anterior mas direccionado para o supervisor pedagógico procurando-se inquirir sobre quem é a pessoa do supervisor pedagógico, interrogando-o sobre as competências que este deve deter, assim como sobre os conhecimentos que deve possuir; interrogar sobre as funções atribuídas ao supervisor pedagógico; inquirir acerca da formação que o supervisor pedagógico deve possuir; questionar sobre qual deverá ser a relação pedagógica entre o supervisor pedagógico e o docente supervisionado.

O bloco G apontava para a indicação de expectativas e/ou preocupações em relação à supervisão pedagógica.

O bloco H reiterava os agradecimentos e a garantia de confidencialidade das informações obtidas.

Acrescente-se que nos blocos C, D, E, F e G o modelo usado foi o semidirectivo, estando a entrevista centrada no educador de infância entrevistado. Não se interrompeu o entrevistado e tentou-se efectuar-se uma articulação entre as perguntas dos blocos, para que não parecesse que a entrevista estava dividida registando-se as reacções verbais e as conotações linguísticas.

Depois de elaborado o guião da entrevista deu-se início à parte prática. Saliente-se que antes de se dar início às entrevistas com os sujeitos da investigação do estudo, a entrevista careceu de ser testada de modo a se detectarem a existência de algumas falhas na mesma. Para tal, efectuaram-se duas entrevistas a duas educadoras de infância conhecidas mas que não foram consideradas para efeito de análise de conteúdo.

Feitas as alterações necessárias na entrevista, estabeleceu-se um contacto pessoal com o educador de infância de cada escola do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos que iria ser entrevistado, em que se fez uma apresentação do estudo, assim como do objectivo do estudo, pois como refere Guerra (2006, p. 51) “explicar com clareza o objectivo da entrevista e os seus temas é imprescindível, porque permite estabelecer essa relação de parceria que gera a possibilidade de «reflexividade» nos elementos desta interacção”. Posteriormente, combinou-se com alguma antecedência o dia, a hora e o local da entrevista.

No que respeita à questão da confidencialidade, Lessard-Herbet et al. (citados por Guerra, 2006) destacam que informar de forma correcta os entrevistados acerca dos objectivos da investigação, assunto abordado no parágrafo anterior, assim como garantir ao entrevistado o sigilo da sua identidade e das respostas dadas, apresentam-se como princípios que se devem privilegiar na ordem ética de qualquer investigação.

Foi pedida autorização ao entrevistado para a gravação da entrevista e foram garantidos a confidencialidade e o anonimato. A confidencialidade e o anonimato contempla a parte escrita e verbal da informação recolhida e não serão reveladas informações a terceiros acerca dos sujeitos da investigação. O registo da entrevista foi feito a partir da reprodução por escrito das gravações e o mais próximo possível após a realização da entrevista.

Saliente-se que os sujeitos da investigação aderiram de forma voluntária ao estudo, informados da natureza do estudo em questão, assim como dos perigos implicados. Os sujeitos da investigação não foram expostos “a riscos superiores aos ganhos que possam advir” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 75). De forma a expor o referido recorreu-se a um formulário que continha a descrição do estudo, o que se faria com os

dados obtidos assim como outras informações consideradas pertinentes (anexo 4). A assinatura do sujeito da investigação constitui prova do consentimento informado e as identidades dos sujeitos de investigação foram protegidas, de modo a que os dados que o investigador recolhe não lhes causem qualquer prejuízo.

As entrevistas foram aplicadas a um educador de infância por escola do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos e o critério adoptado na escolha dos educadores de infância foi por conveniência. Refira-se que no total realizaram-se dezassete entrevistas, sendo que estas decorreram no mês de Maio e Junho de 2011.

As entrevistas foram realizadas no dia, hora e local combinado com o entrevistado, tiveram uma duração inferior a quarenta minutos e foram realizadas num momento único.

De referir que todas as entrevistas foram codificadas, a fim de garantir o anonimato e possibilitar uma melhor sistematização dos dados. A codificação atendeu à ordem cronológica da realização das entrevistas e assim, as entrevistas foram identificadas por E1, E2, E3, E4 e E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16 e E17, em que o E diz respeito ao termo entrevista e o número que se segue foi atribuído consoante a ordem cronológica da realização das entrevistas. Deste modo, cada entrevistado e o respectivo protocolo foram identificados pelos códigos supracitados.

Uma vez que algumas freguesias do concelho têm um número reduzido de escolas, verificou-se a partir dos protocolos que algumas frases facultavam a identificação da escola em questão. Tendo em conta o referido, optou-se por suprir o nome de pessoas ou escolas nos protocolos das entrevistas, quando estes apareciam.

Acrescente-se que o local da entrevista coincidiu na maior parte das vezes com a escola onde o educador de infância exerce funções, à excepção da E7 e da E11 por opção dos entrevistados.

Dado que grande parte dos entrevistados era desconhecida, aproveitou-se os momentos iniciais para quebrar o gelo inicial. Nas entrevistas pretendeu-se criar um clima propício à formulação das questões, onde os entrevistados tiveram completa liberdade para falarem do tema, exprimindo as suas opiniões. Refira-se que as boas entrevistas são caracterizadas pelo facto dos sujeitos da investigação se apresentarem à vontade e falarem de forma livre acerca dos seus pontos de vista, esperando-se que estas produzam uma riqueza de dados e que revelem as perspectivas dos entrevistados (Bell, 1997).

Nas entrevistas procurou-se sobretudo escutar os entrevistados, mas atendendo aos princípios definidos por Estrela (1994) para a sua concretização, pretendendo não dirigir a entrevista, não limitar as respostas e não se restringindo somente à temática abordada, deixando os entrevistados expor espontaneamente o seu pensamento, de acordo com as questões enunciadas, contudo visando esclarecer os quadros de referência utilizados pelos mesmos, levando-os a clarificar os conceitos e as situações concretas.

Tendo em conta que o método usado é o estudo de caso, seguiu-se a teoria apresentada por Yin (2005, p. 82) e houve o cuidado de “fazer boas perguntas”, ser “flexível” e “um bom ouvinte” e não se deixar enganar por preconceitos. Realizadas as entrevistas procurou-se interpretá-las do modo mais fiel possível.

Saliente-se que alguns dos entrevistados contactados mostraram alguma resistência em se disponibilizar para a entrevista alegando o receio de poder a vir a sofrer algum tipo de represálias, alegaram falta de tempo e demonstraram um certo desinteresse. Refira-se que numa escola com sete educadores de infância, numa primeira fase, todos rejeitaram a hipótese de se disponibilizarem para a entrevista, contudo após uma conversa com uma das educadoras de infância esta disponibilizou-se para a entrevista desde que a mesma não fosse gravada e assim foi. Pelo contrário, outros educadores de infância prontificaram-se logo para a entrevista e, inclusive, referiram o facto de não se importarem que os seus nomes aparecessem no protocolo da entrevista.

Há que referir que três das dezassete entrevistas, nomeadamente a E12, E14 e E15, não foram gravadas, pois no dia combinado para a realização da entrevista os entrevistados pediram para que não fosse gravada a entrevista, tendo sido escrito tudo o que estas disseram. Neste caso, a decisão tomada foi a de aceitar o pedido pois era evidente a disponibilidade para a entrevista.

6.2.2. Análise documental

De acordo com Chaumier (1974, citado por Sousa, 2005 p. 262) a análise documental constitui “uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num

estado ulterior, a sua consulta e referenciação”. Diz respeito ao tratamento da informação que está nos documentos, sendo que o objectivo da análise de conteúdo é apresentar a informação de modo diferente, facilitando assim a compreensão e a obtenção da maior quantidade (aspecto quantitativo) de informação com pertinência (aspecto qualitativo).

A análise documental apresenta-se como “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (Bardin, 2005, p. 46) permitindo a passagem de um documento dito primário para um documento secundário, sendo este último uma representação do primeiro. Trata-se de resumos (condensação do documento com base em determinadas regras) ou de indexações (permitem a classificação da informação do documento em indicadores), cujo tratamento é idêntico à análise de conteúdo.

A análise documental na presente investigação constou de cinco Projectos Educativos de Escola, um por freguesia do concelho de Câmara de Lobos.

No Decreto-Lei 75/2008, artigo 9, ponto 1, alínea a, define-se Projecto Educativo de Escola como “o documento que consagra a orientação educativa (...) no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”.

Os PEE recolhidos e analisados foram usados visando consolidar os dados referentes ao contexto socioeconómico e cultural do concelho de Câmara de Lobos recolhidos das entrevistas ou adicionar outras informações relativas ao contexto.

Os PEE referidos anteriormente foram solicitados à directora de uma escola por freguesia, sendo que foram fornecidos sem qualquer restrição. Assim, surgem o D1, D2, D3, D4 e D5, sendo que o D corresponde ao termo documento e o número que segue foi atribuído consoante a freguesia onde foi recolhido. Saliente-se que os documentos atrás enunciados não serão colocados em anexo neste trabalho pelo facto de serem documentos das respectivas escolas do 1º CEB do concelho de Câmara de Lobos e para assim se salvaguardar o anonimato e a confidencialidade dos mesmos.

Na análise documental seguiu-se os procedimentos enunciados por Sousa (2005), nomeadamente: a leitura cuidada e integral de cada documento de modo a ter uma visão do todo; encontrar a ideia principal do texto; localizar os principais elementos referentes ao contexto; analisar os elementos; analisar as conexões e interacções dos elementos constituintes, procurando estabelecer relações entre os

resultados obtidos nas entrevistas e os elementos encontrados em cada documento; verificar a coerência dos elementos entre si; e, por fim, analisar a estrutura, isto é, a forma como os elementos estão organizados no seu conjunto.

6.3. Análise e interpretação dos dados

6.3.1. Entrevistas

Realizadas as entrevistas procedeu-se à redacção na íntegra dos registos áudio obtidos dando origem a dezassete protocolos (anexo 5).

Os dados recolhidos por intermédio das entrevistas carecem da análise de conteúdo. De acordo com Sousa (2005, p. 265) a análise de conteúdo é essencialmente:

Uma análise estrutural, em que se procura, em documentos de natureza variada, através de operação de disjunção e conjunção, entender a sua organização estrutural para, a partir daí efectuar inferências que levem ao real conteúdo manifesto e não apenas aparente. (...) Analisar o conteúdo é procurar ultrapassar a superfície penetrando no interior para descobrir o conteúdo profundo, o significado verdadeiro.

Efectuar-se-á uma análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2005, p. 31) traduz-se num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”. Neste sentido, o objectivo da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos referentes às condições em que foram produzidos, inferência que apela aos indicadores quer sejam quantitativos ou não.

Quando se efectua uma análise, consciente ou não, faz-se uma comunicação entre as estruturas semânticas, linguísticas, psicológicas e sociológicas dos enunciados.

Na presente investigação, a análise de conteúdo das dezassete entrevistas realizadas percorreu as etapas referidas por Bardin (2005, p. 95): “a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

A pré-análise é caracterizada como a fase de organização em que de forma mais ou menos intuitiva a investigadora pode fazer uma ideia geral acerca do tipo de conteúdos das entrevistas. A pré-análise é geralmente constituída pelos seguintes procedimentos: a leitura de cada entrevista, de modo a conhecer os conteúdos, a forma como os conteúdos estão organizados e aperceber-se das ideias principais; a ordenação das entrevistas de acordo com a ordem que foi realizada; a referenciação das unidades, a elaboração dos indicadores e a preparação do material para a análise.

Refira-se que a fase da pré-análise tem três incumbências: a selecção dos documentos que serão submetidos a análise, a enunciação dos objectivos e a preparação de indicadores que apoiem a interpretação final. A pré-análise caracterizar-se-á pelas leituras dos dezassete protocolos obtidos, retirando-se destes as ideias chave, de forma a facilitar a categorização dos dados. É uma etapa em que se pressupõe a aceitação da argumentação do entrevistado, tendo por base a leitura dos protocolos, visando identificar o conteúdo e a estrutura das categorias: a categoria de conteúdo definido previamente (à priori), influenciado pela leitura dos protocolos (à posteriori), o que origina o aparecimento de subcategorias (unidades de análise). É importante que se comece na pré-análise a definir as categorias, as unidades de análise e os indicadores considerando-se a sua codificação para registo de dados. Os indicadores são os elementos que têm a propriedade de apontarem algo significativo.

Na fase da exploração do material fez-se uma análise propriamente dita, em que se procedeu à categorização ou codificação do material. “A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias” (Bardin, 2005, p. 119).

A categorização consiste numa “operação de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2005, p. 117). A categorização visa fornecer uma representação simplificada dos dados recolhidos e enquanto processo de tipo estruturalista contém duas fases: a inventariação que consiste no isolamento dos elementos e a classificação que consiste na divisão dos elementos e na procura de uma organização das mensagens/comunicações.

“A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (Bardin, 2005, p. 119). A análise de conteúdo assenta de forma implícita na convicção de que a categorização não admite produz desvios, quer por recusa quer

por excesso no material recolhido, mas mostra índices que não estão visíveis, no que respeita aos dados brutos.

As categorias apresentam-se como unidades de registo que surgem da forma de um título genérico e agrupam-se tendo em conta o que é comum num conjunto de elementos. Acrescente-se que as subcategorias atendem ao princípio anterior, mas mais fechadas associam-se de forma directa com a categoria a partir da qual foi criada. Acrescente-se que “Nesta etapa não há formação de conceitos, importação ou descoberta de teorias, criação de novos pensamentos. O objectivo é dar ao material uma forma que conduza a tais fins, e isto significa ordenar os dados de uma maneira coerente, completa, lógica e sucinta” (Woods, 2001, p. 139).

No presente estudo os dados recolhidos nas entrevistas foram agrupados em categorias e subcategorias detentoras das características relativas do conteúdo das entrevistas, tendo sido elaborado um quadro de categorização e de classificação (anexo 6) e posterior construção de uma grelha para análise (anexo 7). O mesmo critério foi seguido para a análise documental, nomeadamente a elaboração do quadro de categorização (anexo 8) e construção da grelha para análise (anexo 9).

Refira-se que a definição do sistema de categorias resultou da combinação dos processos “a priori” e “a posteriori”, procurando-se respeitar os critérios recomendados por Bardin (2005): a exclusividade (é preciso ter em conta todos os elementos, não se podendo deixar de fora qualquer elemento por uma ou outra razão); a representatividade (uma amostra é rigorosa se a amostra é uma parte representativa do universo inicial); a homogeneidade (as entrevistas devem apresentar critérios precisos de escolha, devem ser efectuadas sobre um dado tema e todas as entrevistas deverão referir-se a esse tema) e a pertinência (as entrevistas devem ser adequadas, enquanto fonte de informação, visando corresponder ao objectivo que suscita a análise).

Reescreveram-se as representações dos educadores de infância de acordo com as categorias efectuadas. Teve-se em atenção a recomendação de Bardin (2005, p. 120) que alerta para que “as categorias construídas não corram risco de dado elemento pertencer a mais do que uma categoria (exclusão mútua). Segundo este autor, “o sistema de categorias deve reflectir as intenções de investigação, isto é, as categorias devem estar adaptadas ao material de análise” e “deve existir o máximo de objectividade e fiabilidade na análise”. Procurou-se assegurar a validade interna, submetendo cada categoria de análise de conteúdo elaborada a um critério de exaustividade no sentido da

não repetição, da homogeneidade obedecendo ao mesmo critério e da pertinência reflectindo as questões de investigação e os objectivos do estudo.

A análise consistiu na elaboração de uma grelha de análise, de modo a verificar-se a adequação das categorias com rigor ao material recolhido e aos objectivos do estudo. Respeitou-se e exprimiu-se, o mais fielmente possível, as ideias expressas pelos educadores de infância.

Refira-se que a garantia da análise de conteúdo é dada pelo processo de categorização. A validade da análise de conteúdo refere-se à verificação se os objectivos previamente definidos foram ou não atingidos de modo válido sem distorções nem desvios. A validade interpretativa refere-se às interpretações e as inferências que permitem estabelecer a partir dos dados obtidos na análise de conteúdo.

A análise efectuada no presente estudo permitirá conhecer a significância dos resultados obtidos e a validação dos procedimentos efectuados, uma vez que considera-se que todas as etapas que completam o processo de análise de conteúdo serão executadas de forma correcta.

Na fase do tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação refira-se que os resultados obtidos pelos procedimentos acabados de descrever na fase da exploração do material serão tratados de modo a poderem tornar-se dados ponderados, permitindo estabelecer quadros em que se sintetize e descreva as informações obtidas. Operações estatísticas simples com percentagens permitiram a elaboração de quadros de resultados (relativos à caracterização das escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos, caracterização do perfil dos entrevistados e caracterização da classe discente com que trabalha cada entrevistado), como se verá no capítulo III deste trabalho, os quais condensam e colocam em realce as informações proporcionadas pela análise das dezassete entrevistas.

A interpretação dos resultados (capítulo IV) será feita de acordo com os objectivos e com o suporte teórico, de modo a possibilitar a compreensão do fenómeno que constitui o objecto de estudo em questão.

Por um lado, deve-se prestar atenção e não receber como verdades absolutas os indícios que são oferecidos aquando do processo de recolha de dados, contudo, por outro lado, não se deve duvidar necessariamente dos indícios oferecidos como elaborados de modo a iludir. Como alerta Tuckman (2002, p. 8) há que analisar de forma cuidadosa os dados obtidos à base da validade interna sendo que “o seu resultado está em função do programa ou abordagem a testar mais do que outras causas não

relacionadas sistematicamente com esse estudo. A validade interna afecta a nossa certeza (certainty) de que os resultados da investigação podem ser aceites, baseados no design da investigação”.

7. Limites do estudo

As exigências éticas guiam toda e qualquer actividade humana. A investigação, enquanto processo não é isenta às questões éticas. Neste sentido, a condução de uma investigação deverá revestir-se de todos os cuidados que envolvem quaisquer relações humanas (Sousa, 2005) e é facilmente assumível o princípio de que na investigação há que salvaguardar os princípios da ética. Na investigação a questão ética central passa pelo dilema que inclui dois sistemas de valores, por um lado, a “crença no valor e na necessidade da investigação em si mesma, por outro lado, a crença na dignidade humana, nos seus contextos de vida e no direito de ambos à privacidade” (Almeida & Freire, 2007, p.195).

A ética entendida como um conjunto de princípios e normas morais que regem a actividade humana, obriga o investigador a estabelecer três níveis de compromisso: “o que estabeleceu consigo”, com a sua própria consciência e com as exigências da investigação; “aquele que estabeleceu com a sociedade”, à qual deve um serviço claro, rigoroso e orientado para a melhoria do bem-estar humano; e finalmente “aquele que assumiu com os participantes”, aos quais deve respeito, clareza e confidencialidade ao nível dos relatórios e participação nos processos (Guerra, 2003b, p. 200). Crê-se que os investigadores são pessoas idóneas e quer na recolha de dados quer na apresentação dos dados essa integração ética mantém-se. A consciência diz como proceder.

Tuckman (2002, pp. 20-22) aponta algumas exigências éticas do processo de investigação: “O direito à privacidade ou à não participação, o direito a permanecer no anonimato, o direito à confidencialidade, o direito a contar com o sentido de responsabilidade do investigador”. Na presente investigação foram garantidas as exigências referidas quer aos entrevistados quer às suas escolas. De referir que, ao longo do estudo foram assegurados os três níveis de compromisso referidos por Guerra, pois como refere Freire (1997, p. 19):

Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Neste sentido, a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade mas não é uma virtude. Não podemos aceitá-la.

A investigação em si constitui um compromisso moral. Escrever constitui um imperativo moral e só se pode fazer com os outros. Daí, a bibliografia de autores que se apresenta como guias e mestres que ensinam que não se pode nem deve escrever sobre o vazio.

Capítulo III – Análise e interpretação dos resultados da investigação

Neste capítulo faz-se a análise dos dados obtidos na investigação, sendo que esta análise “consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombina as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições do estudo” (Yin, 2005, p. 137).

Na primeira parte mostrar-se-ão os dados recolhidos das entrevistas referentes às escolas do 1º CEB com pré-escolar de Câmara de Lobos, aos entrevistados, à classe discente com que os entrevistados trabalham e ao meio sócio económico e cultural onde se insere a investigação. Na segunda parte faz-se o cruzamento dos dados da análise de conteúdo das entrevistas com o enquadramento teórico.

1. Dados recolhidos nas entrevistas

1.1. Escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos

No quadro 1 é possível verificar as informações recolhidas nas entrevistas, relativas às escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos. A caracterização das escolas é feita de acordo com a localização das instituições por freguesia do concelho, número de educadores por instituição, número de educadores por freguesia e número total de alunos por instituição.

Para uma melhor apresentação dos dados relativos às escolas apresentam-se os dados no quadro 1 e, posteriormente, faz-se a análise desses mesmos dados com base nas tabelas e nos gráficos que foram elaborados para o efeito (anexo 10).

| Entrevistados | Escola/ Instituição | Freguesia | Docentes | | | | | Nº salas do pré-escolar | Alunos | | |
|---------------|------------------------|-----------|-----------------------|----|------------------------|----|-------|----------------------------|----------|-------------|-------|
| | | | Professores do 1º CEB | | Educadores de Infância | | | | 1º ciclo | Pré-escolar | Total |
| | | | Total | QE | QZP | C | Total | | | | |
| E1 | I1 | F4 | 19 | 2 | 2 | 0 | 4 | 2 | - | - | 165 |
| E2 | I2 | F4 | 19 | 1 | 3 | 0 | 4 | 2 | - | - | 170 |
| E3 | I3 | F4 | 13 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 70 | 21 | 91 |
| E4 | I4 | F4 | 12 | 1 | 3 | 1 | 5 | 2 | 64 | 32 | 96 |
| E5 | I5 | F3 | 12 | 1 | 1 | 2 | 4 | 2 | - | - | 98 |
| E6 | I6 | F5 | 12 | 2 | 2 | 1 | 5 | 2 | 66 | 40 | 106 |
| E7 | I7 | F3 | 10 | - | 2 | - | 2 | 1 | - | - | 81 |
| E8 | I8 | F1 | 16 | 2 | 4 | - | 6 | 3 | 115 | 61 | 176 |
| E9 | I9 | F5 | 20 | 2 | 1 | 2 | 5 | 2 | 152 | 48 | 200 |
| E10 | I10 | F1 | 13 | 1 | 2 | 1 | 4 | 2 | - | - | 108 |
| E11 | I11 | F4 | 15 | 1 | 1 | 2 | 4 | 2 | 90 | 50 | 140 |
| E12 | I12 | F5 | 34 | 3 | - | 1 | 4 | 3 | 250 | 75 | 325 |
| E13 | I13 | F5 | 20 | 2 | 1 | 1 | 4 | 2 | - | - | 200 |
| E14 | I14 | F5 | 15 | 3 | - | 1 | 4 | 3 | 97 | 53 | 150 |
| E15 | I15 | F4 | 19 | 3 | 2 | 2 | 7 | 3 | 125 | 75 | 200 |
| E16 | I16 | F5 | 28 | 2 | 1 | 1 | 4 | 3 | 62 | 188 | 310 |
| E17 | I17 | F2 | 17 | 1 | 2 | 2 | 5 | 2 | - | - | 170 |
| | | | 294 | 28 | 28 | 17 | 73 | 37 | - | - | 2786 |

Quadro 1: Dados relativos às escolas do 1º CEB com pré-escolar do Concelho de Câmara de Lobos (leitura horizontal).

De acordo com o quadro 1 pode constatar-se que das dezassete escolas onde leccionam os entrevistados, uma das escolas pertence à freguesia da Quinta Grande, duas das escolas pertencem à freguesia do Curral das Freiras, outras duas das instituições fazem parte da freguesia do Jardim da Serra, seis das escolas pertencem à freguesia do Estreito de Câmara de Lobos e outras seis das escolas fazem parte da freguesia de Câmara de Lobos. Refira-se que a maior parte das escolas do concelho de Câmara de Lobos situam-se nas freguesias do Estreito de Câmara de Lobos e Câmara de Lobos.

Dos setenta e três educadores de infância que leccionam no concelho de Câmara de Lobos, cinquenta e dois destes leccionam nas freguesias do Estreito de Câmara de Lobos e de Câmara de Lobos. Os restantes distribuem-se pelas restantes freguesias, sendo que a freguesia da Quinta Grande tem cinco educadores de infância, a freguesia do Curral das Freiras seis educadores de infância e a freguesia do Jardim da Serra tem dez educadores de infância.

A instituição 3 é a que tem o menor número de educadores (dois) e a instituição 15 é a que tem o maior número de educadores (sete).

O total de alunos nas escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos é de 2786, sendo que a instituição 7 é a que tem menos alunos (81) e a instituição 12 é a que tem mais alunos (325).

1.2. Perfil dos entrevistados

No quadro 2 é possível verificar as informações relativas aos entrevistados, nomeadamente o género, a idade, as habilitações literárias, o número de anos de tempo de serviço, a situação profissional, o desempenho de outros cargos para além de educador de infância, o número de anos que desempenhou os cargos, o tipo de instituição onde foram desempenhados os cargos e a formação na área da supervisão pedagógica.

Para uma melhor apresentação dos dados relativos aos entrevistados apresenta-se de seguida o quadro 2 e, posteriormente, faz-se a análise desses mesmos dados com base nas tabelas e nos gráficos que foram elaborados para o efeito (anexo 11).

| Código do entrevistado e do protocolo respectivo | Género | Idade | Habilitações académicas | Tempo de serviço | Percurso profissional | | Situação Profissional | Desempenho de cargos | | | | | | Formação na área da supervisão pedagógica |
|--|----------|-------|-------------------------|------------------|-----------------------|-------|-----------------------|----------------------|-------|---------|-------|--------------|--------------|---|
| | | | | | E.Pr. | E.Pu. | | Cargo | E.Pr. | Nº anos | E.Pu. | Nº anos | Total anos | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| E1 | Feminino | 35 | Licenciatura | 11 | 2 | 9 | QZP | - | - | - | - | - | - | Acção de formação |
| E2 | Feminino | 30 | Licenciatura | 9 | 7 | 2 | QZP | Directora | Sim | 3 | - | - | 3 | - |
| E3 | Feminino | 49 | Mestrado | 27 | - | 27 | QE | Directora | - | - | Sim | 10 | 10 | Alguma no mestrado |
| E4 | Feminino | 36 | Licenciatura | 11 | - | 11 | QZP | - | - | - | - | - | - | - |
| E5 | Feminino | 38 | Licenciatura | 16 | - | 16 | QE | - | - | - | - | - | - | Acção de formação |
| E6 | Feminino | 43 | Licenciatura | 21 | - | 21 | QE | Directora | - | - | Sim | 4 | 4 | - |
| E7 | Feminino | 33 | Pós-graduação | 10 | - | 10 | QZP | - | - | - | - | - | - | - |
| E8 | Feminino | 43 | Licenciatura | 18 | - | 18 | QE | - | - | - | - | - | - | Acção de formação |
| E9 | Feminino | 34 | Licenciatura | 12 | 7 | 5 | QE | - | - | - | - | - | - | - |
| E10 | Feminino | 35 | Licenciatura | 10 | - | 10 | QZP | - | - | - | - | - | - | - |
| E11 | Feminino | 36 | Licenciatura | 11 | - | 11 | QZP | Directora | - | - | Sim | 1 ano e meio | 1 ano e meio | - |
| E12 | Feminino | 50 | Licenciatura | 26 | - | 26 | QE | Directora | - | - | Sim | 8 anos | 8 anos | - |
| E13 | Feminino | 34 | Licenciatura | 8 | 6 | 2 | QZP | - | - | - | - | - | - | - |
| E14 | Feminino | 43 | Licenciatura | 21 | 2 | 19 | QE | Directora | Sim | 2 | Sim | 4 | 6 anos | - |
| E15 | Feminino | 32 | Licenciatura | 6 | 3 | 3 | C | - | - | - | - | - | - | - |
| E16 | Feminino | 43 | Licenciatura | 22 | - | 22 | QE | - | - | - | - | - | - | - |
| E17 | Feminino | 38 | Mestrado | 7 | 1 | 6 | C | - | - | - | - | - | - | - |

Quadro 2: Dados relativos aos entrevistados (leitura horizontal).

Com base no quadro 2 pode verificar-se que os entrevistados do estudo são todos do género feminino.

Quanto à idade dos entrevistados, esta varia entre o mínimo de 30 e o máximo de 50 anos. A média de idade dos entrevistados é de 38 anos. Apenas um dos entrevistados tem idade compreendida entre os 26 e os 30 anos, 6 têm idades compreendidas entre os 31 e os 35 anos, 4 têm idades compreendidas entre os 36 e os 40 anos e 6 dos entrevistados têm mais de 40 anos.

As habilitações académicas dos entrevistados do estudo vão desde a licenciatura até ao mestrado, sendo que todos possuem licenciatura em educação de infância, destacando-se 1 dos entrevistados tem uma pós graduação e 2 dos entrevistados possuem um mestrado. Saliente-se que nenhum dos entrevistados tem bacharelato, nem grau de doutor.

No que respeita ao tempo de serviço dos entrevistados refira-se que 6 dos entrevistados tem entre 6 a 10 anos, 4 dos entrevistados tem entre os 11 e os 15 anos de serviço, 2 dos entrevistados tem entre 16 a 20 anos de serviço e 5 tem mais de 21 anos de serviço. De referir que nenhum dos entrevistados tem menos de 6 anos de tempo de serviço.

Dos dezassete entrevistados, 10 dos entrevistados só trabalharam no ensino público enquanto que os restantes sete trabalharam quer no ensino privado quer no ensino público. É possível verificar que os entrevistados que trabalharam quer no ensino privado quer no ensino público são os que têm menor tempo de serviço.

Em termos de situação profissional, 2 dos entrevistados são contratados, 7 dos entrevistados são do quadro de zona pedagógica e 8 dos entrevistados pertencem ao quadro de escola.

No que se refere ao desempenho de outros cargos para além de educador de infância, seis dos inquiridos já desempenharam o cargo de direcção de escola, enquanto os outros onze dos entrevistados nunca desempenharam outro cargo para além de educador de infância. Dos 6 entrevistados que desempenharam o cargo de direcção de escola, quatro deles desempenharam-no no ensino público, um deles no ensino privado e um dos entrevistados desempenhou o cargo no ensino público e no ensino privado.

Dos entrevistados que referiram já ter desempenhado outros cargos para além de educador de infância, verifica-se que três dos entrevistados desempenharam o cargo de direcção até quatro anos, dois dos entrevistados desempenharam o cargo entre quatro a oito anos e apenas um desempenhou o cargo mais de dez anos.

No que concerne à questão de os entrevistados possuírem formação na área da supervisão pedagógica, 13 dos entrevistados não tem qualquer formação na área da supervisão pedagógica enquanto que os outros 4 dos entrevistados possuem algumas acções de formação na área da supervisão pedagógica.

1.3. Classe discente

No quadro 3 é possível verificar as informações relativas à classe discente com que o entrevistado trabalha, nomeadamente o tamanho do grupo de crianças, a idade e o género. De referir que a avaliação global do grupo de crianças e a caracterização do meio socioeconómico e cultural das crianças é feita na tabela que se encontra no anexo 12.

| Entrevistado | Grupo de crianças | Idade | Género |
|---------------------|--------------------------|--|-------------------------|
| E1 | 19 crianças | 3 e 4 anos. | 4 meninas e 15 meninos |
| E2 | ----- | ----- | ----- |
| E3 | 21 crianças | idades entre os 3 e os 5 anos | ----- |
| E4 | 16 crianças | todas completaram 5 anos até 31 de Dezembro | 12 meninas 4 meninos |
| E5 | 15 crianças | 5 e 6 anos | 3 meninos e 12 meninas. |
| E6 | ----- | ----- | ----- |
| E7 | ----- | ----- | ----- |
| E8 | 21 crianças | 4 e 5 anos | 12 meninas e 9 meninos |
| E9 | 24 crianças | ----- | ----- |
| E10 | 18 crianças | 4 e 5 anos | 11 meninos 7 meninas |
| E11 | 25 crianças | idades entre os 4 e os 5 anos | ----- |
| E12 | 25 crianças | 5 e 6 anos, refira-se que duas crianças já fizeram 7 anos, pediram no ano passado adiamento de matrícula | ----- |
| E13 | 26 crianças | entre os 3 e os 7 anos | 13 meninos e 13 meninas |
| E14 | | 3 anos | 9 meninas e 6 meninos |
| E15 | Não tem grupo | Não tem grupo. | Não tem grupo. |
| E16 | 18 crianças | 5 e 6 anos | 6 meninas e 12 meninos |
| E17 | ----- | ----- | ----- |

Quadro 3: Dados relativos à classe discente (leitura horizontal).

Com base no quadro 3, pode verificar-se que relativamente ao tamanho do grupo de crianças de cada entrevistado, um dos entrevistados não tem grupo de crianças, quatro dos entrevistados não responderam a esta questão e os restantes entrevistados têm grupos de crianças que varia entre as 15 e as 26 crianças.

No que se refere à idade das crianças com quem os entrevistados trabalham esta varia entre os 3 e os 7 anos de idade.

Com base no anexo 12, no que concerne à avaliação global do grupo de crianças constata-se que em geral são crianças sociáveis, activas, interessadas e participativas. Existem algumas dificuldades no cumprimento das regras da sala, assim como dificuldades a nível comportamental e a nível da linguagem.

As dificuldades referidas pelos entrevistados derivam em grande parte do meio sócioeconómico e cultural envolvente, sendo que este é caracterizado por ser médio baixo tendencialmente para o baixo, que afecta as crianças assim como o seu conhecimento. Os pais das crianças são geralmente muito jovens e têm baixas habilitações literárias. Algumas crianças são provenientes de famílias numerosas e outras de famílias monoparentais o que acaba por influenciar o comportamento das crianças.

De salientar a existência de muitas carências, nomeadamente a nível económico uma vez que são muitos os agregados que vivem praticamente do rendimento de inserção social e de valores. Descrever-se-á com mais pormenor o meio socioeconómico e cultural no ponto que se segue.

1.4. Meio socioeconómico e cultural

Com base no anexo 9, onde é feita a análise documental a cinco Projectos Educativos de Escola (um por cada freguesia do concelho de Câmara de Lobos) constata-se que com base no D1, as escolas da freguesia 1 estão inseridas num meio isolado onde a maioria dos habitantes pertencem à classe média-baixa. Verifica-se a existência de problemas de álcool e drogas, violência doméstica, falta de condições habitacionais, alimentares e baixa alfabetização que se reflectem nas crianças. Pode ler-se no D1 que:

(...) um meio semi-isolado, onde os habitantes pertencem à classe – média-baixa, onde se verificam problemas de álcool/drogas, violência doméstica, problemas familiares, que se reflectem obviamente, no viver das nossas crianças. É ainda um meio medíocre no que respeita à falta de alfabetização, bem como, à falta de perspectivas futuras e profissionais. Além disso, o factor cultural, é algo que a população local dá pouca importância, daí a necessidade de abrir horizontes (...).

- O alcoolismo, a falta de condições habitacionais e alimentares são características do fraco nível de vida existente nesta zona para muitas famílias.

Com base no D2, o meio onde está inserida a escola da freguesia 2, caracteriza-se como sendo um dos mais pobres da Região Autónoma da Madeira, daí o poder de compra da população ser baixo. A maior parte da população activa dedica-se aos sectores secundário e terciário, apresentando-se a construção civil como principal fonte de trabalho e de rendimentos. Quanto às habilitações literárias, a maioria dos encarregados de educação, possui apenas o 1º ciclo do ensino básico, o que origina uma falta de apoio em casa às aprendizagens significativas dos seus educandos. Estas ideias estão patentes no D2:

-O poder de compra da população (...), caracteriza-se como baixo, sendo esta freguesia considerada como uma das mais pobres da Região. A maior parte da população activa dedica-se aos sectores secundário e terciário, apresentando-se a construção civil como principal fonte de trabalho e rendimentos. (...)

-Quanto às habilitações literárias, a generalidade dos indivíduos encarregados de educação, possui apenas o 1º ciclo do ensino básico, não havendo, desta forma, o devido apoio em casa às aprendizagens significativas dos alunos.

Com base no D3, as escolas da freguesia 3 pertencem a um nível socioeconómico e cultural baixo. O nível cultural é baixo, uma vez que a maioria dos pais têm somente o 1º ciclo, alguns deles incompleto e uma minoria tem o 6º ano e o 9º ano. A nível de ambiente familiar denota-se que algumas crianças revelam alguma instabilidade, quer a nível afectivo quer ao nível da aprendizagem. De referir que esses problemas são resultado do meio familiar, do isolamento geográfico e do défice cultural e económico. Verificam-se algumas situações de alcoolismo, violência doméstica e ainda consumo de estupefacientes. De notar, poucas expectativas relativamente ao sucesso escolar e ao futuro das crianças devido à falta de estímulo familiar. Os aspectos referidos são legíveis no D3:

-O nível sócio-económico é baixo, uma vez que o pai é o único que aufer rendimentos no agregado familiar. As mães na sua grande maioria são domésticas e dedicam-se a uma agricultura de subsistência.

-O nível cultural é baixo, uma vez que a maioria dos pais têm somente o 1º ciclo, alguns deles incompleto e a minoria tem o 6.ºAno e o 9.ºAno.

-No ambiente familiar denota-se que algumas crianças revelam alguma instabilidade, quer a nível afectivo quer ao nível da aprendizagem. Problemas esses resultantes do seu meio familiar, do isolamento geográfico e do défice cultural e económico. Em algumas famílias verifica-se alguns casos de alcoolismo, violência doméstica e ainda consumo de estupefacientes.

-São visíveis, nas crianças carências afectivas, insegurança e pouca expectativa relativamente ao sucesso escolar e ao seu futuro devido à falta de estímulo familiar.

Com base no D4, nas escolas da freguesia 4 os pais/encarregados de educação apresentam baixas condições habitacionais e precariedade de emprego, originando perturbações familiares e sociais que se traduzem em situações frequentes de alcoolismo, delinquência juvenil, toxicod dependência e algum vandalismo. A maioria dos indivíduos possuem habilitações literárias reduzidas, por isso submetem-se a empregos precários e com salários baixos. Uma parte significativa das mulheres fica em casa na vida doméstica. Existe ainda grande número de desempregados, o que propicia condições de vida com baixo poder de compra e com poucos recursos. As escolas ficam um pouco isoladas e carecem de alguns serviços primários que favoreçam mais a socialização. A falta de meios e de recursos, assim como as oportunidades para vivenciar novas experiências contribui para que a população não consiga evoluir social e culturalmente. As seguintes citações, do D4, são ilustrativas do mencionado:

(...) a família dos alunos como pertencendo à classe média – baixa, cujo nível de escolaridade, de acordo com o levantamento de dados realizado, revela que a maioria dos pais possuem apenas a quarta classe ou inferior. Por força da sua baixa escolaridade, a caracterização sócio-profissional dos pais revela-se deficitária, com a prevalência de situações de emprego algo precário e instável, em que profissão de pedreiro é a mais ocupada. Os poucos recursos financeiros de algumas famílias cujos membros do casal têm empregos temporários e de baixos salários, ou estão desempregados levam a que as gentes desta população não possam melhorar as suas condições de vida. As baixas condições habitacionais e a precariedade de emprego originam, então, fortes perturbações familiares

e sociais que se traduzem em situações frequentes de alcoolismo, delinquência juvenil, toxicod dependência e algum vandalismo.

Com base no D5, as escolas da freguesia 5 possuem grande parte dos alunos vindos de bairros sociais. Os níveis de escolaridade baixo, os problemas de violência doméstica, o alcoolismo, a toxicod dependência e até os baixos recursos económicos constituem factores que de certa forma determinam a falta de sensibilidade por parte dos pais/encarregados de educação em demonstrar aos seus educandos que a escola tem um valor fundamental no seu futuro. Ilustrando estas ideias, pode considerar-se as seguintes citações do D5:

- A maioria dos alunos que frequentam a escola (...) são oriundos principalmente de (...) bairros sociais, (...). O nível sócio económico da maior parte destes agregados familiares são bastante reduzido, e reflectem-se no modo como as crianças vivem o dia-a-dia e encaram a realidade escolar. Estes modelos são pouco abonatórios para a correcta formação da personalidade. Algumas carecem de hábitos de higiene básicos, com o horário de sono por cumprir, e com vestuário por vezes mal adequado à estação.

-Os níveis de escolaridade baixo, os problemas de violência doméstica, o alcoolismo, a toxicod dependência em alguns seios familiares e até os baixos recursos económicos, são factores que de certa forma determinam a falta de sensibilidade por parte dos pais em demonstrar aos seus educandos que a escola tem um valor fundamental no seu futuro.

Saliente-se que os dados recolhidos na análise documental vão de encontro aos dados referidos pelos entrevistados aquando da entrevista quando estes caracterizavam a escola onde exerciam funções. Deste modo, poder-se-á dizer que o contexto onde a investigação decorreu caracteriza-se por ser um meio socioeconómico e cultural médio-baixo tendencialmente baixo.

2. Cruzamento dos dados

A estruturação das categorias para a análise das respostas dadas pelos entrevistados passou por várias fases, conforme são descritas e recomendadas na literatura de referência sobre a prática da análise de conteúdo de Bardin (2005).

Ao longo deste processo identificaram-se sentimentos e formas de os sujeitos da investigação expressarem o seu pensamento em relação às questões de investigação. Nesta sequência, decorrente de um quadro de categorização elaborado foi delineado um plano de abordagem interpretativo que encerra as seguintes categorias principais resultantes dos elementos das unidades de significação expostas pelos entrevistados:

- a problematização da temática supervisão pedagógica;
- o supervisor pedagógico;
- expectativas e/ou preocupações em relação à supervisão pedagógica;
- as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Efectuou-se em seguida, uma análise interpretativa das unidades de significação que expressam as vivências e as experiências dos entrevistados, isto é, encontrando-se subcategorias de análise em relação a cada uma das principais categorias.

Perante a abundância dos testemunhos obtidos fez-se uma selecção e expôs-se aqueles que, na perspectiva da investigadora, se tornavam mais relevantes para a compreensão das questões de investigação. Realizou-se, finalmente, o cruzamento dos elementos de significação revelados por cada entrevistado com o objectivo de obter conclusões.

Problematização da supervisão pedagógica

Na categoria “problematização da temática supervisão pedagógica” emergiram como subcategorias: “conceito”, “objectivo”, “plano de aplicação”, “postura dos docentes”, “obstáculos”, “melhoria do trabalho na escola”, “inovação das escolas” e, ainda, “formação contínua e especializada”.

a) Conceito de supervisão pedagógica

A noção dos entrevistados é bastante diversificada e revela algum desconhecimento e incerteza relativamente ao conceito de supervisão pedagógica. Esta ideia está, aliás, bem patente nas expressões que se seguem:

(...) ultimamente se fala muito de supervisão pedagógica, sem dúvida, mas parece-me que não se sabe ao certo bem do que se trata (E8);

(...) no fundo a gente associa logo de imediato uma inspecção a uma supervisão mas não devia ser associado (...) porque inspecção deveria ser mais a parte burocrática (...) e

supervisão (...) é se calhar mais a vertente pedagógica dentro da nossa sala. (...) ouvimos falar mais em inspecção, não em supervisão (E9).

A inspecção (...) é o único meio de supervisão pedagógica que eu vejo hoje em dia (E13);

Não é a mesma coisa que a inspecção porque a inspecção já existe na escola (E15).

Alguns testemunhos (E12 e E13) parecem revelar uma visão negativa da supervisão pedagógica, ligada à ideia que têm acerca da inspecção educativa em vigor, o que indicia expectativas e receios dos entrevistados:

(...) A supervisão pedagógica deverá ser um trabalho de apoio e não de crítica (...) e (...) inspecção que é igual a supervisão é o que temos tido até agora (E12);

(...) funciona mais como um processo intimidatório (E13);

Porém, alguns entrevistados perspectivam a supervisão pedagógica como um processo desenvolvido por um supervisor pedagógico informado e experiente, que inclui a inter-ajuda, a orientação pedagógica, a colaboração e a reflexão sobre a prática pedagógica, sendo de destacar:

(...) inclui a orientação e apoio (E1);

(...) base de interajuda aos educadores, principalmente em apoiar os colegas e dar uma melhor orientação para as coisas funcionarem melhor (E3);

(...) é um processo no qual há um professor, ou melhor alguém devidamente informado, experiente que por sua vez vai orientar (E8);

(...) um processo em que alguém, um professor ou educador consoante o nível que vai supervisionar, está bem informado e tem experiência para nos apoiar na nossa prática (E15);

(...) incentivar à auto-reflexão (E17).

Os testemunhos anteriores vão ao encontro do pensamento de Alarcão e Tavares (1987 e 2003) que se referem à supervisão pedagógica como um processo em que um professor, em princípio, com mais experiência e mais informado, orienta um outro professor no seu desenvolvimento profissional e humano e de Vieira (1993, p. 28) como “uma monitorização da prática (...) através de procedimentos de reflexão e de experimentação”.

Com base no testemunho dos entrevistados realça-se ainda um conceito de supervisão pedagógica mais complexo e abrangente que inclui apoio à planificação, acompanhamento, coordenação, controlo e avaliação do processo pedagógico, avaliação das aprendizagens dos alunos e avaliação das relações interpessoais, quer com os pares e com toda a comunidade educativa, que a seguir se reproduz:

Assistência (...) no sentido de planificar, acompanhar, coordenar, controlar e avaliar (E2);

(...) a palavra supervisão desdobra-se em duas, super e visão, daí que deverá ser uma visão super ou algo superior (...) E vejo a supervisão pedagógica como um processo de aprendizagem em que o professor com mais experiência orienta um outro professor. (...) penso que se deve focar na prática propriamente dita dos professores, isto é, no exercício da sua função de sala, observar o que os educadores e os professores fazem, verificar as suas planificações, avaliações das crianças, projecto curricular de grupo ou de turma e tentar ver como se relaciona com os pais, com os colegas e com o pessoal não docente (E4).

Feita a análise dos discursos dos entrevistados percebe-se alguma incerteza, ambiguidade e medo relativamente ao conceito de supervisão pedagógica. Contudo, refira-se que alguns dos discursos dos entrevistados aproximam-se das conceptualizações dos autores que serviram de referência no enquadramento teórico (Alarcão e Tavares, 1987 e 2003; Vieira, 1993). Neste sentido, surgem diferentes perspectivas de supervisão pedagógica marcadas quer por métodos e objectivos inspectivos quer por métodos e objectivos de orientação e de aconselhamento (Sá Chaves, 2000).

b) Objectivo da supervisão pedagógica

Sobrevém consensual entre diversos autores (Alarcão e Roldão, 2010; Glickman et al., 2004; Vieira et al., 2006) a relevância do processo supervisivo na construção e desenvolvimento do docente enquanto profissional aprendente, colaborativo e reflexivo. Pela observação dos testemunhos proferidos pelos entrevistados percebe-se que o objectivo da supervisão pedagógica aparece relacionado à ideia de cooperação, avaliação, reflexão e discussão que conduzem ao desenvolvimento pessoal e profissional e à melhoria da qualidade de ensino. Esta ideia concretiza-se da seguinte forma:

(...) deverá ter como objectivo a cooperação com os professores, deve ser um trabalho de avaliação, reflexão e discussão e que deverá ajudar a outra pessoa a crescer a nível profissional (E1);

(...) ajudar e levar o docente a reflectir sobre as suas práticas pedagógicas, o que poderá fazer melhor (...) (E6);

(...) valorizar essencialmente aquilo que é positivo e tentar melhorar aquilo que realmente na nossa intervenção pedagógica pode ser melhorado (E9);

O objectivo da supervisão pedagógica deverá ser melhorar a qualidade de ensino, o desenvolvimento das escolas (E10);

(...) melhorar o trabalho pedagógico a nível de articulação, na elaboração do projecto curricular e nas planificações que se faz (E12).

Na verdade, de acordo com os dados recolhidos, depreende-se que a supervisão pedagógica pressupõe uma interacção entre o supervisor pedagógico e o docente supervisionado numa prática colaborativa que visa a melhoria profissional e a melhoria da qualidade de ensino, tal como aponta Alarcão (2002). Neste sentido, o principal objectivo da supervisão pedagógica está relacionado com a qualidade da formação do docente e do ensino.

c) Plano de aplicação da supervisão pedagógica

Diversos educadores de infância participantes neste estudo, designadamente, nas entrevistas 1, 4, 6 e 11, são de parecer que a supervisão pedagógica, apesar de a relacionarem com a inspecção e de a mesma ainda não se encontrar em vigor na Região Autónoma da Madeira, será aplicada à formação inicial e contínua, à situação de estágio ou ao processo inspectivo, em todos os níveis de ensino e, ainda, à avaliação do desempenho, conforme se passa a apresentar:

(...) pela minha experiência a supervisão pedagógica na formação inicial, também na formação contínua e ainda não está em vigor mas depois também na avaliação dos docentes (E1);

(...) vejo a supervisão pedagógica na formação inicial, quando realizamos o estágio, mas também pode estar associada à inspecção que é feita de vez em quando nas escolas (E4);

Não só na formação inicial dos professores mas também durante a docência do docente, seja no mestrado seja numa licenciatura deve haver sempre supervisão pedagógica (E6);

Supervisão pedagógica na formação inicial e não só. Na formação inicial e também acho que se deve prolongar em todo o percurso profissional (E11).

No entanto, relativamente ao plano de aplicação da supervisão pedagógica, diversos entrevistados acrescentam que:

Em plano nenhum é aplicada a supervisão pedagógica (E9);

(...) esse trabalho é feito pela inspecção que vem à escola ver, analisar o nosso trabalho. (...) A inspecção vem a escola ver o nosso trabalho e deixa directrizes para melhorarmos e daí a dois ou três anos vem à escola outra vez ver o que se fez, se fizemos o que pretendiam (E10);

(...) a supervisão pedagógica é aplicada nos gabinetes (E12);

A supervisão pedagógica passa um pouco pelo director da escola porque é ele que nos orienta (E1).

Actualmente exige-se que a supervisão pedagógica seja percebida como um processo contínuo, no âmbito da orientação profissional, apontando para o desenvolvimento profissional e humano, visto que a formação do docente não termina com a profissionalização, pelo contrário deve seguir na formação contínua (Alarcão e Tavares, 2003).

Pelos testemunhos expostos é possível inferir que há uma visão depreciativa em relação à supervisão pedagógica, sobretudo no que diz respeito ao seu plano e local de aplicação quando os entrevistados a rejeitam, a aliam à inspecção, afirmam que acontece nos gabinetes e defendem que essa tarefa é atribuída ao director de escola.

Refira-se que a supervisão pedagógica deve ser vista num contexto abrangente e não só no contexto de sala de aula, como espaço e tempo de aprendizagem para todos os envolvidos, assim como para a própria supervisão pedagógica que como organização também aprende e expande (Alarcão, 2002).

d) Atitude dos docentes em relação à supervisão pedagógica

Este sub-tema de análise permite identificar atitudes diversificadas entre os entrevistados. Assim, vários entrevistados são de parecer que os docentes devem estar receptivos e precisam adoptar uma atitude humilde, colaborativa e submissa em relação

às orientações vindas no âmbito da supervisão pedagógica. Ilustrando esta perspectiva, pode considerar-se as seguintes citações:

(...) uma boa abertura, uma boa receptividade (E2);

(...) uma postura aberta, mas não no sentido de ver o supervisor como o inimigo (E12);

(...) estar aberto, aberto à reflexão, aberto a uma inovação na sua maneira de trabalhar, na sua intervenção educativa e essencialmente olhar para o supervisor como alguém que está para nos ajudar (E9);

(...) uma postura de aceitação e humildade (E14);

Tendo em conta que temos umas linhas orientadoras para cumprir, parece-me que os docentes também têm que seguir as orientações dadas pelo supervisor pedagógico (E17).

Encontram-se, ainda, testemunhos que representam descrédito e alguma suspeição em relação à supervisão pedagógica, nomeadamente, nos aspectos da idoneidade, do papel e das competências profissionais do supervisor pedagógico. Tome-se como exemplo as palavras da E1, E5 e E15:

(...) olhar para o supervisor como alguém que vai ajudá-lo e não prejudicá-lo (E1);

(...) se forem formadas pessoas com essas capacidades e competências boas para fazer aquele cargo, talvez a partir daí, os colegas vejam a supervisão de outra forma (...) (E5);

Tem de haver compromisso de ambas as partes, um espírito de equipa, bom senso, ponderação, paciência, profissionalismo e acima de tudo um sentido de dever do que tem de ser mesmo feito (E15).

Percepciona-se que as diversas perspectivas patenteadas pelos entrevistados sugerem, de forma repetida, uma supervisão pedagógica que se destina a prestar apoio e orientação, que implica um compromisso entre o supervisor pedagógico e os supervisionados, uma vez que, a mesma, está a tornar-se um imperativo do actual sistema educativo. A conjuntura sociopolítica actual em que a escola está inserida:

Implica que se lhe atribua também a dimensão colectiva e institucional e se pense a supervisão e a melhoria da qualidade de formação que lhe está inerente, em relação não só ao professor, mas aos professores na interacção que estabelecem uns com os outros no

exercício das suas funções, bem como às repercussões deste processo na formação dos alunos e no desenvolvimento da organização (Alarcão, 2002, p. 231).

e) Obstáculos à supervisão pedagógica

No que concerne à explanação dos entrevistados relativamente aos principais obstáculos à supervisão pedagógica encontram-se depoimentos defensores da inexistência de obstáculos, designadamente, nas entrevistas 10 e 12:

(...) os professores e educadores aceitam a supervisão pedagógica nas escolas (E10);

Não vejo qualquer obstáculo à supervisão pedagógica (E12).

A entrevistada 5, ao discursar sobre os obstáculos à supervisão pedagógica, aponta a necessidade de enquadramento legal que configure, adequadamente, a sua aplicação nas organizações escolares:

(...) tem que haver legislação própria para que possa existir supervisão (E5).

Em contrapartida, outros entrevistados admitiram que a supervisão pedagógica poderá enfrentar variados e complexos obstáculos ao perspectivarem dificuldades em prevenir a imparcialidade, a mudança de mentalidades, a existência de trabalho burocrático que consome imenso tempo, a avaliação do trabalho docente, a dimensão do estabelecimento escolar, as relações interpessoais, o envolvimento dos profissionais e a desmotivação docente. Os obstáculos mencionados pelos entrevistados vão ao encontro dos obstáculos referidos por Guerra (2002), nomeadamente, o individualismo profissional, o tempo exigido, a motivação suficiente, a rotinização institucional, a auto-imagem negativa, a cepticismo da classe docente, a auto-suficiência profissional, a falta de orçamento económico, a preguiça dos docentes, a falta de tradição em relação à supervisão pedagógica, as más experiências, o tamanho dos estabelecimentos de ensino, o medo dos resultados e a atitude dos órgãos autárquicos. Leia-se, em relação aos obstáculos à supervisão pedagógica, a apreciação de alguns sujeitos da investigação:

Acho que a imparcialidade e o mudar de mentalidades vai ser muito complicado (E8);

O tempo é um obstáculo à supervisão pedagógica, na medida em que o trabalho burocrático ocupa muito (E13);

(...) muitas vezes a supervisão é encarada como um julgamento sobre as nossas competências, como uma inspecção do nosso trabalho e penso que isso faz com que seja vista como tal. As pessoas não podem encarar a supervisão como alguém que vai classificar ou rotular o trabalho (E1);

(...) o tamanho da escola influenciará o processo de supervisão (...); resistências na supervisão (...); no caso do supervisor pedagógico não ser imparcial (...); vão surgir falsas amizades com quem está a supervisionar, só por causa de obter uma nota na avaliação (...); A questão da motivação dos docentes, pois acho que se não houver motivação, compromisso, a supervisão pedagógica não funcionará tão bem (E4).

A idade e o tempo de serviço também se destacam nos testemunhos obtidos como obstáculos à supervisão pedagógica, posicionando os profissionais mais jovens e que concluíram mais recentemente a formação inicial como aqueles que possivelmente encontram menos obstáculos à implementação da supervisão pedagógica, conforme se pode observar:

Também acho que os docentes com mais idade e mais anos de serviço sentirão maiores dificuldades no processo de supervisão (...). Acho que poderá existir um certo receio dos resultados que a supervisão pedagógica poderá trazer aos docentes (E4);

(...) o maior obstáculo a nível da supervisão pedagógica será a aceitação por parte de quem está no activo. Receber alguém dentro da sala que (...) vai observar e vai avaliar, vai ajudar também a planificar e orientar um pouco o trabalho, mas acho que principalmente as pessoas que já têm mais anos de serviço (...) o entrave é receber, à partida, pessoas mais novas que vão avaliar um trabalho que já está um bocadinho adormecido (...). Penso que haverá maior aceitação pelas pessoas que acabaram o curso há pouco tempo (E2).

Os dados obtidos revelam, igualmente, o sentimento de medo relativamente a um novo elemento que deverá integrar o sistema educativo, hierarquicamente superior, e, também, poderá existir a possibilidade de relações conflituosas entre o supervisor pedagógico e o supervisionado. Observe-se os testemunhos da E16 e E17:

(...) há medo dos resultados da supervisão porque as pessoas vêm a supervisão como um cargo que está acima de nós e que nos vai avaliar e (...) há medo (E16);

(...) às vezes pode haver conflitos (E17).

Pode-se observar que, apesar de alguns educadores de infância não considerarem a existência de obstáculos em relação à supervisão pedagógica, diversos dados expostos sugerem a importância do supervisor pedagógico como um profissional dotado com altas habilidades e competências que lhe permitam lidar, adequadamente, com as situações difíceis e conflituosas que surjam, ocasionalmente, na sua prática profissional.

f) Melhoria do trabalho na escola

Muito significativo é o testemunho da entrevistada 2 ao valorizar a avaliação do desempenho docente pelo supervisor pedagógico como um instrumento que contribui para os docentes aumentarem a qualidade e quantidade do seu trabalho pedagógico:

(...) sempre que estamos a ser avaliados a tendência é trabalhar mais e melhor (E2);

Ainda, na aceção dos entrevistados E1, E4 e E10, a supervisão pedagógica indicia ser um processo que conduz à investigação e a uma prática reflexiva resultando numa melhoria da qualidade do ensino:

(...) a reflexão faz com que melhoremos a nossa prática e (...) estamos a melhorar o trabalho na escola (E1);

(...) é o que se pretende com a supervisão pedagógica nas escolas, melhorar as escolas (E4);

(...) através da reflexão do supervisor pedagógico com a pessoa que será supervisionada pretende-se que isso contribua para melhorar o trabalho na escola (E10).

Pelos testemunhos supracitados, percebe-se que a reflexão supõe que o docente problematize as fundamentações e as implicações das opções tomadas por este, com base na experiência educativa e conducente a uma melhoria da qualidade do ensino (Vieira et al., 2006).

Outros entrevistados não encaram a supervisão pedagógica como um problema e manifestam expectativas para a melhoria da qualidade do ensino, ou seja, esperam que a supervisão pedagógica funcione como uma base que sustenta a prática, faculte modelos, mas que também avalie o desempenho docente:

(...) dar sugestões para melhoria (E5);

(...) colaborar, orientar, avaliar, contribuindo para a melhoria do trabalho na escola. Pedagogicamente a avaliação tem um papel importante pois só assim se pode melhorar (E14);

De certeza que com um apoio seguro melhoraremos o trabalho na escola, quer qualitativamente quer quantitativamente (E15).

Neste sentido, infere-se que vários entrevistados percebem a dimensão positiva da supervisão pedagógica quando a acção é colaborativa. Transparece ainda que a prática reflexiva obriga a uma acção retrospectiva e prospectiva, a uma atitude crítica construtiva, a um trabalho de equipa, a uma receptividade à mudança e à inovação pedagógica e, conseqüentemente, a uma melhoria da qualidade de ensino.

g) Inovação nas escolas

A inovação educativa deve estar associada à “renovação pedagógica e também à mudança e à melhoria, porém nem sempre a mudança implica melhoria: toda a melhoria implica mudança” (Sebarroja, 2001, p. 16). Hoje, a inovação é entendida como instrumento de resposta a um contexto social em permanente mutação. Assim sendo, impõe-se ao docente que exercite as suas capacidades criadoras face a cada ocorrência e inove as suas práticas. Contudo, a análise das entrevistas permitiu constatar que uma educadora de infância participante espera que o supervisor pedagógico seja o motor da inovação nas escolas:

(...) uma das funções de quem está a supervisionar deverá ser a de inovar (...) apresentar-nos novas práticas (E1).

Com base no testemunho anterior o supervisor pedagógico apresenta-se como “uma pessoa de recurso” que juntamente com o que é, o que faz, o que diz e o que sabe poderá contribuir para a formação de profissionais inovadores (Oliveira, 2000).

Considera-se significativo o testemunho da entrevistada 8 sobre o contributo da supervisão pedagógica ao nível da inovação educativa quando expressa a sua incerteza e afirma que:

Para inovar, sinceramente não sei (...) Mas melhorar penso que sim, não tenho dúvidas (E8).

A análise dos dados obtidos permite verificar que alguns entrevistados acreditam que, diante da complexidade, da incerteza e da incontabilidade dos tempos actuais, que solicita da escola uma mudança de paradigma na educação, se a supervisão pedagógica revestir um carácter de colaboração, poderá contribuir para a mudança de mentalidades e para a inovação nas escolas. Estas ideias são confirmadas pelas E4 e E14:

(...) estou certa que inovar implicará mudar alguma coisa na escola (...). Os educadores e os professores também vão ter de mudar na sua maneira de pensar perante a complexidade do nosso mundo. (...) Só com educadores e professores motivados é que se poderá inovar. Inovar nas escolas dá muito trabalho (...). Pode ser que a supervisão pedagógica nos ajude a inovar (E4);

Pode levar à inovação se não se revestir apenas de um carácter inspectivo. Se a supervisão pedagógica adquirir um carácter de ajuda, de apoio ao trabalho pedagógico, se for este caminho contribui para a inovação a nível de práticas. Se tiver apenas a vertente de inspecção não será um estímulo, vai castrar um pouco, se só apontar os aspectos negativos e não ajudar a alargar os horizontes (E14).

Em contrapartida no testemunho acima (E14) apresentado encontra-se evidente a suspeita sobre o potencial inovador quando a supervisão pedagógica é associada à inspecção da educação.

Em síntese, Alarcão (1995, pp.5-6) aponta que:

Só com uma visão superior tem também a capacidade de questionar o status quo e de jogar na antecipação do possível, condição necessária para que ocorra inovação. (...) transparece a convicção de que o supervisor pedagógico pode desempenhar um papel inovador na construção de uma nova escola pela influência que pode exercer na criação, acompanhamento e avaliação de situações formativas, construtivas, conducentes ao desenvolvimento profissional dos professores a título individual e colectivo com consequências transferíveis para as situações educativas em que estes enquadram os seus alunos.

h) Formação contínua e especializada

Neste sub-tema de análise diversos entrevistados evidenciaram interesse na formação contínua e especializada na área da supervisão pedagógica o que leva a crer que os mesmos têm sentimentos de inquietação e de desconhecimento relativamente aos

métodos e aos propósitos da supervisão pedagógica. Sobre este aspecto, a E1, E2 e E10 apresentam uma explicação:

(...) Penso que toda a gente devia ter formação sobre supervisão pedagógica (E1);

(...) quase de certeza é um dos passos mais decisivos para que as coisas resultem, no sentido de haver a noção do que é que vai ser feito (...) também para os docentes que vão ser observados para terem consciência do que vai acontecer, quais são os objectivos, (...) o que é que consta da supervisão, o que vai ser esperado do docente (E2);

Seria importante haver alguma formação para os docentes na área da supervisão pedagógica. Umhas acções de formação para se saber do que se trata mesmo, de modo a responder às expectativas, necessidades e interesses dos docentes (E10).

Face aos testemunhos dos entrevistados percebe-se a existência de muitas ambiguidades, dúvidas e incertezas em relação à problemática da supervisão pedagógica junto dos entrevistados e deveria efectuar-se um aprofundamento e uma clarificação da temática dentro e fora das organizações escolares.

O supervisor pedagógico

No que concerne ao supervisor pedagógico como profissional surgiram como subcategorias: “pessoa”, “competências”, “conhecimentos”, “funções”, “formação” e “relação entre o supervisor pedagógico e o supervisionado”.

a) Pessoa

Alguns entrevistados atribuem à pessoa do supervisor pedagógico características pessoais e psicológicas como a empatia, o encorajamento, a liderança, a comunicação, o encorajamento, o envolvimento e a capacidade de trabalhar em equipa. Acrescentam, também que a pessoa do supervisor pedagógico deverá na sua formação inicial o nível de ensino que está a supervisionar, ou seja, se for supervisor pedagógico do pré-escolar deverá ter como licenciatura base educação de infância. Apresenta-se ainda o supervisor pedagógico como uma pessoa culta, humilde, reflexiva, equilibrada, serena, ponderada, paciente, flexível, disponível, criativo, justo, imparcial e vislumbrada como um modelo a seguir. As citações que se seguem são ilustrativas do mencionado:

(...) alguém com experiência; (...) acima de tudo uma pessoa com características de empatia; (...) que apoie, que dê exemplo, que encoraje e que acima de tudo respeite o trabalho do outro; (...) tem mais conhecimentos do que nós ou está mais informado; (...) deve ter experiência no campo (...) (E1);

(...) deve ser uma pessoa que tenha espírito de liderança; (...) aberto ao diálogo; (...) sensibilidade para lidar com as pessoas; (...) saber trabalhar em equipa; (deveria ser alguém de dentro da escola preferencialmente, mas que não exercesse outros cargos (E2).

(...) humilde para se colocar no nosso lugar; (...) ser uma pessoa reflexiva (E9);

Ele tem de ser uma pessoa muito culta, equilibrada, empática e comunicativa; (...) seja uma pessoa serena, ponderada, paciente e imparcial no que tiver de fazer (E10);

O supervisor deve ser em princípio, um professor ou educador (...) flexível, culto, disponível, criativo, paciente, idóneo (E11);

Tem de ser uma pessoa empática, disponível, criativa, paciente, isenta, justa, equilibrada, flexível, inteligente e que saiba aquilo que está a fazer (E14).

Os testemunhos dos entrevistados sobre o supervisor pedagógico aproximam-se das conceptualizações de Oliveira-Formosinho (2002, p. 234) quando refere que o supervisor pedagógico é “um professor de valor acrescentado” e deve ser uma pessoa equilibrada, culta e comprometida.

Acrescente-se que a ideia de supervisor pedagógico apresentada por Vieira (1993, p. 30) está patente nos discursos dos entrevistados, pois este é encarado como:

Um colega com mais saber e experiência, receptivo por excelência ao professor que orienta, co-responsabilizando-se pelas suas opções, ajudando-o a desenvolver-se para a autonomia através da prática sistemática da reflexão e da introspecção. Ao supervisor cabe-lhe o papel de facilitador da aprendizagem do professor.

De modo análogo, percebe-se nas palavras dos entrevistados o pensamento de Alarcão e Tavares (1987, p. 65) que consideram que o supervisor pedagógico é “alguém, com mais experiência e com conhecimentos mais claros e reflectidos sobre situações, dificuldades e problemas semelhantes, que é antes de mais um colega, numa relação de ajuda, dialogante, aberta, espontânea, cordial e empática”.

Os entrevistados perspectivam o supervisor pedagógico como uma pessoa grandemente dotada de habilidades e competências pessoais e profissionais para conseguir desempenhar a supervisão pedagógica.

No entanto, os entrevistados 6 e 12 vêem o supervisor pedagógico como um inspector:

Estou a falar de inspecção (E6);

É alguém da Secretaria da Educação que vem fazer a supervisão pedagógica ou melhor dizendo a inspecção (E12).

Uma visão antagónica relativamente à anteriormente apresentada é apontada na entrevista 11 ao asseverar que:

O supervisor é diferente do inspector (E11).

Além das representações expostas, também verifica-se que o supervisor pedagógico é percepcionado como orientador de estágio (E11) ou como director do estabelecimento escolar (E17):

Eu vejo o supervisor pedagógico como o nosso orientador de estágio (E11);

(...) o supervisor pedagógico é o director da escola (E17).

Alguns entrevistados questionam o facto do supervisor pedagógico ser um elemento interno ou externo ao estabelecimento escolar, realçam algumas potencialidades e constrangimentos de cada situação e colocam em relevo a questão referente à progressão na carreira, pois, os efeitos terão reflexos no campo remuneratório. Dois dos entrevistados afirmam que:

(...) devia ser interno, devia ser alguém de dentro da escola. (...) devia ser alguém da nossa confiança; (...) deve ter bom senso (E7);

Olhe, se for interno conhecerá a sua escola, a equipa pedagógica, o meio e desempenhará melhor o seu papel de informar, sugerir, problematizar e avaliar. Mas aqui nesta última fase, avaliar, pode surgir a dificuldade de ser isento no processo de supervisão pedagógica. Se for alguém externo pode ser uma pessoa mais isenta, imparcial quando tiver de avaliar, que será esta parte que a maior parte dos professores e educadores dará mais importância, para efeitos de progressão na carreira (E15).

b) Competências

As competências constituem “o rosto invisível de um desempenho competente” (Alarcão, 2002, p. 235). Os testemunhos dos entrevistados deixam transparecer que ser supervisor pedagógico requer as competências, designadamente, de observar com imparcialidade, de flexibilidade, de comunicar, de liderança e de avaliação. Os entrevistados pronunciam-se nos seguintes termos relativamente a estas competências:

(...) capaz de observar, seja imparcial, flexível (...) respeitar e compreender o outro ou a pessoa que está a supervisionar (E1);

Ao supervisor pedagógico estão-lhe associadas as competências de liderança e avaliação. Mas para isso é preciso que ele seja uma pessoa serena, paciente, profissional e isenta. Mas parece-me que tem de haver alguma ética no processo supervisão, porque senão isto vai ser uma confusão (E4);

Tem que ser uma pessoa que saiba comunicar, que saiba ouvir, que saiba ficar no lugar da outra pessoa, que seja uma pessoa empática; (...) terá que ter também capacidade de gerir stress; (...) ter capacidade de avaliação e análise crítica sobre o que observa; (...) deve saber lidar com os conflitos; (...) de encorajar os colegas (E5);

(...) com perfil de líder (E7);

(...) alguém ponderado, alguém sereno, com bom senso, alguém com paciência, que tenha subjacente um perfil ético, que seja idóneo, que seja profissional, que tenha sentido de ver e que seja isento (E8);

(...) capacidade para liderar, porque quando vem fazer isso vai fazer mudanças em princípio e as pessoas não estão preparadas (...) deve saber relacionar-se; (...) capacidades de ouvir, deve saber ouvir; é normal com os problemas que os professores têm, é normal que vindo a supervisão vão querer desabafar e vão querer contar os problemas que sentem ao longo do ano (E16).

Os testemunhos apontam que o supervisor pedagógico deverá ser percebido como um líder capaz de impulsionar os docentes (Oliveira-Formosinho, 2002). Para tal o supervisor pedagógico deverá ser uma pessoa inteligente, responsável, experiente, acolhedora, empática, serena e com uma visão superior. Deverá ser capaz de actuar perante os contextos complexos, analisando as práticas com um olhar atento sobre o supervisionado e em interacção com toda a comunidade educativa (Alarcão, 1995).

A atitude de responsabilidade do supervisor pedagógico implica uma procura de desígnios educativos e éticos da conduta docente (Oliveira, 2000), introduzindo no docente supervisionado uma preocupação em relação às questões éticas, pessoais e políticas no ensino. Deste modo, ao supervisor pedagógico deverão estar-lhe associadas as competências ligadas “ao carácter (ponderação, serenidade, bom senso, paciência)” e ao seu “perfil ético (idoneidade, profissionalismo, sentido de dever, isenção)”, como refere Lamy (2008, p. 1).

No que respeita à atitude do supervisor pedagógico perante a escola, a entrevista 10 realça a importância do olhar sociológico que tenha em conta o contexto em que a escola se insere:

Tem de ser capaz de olhar para o meio envolvente de cada escola (E10).

Neste sentido, o contexto em que se insere a supervisão pedagógica é de extrema importância, daí que o supervisor pedagógico deve evidenciar competências no que concerne ao conhecer o contexto em que se insere o processo superviso, conhecer os objectivos, os valores e conhecer-se a si próprio também (Alarcão, 2002).

Compete ao supervisor pedagógico criar um ambiente de formação favorável ao desenvolvimento do supervisionado, com base num clima de confiança e de apoio, confrontando o supervisionado com situações de desafio que potenciem o seu desenvolvimento. Tal postura implica estar com atenção às características individuais do supervisionado e, em algumas situações mostrar flexibilidade na sua actuação, ajustando o seu estilo de supervisão pedagógica às características dos supervisionados (Schön, 1996).

c) Conhecimentos

Os conhecimentos apresentam-se como “a matriz geradora das competências” (Alarcão, 2002, p. 235). Alguns entrevistados consideram que o supervisor pedagógico deverá possuir saberes actualizados, diversificados e especializados, incluindo informações diversas, sobretudo, sobre o currículo, a dinâmica de grupo, a supervisão pedagógica, as metodologias, a prática pedagógica e o conhecimento do contexto em que exerce a sua função. Esta perspectiva é ilustrada nas citações que se seguem:

O supervisor pedagógico deve ser uma pessoa informada, ter conhecimentos sobre o currículo (...), deve ter conhecimentos das dinâmicas de grupo (...) e estar em constante actualização de conhecimentos (E4);

(...) saber a realidade da escola, a realidade dos alunos, o meio (E7);

(...) deve possuir conhecimentos na área da supervisão pedagógica, na área que está a representar (E8);

(...) compreender diferentes metodologias e diferentes conceitos de educação (E13);

(...) conhecimentos das práticas pedagógicas que estão em vigor porque ao longo destes anos todas as práticas pedagógicas vão mudando e vão surgindo novos métodos e a pessoa deve estar, entre aspas, actualizada (E17);

O supervisor precisa ter conhecimentos do meio onde está a supervisionar, das características dos supervisionados e do currículo (E17).

De um modo geral, a análise dos testemunhos dos diversos entrevistados apontam para a necessidade do supervisor pedagógico possuir uma formação multifacetada que compreenda diferentes domínios do saber e que remetem para o domínio da psicologia, da sociologia e da educação.

O supervisor pedagógico assume-se como um agente do desenvolvimento profissional e pessoal do supervisionado e do desenvolvimento da organização. Deste modo, impõe-se que o supervisor pedagógico tenha um conhecimento de modo aprofundado acerca dos factos. Neste sentido, o supervisor pedagógico deverá ter desenvolvido competências humanas, cívicas e sociais e deverá ter assimilado conhecimentos (Pfeiffer e Dunlap, 1982).

d) Funções

No que respeita às funções inerentes ao supervisor pedagógico encontram-se uma diversidade de tarefas, que passam pelo informar, observar, encorajar, prestar atenção, orientar, solucionar, questionar e avaliar. As citações seguintes ilustram as funções inerentes ao supervisor pedagógico:

(...) informar as pessoas que está a supervisionar a nível dos conteúdos, (...) que questione, que sugira, que oriente, que encoraje e por fim que avalie, mas que (...) faça o supervisionado reflectir sobre a sua acção. (...) uma das funções de quem está a supervisionar deverá ser a de inovar (E1);

Parece-me que será um pouco diferente o papel do supervisor num meio socioeconómico e cultural elevado e num meio socioeconómico cultural médio/baixo. (...) informar sobre o que é necessário saber, questionar tudo, reflectir com o supervisionado e dar opinião aos supervisionados e por fim avaliar. O supervisor terá de encorajar também quando achar que é preciso, ser um modelo, prestar atenção ao processo que supervisiona e a quem está a supervisionar, orientar no sentido que achar mais correcto, ajudar a solucionar situações problemáticas que surjam e deverá confiar sempre nas capacidades do supervisionado. Só com base nestas condições é que o processo supervisivo poderá ter sentido e ser capaz de que o supervisionado melhore o seu trabalho, tenha um espírito de auto-formação, de desenvolvimento e tenha maior consciência de que é de si que depende o sucesso dos alunos e empenhe-se com mais entusiasmo na sua profissão (E4);

(...) observar e vai avaliar, vai ajudar também a planificar e orientar um pouco o trabalho (E3);

O supervisor para além de observar, vai ainda nos informar das coisas, dar sugestões, orientar, questionar o que se faz e os resultados alcançados e claro terá de nos avaliar (E10);

Irá fazer a avaliação do desempenho que tanto nos preocupa, porque vai ter de acabar a ponderação curricular só com base nas formações que se faz, nos cargos que se desempenha (E15);

(...) orientar o grupo de trabalho, disponibilizar recursos materiais didáctico-pedagógicos de modo que a prática dos docentes vá ao encontro das necessidades e dos interesses das crianças (E17).

Porém, os testemunhos dos entrevistados, mais uma vez, acrescentam alguma incerteza e até suspeição em relação às funções do supervisor pedagógico justificando que o seu papel consiste na ajuda ao docente e não na observação e na crítica ou na verificação da componente burocrática das escolas. A este propósito observe-se:

(...) é alguém que está lá para os ajudar e não para observar e criticar apenas (E5);

(...) o supervisor pedagógico está ali para ajudar, penso eu, que não é para complicar. (alguém na sala para me ajudar a reflectir sobre a minha prática (E8);

(...) isso saberia lhe responder se eu fosse supervisora pedagógica. Aquilo que eu vejo na prática, o supervisor pedagógico vem verificar se a parte burocrática das escolas está em dia, é só isso que eu vejo (E13);

(...) é fiscalizar e não colaborar, não sei se não era melhor ficarem nos gabinetes (E14).

Na verdade, na aceção da entrevista 14, é colocado em evidência a função de fiscalizar em oposição à função de colaboração e por isso deixa transparecer o sentimento que o supervisor pedagógico não é bem-vindo à sua escola.

e) Formação

O reconhecimento das potencialidades da formação pós-graduada e especializada para o supervisor pedagógico está bem evidente nos testemunhos de diversos entrevistados:

(...) deveria haver formação específica posterior à formação inicial (...) na área da supervisão pedagógica e (na área da relação interpessoal ...) também é muito importante, acho que as duas coisas se deviam conjugar (E2);

(...) tenha tirado alguma formação específica na área da supervisão pedagógica. Não tem qualquer sentido que um supervisor pedagógico não tenha formação na área da supervisão pedagógica (E4);

O supervisor deve ser em princípio um professor ou educador com formação especializada na supervisão pedagógica (E11);

(...) o supervisor deve ter formação para isso. Primeiro acho que deve ter formação em sociologia, (...). Depois acho que deve ter formação em psicologia também (E16).

Os entrevistados revelam, como já foi referido, que o supervisor pedagógico carece ser detentor de formação inicial na área em que irá intervir e, além disso, possuir formação especializada na área da supervisão pedagógica, incluindo ainda saberes no domínio da psicologia e da sociologia. Alarcão (2010) aponta que o desempenho da supervisão pedagógica pela sua natureza, requer pré-requisitos e uma formação especializada.

f) Relação entre o supervisor pedagógico e o supervisionado

Na “voz” dos entrevistados é também possível identificar alguns pontos de vista sobre a relação entre o supervisor pedagógico e os supervisionados. É sugerida uma relação aberta, não hierárquica, dialogante, colaborativa, amiga, isenta e justa. Também é referida a necessidade de confiança e companheirismo. Tais aspectos podem verificar-se nas citações que se seguem:

(...) uma relação aberta e acima de tudo que haja diálogo entre as duas partes e cooperação porque se existe uma relação de supervisor, tipo uma relação hierárquica não vai ser nada agradável e a pessoa que está a ser supervisionada vai encarar como no fundo um fiscal, alguém que está a julgar (E1);

Eu penso que deve de haver um diálogo, uma abertura e uma confiança (E16);

Deve ser basicamente uma relação de cooperação (E10);

Deverá ser uma relação amiga, isenta e justa. Com base na confiança (E12);

Tem de haver uma relação de companheirismo entre esse alguém, supervisor, e os educadores e professores, que nos faça sentir ainda mais entusiasmo pela nossa profissão (E15).

Os entrevistados reconhecem que os docentes são pessoas diferentes e possuem modos de pensar e agir também diferentes, o que leva a que se aponte para a necessidade do supervisor pedagógico possuir o discernimento necessário para adequar a sua acção às diversas conjunturas e aos variados intervenientes. A este propósito a E14 e E17 referem que:

A relação não poderá ser igual para todos, lá está, conhecendo o supervisionado a relação terá de se adequar. Deverá haver uma relação de cooperação, abertura, confiança para que a supervisão pedagógica dê bons frutos. Se há casos em que o carácter de fiscalização terá de existir, noutros casos, trabalhando muito, nem sempre se faz notar (E14);

(...) a nível de uma questão ética, eu acho que a relação deverá ser neutra e rigorosa (E17).

De acordo com Amaral et al. (1996) é fundamental que o supervisor pedagógico seja neutro e rigoroso com os supervisionados e consigo mesmo. Para tal, é necessário a criação de uma atmosfera afectivo-relacional positiva, em que prevaleçam a entajuda, a abertura, a reciprocidade, a espontaneidade, a autenticidade e a empatia.

Expectativas e/ou preocupações em relação à supervisão pedagógica

No que respeita à categoria “expectativas e/ou preocupações em relação à supervisão pedagógica” emergiram duas subcategorias “expectativas” e “preocupações”.

a) Expectativas

Em relação às expectativas dos entrevistados percebe-se que estas se enquadram no domínio do desconhecimento. Alguns dos entrevistados apontam para uma mudança nas mentalidades dos supervisores pedagógicos, para uma curiosidade relativamente ao facto de quem será o supervisor pedagógico, qual a formação base deste, assim como se é um elemento interno ou externo à escola e ainda para a data da sua implementação. Como ilustração destas expectativas, podem ler-se as seguintes citações:

(...) as expectativas passam um bocadinho pelo desconhecido (E1);

(...) que mude as mentalidades principalmente dos supervisores (...) (E3);

Gostava de saber para quando a implementação da supervisão pedagógica nas escolas, e se é alguém exterior à escola que virá supervisionar ou se é alguém daqui de dentro da nossa escola que supervisiona (E4);

(...) gostava que os supervisores fossem divididos conforme a área, ou seja, devia haver supervisores do pré-escolar que acho que deviam ser educadores de infância e que já trabalharam directamente no terreno (E11);

Eu (...) estou um pouquinho expectante para ver quem serão acima de tudo os supervisores (E8);

(...) as minhas expectativas em relação à supervisão pedagógica: espero que nos ajude na nossa prática educativa (E17).

De destacar as entrevistas 9 e 14 que aguardam a aplicação de mais supervisão pedagógica porque a sociedade requer uma mudança paradigmática no sistema educativo:

(...) expectativas é que haja mais supervisão (E9);

Quanto às expectativas parece-me que a escola continua igual desde sempre e há que mudar alguma coisa, talvez através da supervisão pedagógica. Terá de haver mudança de paradigmas, tal com o autor Khun dizia. Práticas inovadoras para melhorar a qualidade de ensino. Para tal o supervisor tem de ser alguém inovador e levar a que os docentes cresçam como pessoas e como profissionais, para bem dos alunos (E14).

O testemunho anterior está relacionado com a perspectiva de Khun (1962), quando este autor refere que as mudanças de paradigmas aparecem ligadas a rupturas. Colocada a questão em termos de ruptura, a inovação pedagógica pressupõe uma descontinuidade relativamente ao velho paradigma fabril, como referem Toffler (s/d) e Sacristán (1985). Tal baseia-se na “criação de contextos de aprendizagem” distintos dos habituais nas escolas, que evoca a um professor construcionista que estimule um máximo de aprendizagem com um mínimo de ensino (Papert, 2008).

Espera-se que a supervisão pedagógica funcione como uma estratégia de formação capaz de desencadear transformações ao nível das práticas:

A supervisão deve assumir a visão animadversa que garante autonomia do indivíduo finito e a atenção sobre a sociedade que o sustém (...) será desconstrutora de convicções culturais de modo a avaliar as implicações que estas provocam nas actividades de docência e, portanto, de aprendizagem. Há que pensar sobre o pensamento, sobre as crenças acerca do mundo (Rodrigues, 2008b, p. 195)

Apesar das visões variadas e da inquietação de diversos entrevistados sobre as suas expectativas relativamente à supervisão pedagógica, parece descortinar-se que existem entrevistados que estão receptivos à implementação da supervisão pedagógica nas escolas, pressupondo-se que esta trará benefícios para a melhoria da qualidade do serviço educativo e o sucesso dos alunos.

b) Preocupações

O facto dos entrevistados manifestarem desconhecimento relativamente à supervisão pedagógica leva a que estes tenham diversas preocupações, designadamente, medo de que o supervisor pedagógico não seja um educador de infância, mas alguém de outro nível de ensino; seja uma pessoa rígida e inflexível; dúvida das regras a aplicar; apreensão relativamente às injustiças que venham a surgir na responsabilidade que terão face à avaliação do desempenho. Estas preocupações estão patentes nas citações seguintes:

(...) preocupa-me quem será o supervisor pedagógico em contexto pré-escolar (E4);

A postura do supervisor. (...) se for aquela pessoa rígida de: eu vou te supervisionar, de pressionar, é difícil. Isso é uma coisa que me preocupa, a própria pessoa em si não ter bom senso, ser uma pessoa, não queria dizer, má, mesquinha (E7);

Preocupações, eu, talvez em relação às regras que serão aplicadas (...), porque julgo que irão haver muitas injustiças (E8);

A minha preocupação é como já lhe disse: perante uma inspecção, quem faz um bom trabalho e não tem jeito para escrever, vai sair prejudicado e penalizado de certeza (E12);

Eu, como serei avaliada? Nunca estou muito tempo numa escola, por isso, isto preocupa-me; mas espero que o pessoal responsável pela implementação da supervisão nas escolas tenha em consideração todas as situações, para que não haja injustiças (E15).

De modo curioso, aferiu-se testemunhos de entrevistados que rejeitam possuírem muita preocupação e que até negam ter medo da supervisão pedagógica. Pelo contrário, esperam que o supervisor pedagógico seja um contributo no ampliar de horizontes intrínsecos à acção pedagógica. Esta ideia é confirmada pelas E6 e E10:

Eu não tenho medo, sinceramente, eu digo que não tenho medo, não tenho receio (E6);

Não me preocupa muito. Se houver alguém que me mostre outros horizontes na minha prática isso é óptimo (...) (E10).

Em síntese, pode-se admitir que os sentimentos expressos pelos entrevistados em relação às expectativas e preocupações no âmbito da supervisão pedagógica estão associados com a posse de formação contínua ou especializada na temática em questão. Admite-se que quanto mais esclarecidos e receptivos à mudança e à inovação estiverem os docentes mais facilidade terão em enfrentar os desafios que a sociedade, as famílias e a escola dos tempos actuais requerem.

As representações sociais sobre a supervisão pedagógica

Na categoria “representações sociais sobre a supervisão pedagógica” emergiu a categoria “atitude”.

Encontra-se um pensamento transversal de desconhecimento, dúvida, inquietação, incerteza e suspeição em relação às representações dos entrevistados sobre a supervisão pedagógica. O mesmo é legível nos seguintes testemunhos:

(...) ninguém sabe nada acerca da supervisão pedagógica. É isso que me apercebo (E4);

A nível da supervisão pedagógica (...) parece-me que ninguém sabe verdadeiramente o que é (E14);

(...) normalmente, a ideia que se tem é que o supervisor vem para criticar (E6);

Quando entrarmos de verdade neste barco da supervisão pedagógica muita gente se vai afundar (E10);

Ouvimos falar que a supervisão pedagógica vem e que diz que tudo está mal na escola e que é preciso fazer um plano de melhoria. (...). Sabe, este assunto é complicado de se abordar, porque não se sabe quase nada dele. O que lhe disse foi tendo em conta a minha experiência profissional, o que oiço os colegas a dizer (E12);

(...) é que a maior parte das pessoas pensa que é uma fiscalização do nosso trabalho (E16);

(...) parece-me pelo que oiço dizer aqui e acolá, pela minha experiência profissional que se trata de uma coisa que ainda não está implementada nas escolas, mas que será implementada brevemente (E15).

Depara-se ainda com um posicionamento de aceitação e de receptividade notório nos testemunhos dos entrevistados que realçam a importância da formação no domínio da supervisão pedagógica:

(...) acho que a supervisão é uma coisa positiva, para mim, e acho que deveria ser aceite como algo benéfico para a nossa actuação (E9);

Porque eu acho que a supervisão é uma área que está, está a desenvolver-se e ainda não é muito conhecida porque, nós vimos que já há muitas formações sobre a supervisão mas para muitos colegas ainda é uma novidade falar em supervisão pedagógica (E17);

Fiquei com uma ideia do que é a supervisão pedagógica, já que tinha ouvido falar mas não tinha bem a ideia do que era a supervisão. E era sempre encarada, se calhar de uma maneira negativa e na formação aprendi que a supervisão não deve ser encarada como tal, mas como uma ajuda para nós melhorarmos o nosso trabalho (E1).

Capítulo IV – Conclusões finais

Recorde-se que o objectivo geral deste estudo é conhecer as representações sociais dos educadores de infância do Concelho de Câmara de Lobos sobre a supervisão pedagógica, sendo os objectivos específicos analisar o processo de formação e de construção das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica e verificar se, apesar da subjectividade das representações relativas à supervisão pedagógica, alguns deveres, princípios, valores, concepções e fins da supervisão pedagógica são pensados de forma idêntica.

A análise documental e a entrevista foram as duas técnicas de pesquisa utilizadas para a recolha de dados, sendo que a primeira teve como objectivo efectuar o levantamento de dados que caracterizassem o meio sócio económico e cultural onde se realizou a investigação. A segunda técnica teve como principal objectivo efectuar o levantamento das representações sociais dos sujeitos da investigação sobre a supervisão pedagógica.

Crê-se que, no domínio da investigação, a supervisão pedagógica faz despontar elementos inovadores para a educação. No contexto da política educativa actual a supervisão pedagógica tem emergido como tema recorrente e desencadeado diversas crenças e expectativas entre os profissionais que exercem a actividade docente. Neste âmbito, partiu-se da problematização da temática supervisão pedagógica, seguido do perfil do supervisor pedagógico, também das expectativas e/ou preocupações dos docentes relativamente à supervisão pedagógica e, por fim, verificar as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

De referir que este estudo, cujos dados são as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica, é inevitavelmente percorrido pela subjectividade dos sujeitos da investigação que falam e pela da investigadora que escuta e interpreta a referida fala depois de transcrita para os protocolos.

Efectivamente, a abordagem qualitativa permitiu alcançar conhecimentos valiosos sobre uma problemática de investigação ainda insuficientemente explorada e explicada, sendo de relevar e valorizar as conclusões de cada categoria e subcategorias que se seguem.

Em relação à problematização da supervisão pedagógica salienta-se que a ideia dos entrevistados relativamente ao conceito de supervisão pedagógica é diversificada,

percepcionando-se um certo desconhecimento e incerteza, principalmente quando associam o conceito à inspecção da educação.

Alguns dos entrevistados deixam transparecer uma visão negativa da supervisão pedagógica, unida à ideia que têm acerca da inspecção da educação que se encontra em vigor, o que indicia expectativas e receios destes. Todavia, outros entrevistados perspectivam a supervisão pedagógica como sendo um processo desenvolvido por um supervisor pedagógico devidamente informado e experiente, com base numa interajuda, orientação, colaboração e reflexão sobre a prática.

Acrescente-se que alguns testemunhos realçam um conceito de supervisão pedagógica mais abrangente e complexo, que compreende o controlo e a avaliação do processo pedagógico, a avaliação das aprendizagens dos alunos e a avaliação do processo pedagógico.

Pode-se interpretar que o objectivo da supervisão pedagógica está associado à ideia de cooperação, avaliação, reflexão e discussão conducente ao desenvolvimento pessoal e profissional assim como à melhoria da qualidade de ensino. Neste sentido, depreende-se que a supervisão pedagógica subentende uma interacção entre o supervisor pedagógico e o supervisionado numa prática de colaboração.

Percepciona-se que a supervisão pedagógica, apesar de relacionada com a inspecção e de ainda não se encontrar em vigor na RAM, será aplicada à formação inicial e contínua, à situação de estágio ou ao processo inspectivo, em todos os níveis de ensino e, ainda, à avaliação do desempenho. Foi referido ainda por alguns entrevistados que a supervisão pedagógica não é aplicada em nenhum plano e noutras situações em que é aplicada tal acontece nos gabinetes.

Pode-se inferir que existe uma visão depreciativa relativamente à supervisão pedagógica, especialmente no que se refere ao seu plano e local de aplicação quando a rejeitam, a aliam à inspecção, afirmam que decorre nos gabinetes e defendem que essa tarefa é uma atribuição do director do estabelecimento escolar.

Constata-se que muitos dos entrevistados são de opinião de que os docentes deverão adoptar uma atitude de humildade e de colaboração e estar receptivos relativamente às orientações emanadas no âmbito da supervisão pedagógica. Verificam-se contudo, testemunhos representativos de descrédito e de alguma suspeição em relação à supervisão pedagógica, nomeadamente, em relação à idoneidade, ao papel e às competências profissionais do supervisor pedagógico.

As diferentes perspectivas reveladas pelos entrevistados sugerem, repetidamente, uma supervisão pedagógica destinada a prestar apoio e orientação, comprometida entre as partes intervenientes uma vez que, a mesma, está a tornar-se um imperativo do actual sistema educativo.

Encontram-se depoimentos defensores da inexistência de obstáculos. Há referência também a uma necessidade de se enquadrar legalmente a sua aplicação nas organizações escolares.

É reconhecida ainda que a supervisão pedagógica poderia defrontar múltiplos e complexos obstáculos ao perspectivarem dificuldades em acautelar a imparcialidade, na mudança de mentalidades, na existência de trabalho burocrático que absorve imenso tempo, na avaliação do trabalho docente, na dimensão do estabelecimento escolar, nas relações interpessoais, no envolvimento dos profissionais e na desmotivação docente. De salientar, a idade e o tempo de serviço como obstáculos à supervisão pedagógica.

Os dados revelam, também, o sentimento de medo em relação a um novo elemento que deverá integrar o sistema educativo, hierarquicamente superior, que poderá se enquadrar num escalão etário mais jovem e, também, a possibilidade de relações conflituosas entre o supervisor pedagógico e o supervisionado. Os profissionais mais jovens e que concluíram mais recentemente a formação inicial deverão apresentar-se como os menos obstaculizadores à implementação da supervisão pedagógica.

A supervisão pedagógica indicia ser um processo conducente à investigação e a uma prática reflexiva que resulta numa melhoria da qualidade do ensino. A reflexão é um aspecto importante pois supõe que o supervisionado problematize as fundamentações e as implicações das suas opções.

Pode-se inferir que vários educadores de infância percebem a dimensão positiva da supervisão pedagógica quando a acção é colaborativa. Além disso, deixam transparecer que a prática reflexiva obriga a uma acção retrospectiva e prospectiva, a uma atitude crítica activa, mas também a trabalho de equipa, a receptividade à mudança e à inovação pedagógica e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade de ensino. Espera-se uma supervisão pedagógica que funcione como base de sustentação para a prática, que faculte modelos, mas que também avalie o desempenho docente.

Salienta-se o facto de se esperar que o motor da inovação nas escolas esteja centrado no supervisor pedagógico. Há ainda quem apresente incerteza sobre o contributo da supervisão pedagógica no que respeita a inovação educativa e quem

suspeite sobre o potencial inovador quando a supervisão pedagógica é associada à inspecção da educação.

Concretamente, a análise dos dados obtidos permite verificar que diversos entrevistados acreditam que, perante a complexidade, incerteza e incontabilidade dos tempos actuais, que requer da escola uma mudança de paradigma na educação, se a supervisão pedagógica revestir um carácter colaborativo, poderá contribuir para a mudança de mentalidades e para a inovação nas escolas.

Muitos entrevistados manifestaram interesse na formação contínua e especializada na área da supervisão pedagógica o que leva a crer que os educadores de infância mantêm sentimentos de inquietação e de desconhecimento sobre os métodos e os propósitos inerentes à supervisão pedagógica.

Da análise dos depoimentos concedidos pelos entrevistados parece poder-se concluir que existem muitas ambiguidades, dúvidas e incertezas sobre a problemática da supervisão pedagógica junto dos educadores de infância e não é despendendo dar maior importância a que se efectue um aprofundamento e clarificação da temática dentro e fora das organizações escolares.

Alguns dos entrevistados optam por um diversificado conjunto de características pessoais e psicológicas como a empatia, o encorajamento, a liderança, a comunicação, o encorajamento, o envolvimento e a capacidade de trabalhar em equipa. Acrescentam, também que seja uma pessoa que inclua na sua formação inicial o nível de ensino que está a supervisionar, culta, humilde, reflexiva, equilibrada, serena, ponderada, paciente, flexível, disponível, criativo, justo, imparcial e vislumbrada como um modelo a seguir.

O supervisor pedagógico é perspectivado como uma pessoa altamente dotada de habilidades e competências pessoais e profissionais para poder desempenhar uma tão complexa tarefa que é a supervisão pedagógica.

Há quem encare o supervisor pedagógico como um inspector, mas há também quem tenha uma visão antagónica a esta. Também verifica-se que o supervisor pedagógico é percebido como orientador de estágio ou como director do estabelecimento escolar.

Coloca-se ainda o facto do supervisor pedagógico ser um elemento interno ou externo ao estabelecimento escolar, sendo de realçar algumas potencialidades e constrangimentos de cada situação e colocadas em destaque a questão inerente à progressão na carreira, pois os efeitos reflectir-se-ão no campo remuneratório.

Ser supervisor pedagógico requer diversas competências, nomeadamente, de observar com imparcialidade, de flexibilidade, de comunicar, de liderança e de avaliação. De realçar a importância do olhar sociológico, por parte do supervisor pedagógico, que considere o contexto em que a escola se insere. Acrescente-se ainda que ao supervisor pedagógico deverão estar-lhes associadas a serenidade, bom senso, paciência, profissionalismo, idoneidade, sentido de dever e isenção.

Considera-se que a função do supervisor pedagógico obriga a possuir uma multiplicidade de saberes actualizados, diversificados e especializados, nos quais se inclui informações diversas, especialmente, sobre o currículo, dinâmica de grupo, supervisão pedagógica, metodologias, prática pedagógica e conhecimento do contexto em que está a exercer a sua função.

De um modo geral, a análise dos testemunhos dos diversos entrevistados revela as suas expectativas ao denunciarem a necessidade do supervisor pedagógico possuir uma formação multifacetada que abarque diversos domínios do saber e que remetem para o domínio da psicologia, da sociologia e da educação.

Relativamente às funções do supervisor pedagógico encontram-se uma diversidade de tarefas, díspares, justificadas nos depoimentos dos entrevistados, especialmente, a nível do conhecimento do contexto envolvente, da informação dos conteúdos que devem leccionar, do questionamento, do encorajamento, da orientação, da planificação, da solução das problemáticas emergentes, da apresentação de sugestões, da motivação do supervisionado, da disponibilização de materiais pedagógico-didácticos, da observação, da avaliação, da reflexão e da inovação.

Porém, os depoimentos dos entrevistados, mais uma vez, acrescentam alguma incerteza e até suspeição relativamente às funções do supervisor pedagógico justificando que o seu papel consiste na ajuda ao docente e não na observação e crítica ou na verificação da componente burocrática das escolas.

De referir que um dos entrevistados coloca em relevo a função fiscalizadora em oposição à função colaborativa e por isso deixa transparecer o sentimento que o supervisor pedagógico não é bem-vindo à sua escola.

São reconhecidas as potencialidades da formação pós-graduada e especializada para o supervisor pedagógico. Os entrevistados revelam que o supervisor pedagógico precisa ser detentor de formação inicial na área em que irá entrevir e, além disso, possuir formação especializada em supervisão pedagógica e que inclua saberes no domínio da psicologia e da sociologia.

É sugerida que a relação entre o supervisor pedagógico e os supervisionados seja uma relação aberta, não hierárquica, dialogante, colaborativa, amiga, isenta e justa. Também é referida a necessidade de confiança e companheirismo.

Reconhecendo-se que todos os profissionais são pessoas diferentes e têm modos de pensar e agir também distintos, aponta-se para a necessidade do supervisor pedagógico possuir o necessário discernimento para adequar a sua acção às diversas conjunturas e aos variados intervenientes.

Além das expectativas refira-se que além das expectativas se enquadrarem no domínio do desconhecido, alguns testemunhos sugerem que exista mudança nas mentalidades dos próprios supervisores pedagógicos, curiosidade em relação à pessoa do supervisor pedagógico, sobretudo se é educador de infância e um elemento interno ou externo ao estabelecimento escolar e, ainda, em relação à data da sua implementação. Também conjecturam apoio na acção pedagógica.

De destacar duas das entrevistadas que defenderam que aguardam a aplicação de mais supervisão pedagógica porque a sociedade requer uma mudança paradigmática no sistema educativo.

Apesar das visões diversificadas e da inquietação de vários entrevistados sobre as suas expectativas em relação à supervisão pedagógica, pode-se descortinar que existem educadores de infância receptivos à implementação da supervisão pedagógica nas escolas no pressuposto que, a mesma, será benéfica para a melhoria da qualidade do serviço educativo e o sucesso dos alunos.

O manifesto desconhecimento da temática supervisão pedagógica leva os educadores de infância a gerarem diversas preocupações, designadamente, medo de que o supervisor pedagógico não seja um educador de infância, mas alguém de outro nível de ensino, seja uma pessoa rígida e inflexível, dúvida das regras a aplicar e apreensão relativamente às injustiças que venham a surgir na responsabilidade que terão face à avaliação do desempenho.

Curiosamente, existem entrevistados que rejeitam possuírem muita preocupação e que até negam ter medo da supervisão pedagógica. Pelo contrário, esperam que o supervisor pedagógico contribua para a ampliação dos horizontes intrínsecos à acção pedagógica.

Em suma, admite-se que os diferentes sentimentos apresentados pelos entrevistados relativamente às suas expectativas e preocupações, no âmbito da supervisão pedagógica, estão relacionados com a posse de formação contínua ou

especializada na temática em questão. Na verdade, admite-se que profissionais esclarecidos e receptivos à mudança e à inovação enfrentam com mais facilidade os desafios que a sociedade, as famílias e a escola dos tempos actuais requerem.

É possível encontrar um pensamento transversal de desconhecimento, dúvida, inquietação, incerteza e suspeição relativamente às representações dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Também encontra-se um posicionamento de aceitação e de receptividade notório nos depoimentos dos educadores de infância que enfatizam bastante a importância da formação no domínio da supervisão pedagógica.

A análise das representações sociais sobre a supervisão pedagógica constitui-se como um fenómeno social, pela percepção dos seus conteúdos e formas de actuação. Destaca-se a abordagem da teoria das representações sociais elaborada por Moscovici que parece adequada aos objectivos deste estudo:

“Se uma representação social é uma preparação para a acção, ela não o é somente, na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio onde o comportamento deve ter lugar. Ela chega a dar um sentido ao comportamento a integrá-lo numa rede de relações onde ele está ligado ao seu objecto. Fornecendo da mesma assentada as noções, as teorias e o fundo de observações que tornam estas relações estáveis e eficazes” (Moscovici, 1976, p. 47).

Tendo presente que os sujeitos de investigação são constituídos por educadores de infância com uma média de 38 anos, possuidores de licenciatura em educação de infância, na sua grande maioria (quinze dos dezassete) com uma situação profissional definida (QZP ou QE), seis dos entrevistados com desempenho anterior na direcção de escola quer no ensino público quer no ensino privado, e detentores de alguma experiência profissional (todos têm mais de 6 anos de serviço), aceita-se que se está perante um grupo que possui no saber, na aprendizagem e experiência profissional, um factor fundamental nas representações acerca da supervisão pedagógica.

Os entrevistados deste estudo ao associarem a supervisão pedagógica a uma orientação patenteiam constituírem o saber socialmente elaborado e partilhado, assim como uma compreensão comum da realidade na base da construção das representações sociais acerca da supervisão pedagógica, convergindo para a construção de uma realidade comum a um dado conjunto social (Jodelet, 1989) e definindo um sistema de valores e determinando a forma de relação com o meio envolvente (Abric, 1996 citado

por Vala, 2002) permitindo aos sujeitos da investigação terem uma dada visão do mundo e, neste caso, da supervisão pedagógica.

De realçar que os sujeitos da investigação deixam transparecer que as representações sociais que têm da supervisão pedagógica reproduzem, por um lado, e reconstruem, por outro lado, a realidade que conhecem. Poder-se-á dizer que reproduzem-nas quando reflectem os factos exteriores (a supervisão pedagógica como consideram ser exercida e apreendida) e constroem-na quando, considerando-se actores do processo, pressupõem que sujeito e objecto não são essencialmente distintos (Moscovici, 1989).

Tendo em conta o contexto onde se realiza a investigação (concelho de Câmara de Lobos) emerge uma idêntica maneira de ver as representações sociais por parte dos educadores de infância. A supervisão pedagógica é compreendida através de elementos cognitivos e ao alcance de todos, assim como de juízos estabelecidos pelos sujeitos da investigação no meio por eles frequentado, uns e outros constitutivos da base de compreensão da realidade do grupo profissional docente a que pertencem.

Os educadores de infância deixam indicações para a caracterização da temática da supervisão pedagógica. Tal como a concebem, afigura-se que existem algumas incertezas, medos e ambiguidades em relação à supervisão pedagógica. As palavras evocadas pelos educadores de infância resultam de uma construção e constituem-se como “fonte de significado e experiência” para o grupo dos educadores de infância.

No presente estudo, as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica permitiram não apenas viabilizar uma “leitura da realidade”, no caso da supervisão pedagógica, como também ser instrumentos que fundamentam a acção supervisiva e a justificam (Vala, 2002).

Se bem interpretaram-se os dados em análise, percebem-se indícios de uma significação da supervisão pedagógica organizada em torno de um núcleo central, tal como se percebe uma ligação dos entrevistados às normas e aos valores do grupo profissional a que pertencem, o que lhes permite tomar posição em relação à temática em estudo, emergindo aí a dimensão funcional do núcleo central. O núcleo central é determinado pela natureza do objecto e pela relação que o sujeito da investigação estabelece com o objecto.

A constituição do núcleo central organiza-se através do processo de objectivação o qual consiste na transformação dos elementos conceptuais elaborados acerca do objecto em figuras icónicas ou imagens. Trata-se de um processo de reificação. Na

presente investigação a operacionalização destes elementos teóricos estruturou-se para o campo de representação a partir das categorias analisadas tendo sido estabelecidas as subcategorias de cada categoria.

Ao pretender responder à questão “quais são as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica?” abordou-se o estudo das representações sociais, privilegiando a sua análise enquanto produto social e simultaneamente tentando compreender qual o seu processo de formação e de construção.

Ao tentar compreender qual a origem das representações conclui-se que estas resultam da experiência, do trabalho docente e das formações. De referir que pela análise efectuada a formação apresenta-se fundamental na construção das representações sociais sobre a supervisão pedagógica.

No que concerne à dimensão atitudinal, enquanto elemento fundamental na estruturação das representações, relativamente à supervisão pedagógica, expectativas e/ou preocupações, o supervisor pedagógico aparece com um certo relevo como uma figura que em termos atitudinais desenvolve reacções emocionais positivas. É um profissional tido como importante, pela natureza do seu trabalho.

A leitura dos dados em análise no presente estudo parece permitir afirmar que existe um núcleo central na representação que os entrevistados fazem da supervisão pedagógica e estão delineados alguns dos seus elementos mais característicos, tais como o contexto, os valores e a ideologia. Enfim, parece existir uma base comum da temática partilhada pelos entrevistados no seu contexto.

Perante os dados obtidos, pode-se concluir que, respondendo à questão inicial, que as representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica revelam muitas incertezas, medos e ambiguidades, o que leva a acreditar que a mesma precisa ser aclarada e amplamente divulgada, no sentido de se acautelar a construção de juízos errados e de sentimentos negativos.

Só com um paradigma da relativização e da complexidade em que “já não há lugar para as certezas absolutas” (Sousa, 2000, p. 32) conseguir-se-á entender a educação à luz das mudanças e implicações sociais e políticas da pós modernidade.

De acordo com o referencial teórico adoptado as funções e as finalidades da supervisão pedagógica são diversas, sendo que numa óptica ética deve potenciar as funções, conducentes ao enriquecimento dos docentes e da escola, de dialogar, aprender, compreender, melhorar, orientar e estimular. As funções de classificação, de

discriminação, de hierarquização, de competição e de controle não deverão ter peso no processo supervisivo. A supervisão pedagógica é percebida como um processo de melhoria e de inovação da educação, assim como uma ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento docente e o desenvolvimento das escolas.

Perspectiva-se, assim, a supervisão pedagógica conducente ao crescimento profissional dos supervisionados, pois o acto de supervisionar estimula o desenvolvimento e o conhecimento dos supervisionados ajudando-os a gerir melhor os seus sentimentos e emoções.

Aos supervisores pedagógicos compete olhar para a educação de forma a equacionar os problemas actuais e construir soluções para o futuro. A mudança das escolas e dos professores não são aspectos dissociáveis e devem produzir-se de maneira concomitante. Há que pensar “a escola como um sistema total (...) mudar a Escola na sua globalidade”, como refere Campos (1996, p. 68). É um dos maiores desafios com que se depara, passa por conseguir “modificar o nosso pensamento de maneira a fazer frente à crescente complexidade, à rapidez das mudanças e à imprevisibilidade que caracterizam o nosso mundo” (Edgar Morin, 2001, p. 14 citado por Alves & Morgado, 2005, p. 275).

“Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um acto político e seria ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos” (Freire, 2000, p. 54). Freire alimentava o sonho de uma sociedade em que todos coubessem. A educação pode contribuir nesse sentido se ensinar com um novo paradigma do conhecimento, onde todas as formas de conhecimento tenham lugar, dotando os indivíduos de um pluralismo de ideias que os conduzam ao conhecimento da realidade (Gadotti, 2006). A mudança de paradigma requer tempo e, certamente, são muitos os obstáculos que se apresentam à supervisão pedagógica. Por um lado, o desejo de inovar está associado a um contexto favorável à mudança, por outro lado, existe uma certa tendência da escola manter-se como está.

Espera-se que este estudo possa abrir espaço a uma reflexão sobre a supervisão pedagógica, de modo a que os profissionais de educação se sintam mais esclarecidos sobre a mesma. No âmbito da formação contínua, o estudo poderá contribuir para a elaboração de eventuais programas que promovam o debate em torno das questões da supervisão pedagógica.

Para futuros estudos será conveniente incluir também os professores do 1º CEB. Seria interessante analisar as diferenças entre o género masculino e feminino, assim

como os professores no início da carreira e professores no fim da carreira. De referir, ainda o interesse de realizar uma futura investigação aos directores de escola sobre o papel da supervisão pedagógica no âmbito da gestão escolar.

Em síntese, considera-se que esta investigação constitui uma oportunidade de um “desejo quase desesperado de completarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento de nós próprios” (Santos, 2003, p. 30).

Referências bibliográficas

- Alarcão, I. (1994). *Supervisão de Professores e Reforma Educativa*. IGE – In Formação. Ano 3. Nº 1, Maio.
- Alarcão, I. (1995). *Supervisão de professores e inovação educacional*. Aveiro: CIDIne.
- Alarcão, I. (1996). *Formação reflexiva de professores. Estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I. (2000). *Escola reflexiva e supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I. (2002). Escola reflexiva e desenvolvimento institucional. Que novas funções supervisivas? In Oliveira-Formosinho, J. (2002). *Supervisão na Formação de Professores I. Da sala à Escola* (pp. 217-236). Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I. (2010). *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez Editora.
- Alarcão, I. e Tavares, J. (1987). *Supervisão da prática pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Almedina.
- Alarcão, I. e Tavares, J. (2003). *Supervisão da prática pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. 2ª edição. Coimbra: Almedina.
- Alarcão, I. & Roldão, M. (2010). *Supervisão – um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*. 2ª edição. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Almeida, L. e Freire, T. (2007). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Lusografe.

- Alves, M, e Morgado, J. (2005). *Mudanças educativas e curriculares ... e os Educadores e os Professores. Actas do colóquio sobre formação de professores*. Maia: Sersilito.
- Amaral et al. (1996). O papel do supervisor pedagógico no desenvolvimento do professor reflexivo. Estratégias de supervisão. In, Alarcão, I. (1996). *Formação reflexiva de professores. Estratégias de supervisão* (pp. 79-85). Porto: Porto Editora.
- Arroteia, J. (1991). *Análise social da Educação*. Leiria: Roble Edições.
- Bardin, L. (2005). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Campos, B. (1996). *Investigação e Inovação para a qualidade das Escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Candeias, M. (1997). Que desafios para a Escola? Que desafios para o Professor? In Vieira, I. e Flores, M. (1997). *Profissionalismo Docente e Transição: as identidades dos Professores em tempos de mudança* (pp. 131 - 138). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Carvalho, J. (2009). *Metodologia do trabalho científico: “saber-fazer” da investigação para dissertações e teses*. 2ª edição. Lisboa: Escolar Editora.
- Caseiro, Maria dos Anjos Cohen, Acção de Formação “Supervisão Pedagógica”, Funchal, 2007.
- Cró, M. (1998). *Formação inicial e contínua de Educadores/Professores. Estratégias de intervenção*. In Tavares, J. e Alarcão, I. (2003). *Supervisão da prática*

- pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem.* Porto: Porto Editora.
- Damásio, A. (2003). *O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência.* Lisboa: Publicações Europa-América.
- Delors, J. (1996). *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.* Rio Tinto: Edições Asa.
- Doise, W. (1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos.* Lisboa: Moraes.
- Estrela, A. (1994). *Teoria e prática da observação de classes. Uma estratégia de formação de professores.* Porto: Porto Editora.
- Fernandes, I. & Vieira, F. (2006). A supervisão como um jogo de subversão de regras. In, Vieira, F. et al. (2006). *No caleidoscópio da supervisão: imagens da formação e da pedagogia* (pp. 233 - 237). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Flores, M. (2005). Formação inicial de professores: discursos, práticas e possibilidades. In Morgado, J. e Alves, M. (2005). *Actas do colóquio sobre formação de professores: Mudanças educativas e curriculares...e os educadores/professores?.* Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Freire, P. (1993). *Política e Educação.* São Paulo: Cortez Editora.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa.* 21ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.* São Paulo: Editora Unesp.

- Gadotti, M. (2006). Paulo Freire e a boniteza de ensinar e aprender com sentido. In Scocuglia, A. (2006). *Paulo Freire na história da educação do tempo presente*. Porto: Edições Afrontamento.
- Glickman, C. et al. (2004). *Super Vision and instructional leadership – a developmental approach*. Fourth edition. Boston: Pearson Education.
- Guerra, M. (2002). *Entre bastidores. O lado oculto da organização escolar*. Rio tinto: Edições Asa.
- Guerra, M. (2003a). *Uma seta no alvo – a avaliação como aprendizagem*. Porto: Edições Asa.
- Guerra, M. (2003b). *Tornar visível o quotidiano: teoria e prática de avaliação qualitativa das Escolas*. Lisboa: Edições Asa.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.
- Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempo de mudança. O trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Jodelet, D. (1989). Les représentations sociales: Un domaine en expansion. In, Jodelet, D. (1989). *Les représentations Sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1999). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In Moscovici, S. (1999). *Psicología Social II – Pensamiento y vida social, Psicología social y problemas sociales*. Barcelona: Paidós. Vol. II.
- Jodelet, D. (2001). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Kant, I. (1989). *Crítica da Razão Pura*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Khun, T. (1962). *A estrutura da Revolução científica*.
- Leyens, J. & Yzerbyt, V. (2008). *Psicologia Social*. 2ª edição. Lisboa: Edições 70.
- Lourenço, C. (2005). Profissão de professor e gestão do currículo: Será que tudo vale a pena, mesmo quando a alma não é pequena? In Roldão, M. (1999), *Estudos de práticas de gestão do currículo: que qualidade de ensino/aprendizagem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Ludovico, O. (2007). *Educação Pré-Escolar: Currículo e Supervisão*. Penafiel: Editorial Novembro.
- Macedo, B. (1995). *A construção do projecto educativo de escola. Processos de definição da lógica de funcionamento da escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa.
- Machado, J. (1981). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. 2ª edição. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1989). Des representations colectives aux representations sociales. In Jodelet, D. (1989). *Les représentations Sociales*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais – investigações em psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moscovici, S. & Doise, W. (1991). *Dissenções e consenso*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Negreiros, M. (1995). *As representações sociais da Profissão de serviço social – uma análise empírica em contexto autárquico*. Viseu: Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

- Nóvoa, A. (1992). Formação de Professores e profissão docente. In Nóvoa, A. (1997), *Os professores e a sua formação* (pp. 15-43). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Nóvoa, A. (1997). *Os Professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliveira, L. (2000). O papel do gestor pedagógico intermédio na supervisão escolar In, Alarcão, I. (2000). *Escola reflexiva e supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 45-54). Porto: Porto Editora.
- Oliveira-Formosinho, J. (2002). *A Supervisão na formação de professores II. Da Organização à Pessoa*. Porto: Porto Editora.
- Paicheler, H. (1999). La epistemología del sentido común – de la percepción al conocimiento del outro. In, Moscovici, S. (1999). *Psicología Social II – Pensamiento y vida social, Psicología social y problemas sociales*. Barcelona: Paidós. Vol. II.
- Papert, S. (2008). *A máquina das crianças. Repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artmed.
- Pereira, E. e Ely, V. (2005). *O supervisor na escola reflexiva: gestão-formação-ação*. In Educação e Sociedade. Revista Teresina, (nº13), São Leopoldo.
- Pérez-Gomes, A. (1992). O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In Nóvoa, A. (1992). *Os professores e a sua formação* (pp. 93-114). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Pfeiffer, I. & Dunlap, J. (1982). *Supervision of teachers: A guide to improving instruction*. Encanto: Oryx Press.
- Ribeiro, D. (2000). A supervisão e o desenvolvimento da profissionalidade docente. In, Alarcão, I. (2000). *Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 87-95). Porto: Porto Editora.

- Rodrigues, L. (2008a). *A integração escolar dos alunos do ensino técnico-profissional nível III nas escolas públicas da RAM*. Tese de doutoramento não publicada.
- Rodrigues, L. (2008b). A supervisão enquanto escrutínio do real. In Bento, A. & Mendonça, A. (2008). *Educação em tempo de mudança* (pp. 195 a 214). Funchal: Grafimadeira.
- Roldão, M. (1999), *Estudos de práticas de gestão do currículo: que qualidade de ensino/aprendizagem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Sá-Chaves, I. (2000). *Formação, conhecimento e supervisão – contributos nas áreas da formação de professores e de outros profissionais*. Aveiro: Unidade de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores.
- Sacristán, G. (1985). *La pedagogia por objetivos: obsesión por la eficiencia*. Madrid: Morata.
- Santos, B. (2003). *Um Discurso Sobre as Ciências*. 14ª edição. Santa Maria da Feira: Editora Afrontamento.
- Schön, D. (1996). *The reflective practitioner: how professionals think in action*. England: Arena.
- Sebarroja, J. (2001). *A aventura de inovar – a mudança na Escola*. Porto: Porto Editora.
- Senge, P. (1994). *The fifth discipline: the art and practice of the learning organization*. London: Randon House.
- Severino, M. (2007). *Supervisão em Educação de Infância: Supervisores e estilos de supervisão*. Penafiel: Editorial Novembro.
- Sousa, J. (2000). *O Professor como Pessoa*. Lisboa: Edições Asa.
- Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros horizonte.

- Sousa, M. & Fino, N. (2001). *As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional*. In Actas do VI Congresso galaico-português de psicopedagogia, I volume (pp. 371-381). Braga: Universidade do Minho.
- Toffler, A. (s/d). *Choque do futuro, do Apocalipse à esperança*.
- Tuckman, B. (2002). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (2002). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. 5ª edição. In, Vala, J. & Monteiro, M. (2002). *Psicologia Social*. (pp.457- 502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, F. (1993). *Supervisão. Uma prática reflexiva de formação de professores*. Coleção em foco. Rio Tinto: Edições Asa.
- Vieira, F. (2006). Formação reflexiva de professores e pedagogia para a autonomia: para a constituição de um quadro ético e conceptual da supervisão pedagógica. In, Vieira, F. et al. (2006). *No caleidoscópio da supervisão: imagens da formação e da pedagogia* (pp. 15 - 44). Mangualde: Edições Pedago.
- Vieira, F. et al. (2006). *No caleidoscópio da supervisão: imagens da formação e da pedagogia*. Mangualde: Edições Pedago.
- Vygotsky, L. (1978). *Mind in Society. The development of higher psychological processes*. Cambridge. Harvard University Press.
- Woods, P. (2001). *La escuela por dentro – La etnografía en la investigación educativa*. Barcelona: Paidós.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zcheiner, K. (1993). *A formação reflexiva de professores. Ideias e práticas*. Lisboa: Educa.

Webgrafia:

Câmara Municipal de Câmara de lobos. Localização. Consultado em 13 de Março de 2011 em <http://www.cm-camaradelobos.pt/Concelho-1058.aspx>.

Censos 2011. Dados preliminares. Região Autónoma da Madeira. Consultado em 2 de Julho de 2011 em http://estatistica.gov-madeira.pt/DRE_SRPC/EmFoco/Populacao_Sociedade/Demografia/Censos/emfoco.pdf.

Lamy, F. (2008). *Reflexão crítica, no âmbito da formação sobre Avaliação de Desempenho Docente e Supervisão Pedagógica* (pp. 1-6). Centro de Formação de Albufeira. Consultado a 28 de Maio de 2010 em http://www.asa.pt/CE/PDF/339/CE_339_Artigo_2.pdf

Legislação:

Decreto-Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar.

Decreto-Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto – Lei de Bases do Sistema Educativo – nova versão consolidada.

Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro – Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril – Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensino Básico e Secundário.

ANEXOS

Anexo 1 - Pedido de autorização

Marisol Pestana Pestana

Estrada de Santa Clara
Edifício Quintinha da Ribeira da Alforra II,
Bloco C, 1º F
9300-161- Câmara de Lobos
963184618

Exmo. Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura

Dr. Francisco Fernandes

Palácio do Governo
Avenida Zarco
9004 - 528 - Funchal

Assunto: Pedido de autorização para proceder à recolha de dados nas Escolas Básicas do 1º ciclo com Pré-escolar do Concelho de Câmara de Lobos.

Eu, Marisol Pestana Pestana, portadora do cartão de cidadão com o nº de identificação civil 12362060, Educadora de Infância contratada com vínculo no Infantário A Ondinha e a exercer funções na EB1/PE das Romeiras, venho, por este meio, solicitar a V. Exa. autorização para proceder à recolha de dados no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – área da Supervisão Pedagógica, ministrado pela Universidade da Madeira.

O trabalho de investigação sob a orientação da Professora Doutora Liliana Rodrigues intitula-se “As representações sociais dos Educadores de Infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso em Câmara de Lobos”.

Atenciosamente e com a mais elevada consideração.

Câmara de Lobos, 18 de Novembro de 2010


A mestranda

A orientadora

Marisol Pestana

Profª. Doutora Liliana Rodrigues

Anexo 2 - Autorização concedida

S.  R.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

C/Conhecimento
à DRE

Exm^a. Senhora
Marisol Pestana Pestana
Estrada de Santa Clara
Edifício Quintinha da Ribeira de Alforra II
Bloco C, 1^o F
9300-161 Câmara de Lobos

Sua referência _____ Sua comunicação de _____ Nossa referência _____

GABINETE DO SECRETÁRIO
SAIDA
Of: 1196 Pr: 2.18.3 2011/04/19

ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER À RECOLHA DE DADOS NA ESCOLAS BÁSICAS DO 1º CICLO COM PRÉ-ESCOLAR E NOS JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS

Em referência ao Vosso requerimento datado de 18/11/10, subordinado ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me o Exm^o Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura de transcrever o teor do seu Despacho exarado a 14/04/11:

“Autorizado”

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete
(José Eduardo Magalhães Alves)

/EM

Mod. IE-701-014 -- Sig.

Na resposta indicar a 'Nossa referência'. Em cada ofício tratar só de um assunto.

Anexo 3 - Guião da entrevista

I - Tema: As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos.

II - Objectivos gerais:

1. Recolher dados para uma caracterização socioeconómico e cultural do contexto a ser observado;
2. Obter dados para uma caracterização das escolas, dos educadores de infância e da classe discente do concelho de Câmara de Lobos;
3. Auferir dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

| Blocos | Objectivos específicos | Formulário de perguntas | Observações |
|---|-------------------------------|---|---|
| Bloco A Legitimação da entrevista | Legitimar a entrevista | - Identificar a entrevistadora; - Comunicar sobre a natureza do estudo e os seus objectivos; - Pedir ajuda aos educadores de infância pois o seu contributo é imprescindível; - Colocar o entrevistado na situação de membro da equipa de investigação, embora com um estatuto especial; -Garantir a confidencialidade dos dados. | - Haverá que responder de maneira precisa, breve e esclarecedora a todas as questões do entrevistado, sem desvio dos objectivos específicos do bloco. |
| | | - Caracterizar o meio | - Os tópicos deste e |

| | | | |
|--|---|---|---|
| <p>Bloco B</p> <p>Caracterização do Estabelecimento de Ensino</p> | <p>Caracterizar o Estabelecimento de Ensino</p> | <p>socioeconómico e cultural;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o estabelecimento de ensino onde o educador de infância exerce funções; - Identificar as condições de trabalho no estabelecimento de ensino. | <p>dos próximos blocos são pontos de partida para a elaboração das perguntas, as quais dependerão das características da entrevista.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O modelo a usar deverá ser o semidirectivo, devendo a entrevista centrar-se no educador de infância entrevistado. |
| <p>Bloco C</p> <p>Caracterização dos educadores de infância</p> | <p>Caracterizar os educadores de infância</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar os educadores de infância (género, idade, habilitações literárias, número de anos de tempo de serviço, situação profissional e desempenho de outro cargo para além de educador de infância); - Questionar sobre o percurso profissional do entrevistado; - Verificar a formação dos educadores de infância na área da supervisão pedagógica; - No caso de ter formação na área da supervisão pedagógica, onde a obteve. | <ul style="list-style-type: none"> - Não se deverá interromper o entrevistado, mas sim fomentar a sua expressão no que ela tiver de mais pessoal e autêntico. -Deverá efectuar-se uma articulação entre as perguntas dos blocos, para que não pareça que a entrevista seja fragmentada. - As reacções verbais e as conotações linguísticas serão registadas. |
| <p>Bloco D</p> <p>Caracterização da classe discente</p> | <p>Caracterizar a classe discente</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a classe discente (idade, género, avaliação global do grupo de crianças). - Caracterizar o nível socioeconómico e cultural | |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | | da classe discente. | |
| <p>Bloco E</p> <p>Problematização da temática “Supervisão pedagógica”</p> | <p>Problematizar a temática “Supervisão Pedagógica”</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Questionar sobre o conceito de supervisão pedagógica; - Interrogar sobre qual deve ser o objectivo da supervisão pedagógica; - Verificar em que plano é aplicada a supervisão pedagógica; - Inquirir sobre qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica; - Inquirir sobre os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica; - Interrogar se a supervisão pedagógica contribui, e em que medida, para a melhoria do trabalho escolar; - Interrogar se a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escolas; - Indagar sobre a formação contínua e especializada no âmbito da temática apresentada. | |
| <p>Bloco F</p> <p>Problematização relativa ao supervisor</p> | <p>Problematizar a questão do supervisor</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Inquirir sobre quem deverá ser o supervisor pedagógico; - Interrogar sobre as | |

| | | | |
|---|---|--|---|
| pedagógico | pedagógico | <p>competências que o supervisor pedagógico deve deter;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interrogar sobre os conhecimentos que o supervisor pedagógico deve possuir; - Interrogar sobre as funções atribuídas ao supervisor pedagógico; - Inquirir acerca da formação que o supervisor pedagógico deve possuir; - Questionar sobre qual deverá ser a relação pedagógica entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados. | |
| <p>Bloco G</p> <p>Indicação de expectativas e/ou preocupações em relação à supervisão pedagógica</p> | <p>Indicar as expectativas e/ou as preocupações relativamente à supervisão pedagógica</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Auscultar as expectativas e/ou as preocupações dos educadores de infância em relação à supervisão pedagógica. | <p>Neste bloco pretende-se obter dados que expressem as expectativas e/ou as preocupações do entrevistado em relação à supervisão pedagógica.</p> |
| <p>Bloco H</p> <p>Agradecimentos e garantia de confidencialidade</p> | <p>Agradecer e garantir a confidencialidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Reiterar os agradecimentos; - Reiterar a garantia de confidencialidade dos dados. | <p>Neste bloco reitera-se novamente os agradecimentos pela colaboração e garante-se a confidencialidade de todos os dados obtidos.</p> |

Anexo 4 - Consentimento informado



Consentimento informado

Entendo que toda a informação deriva do estudo “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica – Um estudo no concelho de Câmara de Lobos”, o qual está a ser desenvolvido por Marisol Pestana Pestana, aluna do curso de Mestrado em Ciências da Educação – área da Supervisão Pedagógica ministrado pela Universidade da Madeira.

Dou o meu consentimento para que dados anónimos a meu respeito possam ser guardados e processados por Marisol Pestana Pestana, para fins de avaliação científica. Foi-me dada toda a informação necessária e entendo o significado dessa informação. Tive tempo suficiente para decidir sobre a minha participação e consentir na recolha, uso e revelação da informação. Irei receber uma cópia deste documento assinada e datada.

Assinatura do Participante

Data

Assinatura da Investigadora

Data

Anexo 5 - Protocolos das entrevistas

Código de transcrição:

(...) pausa breve

[...] silêncio prolongado

[././] discurso não decifrável

Itálico – expressões não verbais

Protocolo da E1

Instituição 1 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 27 de Maio de 2011

Início: 11 horas

Fim: 11horas e 17 minutos

Entrevistadora – Bom dia. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola sou aluna do mestrado em Ciências da Educação na área de supervisão pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma sucinta o objectivo do trabalho é auferir dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados obtidos.

Peço agora que faça uma caracterização breve do meio sócio económico e cultural em que está inserida a sua escola.

E1 – Bom dia. A minha escola é caracterizada (...) o meio é caracterizado por um meio socioeconómico e cultural baixo já que a maioria dos alunos provém de bairros sociais problemáticos, nomeadamente a Encosta dos Socorridos, o Bairro do Ribeiro Real e o Bairro da Pedreira. As grandes dificuldades de aprendizagem e de comportamento

devem-se a um (...) leque de problemas associados à violência doméstica, ao alcoolismo, à toxicod dependência e à falta de recursos materiais que são comuns nestes bairros. (...) A escola acaba por partilhar destes problemas já que os alunos espelham essa realidade. Os outros alunos residentes mais na zona do Covão, na zona da escola (...) conseguem ser crianças com mais, mais humildes e com boas maneiras, apesar de também terem problemas a nível de recursos económicos e culturais. (...) A maior parte dos Pais tem profissões ligadas à construção civil, à agricultura, aos serviços e à vida doméstica. A maior parte das famílias não participa activamente na vida escolar dos seus educandos. Penso que é só.

Entrevistadora – Feita a caracterização do meio socioeconómico e cultural do contexto em que está inserida a sua escola é possível fazer uma caracterização do seu grupo de crianças.

E1 – Está bem. O meu grupo é constituído por 19 crianças. São quatro meninas e quinze rapazes. Isso por si só já vai influenciar o comportamento dentro da sala, sendo que os rapazes são mais activos e mais rebeldes entre si. São crianças activas e interessadas. Revelam dificuldades na partilha de brinquedos e por vezes entram em conflito. Temos alguns casos de crianças com comportamentos mais preocupantes que provêm de famílias complicadas e também algumas numerosas. Temos vários casos de famílias problemáticas e cinco casos de crianças que vêm de famílias monoparentais, que acaba por influenciar o seu comportamento. As crianças têm quase todas 4 e 3 anos. Algumas estão a fazer quatro e outras já fizeram.

Entrevistadora – Quanto à caracterização do corpo docente da sua escola.

E1 – Na escola somos 19 professores e 4 educadoras e são no total 165 crianças. Quanto às educadoras duas são do quadro de escola e duas do quadro de zona pedagógica.

Entrevistadora – E quanto a si?

E1 – Eu sou do quadro de zona pedagógica.

Entrevistadora – A sua idade?

E1 – Tenho 35 anos, uma licenciatura em educação de infância, tirei o curso na Universidade de Aveiro, este é o meu décimo primeiro ano de serviço. (...) pronto tou no quadro de zona como já referi.

Entrevistadora – Já exerceu outro cargo profissional para além de educadora?

E1 – Não, só educadora. Eu tive dois anos no particular e já estou a nove no ensino público. A nível de condições considero que trabalho num ambiente muito bom a nível de direcção como de colegas. Temos um bom ambiente, conseguimos trabalhar em equipa e penso que isso reflecte-se no trabalho e nas crianças [...] a escola por si também tem boas condições, a única que nós notamos é a nível do espaço exterior, não existe um recreio com escorrega e qualquer coisa para o pré-escolar. Também devemos referir que o espaço é o mesmo para todas as crianças da escola, o que também acaba por ser complicado como eles ainda são pequenos, agora com crianças de três anos. Também sentimos falta de um espaço (...) tapado ou coberto, nos dias de chuva as crianças não podem ir à rua ficam condicionadas a (...) às salas e não podem brincar. Tínhamos falta de um pavilhão até para ter aulas de educação física quando está a chover.

Entrevistadora – Vamos entrar agora propriamente na temática da investigação. O que é que entende por supervisão pedagógica?

E1 – Para mim a supervisão é um processo de orientação e de apoio para profissionais em exercício de funções, ou seja, alguém que nos vai ajudar e apoiar na nossa prática pedagógica.

Entrevistadora – E, qual é então o objectivo da supervisão pedagógica?

E1 – Penso que deverá ter como objectivo a cooperação com os professores, deve ser um trabalho de avaliação, reflexão e discussão e que deverá ajudar a outra pessoa a crescer, a crescer a nível de, profissional.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica actualmente?

E1 – Penso que pela minha experiência a supervisão pedagógica na formação inicial, também podemos também na formação contínua e ainda não está em vigor mas depois também na avaliação dos docentes penso que também será feita essa supervisão.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área de supervisão pedagógica?

E1 – Fiz uma acção de formação promovida pela DRE, em 2009 pelo formador Mestre Rómulo de Jesus Rodrigues Neves, em Julho, que era sobre supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Que conhecimentos obteve?

E1 – Fiquei com uma ideia do que é a supervisão pedagógica, já que tinha ouvido falar mas não tinha bem a ideia do que era a supervisão. E era sempre encarada, se calhar de uma maneira negativa e na formação aprendi que a supervisão não deve ser encarada como tal, mas como uma ajuda para nós melhorarmos o nosso trabalho.

Entrevistadora – Considera que existem obstáculos à supervisão pedagógica?

E1 – Foi o que eu acabei de dizer, muitas vezes a supervisão é encarada como um julgamento sobre as nossas competências, como uma inspecção do nosso trabalho e penso que isso faz com que seja vista como tal. As pessoas não podem encarar a supervisão como alguém que vai classificar ou rotular o trabalho.

Entrevistadora – Quem é esse alguém que vai rotular o trabalho? Esse supervisor deverá ser quem?

E1 – Penso que o supervisor deverá ser alguém, que para já tenha uma formação dentro da área que vai supervisionar, alguém que tenha conhecimentos, que tenha conhecimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem, seja alguém com experiência, porque penso que para supervisionar os outros deve ter experiência. Que seja capaz de observar, seja imparcial, flexível e que seja também capaz também de respeitar e compreender o outro ou a pessoa que está a supervisionar.

Entrevistadora – Quais considera serem então as funções atribuídas ao supervisor pedagógico?

E1 – Bem, as funções, penso que ele deverá ser uma pessoa que seja capaz de informar (...) as pessoas que está a supervisionar (...) a nível dos conteúdos, seja também (...) uma pessoa que questione, que sugira, que oriente, que encoraje (...) e que por fim que avalie, mas que no meio de tudo faça o (...), faça a pessoa reflectir, o supervisionado reflectir sobre a sua acção. [...] Penso que é isso.

Entrevistadora – Então a reflexão é importante no processo de supervisão?

E1- Sim. Penso que sim, que é a reflexão que nos vai levar a melhorar o nosso trabalho.

Entrevistadora – No seu entender qual deverá ser a relação entre o supervisor e os docentes supervisionados?

E1 – Como já referi, penso que o super [...] a pessoa que está a supervisionar deverá ser acima de tudo uma pessoa com, que tenha características de empatia, seja alguém que apoie, que dê exemplo, que encoraje e que acima de tudo respeite o trabalho do outro e

[...] pronto, que saiba, no fundo é uma pessoa que dê um exemplo e a relação entre o supervisor e o educador ou a pessoa supervisionada deverá ser uma relação aberta e (...) acima de tudo que haja diálogo entre as duas partes e cooperação porque se existe uma relação de supervisor, tipo uma relação hierárquica não vai ser nada agradável e a pessoa que está a ser supervisionada vai encarar como no fundo um fiscal, alguém que está a julgar. Por isso deve ser uma relação aberta e com comunicação, respeito entre as partes.

Entrevistadora – Nesta relação aberta qual deverá ser a postura dos docentes?

E1 – Eh, pronto! É no fundo olhar para o supervisor como alguém que vai ajudá-lo e não prejudicá-lo. E então também deverá para manter essa relação deverá olhar para o supervisor como alguém que o vai ajudar e não encará-lo, não ter uma postura de (...) como é que eu hei-de dizer, não, uma postura de cooperação e (...) estar sempre disposto a ouvir e a aceitar as ideias do outro de uma maneira crítica e não se por, tipo a (...) não encará-lo como alguém que está a julgá-lo e tentar ter uma postura aberta no fundo.

Entrevistadora – Em que medida considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?

E1- Eh, como foi referido, a supervisão também vai-nos ajudar a reflectir sobre a nossa prática e vamos eventualmente corrigir alguns erros que fazemos. E reconhecer o nosso trabalho e isso também vai levar ao nosso crescimento profissional. Penso que a reflexão faz com que melhoremos a nossa prática e (...) que pronto, a melhorar a nossa prática estamos a melhorar o trabalho na escola.

Entrevistadora – A reflexão implica muito tempo, disponibilidade. Acha que os docentes têm tempo para reflectir?

E1- A reflexão, é assim, a reflexão pode ser, nós podemos estar a reflectir na própria acção, ao trabalharmos já estamos, quando estamos a tomar qualquer decisão já estamos a reflectir. No momento podemos estar a fazer um determinado trabalho e acharmos que aquilo não foi, não é o ideal, muitas vezes na nossa prática estamos a fazer alguma coisa e notamos que não está a correr bem uma actividade e temos de improvisar no momento. A reflexão, claro, podemos reflectir na acção e depois de ter feito a actividade vamos reflectir como é que correu, o que podia ter sido feito doutra forma

para poder melhorar e penso que a reflexão não é assim tão (...) não demora assim tanto tempo.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escolas?

E1- Sim, eh, uma das funções do super [...] de quem está a supervisionar deverá ser a de inovar e (...) apresentar-nos novas práticas, se (hesitação) essa pessoa à partida tem mais conhecimentos do que nós ou está mais informado, penso que uma pessoa que está a supervisionar deverá ter mais algumas (...) informações do que nós e ao passarmos essa informação vamos ter novas experiências e vai-nos incentivar a fazer novas práticas. E também a trabalhar em equipa e (...) essas estratégias que nos vão dar vão ajudar-nos a inovar no ensino e a melhorar as nossas práticas.

Entrevistadora – Qual é o lugar da formação contínua e especializada no âmbito desta temática?

E1 – Olhe, por exemplo, eu falo a nível pessoal, antes de fazer a formação na supervisão se calhar tinha uma ideia assim mais assustadora entre aspas da supervisão. Com a formação que fiz, (...) passei a perceber que a supervisão não deve ser encarada como já referi como algo que nos vai rotular, que nos vai julgar, mas sim como uma ajuda, alguém que nos vai ajudar a reflectir sobre o nosso trabalho (...) a torna (...) o processo mais activo a nível de ensino. Penso que nós se reflectirmos sobre a nossa prática ficamos mais abertos (...) a novidades e então penso que a formação, toda a gente devia ter formação sobre supervisão pedagógica para que deixe de haver este tabu em relação à supervisão e seja encarada de uma forma mais positiva e alguma coisa que contribui para o nosso trabalho no fundo.

Entrevistadora – Quais as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E1 – Eh, pronto, expectativas espero que a pessoa que seja, que esteja a supervisionar tenha aquelas qualidades que eu referi, que seja uma pessoa que respeite, que compreenda, que oriente, que encoraje, e claro nós ficamos com receio que poderá não ser assim, o mundo não é perfeito e poderá acontecer que essa pessoa não tenha essas qualidades. Eh, um dos meus medos, receios que também poderá não acontecer é que a pessoa que faça a supervisão não seja uma pessoa que tenha trabalhado na minha área, é isso que eu queria referir também, eu acho que as pessoas que estão a supervisionar

devem ter experiência no campo, não ser alguém que saia duma formação, ou dum curso e que nunca tenha trabalhado, que nunca tenha lidado com a realidade, que acho que é difícil estar a julgar alguém, não é julgar, apoiar alguém se não passarmos por essa experiência. Alguém que já tenha trabalhado com crianças, alguém que saiba como é que é (...) trabalhar com um grupo de crianças, que não [...] e que pronto, no fundo tenha experiência e que trabalhe, que seja alguém ligado à nossa área, por exemplo, eu não acho bem que seja o super (...) a pessoa que esteja a supervisionar seja do 2º ciclo, não faz sentido alguém supervisionar o pré-escolar ou o 1º ciclo que não esteja dentro dessa área ou desses conteúdos. No fundo é isso (*risos*).

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a dizer em relação à temática apresentada?

E1 – Não, penso que já foi tudo dito (*risos*).

Entrevistadora – Então, agradeço novamente a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

E1 – Está bem. Obrigada.

Protocolo da E2

Instituição 2 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 30 de Maio de 2011

Início: 14 horas e 30 minutos

Fim: 14 horas e 44 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados. Sou aluna do Mestrado de Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma sucinta o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre o que é a supervisão pedagógica. O que é que entende por supervisão pedagógica?

E2 – Eu acho que o conceito de supervisão pedagógica passa e caracteriza-se por um trabalho de assistência ao professor, quer ao pessoal docente quer ao pessoal não docente, mas acho que passa primeiro pela assistência ao professor ou educador de infância no sentido de planificar, acompanhar, coordenar, controlar um bocadinho o trabalho que é desenvolvido na sala e avaliar esse mesmo trabalho.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica?

E2 – Acho que deveria ser aplicada quer a nível da formação inicial mas com uma continuação. Depois acho que fica tudo pela base e não há aquela continuação de, acho que o trabalho, parte do trabalho do educador fica dedicado um bocadinho ao abandono, não há orientação, acaba por haver orientação no sentido de haver formações mas não há um controle, a pessoa acaba por se perder um bocadinho.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área de supervisão pedagógica?

E2 – Não.

Entrevistadora – Quais considera serem os obstáculos à supervisão pedagógica?

E2 – Eu acho que o maior obstáculo a nível da supervisão pedagógica será a aceitação por parte de quem está no activo. Receber alguém dentro da sala que à partida vai observar e vai avaliar, vai ajudar também a planificar e orientar um pouco o trabalho mas acho que principalmente as pessoas que já têm mais anos de serviço (...) acho que o entrave é receber à partida pessoas novas (...) que vão avaliar um trabalho que já está um bocadinho adormecido, por aquilo que eu vejo, a experiência que eu tenho. Penso que haverá maior aceitação pelas pessoas que acabaram o curso à pouco, penso que passa por aí, a nível de aceitação.

Entrevistadora – Tendo em conta o obstáculo que referiu, considera que o meio sócio económico e cultural onde a escola está inserida tem alguma influência?

E2 – Acho que não deveria haver influência, acho que deveríamos fazer o trabalho de igual forma, quer estejamos num meio mais desfavorecido ou num meio mais favorecido. A realidade acho que acaba por ser outra porque infelizmente acho que ainda há aquela percepção do (...) eu digo isto porque eu trabalhei antes num particular onde as pessoas exigiam mais se calhar do professor e do educador. (...) Acho que ainda há aquela percepção de os pais não têm tanta formação, não têm tantos conhecimentos então podemos deixar as coisas cá por baixo, não precisamos de fazer tanto, o que está errado, acho que sim, está errado.

Entrevistadora – Como caracteriza o meio sócio económico e cultural aqui à volta da sua escola?

E2 – A nível geral e o que acho que salta mais à vista é que é um meio sócio económico baixo [...] acho que no entanto existe uma discrepância muito grande. Nós temos pelo menos a nível de escola, pais de classe média alta e depois temos outros muito, muito cá para baixo, acho que o que se passa é haver uma discrepância muito grande, há ali um grupinho que até está muito bem, têm um nível de vida muito bom e depois há outro que não tem nada e que vive de rendimentos e depois tem o alcoolismo, mas acho que não podemos generalizar.

Entrevistadora – Como caracteriza o seu grupo de crianças?

E2 – A nível geral é um grupo muito sociável. A nível sócio económico a maior parte deles ta inserido na classe média [...]. Temos (...) 4 ou 5 casos de crianças realmente pobres, que os pais têm, vivem do subsídio de inserção. A nível de desenvolvimento é um grupo bastante trabalhador, valoriza muito o nosso trabalho, são interessados.

Entrevistadora – Feita a caracterização do seu grupo de crianças, é possível fazer uma caracterização de si.

E2 – Tenho 30 anos. Tenho licenciatura em educação de infância, 9 anos de serviço, sou educadora do quadro de zona, zona B, estou nesta escola a 2 anos (...). Trabalhava antes no particular. (...) Fui directora pedagógica durante três anos nesse mesmo particular [...] e basicamente é isto.

Entrevistadora – Quais considera serem as condições de trabalho na sua escola?

E2 – Eu acho que são, que a escola tem condições de trabalho razoáveis, a nível de espaço físico acho que não está adequado principalmente à realidade da pré. (...) mas também é uma escola antiga que não tem tido muitas obras [...]. A nível de (...) recursos humanos, acho que sim, é uma escola muito boa de trabalhar, as pessoas têm uma relação entre elas de cooperação e de ajuda. (...) O ser uma escola pequena facilita muito as coisas, quer a nível de confusão quer a nível de organização pois torna-se um ambiente familiar, pois toda a gente se conhece.

Entrevistadora – Quantos alunos e quantos professores?

E2 – Tem mais ou menos 170 crianças (...), houve crianças que entretanto saíram, foram transferidas mas ronda mais ou menos os 170 alunos. São 19 professores do 1º ciclo e pessoal não docente são 12.

Entrevistadora – E quantas educadoras?

E2 – São quatro educadoras.

Entrevistadora – Do quadro de zona, do quadro de escola?

E2 – Três do quadro de zona e uma do quadro de escola.

Entrevistadora – Quem deverá ser o supervisor pedagógico no seu entender?

E2 – [...] No meu entender, acho que o mais complicado é eleger alguém para o cargo, chegar a um consenso. Acho que acima de tudo deve ser uma pessoa que tenha espírito de liderança, (...) que seja aberto ao diálogo que tenha sensibilidade para lidar com pessoas, (...) o saber trabalhar em equipa acho que é muito importante e acaba por ser difícil escolher alguém que tenha esses requisitos todos e que esteja disponível a exercer o cargo, mas acho que também passa, se calhar um bocadinho, pelo papel do director se bem que, mesmo sendo uma escola grande acho que seria extremamente complicado

exercer as funções de direcção em conjunto com as de supervisão pedagógica. Por isso se calhar deveria ser alguém de dentro da escola preferencialmente, mas que não exercesse outros cargos.

Entrevistadora – Considera que o supervisor deve possuir formação na área?

E2 – Acho que sim, acho que sim porque a nível de formação inicial do professor não é [...] podemos abordar o tema numa disciplina ou noutra disciplina mas não é um tema que seja abordado (...) a fundo, uma noção aqui e acolá, (...) mas acho que sim, deveria haver formação específica pelo menos para a pessoa, mesmo posterior à formação inicial, mas para aquela pessoa que vai exercer aquele cargo, acho que deveria existir alguma formação específica.

Entrevistadora – Formação na área da supervisão pedagógica?

E2 – Sim, na área da supervisão pedagógica e acho que na área (...) da relação interpessoal, acho que também é muito importante, acho que as duas coisas se deviam conjugar.

Entrevistadora – Então, falando da relação interpessoal, qual deverá ser a relação entre o supervisor e o docente que vai ser supervisionado?

E2 – Acho que deve haver uma relação principalmente de cooperação, de confiança, a base da relação ser essencialmente a cooperação e a confiança no sentido de encorajar e facilitar todo o trabalho que no meu entender visa melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Entrevistadora – E qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E2 – Penso que o ideal será [...] uma boa abertura, uma boa receptividade [...]. (...) Penso que será muito complicado, muito, mas acho se houver (...) abertura por parte do docente que está a ser observado, que está a ser acompanhado, o trabalho vai ser facilitado porque vai, vai conseguir aceitar melhor críticas, sugestões, orientações, que se tiver fechado para si próprio (...) vai ser muito mais complicado.

Entrevistadora – Considera que a supervisão contribui para a inovação nas escolas?

E2 – [../..] Acho que sim, se for bem feita, se for bem feita e o conceito de ser bem feita é muito subjectiva, acho que se estiverem reunidas todas as condições, acho que se calhar vai ter de ser feito um trabalho anterior (...) oh se for implementado o projecto de

haver supervisão pedagógica nas escolas. Acho que terá de haver uma sensibilização anterior a isso [...] porque se houver abertura quer da parte do docente quer da parte da supervisão (...) acho que é uma coisa que vai dar muito trabalho às duas partes, vai haver sempre vontade de fazer o melhor. A realidade acho é que se calhar a maior parte das pessoas pensa de uma forma sempre que estamos a ser avaliados a tendência é trabalhar mais e melhor. Mas acho que sim.

Entrevistadora – Qual considera ser o lugar da formação contínua e especializada no âmbito da temática apresentada?

E2 – Se calhar, quase de certeza é um dos passos mais importantes e mais decisivos para que as coisas resultem, no sentido de (...) haver a noção do que é que vai ser feito. Acho que é importante existir realmente formação específica para todas as pessoas, não só para as pessoas que se calhar pensam que têm capacidades para serem supervisores pedagógicos mas se calhar também para os docentes que vão ser observados para terem consciência do que vai acontecer, quais são os objectivos, quais não são os objectivos (...), o que é que consta da supervisão, o que vai ser esperado do docente, acho que sim.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E2 – Quer as expectativas quer as preocupações passam um bocadinho pelo desconhecido. O que vai ser na realidade, uma coisa é a ideia que nós temos daquilo que vai ser, uma coisa é a realidade. [...] do que vai ser, o que é que vai passar a supervisão pedagógica a observar e que critérios vai tomar. Acho que infelizmente é a percepção que nós temos da maneira que as coisas estão organizadas a nível de avaliação de corpo docente (...) a preocupação hoje em dia é os papéis e avaliar o que nós fazemos ou deixamos de fazer a nível de formação, mesmo que seja só para ganhar horas, a realidade é essa, fazer a formação só para ter os créditos e dá uma nota sem conhecer o trabalho que é realizado dentro da sala, e às vezes acho que não corresponde um bocadinho (...) à realidade. A nível de supervisão de escola acho que deveria haver uma separação (...) pré-escolar, 1º ciclo ou então ao ser dada a formação, a tal formação específica tentar englobar as duas coisas (...) explicando o que é o trabalho do pré-escolar e o que é o trabalho do 1º ciclo porque quem tem formação em 1º ciclo se calhar desvaloriza um bocadinho o que é o pré-escolar pelo desconhecido, por não saber se calhar o que é, é aquele estigma de que as pessoas vêm para a escola para cuidar das crianças, de prepará-las para o 1º ciclo. Acho que deveria haver uma preocupação nesse

sentido, de valorizar o trabalho de cada área, de cada turma, consoante a importância do mesmo. Se calhar devia haver, o pré-escolar devia ser observado e avaliado por pessoas formadas na área e o 1º ciclo igual.

Não sei se ajudei muito, mas é a ideia que tenho de supervisão de acordo com o que tenho vivenciado na minha actividade profissional e em contacto com as colegas.

Entrevistadora – Agradeço a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E3

Instituição 3 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 1 de Junho de 2011

Início: 14 horas e 30 minutos

Fim: 14 horas e 39 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados obtidos. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola sou aluna do mestrado em Ciências da Educação na área de supervisão pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Peço agora que se apresente e que faça uma caracterização do meio sócio económico e cultural em que está inserida a sua escola.

E3 – Boa tarde, sou educadora de infância do quadro de escola do Infantário “O Moinho”, Porto Santo e neste momento encontro-me destacada nesta escola por razões pessoais. Já fui directora da escola (...) do Porto Santo durante 10 anos. Tenho 49 anos e 27 anos de serviço.

No total temos (...) nesta escola (...) 13 professores, na sua maioria professores contratados. Quanto a crianças, temos 21 no pré-escolar e 70 no 1º ciclo.

[...] Trabalho na sala com uma colega do quadro de zona pedagógica. O grupo é constituído por 21 crianças, com idades entre os 3 e os 5 anos.

[...] A escola é nova, tem apenas 2 anos e (...) as condições e com muito boas condições. O meio sócio cultural onde está inserida é do médio baixo.

Entrevistadora – Tendo em conta o tema do trabalho de investigação apresentado o que poderá dizer?

E3 – Em relação ao ponto que me põe, ao mestrado que está a tirar, acho que sim, nós também deveríamos seguir esta área de supervisão pedagógica principalmente na base de interajuda aos educadores, principalmente em apoiar o trabalho dos colegas e dar uma melhor orientação para as coisas funcionarem melhor.

Entrevistadora – Considera que isso é supervisão pedagógica?

E3 – Considero [...] com muita convicção e não vejo a supervisão como é, [...] não vejo a supervisão como é, que (...), ou seja, eu é que sei, as outras pessoas terão que seguir aquilo que eu sei. Acho que o diálogo com as colegas é, é um diálogo (...) fundamental para chegarmos a conclusões e desenvolvermos um melhor trabalho e desenvolvermos melhor o nosso trabalho.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada actualmente a supervisão pedagógica?

E3 – Actualmente acho que a supervisão pedagógica ainda está um bocadinho naquela fase de o supervisor é a pessoa que sabe e que as pessoas que estão a actuar com as crianças, ou seja, os educadores não tem o saber (...) não têm o saber que eu tenho ou que o supervisor tem [...].

Entrevistadora – Quem deverá ser o supervisor pedagógico? E que competências e conhecimentos deverá o supervisor pedagógico possuir?

E3 – Deverão ser pessoas com formação na área (...) pois aí adquirem melhores conhecimentos e competências.

Entrevistadora – Possui alguma formação na área de supervisão pedagógica?

E3 – Não possuo na área de supervisão mas possuo na administração escolar (...) que tem, que possuo cadeiras em comum à supervisão e à administração.

Entrevistadora – No seu entender qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e o educador de infância?

E3 – Deverá ser uma relação profissional, amiga, compreensiva sempre com o mesmo objectivo: a estabilidade da escola e a estabilidade principalmente dos alunos.

Entrevistadora – Acha que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?

E3 – Contribui porque é uma interligação entre a (...) escola e uma pessoa exterior à escola mas com ligação à escola [...].

Entrevistadora – Qual deverá ser a postura dos educadores de infância perante a supervisão pedagógica?

E3 – [...] Os educadores deverão aceitar a supervisão porque também deveria ser uma mais valia para o seu trabalho, levando assim àquilo que já referi atrás (...) a um bom funcionamento da escola e a um bom desenvolvimento para os alunos.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escolas?

E3 – Deveria contribuir porque (...) vamos referir novamente o que já disse (...) acho que tudo se encontra interligado e para um bom funcionamento de qualquer escola tem de haver sempre uma interligação com todos os meios que (...) tenham a ver com a escola.

Entrevistadora – Considera que o tamanho do grupo de crianças com quem o educador de infância trabalha poderá influenciar o processo de supervisão pedagógica?

E3 – [...] Poderá porque se é um grupo grande é sempre mais difícil de ser trabalhado, se é um grupo pequeno é sempre melhor de ser trabalhado e os alunos também vão usufruir (...) mais benefícios e mais conhecimentos com uma turma mais pequena.

Entrevistadora – As condições de trabalho na escola poderão influenciar o processo de supervisão pedagógica?

E3 – Claro, porque as estruturas físicas também têm peso sobre todo um processo de (...) conhecimentos e de (...) interiorização (...) no saber dos alunos.

Entrevistadora – Considera que existem obstáculos à supervisão pedagógica?

E3 – Considero que existe, agora pronto, pensamos que com a vinda dos cursos as pessoas vão ter outra abertura, vão funcionar doutra maneira e (...) mas sim, noutros tempos era sempre vista, os profissionais estavam sempre a ver a supervisão com medo porque era sempre à base da crítica e do mau trabalho que à priori era visto como mal desempenhado.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E3 – [...] que mude as mentalidades principalmente dos supervisores, isso só vai trazer benefícios (...) aos locais de trabalho, às escolas onde eles possam [...] interferir e aí vai trazer mais valias (...) aos alunos que é a principal base de todo o processo de que estamos a falar. Vou terminar, acho que sim, a supervisão pedagógica deveria ser mais descentralizada, não só centralizada na Secretaria da Educação pois muitas vezes as pessoas que trabalham num local só, não têm a noção do que se passa na realidade no terreno, nas outras escolas e no terreno onde estão as outras escolas e acho que isso era fundamental.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E3 – [...] A supervisão como também o trabalho dos professores tornar-se-á, é sempre diferente consoante as escolas onde estão inseridas, porque cada meio é um meio e cada escola é uma escola. E (...) claro que nisso as pessoas têm de tar (...) sensibilizadas para (...) todo um processo de desenvolvimento a nível de cada escola e e de cada concelho. Pelo que vejo e pela minha experiência profissional já longa penso que a supervisão precisa olhar para a sociedade onde se insere a escola. É tudo.

Entrevistadora – Agradeço novamente a sua disponibilidade e garanto a confidencialidade de todas as informações obtidas.

E3 – [.../...]Eu tenho conhecimento como é que isto funciona porque também já fiz um trabalho na área de administração e sei que é confidencial. Mas deixar, se quiser que não seja confidencial aquilo que lhe digo a si continuarei a dizer sempre e com uma frontalidade que eu tenho, a qualquer pessoa.

Entrevistadora – Muito obrigada.

Protocolo da E4

Instituição 4 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 1 de Junho de 2011

Início: 17 horas e 30 minutos

Fim: 17 horas e 47 minutos

Entrevistadora – Boa tarde colega.

E4 – Boa tarde.

Entrevistadora - Como já é do seu conhecimento, sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica ministrado pela Universidade da Madeira e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. O objectivo deste trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre o que é a supervisão pedagógica. Agradeço a sua disponibilidade para a entrevista e peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho.

E4 – Olhe, não sei muita coisa sobre o assunto, mas olhe vou tentar ajudar naquilo que puder!

Entrevistadora – Pode começar por identificar-se: a sua idade, tempo de serviço, habilitações literárias e situação profissional. Pode também falar da sua escola.

E4 – Também, olhe, é assim. Tenho 36 anos, tenho 11 anos de serviço, sou licenciada pela Escola Superior de Educação de Bragança em Educação de Infância, sou educadora de quadro de zona pedagógica. Estou nesta escola já a 2 anos e gosto muito de estar aqui, é uma escola pequena, tem 96 alunos, somos 5 educadoras e 12 professores [...]. E aqui existe alguma estabilidade no corpo docente, porque temos 1 educadora que é do quadro de escola, já é efectiva cá, e 3 educadoras de zona pedagógica e uma educadora contratada que veio porque a educadora de quadro de escola teve este ano teve isenção da componente não lectiva devido aos anos que ela já tinha de serviço. Quanto aos professores, a directora da escola já está cá a muitos anos, e os professores das curriculares também. (...) De um modo geral, temos 2 professores de quadro de escola e

2 de quadro de zona pedagógica e os restantes professores são contratados mas também já estão cá a alguns anos, pois têm tido sempre a renovação de contrato para esta escola. A escola foi remodelada em 2004 e temos excelentes condições físicas e materiais. Existe uma excelente relação entre o pessoal docente e não docente e trabalhamos todos em equipa. (...) A relação escola e família também é boa, os pais vêm sempre à escola quando solicitados e também colaboram sempre que agente pede. (...) Poderia haver ainda um envolvimento maior das famílias na escola mas também devido ao meio sócio económico e cultural envolvente que é médio baixo não ajuda assim muito. É um meio pobre, muitas mães são domésticas, não trabalham fora, e outras são empregadas domésticas. (...) os pais das crianças trabalham na sua maioria na construção civil. A escolaridade dos pais é baixa. São pessoas que raramente saem de casa no fim-de-semana.

Entrevistadora – As condições que referiu afectam o trabalho com o seu grupo de crianças?

E4 – Sim, claro que o meio socioeconómico e cultural vai afectar as crianças e o seu conhecimento. (...) Por exemplo a nível de cultura não têm acesso a tanta coisa porque não saem de casa, a nível de socialização, a nível da linguagem e também o conhecimento do mundo não será tanto. Por estas razões a escola tem de olhar para isto tudo e tentar dar aquilo que as crianças não têm, fazendo visitas de estudo para contactar com outras realidades e trazer material também que tenha vocabulário que não ouvem no seu meio, entre outras coisas.

Entrevistadora – Como caracteriza o seu grupo de crianças.

E4 – (...) O meu grupo é constituído por 16 crianças, sendo 12 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. (...) todos completaram 5 anos até 31 de Dezembro. Dessas 16 crianças, apenas uma veio pela primeira vez para a Escola, sendo que quatro crianças já frequentavam esta sala no ano anterior comigo e as restantes nove crianças vieram da sala da pré B.

Entrevistadora – Por tudo o que referiu até ao momento, considera que isso influenciará a supervisão pedagógica?

E4 – Claro que sim. A supervisão pedagógica que agora tanto se fala (não é?) a ser implementada nas nossas escolas deverá ter em consideração o meio sócio económico e cultural em que a escola está inserida, o tamanho do grupo de crianças que o educador

ou educadora que vai ser supervisionado tem a seu cargo. Não sei se é assim que se diz, supervisionado ou observado, mas está a perceber o que quero dizer (não é?)?

Entrevistadora – Estou e percebê-la. Pode continuar o seu raciocínio.

E4 – Pronto, então é assim, eu que trabalho numa escola relativamente pequena acho que o tamanho da escola influenciará o processo da supervisão pedagógica. As escolas maiores terão mais dificuldades no processo da supervisão pedagógica. Parece-me que será um pouco diferente o papel do supervisor num meio socioeconómico e cultural elevado e num meio socioeconómico cultural médio/baixo.

Entrevistadora – O que a colega, o que é que a colega entende por supervisão pedagógica?

E4 - [...] Bem, então é assim, se formos bem ver a palavra supervisão (não é?) esta desdobra-se em duas, super e visão, daí que deverá ser uma visão super ou algo superior, penso eu. E vejo a supervisão pedagógica como um processo de aprendizagem em que o professor com mais experiência orienta um outro professor. A supervisão pedagógica penso que se deve focar na prática propriamente dita dos professores, isto é, no exercício da sua função da sala, observar o que os educadores e os professores fazem, verificar as suas planificações, avaliações das crianças, projecto curricular de grupo ou de turma e tentar ver como se relaciona com os Pais, com os colegas e com o pessoal não docente. Parece-me que nisto que falei é importante a existência de diálogo entre quem está a supervisionar e quem é supervisionado, assim como observação crítica e também a problematização de diversas situações que acontecem e que poderão vir a acontecer no dia-a-dia na escola.

(...) Penso ou acho que a supervisão pedagógica abarca toda a vida da escola em si, o pessoal docente e o pessoal não docente, os alunos, os encarregados de educação, a comunidade e a comunidade envolvente e a educação propriamente dita.

Penso ainda que o grande objectivo da supervisão pedagógica deverá ser o apoio de todo o processo formativo dos educadores e professores, isto é, visando uma melhoria da qualidade de ensino. Para isto é preciso que exista um clima de confiança também (não é?) e de apoio entre o supervisor e o educador ou professor que vai ser supervisionado.

Entrevistadora - Actualmente, em que plano considera que a supervisão pedagógica é aplicada?

E4 – Olhe, vou-lhe ser sincera, não tenho nenhuma formação nesta área (*risos*), mas no meu entender vejo a supervisão pedagógica na formação inicial, quando realizamos o estágio, mas também pode estar associada à inspecção que é feita de vez em quando nas escolas. Ultimamente que tanto se fala de avaliação do desempenho do pessoal docente, parece-me que é isso a supervisão pedagógica. Neste último caso (não é?) preocupa-me quem será o supervisor pedagógico, ou seja, no meu caso que sou educadora de infância não faz qualquer sentido que um supervisor pedagógico seja professor do 1º ciclo, deverá ser sim um educador de infância que já tenha exercido a profissão de educador de infância e que depois tenha tirado alguma especialização na área (não é?) da supervisão pedagógica. Não tem qualquer sentido que um supervisor pedagógico não tenha formação na área da supervisão pedagógica para exercer. Também tem-se falado que o supervisor pedagógico (...) nas nossas escolas será o director de escola, mas olhe não sei se assim será. Nem sei como é que (...) vai ser feito.

Entrevistadora – No seu entender que conhecimentos e competências deverá o supervisor pedagógico possuir?

E4 – [...] Olhe, então é assim, acrescento mais uma vez que o supervisor pedagógico deverá ser um professor ou uma educadora desculpe, consoante quem está a supervisionar. Ele deverá saber muita coisa, informar sobre o que é necessário saber, questionar tudo, reflectir com o supervisionado e dar opinião aos supervisionados e por fim avaliar.

O supervisor pedagógico deve ser uma pessoa informada, ter conhecimentos sobre o currículo, deve ser empático de modo a conseguir também construir uma relação de confiança com quem esteja a supervisionar, deve saber comunicar, observar muito bem (não é?), deve saber lidar com os conflitos, deve saber usar (...) diversos instrumentos de trabalho, deve ainda ter conhecimento das dinâmicas de trabalho de grupo. (...) aí desculpe. E também tem que ser alguém disponível (não é?) e que esteja atento, criativo e experiente e estar em constante actualização de conhecimentos.

[...] E também acho que é assim, ao supervisor pedagógico estão-lhe associadas as competências de liderança e avaliação. Mas para isso é preciso que ele seja uma pessoa serena, paciente e profissional e isenta. Mas parece-me que tem de haver alguma ética no processo supervisivo, porque senão (...) isto vai ser uma confusão.

Entrevistadora - Quando fala em confusão refere-se a quê? A obstáculos?

E4 - Sim, pode-se dizer que (...) pode ser obstáculos, resistências na supervisão pedagógica. Falo no caso do supervisor pedagógico não ser imparcial vamos lá ver, ou seja, avaliar com nota mais alta os colegas com quem se dá melhor, isso também é injusto, não acha? E no caso dos colegas com quem não se relaciona assim muito bem (...) a avaliação ser inferior, claro que não é correcto. Tem de haver justiça no processo da supervisão pedagógica, porque senão isto vai ser uma selva, onde se vão comer todos vivos, olhe eu nem vou imaginar. Vão surgir falsas amizades com quem está a supervisionar, só por causa de obter uma nota na avaliação.

Entrevistadora - Encontra outros obstáculos na supervisão pedagógica?

E4 - [...] Sim, encontro. A questão da motivação dos docentes, pois acho que se não houver motivação, compromisso a supervisão pedagógica não funcionará tão bem. Também acho que os docentes com mais idade (*risos*) e mais anos de serviço (*risos*) sentirão maiores dificuldades no processo de supervisão, pois existe a tendência para um maior individualismo e algum cepticismo no mudar das coisas que sempre foram feitas assim. Mudar para quê? Oh! A rotina faz-nos sentir mais seguros e é verdade, não é?. Acho que também poderá existir um certo receio dos resultados que a supervisão pedagógica poderá trazer aos docentes.

Entrevistadora - Esses obstáculos não poderão ser amenizados se existir uma boa relação entre o supervisor e o supervisionado?

E1 - Sim, sim se assim for penso que sim, se existir uma boa relação entre o supervisor e o supervisionado ajudará claro que os obstáculos se reduzam com certeza. Tem de haver uma relação positiva entre os dois, com um espírito de abertura, empatia, entreajuda e verdade, não é?. O supervisor terá de encorajar também quando achar que é preciso, ser um modelo, prestar atenção ao processo que supervisiona e a quem está a supervisionar, orientar no sentido que achar mais correcto, ajudar a solucionar situações problemáticas que surjam e deverá confiar sempre nas capacidades do supervisionado. Só com base nestas condições é que o processo supervisivo poderá ter sentido e ser capaz de que o supervisionado melhore o seu trabalho, tenha um espírito de auto-formação, de desenvolvimento e tenha maior consciencialização ai meu Deus, desculpe, ter maior consciência de que é de si, que depende o sucesso dos alunos e empenhe-se com mais entusiasmo na sua profissão, não é?. Se for para ficar tudo na mesma olhe também não vejo qualquer sentido em que a supervisão pedagógica venha para as escolas.

Entrevistadora – Acha que a supervisão pedagógica contribui de certa forma para a melhoria do trabalho escolar?

E4 – Penso que isso é o que se pretende (não é?) com a supervisão pedagógica nas escolas, melhorar as escolas. Se não é isto não sei então para que poderá servir.

Entrevistadora – É possível inovar com a supervisão pedagógica?

E4 – Olhe, estou certa que inovar implicará mudar alguma coisa na escola. E mudam-se os tempos, também penso que é preciso mudar alguma coisa na escola. A tecnologia obriga a isso, são os computadores, os quadros interactivos. Mas não basta colocar também os computadores na escola para se dizer que se está a inovar, tem é de haver melhorias na qualidade do ensino.

Os supervisores na formação inicial terão de preparar os professores para o que os espera no mundo do trabalho, não se pode continuar a ensinar no modo tradicional, há que responder às exigências que são colocadas pela sociedade que vivemos.

Os educadores e os professores também vão ter de mudar na sua maneira de pensar perante a complexidade do nosso mundo.

A supervisão pedagógica tem de ter mais é atenção sobre a sociedade em que se está inserida. Como disse a pouco, só com a tal visão super do supervisor pedagógico é que é possível inovar na escola, através da cooperação entre todos os envolvidos no processo de supervisão. Só com educadores e dos professores motivados é que se poderá inovar. Inovar nas escolas dá muito trabalho (*risos*) sabe? Pode ser que a supervisão pedagógica nos ajude a inovar, vamos la ver.

Entrevistadora – Quais as suas expectativas ou preocupações sobre a supervisão pedagógica?

E4 – Olhe, vou ser sincera consigo, preocupa-me quem será o supervisor pedagógico em contexto pré-escolar. Gostava de saber para quando a implementação da supervisão pedagógica nas escolas, e se é alguém exterior à escola que virá supervisionar ou se é alguém daqui de dentro da nossa escola que supervisiona. Não sei, olhe será a colega? E os seus outros colegas que estão neste momento virão para as escolas? Olhe não sei!

Entrevistadora – Olhe também para lhe ser sincera não lhe sei responder a essa questão.

E4 – Ai, ninguém sabe nada acerca da supervisão pedagógica, é isso e é isso que me apercebo. Olhe, vou continuar a trabalhar da mesma forma, consciente do trabalho que faço e o que tiver de ser será!

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E4- [../..] Não tenho nada. Não (...) não tenho nada a dizer.

Entrevistadora – Obrigada pelo seu contributo e garanto-lhe que as informações obtidas serão confidenciais.

E4 – Ah, esta bem, claro olhe, e quando apresentar o seu trabalho gostaria de saber os resultados a que chegou, com as entrevistas e o que está a fazer. E, (...) posso ir ver quando apresentar o seu trabalho?

Entrevistadora – Claro, claro que sim. Depois entrarei em contacto consigo. Muito obrigada.

Protocolo da E5

Instituição 5 pertencente à freguesia 3 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 2 de Junho de 2011

Início: 11 horas

Fim: 11 horas e 17 minutos

Entrevistadora – Bom dia. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados obtidos. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola sou aluna do mestrado em Ciências da Educação na área de supervisão pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

No seu entender o que é supervisão pedagógica?

E5 – Sei muito pouco, mas (...) pelo que me dá a entender as pessoas conotam muitas vezes a supervisão com a inspecção, que é completamente diferente. (...) um supervisor está mais para, é claro também para avaliar, observar, mas também para muitas vezes também ajudar, encorajar, enquanto que o inspector está mais para (...) também é observar e avaliar, mas para corrigir certas coisas. (...) É isto mais ou menos que eu tenho, que eu sei sobre supervisão.

Entrevistadora – E qual é o objectivo da supervisão pedagógica?

E5 – [...] pelo pouco que (...) sei é (...) uma pessoa que está à frente de um determinado grupo de docentes, de um grupo de docentes e que (...) observa, (...) tem conhecimentos da faixa etária com que esses colegas trabalham, têm conhecimento sobre a (...) área disciplinar ou a área de educação que eles estão a dar e (...) está lá para ver [...], ajudar e muitas vezes também corrigir algumas coisas que estejam menos boas.

Entrevistadora – Actualmente em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica?

E5 – Em que plano é que é?

Entrevistadora – Aplicada a supervisão pedagógica? Se é aplicada, se não é?

E5 – Eu não estou a ver muito disso, pelo menos no nível em que estou, nem no pré-escolar nem no 1º ciclo. O que ouvimos mais falar é sobre inspecção. Agora se terá noutros níveis (...) de escolaridade não sei.

Entrevistadora – Supervisão pedagógica na formação inicial?

E5 – Eu já tenho muitos anos, muitos anos, quase dezasseis anos de serviço e nessa altura não falavam de supervisão pedagógica. (...) numas últimas formações que eu tenho feito é que tenho ouvido falar sobre a supervisão pedagógica. Parece que é um tema que está a surgir, ou que pelo menos se já existia antes, pelo menos é agora que está a ter mais visualização ou mais importância.

Entrevistadora – Peço agora que faça uma caracterização de si, da escola onde trabalha e do meio sócio-económico e cultural onde está inserida a escola.

E5 – Bom, o meu nome é Isabel (nome fictício) e tenho 38 anos. [...] Bom é, esta escola está inserida num meio sócio cultural e económico médio baixo mais tendente para o baixo. Há muitas, muitas famílias dependentes da agricultura (...), muitos deles até estão desempregados e (...) são também pessoas com um baixo nível cultural. Muitos deles, até jovens com vinte e poucos anos já estiveram na escola mas não sabem ler nem escrever. Tenho pais assim que é muito difícil porque (...) as crianças vão de carrinha, muitas delas e às vezes para mandarmos recados vão por escrito e é difícil. (...) Portanto digamos assim, temos aqueles analfabetos que não podem, que não aparecem nas estatísticas porque andaram na escola mas que acabaram por ficar mesmo analfabetos.

[...] O grupo que eu estou a leccionar, digamos assim, são quinze crianças com 5 e 6 anos, todas vão para o 1º ciclo para o ano. Só temos 3 rapazes, a maioria são raparigas. Já tem alguns com 6 anos, são crianças que gostam da escola e participam com muito entusiasmo em todas as actividades que proponho. (...) são autónomos e muitos deles independentes na sua higiene, em comer, em utilizar agora, já vão utilizando melhor os talheres e estão mais certos na mesa. (...) Eu reparei desde o início que são crianças que

são muito autónomas desde pequeninas, parece que têm de ser mesmo forçadas, parece que o meio as força a se defenderem sozinhas, a se vestirem sozinhas, a se calçarem sozinhas, tudo isso. Mas a parte de serem estimuladas na parte de (...) outras estimulações falta muito porque em casa não têm. (...) são crianças que gostam muito de saírem, das saídas, porquê? Porque este é um meio muito fechado, não, eu reparei desde o ano passado, que este grupo eu já o tenho a 2 anos, os miúdos sentiam uma grande alegria quando diziam que iam com os Pais ao Funchal, para eles era um dia de festa. E tenho certeza se muitos deles fossem agora para o 1º ciclo lá para o Funchal iam se ver às aranhas, digamos assim, entre aspas, porque não iam conseguir até se desenrascar. (...) Também gostam muito de comunicar, eram miúdos que não sabiam às vezes não sabiam falar sobre determinados assuntos mas agora já sabem. (...) Já têm um gosto pela leitura e pela escrita, pela matemática, pelas noções matemáticas, gostam muito de brincar com os números, contam de frente para trás, de trás para a frente, fazem algumas pequenas somas, algumas pequenas subtracções, (...) gostam de explorar os sons das palavras, portanto começa por a, começa por e, isso tipo de coisas.

Entrevistadora – E quanto à sua escola?

E5 – Como é que é a minha escola? É uma escola recente. Foi, quer dizer já existia noutra sítio aqui dentro da freguesia, mas foi feita de novo, de raiz num outro lugar, continua com o mesmo nome. Tem óptimas instalações físicas, o pessoal que está cá são pessoas que querem cá ficar, porque é muito difícil quererem vir para cá, portanto as que estão cá gostam de cá estar, querem mesmo vir para cá. E somos um grupo unido, gostamos de trabalhar, pelo que eu vejo gostam do trabalho que fazem.

[...] A escola tem à volta de 98 crianças, (...) não sei dizer quantos professores do 1º ciclo ao todo, mas talvez uns 12, temos duas salas de pré, temos as quatro salas de 1º ciclo, temos extras.

Entrevistadora – E quantas educadoras?

E5 – Este ano temos bastantes. Na minha sala só tenho eu, na outra sala temos três educadoras.

Entrevistadora – Contratadas, de quadro de zona pedagógica ou de quadro de escola?

E5 – (...) São contratadas as outras que estão na outra sala. Não. Sim. Sim. Sim. Espere [...] uma delas não é, é do quadro de zona pedagógica. E eu sou de quadro de escola. E

aqui acho que quadro de escola acho que só eu que estou cá, uma de quadro de zona pedagógica e duas contratadas.

Entrevistadora – Considera que o que referiu influencia o processo de supervisão pedagógica?

E5 – Influência?

Entrevistadora – As condições da escola, o número de alunos, o número de professores influencia o processo de supervisão pedagógica?

E5 – É claro que sim, eu acho que sim. Um supervisor deve ter em conta todas essas questões, deve conhecer o meio onde está a supervisionar, onde está a trabalhar para depois fazer o seu trabalho junto aos colegas. Se souber que é um meio carente, se é um meio que precisa de determinadas coisas vai orientar os colegas para que sejam colmatadas essas necessidades.

Entrevistadora – Quem considera que deverá ser o supervisor pedagógico nas escolas?

E5 – Não sei. (...) talvez em escolas assim pequenas talvez a directora que acumula as duas funções, não sei, ou alguém que além de supervisor, se não fosse a directora numa escola pequena, aquele que não acumulasse estas duas funções, por exemplo podia ter um colega que fosse supervisor e ao mesmo tempo que, assim orientasse a parte pedagógica da escola, aquele a que nós chamamos o director pedagógico, digamos assim. Penso eu, esta é a minha ideia, não sei muito ainda sobre supervisão pedagógica. Aliás, supervisão pedagógica já ouvi aí o nome, mas é isso que eu penso.

Entrevistadora – Quais as competências e conhecimentos que esse supervisor pedagógico deverá possuir?

E5 – Que deverá possuir? O quê?

Entrevistadora – Conhecimentos e competências.

E5 – Que conhecimentos? Ter conhecimentos dentro da área, por exemplo nesta escola, tem pré e 1º ciclo, deverá estar alertado para a realidade que é o 1º ciclo e o pré-escolar. (...) são completamente diferentes, o tipo de avaliação que nós fazemos é diferente do 1º ciclo, terá também que ter em conta conhecimentos sobre o meio, da zona onde está inserida a escola, deverá ter conhecimentos sobre (...) os instrumentos de observação para fazer (...) na sala, tem que ter uma parte de, ter certas qualidades, certas características pessoais. Tem que ser uma pessoa que saiba comunicar, que saiba

ouvir, que saiba ficar no lugar da outra pessoa, que seja uma pessoa empática (...) que é muito difícil obter em todas as pessoas estas características em conjunto. Há umas que são mais de uma forma, outras de outra, terá que ter também uma capacidade de gerir stress porque é difícil um cargo desses e (...) terá que ter uma capacidade de avaliação e de análise crítica sobre o que observa.

Entrevistadora – E qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E5 – Isso aí é um bocadinho mais difícil, porque como já disse é, há muita confusão entre supervisão e inspeção. Há uma conotação talvez negativa na inspeção e (...) isso muitas vezes a que os colegas fiquem de pé atrás mas também se forem formadas pessoas com essas capacidades e competências boas para fazer aquele cargo, talvez a partir daí, os colegas vejam a supervisão de outra forma, que é alguém que está lá para os ajudar e não para observar e criticar apenas. Quando chegar a altura de criticar é para criticar mas também dar sugestões para melhoria, não é só criticar por criticar. Há que reflectir e ao mesmo tempo dar sugestões e às vezes encorajar porque às vezes há casos difíceis que a gente tem dentro da sala e às vezes não sabemos como agir e então se tivermos alguém que esteja ali do nosso lado e que podemos nos apoiar nessa pessoa, aí acho que a supervisão será vista de outra forma.

Entrevistadora – Considera que existem obstáculos à supervisão pedagógica?

E5 – Como? Em relação aos colegas? Isso, já vimos.

Entrevistadora – Em relação a tudo? Poderão surgir obstáculos à supervisão pedagógica nas escolas?

E5 – Sim, poderá (*risos*), já falamos dos colegas. Da maneira como é vista poderá haver entraves na parte da organização governativa, novamente há que ser vista a supervisão e tem que haver legislação própria para que possa existir supervisão, não é? E para que depois não haja colegas a contestarem, ela esteja mesmo já normalizada, legalizada e ninguém possa também ir contra a supervisão.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica poderá contribuir para a melhoria do trabalho escolar?

E5 – Isso aí vai depender muito do supervisor, dos conhecimentos que tem, das capacidades que tem, de dialogar, de observar, de sugerir, de encorajar os colegas e

também a forma como será (...) vista pelos colegas a supervisão e aí poderá ajudar a escola.

Entrevistadora – Será que a supervisão pedagógica poderá contribuir para a inovação nas escolas?

E5 – Penso que em última análise que sim, acho que sim, se essa pessoa que estiver com esse cargo souber ouvir às vezes as sugestões que vêm dos colegas ou também se for uma pessoa que está sempre informada, que procura sempre saber coisas para trazer para o meio onde está a trabalhar. Se houver das duas partes essa dinâmica, não é? Eu acho que sim, vai haver oportunidade de essa pessoa que está na supervisão que ainda por cima se estiver normalizada, legalizada pelo Estado [...] essa pessoa ficará com a incumbência de levar essas inovações para a frente.

Entrevistadora – E, quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E5 – Eu acho que já falei um pouco de tudo durante a entrevista. As expectativas (...) eu não posso dizer que tenha muitas expectativas, como eu disse raramente eu ouvi falar só agora a pouco, a um ano ou dois para cá. E ainda não oiço falar de supervisão dentro das escolas da faixa etária com que trabalho. (...) eu espero que se for mesmo para bem se for algo bem pensado e bem construído que venha o mais rápido possível (*risos*).

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a dizer em relação à temática apresentada?

E5 – Não (*risos*), já disse tudo.

Entrevistadora – Agradeço a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E6

Instituição 6 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 6 de Junho de 2011

Início: 14 horas e 30 minutos

Fim: 14 horas e 45 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola, sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Peço que comece por identificar-se, a sua escola e o meio sócio económico e cultural envolvente.

E6 – [...] Portanto, sou educadora, (...) tenho 43 anos, já tenho licenciatura em educação de infância pela Universidade da Madeira, portanto fiz primeiro o bacharelato depois a licenciatura (...). Sou educadora do quadro de cá da escola, quadro de escola, (...) já exerci o cargo de directora durante quatro anos já nem lembro, já foi a muito tempo (*risos*) e também de delegada sindical.

Entrevistadora – Trabalha aqui a quanto tempo?

E6 – Já trabalho a 21 anos, nesta escola a (...) oito anos, depois fiquei cá efectiva e daqui não saio por enquanto (*risos*). A escola está situada num meio rural, é portanto um meio sócio-económico médio baixo e um nível cultural dos pais também é baixo, embora já vá havendo assim uma pequena diferença nos pais mais novos que nós temos contactado ultimamente já há alguns que já vão (...) alargando um bocadinho os seus estudos. [...] Temos casos de (...) crianças com dificuldades na escola, principalmente na área da linguagem, que é a que se verifica mais nesta zona, é a área da linguagem, e (...) porque infelizmente os pais ainda não (...), noto que ainda não despertaram para o

papel do pré-escolar, qual é a importância do pré-escolar na educação dos filhos, porque muitos pensam que é vir por à escola para eles estarem ali entretidos e vão brincar e pronto acabou por aí o nosso papel. E, depois não dão importância ao trabalho que se faz e (...) engraçado que acham que há coisas que nem lhes passou pela cabeça que poderiam ajudar o filho por exemplo em casa, (...) como é que pode ajudar o filho em relação a adquirir a noção de cor, por exemplo, e um caso (*risos*) que a dias ficou-me completamente, vai ficar marcado, foi que nós tivemos uma saída de estudo e a mãe dizia que era a estreia da filha em para ir a um parque infantil, [...] aos quatro anos de idade. Eu fiquei assim perplexa, pergunte “mas nunca a levou a um parque infantil?” e ela disse “não, não, ela nunca andou de baloiço nem de escorrega, nunca foi a um parque infantil”. Depois tentei que a mãe visse como era importante levar, pronto, a esses locais para a criança desenvolver e ter outros conhecimentos. Só isto prova que estamos infelizmente num meio sócio cultural muito baixo.

A escola é uma escola antiga, tem 28 anos, (...) não sei se é preciso caracterizar tudo.

Temos 106 alunos, 40 na pré e 66 no 1º ciclo. Tem quatro salas de aulas de 1º ciclo, tem 12 professores de 1º ciclo, tem duas prés e somos cinco educadoras porque uma estava a substituir uma licença de maternidade e acabou por ficar, ainda bem (*risos*).

Entrevistadora – As educadoras são contratadas, de quadro de zona, de quadro de escola?

E6 – Temos uma educadora contratada, duas do quadro de escola e duas são do quadro de zona.

Entrevistadora – E quanto às condições de trabalho na sua escola?

E6 – A escola é uma escola antiga, já tem 28 anos por aí pelo menos. (...) A nível de condições é uma escola que apresenta algumas condições, sofremos umas obras o ano passado, melhorou muito mais, principalmente a área do refeitório que era onde entrava muita água e algumas salas também, a sala de música e de expressão plástica, quando chovia era impossível ir para lá. Uma condição que não é a melhor são as salas de música e de expressão plástica que são no andar de baixo e o acesso é só pelo exterior, portanto quando está a chover os alunos têm de correr para não ficarem molhados ou então esperarmos que a chuva pare, o que não é lá muito fiável porque o horário vai atrasando e na hora do lanche por exemplo têm de estar a horas para lanchar. Outro aspecto menos positivo é o facto de não termos um parque infantil para a pré, porque

eles vão para a rua, brincam, não têm condições, não há escorrega não há baloiços, fazem brincadeiras livres normalmente ou então as educadoras fazem uma danças de roda, jogam uns joguinhos, levamos umas bolas para eles brincarem porque também não há material a esse nível, não há material de apoio para actividades na rua, não temos e (...) criamos o dia do brinquedo que é uma maneira para que pelo menos estão um dia mais ocupados na ruas, na hora do recreio, os meninos trazem o seu brinquedo de casa e partilham, também é uma maneira de eles partilharem com uns e outros. Mas pronto a nível de material sempre vamos conseguindo aquilo que pedimos, a liga de pais nesse aspecto tem funcionado, portanto a senhora que está à frente da liga de pais tem conseguido fazer com que os pais contribuam e tem conseguido gerir de maneira a que agente consiga dar um maior leque de experiências às crianças.

Entrevistadora – E quanto à temática que lhe apresento: supervisão pedagógica.

E6 – Supervisão pedagógica (*risos*). O que é que eu acho? O que é a supervisão pedagógica? Portanto o conceito que eu tenho de supervisão pedagógica é que é alguém que é formado nessa área e que vem à escola ver, no fundo ver (*risos*) as aulas dos professores, como é que correm e [...] e são pessoas, claro devem ter formação nessa área e [...] normalmente a ideia que se tem é que o supervisor vem para criticar [...]. Muitas vezes é essa ideia que as pessoas têm e às vezes é um obstáculo para que as pessoas saibam entender e perceber qual é o papel do supervisor. Muitas vezes diz-se que só vêm para criticar, para deitar o trabalho a baixo, eu não tenho essa ideia porque eu nunca tive supervisão pedagógica na minha sala mas o que tenho ouvido, os comentários dos colegas é que os supervisores até são pessoas bastante acessíveis e que sabem lidar com as situações e que não só, pronto, é capaz de ser criticar mas pela maneira positiva, não deitar o trabalho abaixo, mas sim “olha aqui tá bom, podia fazer melhor, podia usar outras estratégias”. Eu noto que as pessoas falam mais em relação quando vem a supervisão pedagógica em relação aos projectos curriculares. Aí eu noto que não há um consenso entre os diversos supervisores, há uns que numa escola pedem determinadas temáticas que têm de inserir no projecto curricular e noutras escolas já não é a mesma coisa ou então o que dizem é que o supervisor vê que naquela escola fizeram determinado trabalho e acha que esse trabalho tem de ser feito na outra escola também. Acho que não há consenso, pelo menos pela experiência que eu tenho, não há consenso entre os supervisores, uns numa escola pedem, sei lá, que tem de ter por exemplo a

caracterização do meio, outro acha que já não é necessário ter, (...) são ideias controversas que vão sendo passadas.

Entrevistadora – Quando fala de supervisão pedagógica está a falar de inspecção?

E6 – Estou a falar de inspecção. Não é? (*risos*)

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica?

E6 – Em que plano é aplicada portanto? Não só na formação inicial dos professores mas também durante a docência do docente, seja no mestrado seja numa licenciatura deve haver sempre supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Qual deverá ser o objectivo da supervisão pedagógica?

E6 – Acho que o objectivo principal deverá ser ajudar, principalmente ajudar e levar o docente a reflectir sobre as suas práticas pedagógicas, o que poderá fazer melhor, porque é que (...), que áreas é que deve desenvolver mais, acho que é mais nesse aspecto de ajudar e não de criticar e deitar abaixo o trabalho do docente.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E6 – Não, não, na área da supervisão pedagógica não tenho nenhuma.

Entrevistadora – No seu entender quem deverá ser o supervisor pedagógico?

E6 – Portanto, deverão ser pessoas com formação para tal, que tenham feito licenciatura, mestrado em supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Que competências e conhecimentos deve o supervisor pedagógico possuir?

E6 – Competências (...). Deve, primeiro lugar deve ser uma pessoa muito aberta e que saiba dialogar com os docentes e que venha numa perspectiva de ajudar, de reflectir e de auxiliar os professores nos seus planeamentos, trazer ideias diferentes também porque muitas vezes, digo eu por experiência, às vezes acabamos sempre por quase todos os anos fazer sempre as mesmas coisas e se vierem com ideias novas acho que é excelente e vem no fundo fomentar a reflexão e a auto avaliação do trabalho do docente.

Entrevistadora – E qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E6 – É como já disse, há uma, eu noto que há uma ideia preconcebida da supervisão pedagógica. O docente (...) penso que deve estar, deve ser também um docente aberto a

tudo o que a supervisão vem fazer e vem esclarecer e ser receptivo e tentar compreender, perceber porquê, quando as coisas não estão bem por exemplo e que é necessário mudar.

Entrevistadora – Que relação deverá existir entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados?

E6 – Eu penso que deve de haver um diálogo, uma abertura e uma confiança em que o supervisor não venha só para criticar mas que venha para ajudar e que o docente sinta que o supervisor está para ajudar mesmo e que para trazer novas ideias e poderem reflectir sobre o trabalho feito.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?

E6 – Eu considero que sim, quando é feito de forma positiva eu considero que é porque muitas vezes nós que estamos todos os anos com os alunos (...), principalmente para quem não faz formação e que não se consegue actualizar portanto nas diferentes mudanças que vão ocorrendo. Acho que a supervisão pedagógica é importante porque é uma forma de se actualizar também e de acompanhar passo a passo todo o progresso que está a haver a nível da educação.

Entrevistadora – Inovar?

E6 – Inovar sim, sem dúvida inovar e é uma forma de inovar o nosso trabalho e de alargar experiências, acho que sim.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E6 – É assim, durante todo o meu período lectivo nunca tive supervisão pedagógica, realmente na minha sala nunca tive. (...) Mas é assim, eu vejo muito as colegas quando têm, quando sabem que vão ter, ficam muito aflitas, com medo, o que será que vão dizer, será que vão criticar. Eu não tenho medo, sinceramente eu digo que não tenho medo, não tenho receio porque é assim, eu acho que essas pessoas, o supervisor deve vir para ajudar, se uma coisa não está muito bem é ajudar e (...) dar orientações para que se faça melhor. Portanto eu vejo como pessoas que vêm nos ajudar, não criticar e deitar o trabalho abaixo, embora seja essa ideia que muitas pessoas têm.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a dizer em relação à temática apresentada?

E6 – Não (*risos*).

Entrevistadora – É tudo?

E6 – É tudo (*risos*).

Entrevistadora – Agradeço novamente a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E7

Instituição 7 pertencente à freguesia 3 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 6 de Junho de 2011

Início: 16 horas e 30 minutos

Fim: 16 horas e 41 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados obtidos. Como já referi aquando da ida à escola sou aluna do mestrado em Ciências da Educação na área de supervisão pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. No seu entender o que é supervisão pedagógica?

E7 – [...] Bem, para mim a supervisão pedagógica acho que é um apoio digamos (...), uma orientação vinda de alguém que saberá mais do que nós (*risos*) para melhoria do nosso trabalho, das nossas práticas pedagógicas. Pronto.

Entrevistadora – A supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?

E7 – Sim, sem dúvida, leva a uma reflexão, leva a, como é que eu hei-de dizer, a uma mudança, depois da reflexão nós conseguimos mudar, conseguimos melhorar, digamos assim.

Entrevistadora – Essa mudança leva a inovação nas escolas?

E7 – Eu penso que sim, ou melhor deve levar, não? Senão não valeria a pena (*risos*).

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica actualmente?

E7 – Em que plano?

Entrevistadora – Na formação inicial? Na formação contínua?

E7 – Eu acho que deveria ser sempre. Na formação contínua, acho que deveria ser aplicada sempre.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área de supervisão pedagógica?

E7 – Não.

Entrevistadora – No seu entender quem deverá ser o supervisor pedagógico nas escolas?

E7 – [...] Eu acho que deveria ser interno. Como se costuma falar muito agora que anda o problema se deve ser externo ou interno, eu acho que devia ser interno, devia ser alguém de dentro da escola, saber a realidade da escola, a realidade dos alunos, o meio. Eu acho que devia ser sempre alguém (...) da nossa confiança e acima de tudo uma pessoa, fugiu-me a palavra, (...) é que não podemos apontar grande coisa.

Entrevistadora – Considera então que o meio sócio económico e cultural afecta a supervisão pedagógica?

E7 – [...] Eu penso que sim. Eu penso que sim. (...) nós temos de ter sempre em atenção a realidade onde estamos inseridos, não é? Influencia-nos a nós, influencia o nosso trabalho. Eu penso que a realidade influencia sempre.

Entrevistadora – Como caracteriza o meio socioeconómico e cultural em redor da sua escola?

E7 - [...] é um meio pobre. As pessoas são muito humildes e essa humildade acaba também por afectar um pouco (...) a nível cultural, a nível educacional. São pessoas que não não, é um meio que não (...), como é que eu hei-de referir [./..].

Entrevistadora – Não estimula.

E7 - Não estimula, exactamente.

Entrevistadora – Como caracteriza o seu grupo de crianças?

E7 - [...] (*risos*) Ora bem, é um grupo misto, as crianças são muito diferentes. Tem crianças muito interessadas e muito curiosas que puxam por nós. Tem outras crianças que temos de ser nós a puxar muito por elas. É um grupo muito heterogéneo, é uma diferença muito grande entre eles, quase todos.

Entrevistadora – E como caracteriza o pessoal docente da sua escola?

E7 - [...] É uma boa equipa, (...) nós damo-nos bem, trabalhamos bem (...). Cada um faz o que lhe compete, nos projectos interagimos todos, (...) é uma escola muito boa.

Entrevistadora – Quantos professores, educadores e quantos alunos?

E7 – [...] Isso, ora bem. Os alunos são 81 e os professores do 1º ciclo se não me engano são dez.

Entrevistadora – E quantas educadoras?

E7 - Duas (*risos*), só eu e a minha colega. Estamos duas educadoras numa sala.

Entrevistadora – Contratadas? Quadro de zona pedagógica?

E7 - Somos as duas de quadro de zona pedagógica.

Entrevistadora – Pode apresentar-se.

E7 - Sim. Sou educadora a dez anos, dez anos (...), tenho 33 anos. Já trabalhei no ensino especial, sou educadora de infância especializada, tenho uma pós-graduação em educação especial e a licenciatura em educação de infância e neste momento estou no ensino regular (...).

Entrevistadora – Como considera serem as condições de trabalho na sua escola? Para além do que já referiu?

E7 - [...].

Entrevistadora – Estruturas, recursos materiais.

E7 - Era isso. A nível de estruturas é uma escola muito antiga, é uma escola com (...) fracas condições. A nível material também não há grande coisa, há o material trazido pelos pais e o material didáctico algum, até porque agora nos fecharam uma sala no ano passado ficamos com o material das duas salas. Acabou por compor um bocadinho (*risos*) a sala em si. (...) A nível de espaços exteriores não tem grandes condições, não temos um espaço coberto onde eles possam brincar no tempo de chuva, mas apesar disso acho que acaba por ser uma boa escola.

Entrevistadora – No seu entender, quais as competências e os conhecimentos que o supervisor pedagógico deve possuir?

E7 - (...) Eu acho que acima de tudo deve ter bom senso, acho que não se faz nada sem bom senso, principalmente na nossa profissão. E deve ter, sei lá, deve ser uma pessoa com liderança, capaz, com perfil de líder. (...) Não me lembro de mais nada.

Entrevistadora – Quais as funções que o supervisor pedagógico deve exercer?

E7 - O supervisor? Funções como dentro da escola? Se terá ou não turma? Não sei, eu acho que, tanto poderá ser como director da escola, como (...) poderá ter turma, desde que seja, lá está, com (...) o perfil indicado, com (...) o perfil de líder, com (...) acima de tudo que transmita confiança à pessoa que ele vai supervisionar, não é?

Entrevistadora – Qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e o docente supervisionado?

E7 - Bem, parte-se do princípio de que deve ser uma relação normal, assim como temos com qualquer colega, mas isso às vezes é difícil. (...) eu acho que deveria ser (...) uma relação de amizade, uma relação de interajuda, não aquela postura de supervisionar, de (...) acho que isso torna pesado e torna fria a relação entre as pessoas.

Entrevistadora – Qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E7 - [...] (*risos*) Aceitação. Eu acho que é um benefício para a educação, um benefício para as práticas pedagógicas, um benefício para todos nós. Eu acho que deve ser aceite.

Entrevistadora – Quais as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E7 - (*risos*) A postura do supervisor. (...) se não for, lá está, se for aquela postura rígida de eu vou te supervisionar, de pressionar, é difícil. Isso é uma coisa que me preocupa, (...) a própria pessoa em si não ter bom senso, ser uma pessoa, não queria dizer má, (*risos*) mesquinha (*risos*).

Entrevistadora – O supervisor pedagógico deverá ter formação na área da supervisão pedagógica?

E7 - Eu penso que sim, eu penso que sim, até porque (pausa) acima de tudo as pessoas não estão a saber muito bem o que é a supervisão pedagógica e talvez daí é que a aceitação esteja um bocadinho difícil. Mas eu penso que a formação a esse nível seria muito bom.

Entrevistadora – Acha que deveria haver formação contínua para os docentes ficarem a conhecer o que é a supervisão pedagógica?

E7 - Eu penso que sim, seria sempre uma mais valia. Sim.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a dizer em relação à temática apresentada?

E7- Não, não (*risos*).

Entrevistadora – Agradeço novamente a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E8

Instituição 8 pertencente à freguesia 1 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 6 de Junho de 2011

Início: 18 horas e 30 minutos

Fim: 18 horas e 50 minutos

Entrevistadora – Boa tarde.

E8 – Boa tarde.

Entrevistadora - Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho de investigação que estou a realizar.

E8 – Vou dar o meu melhor!

Entrevistadora – Saliento ainda que é garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Passo agora a apresentar-me: sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica ministrado pela Universidade da Madeira e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De um modo geral posso dizer que o objectivo do trabalho é auferir dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre o que é a supervisão pedagógica. Poderá dizer-me o que entende por supervisão pedagógica?

E8- Ai ai! (...) Supervisão pedagógica, bom eu entendo por supervisão pedagógica que é um processo no qual há um professor, ou melhor alguém devidamente informado, experiente que por sua vez vai orientar um outro professor que está no directo com as crianças e que de certa forma precisa de uma ajuda, de esclarecimentos e o supervisor pedagógico neste caso vai fazê-lo.

Entrevistadora – No seu entender qual é o objectivo da supervisão pedagógica?

E8 – Em relação ao objectivo da supervisão pedagógica, eu acho que (...) penso que no fundo é apoiar, regular todo o processo formativo de uma escola, de uma sala.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada actualmente a supervisão pedagógica?

E8 – Olhe, eu acho que desde a formação inicial passando pela formação contínua que vamos tendo ao longo dos anos, (...) passando pela avaliação em si e finalmente acabando na própria inspecção. Eu quando falo de (...) destes planos em que a supervisão pedagógica é aplicada é importante ter em conta o contexto sócio-económico e cultural onde se insere a supervisão pedagógica porque não é a mesma coisa a supervisão pedagógica numa escola grande com muitos professores e numa escola pequena com poucos professores. Também as condições, penso eu, de trabalho da escola assim como o grupo de crianças com quem trabalhamos influenciam bastante o papel do supervisor pedagógico.

Entrevistadora – Pode explicar os aspectos referidos.

E8 - Olhe, eu posso considerar o meio sócio económico e cultural aqui da zona onde trabalho médio baixo, está zona aqui, dado que é um meio muito pobre, onde a maioria dos homens dedica-se principalmente à agricultura, as mulheres trabalham em casa ou seja (...) no trabalho doméstico, há uma percentagem elevada de desemprego, hum, hum, muito álcool pelo meio, enfim, há uns casos assim um bocado problemáticos que sem querer vem ter até à escola no fundo, não é?! e influencia o modo de fazer a supervisão pedagógica.

Em relação ao corpo docente desta escola, trata-se de pessoal relativamente jovem e possuem todos licenciatura em Ensino Básico ou Educação de Infância. Temos a directora pedagógica que é uma educadora de infância e está a concluir o mestrado na área de administração educacional, e refira-se ainda que temos um colega do 1º ciclo que está a concluir o mestrado na área de supervisão pedagógica na Universidade da Madeira e que deve ser da sua turma. Penso eu.

Entrevistadora – Pois é.

E8 – (*risos*) Temos no total 16 professores do 1º ciclo. Temos 7 educadoras de infância, sendo que 2 são do quadro de escola daqui, as outras 5 são educadoras de zona pedagógica, incluindo a directora. Quanto aos professores do 1º ciclo, temos 6 professores do quadro de escola, 5 de quadro de zona pedagógica e 5 são professores contratados. Há que referir que existe alguma estabilidade no corpo docente desta escola o que é bom numa escola e que facilitará de certa forma a supervisão pedagógica.

Não tão bom, e isto tenho de referir, é o facto de notar que existe pouca ou nenhuma articulação entre o pré-escolar e o 1º ciclo. Não há muita cooperação, a verdade seja dita, entre colegas isso não existe, trabalho de grupo pouco ou nenhum, o trabalho de grupo talvez se realize mais a nível de pré e a nível do 1º ciclo não tenho assim tantos, a nível de pré realiza-se algum trabalho de grupo, a nível do 1º ciclo não tenho grandes conhecimentos. Não vou dizer que existe instabilidade no corpo docente desta escola, mas sim que existe pouco trabalho cooperativo, trabalho de equipa não existe muito.

Relativamente à integração de novos professores no início do ano lectivo, (...) quando cá chegam (...) é um bocado complicado (*risos*), estranham imenso. Eu vou falar por mim, estava habituada a trabalho em equipa e neste tipo de escola (...) onde existe o 1º ciclo tem de haver uma ligação muito muito grande entre a pré e o 1º ciclo e uma pessoa que cá chega pela primeira vez estranha imenso porque isso não existe. Não há qualquer tipo de relação, (...) resumindo e concluindo é cada um por si e Deus por todos.

Entrevistadora - Quais as condições de trabalho aqui na sua escola?

E8 – As condições de trabalho, as condições de trabalho existentes aqui nesta escola, se eu me for a referir a condições físicas do estabelecimento (...) temos muito boas condições. É uma escola nova, tem todas as condições para se fazer um bom trabalho. A nível humano, aí deixa um pedacinho a desejar mesmo (*risos, gargalhada*).

Mas olhe! Conseguimos trabalhar mais ou menos nestas condições. Nesta escola temos 176 alunos, 61 crianças no pré e 115 no 1º ciclo. Eu trabalho com um grupo de 21 crianças de 4 e 5 anos, sendo 12 raparigas e 9 meninos. (...) É um grupo muito aberto a novidades, gosta de aprender. No início não vou-lhe dizer que não houve dificuldades, porque existiram, de algumas crianças em adaptar-se à instituição, em interiorizar as regras da sala e tudo mais. (...) Se formos a falar neste momento posso dizer que é um grupo muito bom de trabalhar. É estimulante mesmo porque gostam de aprender coisas novas e tirando 2 ou 3 casos no máximo cá na sala penso que vamos a um bom ritmo de trabalho. A nível de realização profissional então ainda nos dá mais gozo porque (...) vamos ou melhor porque vemos que o nosso trabalho não é em vão. É muito gratificante!

Entrevistadora – Poderá fazer um balanço do seu percurso académico e profissional.

E8 – Em relação a mim, acabei o bacharelato em 95. Em 2006 fiz a licenciatura em administração educacional na Universidade da Madeira que tinha um protocolo com

(...) com uma instituição superior de Lisboa (...), portanto terminei em 2006 como já referi e pronto penso que mais nada há a salientar.

Entrevistadora – Qual a sua idade, tempo de serviço, situação profissional? Alguma vez desempenhou outro cargo para além de educadora de infância?

E8 – Olhe, tenho 43 anos de idade. Tenho 18 anos de serviço. Sou educadora do quadro de escola. (...) Nunca desempenhei nenhum cargo assim relevante, (...) não é que propostas não me tenham surgido (*risos*), mas eu gosto de ser educadora e desempenho aquilo que realmente gosto, isso é que é fundamental.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área de supervisão pedagógica?

E8 – (...) formação não tenho. Eu não tenho qualquer formação específica na área de supervisão pedagógica, mas a algum tempo atrás realizei uma acção de formação através do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira cujo tema era avaliação do desempenho onde me foram dadas assim algumas noções e aprendi imenso. Porque agente sabe, cada um diz uma coisa, um acrescenta e nunca se sabe afinal qual o rumo que as coisas estão a tomar e tudo mais e falamos muito nessa acção de formação sobre a supervisão pedagógica que no fundo vem de encontro à avaliação de desempenho. Eu fiquei com algumas luzes, fiquei mais esclarecida e (...) é a única formação que vai de encontro à temática da supervisão pedagógica, porque de resto não tenho mais nada. Reparo que ultimamente se fala muito de supervisão pedagógica, sem dúvida, mas parece-me que não se sabe ao certo bem do que se trata. A implementar nas nossas escolas a supervisão pedagógica que tanto se fala vão surgir sérios obstáculos.

Entrevistadora – Quais considera serem os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica?

E8 – Ai. Eu penso que são muitos os obstáculos à supervisão pedagógica dado que na supervisão pedagógica o supervisor pedagógico no fundo tem de ter uma visão super que vai para além de alguma coisa, uma visão superior a algo, diferente, digo mesmo fora do normal, e que no fundo vai atingir a formação dos alunos, a vida da escola, a educação, sem querer tudo isto leva a que surjam sérios, digo mesmo sérios obstáculos. Eu indicaria dois obstáculos que eu acho que vão constar e que em diálogo com outras colegas eu penso que sim, que realmente vão surgir que é o supervisor manter a imparcialidade quando estiver a fazer a dita supervisão e de certa forma o obstáculo que eu acho que vai ser mais difícil de contornar será o de mudar mentalidades. Sabe, isto é

assim, muda-se tudo mas as mentalidades são difíceis de se mudar. Há pessoas que persistem em ter um determinado tipo de trabalho e mesmo que venha alguém de fora dizer olha esse não é o melhor caminho, esta não é a melhor forma, há pessoas que vão continuar nas suas formas de trabalhar, de agir, e isso não vai ser fácil de se mudar. Acho que a imparcialidade e o mudar de mentalidades vai ser muito complicado e vão ser dois obstáculos difíceis de se contornar, ai, ai!

Entrevistadora – No seu ponto de vista, quem deverá ser o supervisor pedagógico?

E8 – Eu penso que sem qualquer dúvida eu acho que deve ser alguém com formação, alguém com experiência, alguém que já tenha trabalhado com crianças, ter conhecimento da prática, que já tenha estado no activo se assim se pode dizer. O supervisor pedagógico terá de ser alguém muito receptivo e acima de tudo essa pessoa tem de ser equilibrada, porque acho que isso é fundamental.

Entrevistadora – Uma pessoa equilibrada em que sentido?

E8 – Porque eu quando digo equilibrada é uma pessoa (...) como é que eu devo dizer (...) uma pessoa que saiba o que está fazendo, que está a fazer correctamente, que não se deixa levar por A, B ou C. Que saiba que está ali e que tem determinados objectivos, e que se deixe levar por esses objectivos, não por outros objectivos que nada têm a ver com a supervisão pedagógica. Enfim, tem de ser uma pessoa que reúna o saber ser, o saber estar e o saber fazer.

Entrevistadora – Que competências e conhecimentos deverá o supervisor pedagógico possuir?

E8 – Quais as competências e quais os conhecimentos? Em relação às competências eu penso que (...) deve possuir competências a nível cívico, a nível técnico e a nível humano acima de tudo e tem de ser alguém com muitos valores humanos.

Quanto aos conhecimentos (...) deve possuir sem dúvida conhecimentos na área da supervisão, na área que está a representar no fundo, porque não deverá vir qualquer pessoa para aqui fazer uma supervisão pedagógica que quando não tem conhecimentos nem competências para tal. Se não é isto, se não é isto entorna-se o caldo!

Entrevistadora – Considera então que a supervisão pedagógica é uma tarefa difícil?

E8 – Bom, muito, muito digo mesmo muito complicada (...) porque a supervisão pedagógica implica que (...) o supervisor pedagógico seja alguém ponderado, alguém

sereno, com bom senso, (...) alguém com paciência, que tenha subjacente um perfil ético, que seja idóneo, (...) que seja profissional, (...) que tenha sentido de ver e que seja isento, a tal imparcialidade que já foquei atrás. Isento para mim é fundamental, porque sabemos que é muito, muito difícil.

Entrevistadora – Ao supervisor pedagógico são-lhe exigidas que funções no seu entender?

E8 – (...) Eu penso, bom, que primeiro que tudo o supervisor pedagógico deverá informar o professor ou o educador se for o caso, que está a supervisionar qual é o seu papel ali, os objectivos que ele pretende alcançar. (...) Deverá questionar o professor ou o educador que está a supervisionar, sugerir alguma coisa, encorajar nos momentos que tiver fazê-lo sem qualquer problema porque também é necessário, e só mesmo no fim de tudo é que deverá avaliar o trabalho do supervisionado.

Acrescento mesmo ainda que deverá haver de certa forma muita reflexão entre o supervisor pedagógico e o professor, educador supervisionado, (...) reflectir sempre que possível sobre o que foi feito, o que foi dito, formar juízos de valor sobre algo. (...) Se o supervisor pedagógico juntamente com o docente que está a ser supervisionado (...) fizer uma reflexão sobre o que está a ser feito, digamos olha tu não estás a fazer correctamente, vamos lá pensar e ver, dar a volta a esta situação e arranjar uma solução, eu acho que juntos, sem dúvida, conseguirão trabalhar melhor e aí entra a tal avaliação que o supervisor pedagógico deverá fazer do docente.

Entrevistadora – Qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados?

E8 – Ai, ai, a relação, a relação. Eu defino (...) eu no dia-a-dia sou assim e acho que na supervisão pedagógica não deve ser diferente. Eu acho que deve ser uma relação baseada na confiança, deve haver muito apoio, porque no fundo o supervisor pedagógico está ali para ajudar, penso eu, que não é para complicar.

Entrevistadora – Qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E8 – Olhe, eu acho que a postura deverá ser uma postura calma porque (...) ninguém está ali para prejudicar ninguém. À partida penso eu isso. Uma postura calma, acima de tudo credibilidade na sua prática porque é assim que eu sei, eu sei que tenho alguém na sala para me ajudar a reflectir sobre a minha prática é claro que eu estou um pouco

receosa, mas se eu acredito no meu trabalho, acredito que sou capaz e sei e gosto daquilo que faço, eu acho que haja, não há que ter medo de maneira nenhuma.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?

E8 – Olhe se (...) penso que se for feito um bom trabalho por parte do supervisor pedagógico seguindo os parâmetros exigidos (...) penso que o ensino (...) irá beneficiar sem dúvida com isso. Não tenho qualquer dúvida que isso aconteça.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escolas?

E8 – Para inovar sinceramente não sei. (...) Não sei, quem sou eu. Mas melhorar penso que sim, não tenho dúvidas.

Entrevistadora – Porquê?

E8 – Porquê? Porque nós jogamos sempre pelo seguro. Não é!? Quanto a inovação é preciso, quanto a inovação, ou melhor, (...) quanto a inovação ela é precisa, é preciso muito trabalho para que ela exista, para que exista inovação. Neste momento acho que da forma como o País está a atravessar (...) toda esta situação financeira conturbada, que tudo exige de nós a nível monetário, bom, para dar os passos e para se evoluir tudo está ligado ao aspecto financeiro e acho que neste momento é um entrave à inovação e até à própria supervisão pedagógica. Melhorar penso que sim se toda a gente colaborar. Inovar é algo muito difícil.

Entrevistadora - Qual o lugar da formação contínua e especializada no âmbito da temática da supervisão pedagógica?

E8 - É fundamental a formação contínua na supervisão pedagógica, como já referi. Eu não só me refiro na supervisão pedagógica em si, mas sim a todas as áreas, pois é fundamental a formação contínua. (...) Especializada sim porque não é qualquer elemento que vai para a supervisão pedagógica, deve ser alguém que tem formação que se especializou nesta área, que sabe o que tem que fazer, como deve fazer, os parâmetros que tem a seguir. Não vou ser eu que decido ir para a supervisão pedagógica, não tem qualquer lógica, tem de ser alguém que tenha essa tal formação especializada para desempenhar.

Entrevistadora – Quais as suas expectativas e preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E8 – Hum, isso é uma questão muito pertinente, bom. Olhe, neste momento eu estou um pouco, não vou dizer nada, mas estou um pouquinho expectante para ver quem serão acima de tudo os supervisores. Preocupações, eu talvez em relação às regras que serão aplicadas, (...) talvez (...) deixem-me assim um pouco preocupada porque não sei se as regras vão ser cumpridas ou não, porque já se sabe o ser humano por vezes é tão injusto e ao longo da vida nós vamos vendo essas situações e nos deparamos com isso na nossa profissão, no nosso dia-a-dia. E tenho uma certa preocupação, porque julgo que irão haver muitas injustiças.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E8 – Não, não tenho nada. Desejo-lhe boa sorte, que corra tudo bem (*risos*).

Entrevistadora - Agradeço novamente o seu contributo e é garantida a confidencialidade de todas as informações recolhidas.

E8 – Muito obrigada. Eu espero que lhe tenha ajudado! Boa tarde.

Protocolo da E9

Instituição 9 pertencente à freguesia 5 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 7 de Junho de 2011

Início: 16 horas

Fim: 16 horas e 36 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. No seu entender o que é supervisão pedagógica?

E9 – [...] Portanto para mim supervisão pedagógica é (...) em si no acto eu acho que é, tem que ser um momento (...), um momento de reflexão, uma avaliação reflexiva, nunca, nunca, desculpa, está muito barulho realmente uma avaliação reflexiva sobre a nossa intervenção educativa. Nunca uma avaliação quantitativa mas sim uma avaliação que se possa depois em parceria com a educadora, a educadora com o supervisor poder fazer uma reflexão sobre o acto pedagógico. Portanto eu acho que a supervisão tem de ser vista assim, tem de ser, um trabalho de uma equipa de dois ou demais no sentido de valorizar essencialmente aquilo que é positivo e tentar melhorar aquilo que realmente na nossa intervenção pedagógica pode ser melhorado. Daí o supervisor (...) acho que tem de ter aquelas capacidades, tem as capacidades e a formação necessária para orientar a intervenção educativa, o trabalho pedagógico. E é isso que eu acho que deve ser o trabalho de um supervisor: orientar, reflectir com o educador e ajudar no fundo a que algumas das dúvidas ou algumas das lacunas que exista no trabalho do docente, que seja apoiado pelo supervisor.

Entrevistadora – Quem deverá ser o supervisor pedagógico?

E9 – (...) Primeiro tem de ser alguém com formação para isso.

Entrevistadora - Em que área?

E9 – Na área da supervisão pedagógica, já se sabe, e tem que ter (...) na área da educação, mas essencialmente na área da educação com as habilitações necessárias para a supervisão e (...) que pode, são pessoas que tem que ter aquelas habilitações e conhecimento científico para nos poder apoiar, porque é obvio, que não é qualquer pessoa, que nós aceitamos (...) que venha supervisionar o nosso trabalho no sentido de nos avaliar, de reflectir, tem de ter uma formação para isso e é isso que nós aceitamos e temos que ter essa mente aberta para aceitar uma reflexão sobre o nosso trabalho e só assim se pode crescer e e a nível da educação, acho que temos de ter sempre a mente aberta para a aprendizagem.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica poderá contribuir para a melhoria do trabalho escolar?

E9 – Sim (...).

Entrevistadora - Em que sentido?

E9 – [...] Acho, acho que sim, a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar, não numa avaliação de quantificar o trabalho, não no sentido de penalizar o trabalho do docente, mas essencialmente na parte da reflexão do nosso trabalho, até mesmo de uma avaliação conjunta do trabalho que está a ser feito trabalho e do apoio ao nosso trabalho, à nossa intervenção educativa, para aquilo que nós precisamos, é essencialmente a esse nível, que acho que supervisão é muito importante, acho que sim.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica actualmente?

E9 – Em plano nenhum é aplicada a supervisão pedagógica (*risos*). (...) em que plano? (...) repita-me lá antes que eu responda directamente.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica actualmente? Considera que é aplicada?

E9 – Eu não, acho que não é aplicada porque é assim eu também nunca tive, nunca estive numa situação, numa escola que tivesse que tivesse vindo uma supervisão, porque toda a gente fala e diz vem a inspecção, vem a inspecção e toda, toda gente quando fala da inspecção até parece que fica renitente com essa, com a presença das

peçoas na escola, eu não vejo eu não vejo por aí, eu não vejo por aí, porque é assim, eu acho que a supervisão pedagógica, acho que as peçoas tem que ter uma noção clara do que é a supervisão pedagógica e tem de ter (...) e tem de ter a noção clara e tem que aceitar como uma coisa positiva, eu aos menos encaro como uma forma (...), algo positivo para a nossa para o nosso trabalho, (...) no entanto respondendo directamente à sua pergunta, eu acho que a supervisão pedagógica até hoje não encontrei (...) nenhuma, nunca nunca encontrei pelo meu caminho uma supervisora nem, nem, nem alguém que pudesse ver o meu trabalho, apesar, que acho que seria benéfico, porque eu estou muito à vontade com aquilo que faço, muito á vontade da maneira como eu trabalho (...) e até gostaria de saber e reflectir com alguém quem também estivesse se calhar um bocadinho mais actualizado. Eu apesar de tudo eu tento me formar sempre, todos os anos faço formações, todos os anos tento sempre melhorar o meu trabalho, mas acho que, até gostaria (...) de ter alguém para reflectir e apoiar, se calhar, apoiar o trabalho que tenho desenvolvido, apoiar no sentido de, olhe, “sim tens feito um bom trabalho” tem a nível de, mesmo até logística que nós temos nosso trabalho, (...) de dar o seu parecer, no entanto eu acho, não oiço falar muito em supervisão pedagógica, não oiço colegas a falar, eu tive uma supervisão uma supervisora lá na escola ou na minha na sala, não, não oiço, não tenho referências nenhuma relativamente a isso.

Entrevistadora – Quando fala de supervisão pedagógica, está a referir-se a inspecção?

E9 – [...] Isso é uma boa pergunta, realmente uma boa pergunta que já falei na inspecção, (pausa) inspecção, realmente quem quando diz, à vem uma inspecção, no fundo a gente associa logo de imediato uma inspecção a uma supervisão mas não devia ser associado, porque inspecção, (...) se calhar, no meu entender deveria ser uma forma mais a parte burocrática da escola, não é?, e supervisão, então aí é se calhar mais a vertente pedagógica dentro da nossa sala. Realmente pensando bem acho que as coisas são totalmente distintas, totalmente distintas, (...) sim portanto acho que são distintas, não é, não tem haver uma coisa com a outra, apesar de já ter referido de que quando dizem porque ouvimos mais falar em inspecção do que em supervisão. Por isso, na pergunta anterior quando falava na qual, (...) sim, se eu considerava que havia, eu respondi, ouvimos falar mais em inspecção não em supervisão.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área de supervisão pedagógica?

E9 – Não, infelizmente não, mas gostaria muito. Gostaria muito.

Entrevistadora – Tem alguns conhecimentos ou já ouviu falar?

E9 – Sim, pela minha colega de sala, já, oiço que ela vai, vai me transmitindo, porque ela ta a tirar o mestrado e oiço algumas das suas opiniões relativamente a supervisão e também alguns conhecimentos, só, só por aí, o que vamos conversando as duas, mas é muito pouco, muito pouco, porque infelizmente não temos muito o contacto, porque quando ela sai eu entro, (...) é pouco o contacto, mas o pouco que ela me vai transmitindo (...) é só.

Entrevistadora – Pode apresentar-se.

E9 – Posso.

Entrevistadora – Fazer uma apresentação da sua escola, do meio socioeconómico e cultural envolvente.

E9 – Sim, eu sou educadora do quadro de escola (...) tou colocada no Infantário “O Balão”, tenho 34 anos e tenho licenciatura em Educação de Infância. Só trabalho (...) a doze anos e trabalho sempre, trabalhei sempre, em bairros, portanto, trabalhei no bairro da Palmeira ou da Torre, há quem chame da Torre (...) sete anos e depois decidi mudar, para outro bairro, (*risos*) que também é problemático, exactamente igual ao da ao bairro da Torre, com as mesmas particularidades a nível social, a nível económico, a nível cultural (...) são bairros com muitas carências principalmente a nível dos valores, falta de alguns valores, carências económicas, mas essencialmente, são locais com muita, muitas, muitas carências e também tem muita, muita, muita toxicodependência, muita droga envolvida, muito e e isso às vezes revela-se, embora que neste bairro específico, este bairro específico não se nota tanto porque vieram pessoas de muitos sítios, viver para aqui, mas existe, sabemos que existe, a nível económico são pessoas que vivem praticamente do rendimento social, a maioria das mães não trabalha, muitos estão desempregados actualmente, devido à conjuntura também actual e se já trabalhavam tinham um trabalho precário, as mães mais novas já começam a entrar no ramo do trabalho, principalmente nos supermercados, nas limpezas dos hotéis e aí nota-se já nesses pais que trabalham fora, uma maior abertura para aquilo que nós falamos, uma maior abertura para, para a mudança de mentalidades, que é importante o trabalho, que é importante, é importante valorizar o que os meninos fazem, eu nós até não nos podemos queixar muito, eu e a minha colega de sala, porque após conversarmos e estarmos junto deste país, porque eles precisam de falar, de conversar e de estar a

vontade connosco, mais sempre com respeito!, isso aí é indispensável para mantermos sempre o respeito, mútuo entre, entre a escola e os pais (...) nós conseguimos deles aquilo, entre aspas, que queremos com os meninos, nós conseguimos que eles venham a escola, nós conseguimos que eles participem nos trabalhos que pedimos para casa, nós conseguimos desenvolver vários projectos com a com a colaboração deles (...), nós até conseguimos trabalhar muito bem com estes pais, mas é o que eu digo é preciso trabalhar inicialmente, quando os filhos entram, eles vem um pouco renitentes e mesmo em relação a nós um pouco desconfiados, quem são e depois com o desenvolver das relações então a confiança, depois é mútua, e aí sim conseguimos trabalhar muito bem com estes pais, relativamente ao resto, portanto, do bairro, não sei se quer fazer alguma pergunta.

Entrevistadora – Em relação a escola?

E9 – A escola, é uma escola muito aberta, é uma escola muito aberta aos pais, nós ao bairro, nós tentamos sempre fazer actividades, (...) que envolvam um bocadinho o bairro, por exemplo, estávamos a trabalhar as profissões, nós fomos visitar tudo aquilo tivesse, todas as profissões, as profissões que existissem cá no bairro, fomos investigar e envolvemos as pessoas do bairro nisso, olhe estamos a trabalhar um projecto de sala e tudo, gostaríamos da sua colaboração e as pessoas colaboram. Também “Os Reis”, por exemplo, tentamos envolver e tentamos se muitas vezes não vem os pais a escola, nós vamos ao bairro, levamos, põe exemplo, o cantar dos Reis ao bairro, aqui no fundo tem dois bairros, tem aqui o bairro da Cidade Nova e ali o bairro da Quinta do Leme, mas nos tentamos (...) quando falamos do bairro falamos num só, num só, e tentamos sempre que temos crianças daquele bairro e depois temos pessoas deste, portanto, envolvemos sempre tudo quase como se fosse um bairro só e e é assim, portanto, a envolvência da escola, com os pais é grande porque aceitamos tudo o que vem, que venha deles, as suas opiniões, as suas queixas, as suas (...) até mesmo próprias, a sua, a sua, a sua (...) a crítica, mas até no fundo eles não fazem muitas criticas porque não, eles valorizam o que nós temos, temos feito e que também tentamos mostra sempre o que é feito com eles, que seja valorizado, a maneira de nós abordamos com os pais essa (...) o trabalho que temos feito ao abordarmos temos de dar respeito, mostrar respeito, pelo aquilo que os seus filhos fizeram e então actualmente têm muito respeito pelo trabalho da escola e participam nas actividades da escola, se eles não participam nós tentamos que eles participem se então, vamos participar, olhe que os seus filhos gostam,

etc, tentamos sempre, porque, que acha uma envolvência (...), no restante, no restante ciclo, portanto no primeiro ciclo, também há, há essa abertura, embora que eu ache, e as minhas colega segundo aquilo que me transmitem é que já não há tanta a participação dos pais a nível do primeiro ciclo, para com a vida dos filhos a nível do falar, do trabalho e tudo, mas do resto a nível do pré-escolar nós trabalhamos muito bem com os pais, portanto, os pais, bairro e tentamos sempre fazer um trabalho integral e globalizante.

Entrevistadora – Quantos alunos, quantos professores, quantos educadores?

E9 – (...) Olhe, alunos acho que temos duzentos, uns 20 professores de 1º ciclo, não tenho esses dados bem certos. Na minha sala tenho vinte e quatro, na outra sala também tem vinte e quatro, de pré de pré, educadoras somos (...) três, cinco, somos cinco educadoras...

Entrevistadora – Contratadas, quadro zona pedagógica, de quadro escola...

E9 – (...) têm duas contratadas, uma de zona pedagógica, duas de quadro de escola e há uma, eu não contei com a outra minha colega que está de atestado por doença, portanto, não sei se quer contar com ela.

Entrevistadora – São seis.

E9 – Portanto são seis, (...) contar (...) porque ela está, é uma doença, que tem sido prolongada, portanto, tem já dois anos que não vem, mas se Deus quiser, vai vir, vai voltar a base nesta, neste ano lectivo, portanto, somos seis, (...) porque tem muitas, muitas (...) condicionantes por isso é que temos seis para uma sala só, para duas salas só, desculpe, porque há a educadora de apoio, há outra educadora de substituição, portanto assim trabalhamos.

Entrevistadora – Quanto a condições de trabalho na sua escola?

E9 – Olhe, a condição humana, a nível de docentes, é boa, considero boa ou a muito boa, (...) relativamente a material, (...) aí já, (...) já não posso dizer que seja muito bom, nem boa, (...) é satisfatória, porquê?, porque nós trabalhamos com aquilo que foi dado no início do ano, desde do início do ano, portanto, tentamos rentabilizar todo o material para o resto do ano lectivo, porque já não podemos pedir mas nada, ao pais e nem eles colaboram, (...) porque também nós entendemos, é a conjuntura que eles tem actualmente não permite, colaborar e também não pedimos nada, tentamos desde o

início do ano, com aquele material que temos, trabalhar “pro” resto do ano, a nível material, portanto é isto. A nível de estruturas, de estrutura da escola, eu acho que também (...) estamos bem, acho que que posso dar um bom, porque temos uma sala boa, tem as condições necessárias e tem, tem tudo o que o que precisamos no fundo, o básico, o necessário.

Entrevistadora – Considera que as condições que referiu, meio socioeconómico também da escola, poderão influenciar o processo de supervisão pedagógica?

E9 - [...] Deixe-me ver, deixe-me pensar, se poderá condicionar o trabalho do docente? Sim, acho que sim, condiciona porque, condiciona esses factores, o factor meio, o factor socioeconómico dos, dos das famílias e mesmo até os recursos que nós temos, as vezes nos condiciona um bocado, porque nós queremos fazer mais e não podemos, mas, que possa condicionar a supervisão pedagógica, se for ver a supervisão pedagógica como um acto quantitativo se calhar prejudicaria em relação a outra escola que tem melhores condições, que tem, que tem outro tipo de condições mesmo a nível socioeconómico e a nível da família e isso tudo, poderia condicionar, na avaliação quantitativa, que eu espero que não exista, porque, porque acho que a supervisão pedagógica deve existir para melhorar o nosso sistema educativo, a nível interno da escola, para melhorar o nosso trabalho docente, (...) agora se for numa, numa vertente qualitativa, não, acho que não, acho que não condiciona, esses factores não condicionam a supervisão, porque se for um supervisor que tenha a visão (...) correcta do que é a escola, de como funciona a escola, de como, de como todas as condicionantes da escola podem, ou então deixe-me ver, interferem no trabalho do docente, (...) acho que não irá ter influência, influência na parte da supervisão, no se trabalho como supervisor, porque ele entenderá as condições todas e as condicionantes todas daquele docente, aí, no meu entender como já disse, a reflexão será positiva, a reflexão, até avaliação, mas uma avaliação reflexiva do trabalho, (...), acho que, será exactamente igual a de outra (...) supervisão de outra, noutra estrutura qualquer, se for vista neste ponto, fiz-me entender?

Entrevistadora – Percebi.

E9 – Percebeu. Agora se for noutra factor quantitativo, para qualificar, a tens o catorze, a tens, sim poderá influenciar porque, os resultados de uma escola nunca serão iguais a outra escola, mas eu espero bem que isso, que a supervisão tenha, a tenha a capacidade de, a supervisão, quem está lá, os supervisores, tenham a capacidade de ver a

globalidade da acção educativa no contexto interno, num contexto específico, é isso que eu queria disser.

Entrevistadora – Que competências e conhecimentos, além do conhecimento científico já falou, deverá supervisor pedagógico possuir?

E9 – Para além das competências científicas, considero que o supervisor deve ser, deveria ser, uma pessoa aberta, aberta a actuação do docente, aberto, não actuar de forma a, apoiar, a apoiar e actuar de forma a ajudar, ser uma pessoa que, que veja a educação como um processo evolutivo, que até para nós é uma aprendizagem todos os dias, como processo evolutivo e e evolutivo de aprendizagem, também para os docentes, por isso tem de que ter, ser uma pessoa no fundo, humilde, capaz cientificamente, humilde para se colocar no nosso lugar, que muitas vezes poderá não acontecer, nunca conheci nenhum supervisor, mas acho que tem ser humilde para se colocar no local, no lugar do docente, e e tomar uma postura sempre de apoio, estou aqui para apoiar, estou aqui para ajudar, estou aqui para orientar, se necessário, se necessário as suas, as suas dúvidas ou e até no fundo reflectir, ser uma pessoa reflexiva, com uma abertura reflexiva para, para apoiar sempre o colega, porque no fundo é um colega, que se calhar pode precisar de alguma ajuda, portanto, não sei se me fiz esclarecer.

Entrevistadora – Sim. Qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e o docente que vai ser supervisionado?

E9 – Qual a relação?

Entrevistadora – Sim.

E9 - É o que já disse, de colega para colega. Acho que, que é essencial de, acho que no fundo, tem que haver, humildade de ambas as partes, também tem que referir isso, humildade de ambas as partes, quer do supervisor para, para entender o docente e as suas, a sua maneira de trabalhar, há outras maneiras de trabalhar e entender e até orientar, se calhar poderia fazer assim ou se calhar poderíamos neste âmbito poderíamos fazer de outra forma e também o docente de se abrir as críticas, porque também isso é importante, abria às críticas, críticas, quando eu falo em críticas, não é críticas (...) destrutivas ou isso assim, não, quando eu digo críticas, eu refiro, de aceitar a opinião do outro, ou de, porque sim, o supervisor deve ter, tem essas, tem as capacidades científicas para nós apoia, a partida tem que tê-las, portanto, se tem, se tem mais conhecimentos do que nós, se tem mais, mais conceitos, mais conceitos actuais e que se

pode aplicar na prática, do que nós que estamos no terreno diariamente que não, que muitas vezes não podemos sair, a formação e isso tudo, (...), o educador tem também de estar aberto às suas ideias, às suas opiniões, às suas, no fundo é um trabalho reflexivo entre pares.

Entrevistadora – Considera que existem obstáculos a supervisão pedagógica?

E9 - [...] A supervisão, quem? Do do, da pessoa que está lá, do supervisor? (...) Se calhar, é o que eu digo, se calhar às vezes, (...) entendemos a supervisão, como uma inspecção, não é?, que nós vais inspeccionar e nos vai qualificar e isso. E essa forma de estar, as vezes corta a, a possível, uma possível relação mais aberta e mais verdadeira com o supervisor, da parte do docente, se calhar há esse corte a nível de abertura, que não deveria ser, atenção, porque devíamos ver um supervisor, como já disse, como alguém, um par, como um par no fundo, como alguém que está para nós apoiar, agora se calhar o único obstáculo do supervisor, em relação a nós, é esse, é se calhar é a falta de abertura e de aceitação do supervisor, da aceitação à opinião que ele tem (...), a opinião, que esperemos que isto, se venha a mudar, porque acho que o docente tem de ser sempre uma pessoa aberta, para aquilo que vem, para melhorar sempre para melhorar.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica, contribui para a inovação das escolas?

E9 – Para a inovação? (...) Inovação? Sim, considero que sim, porque a supervisão pedagógica inova, a supervisão, pode sempre, com as suas, o supervisor com as suas competências, pode sempre dar um contributo para as escolas se inovarem, se se, como é que eu digo, se se reconstruírem no sentido de responderem as necessidades actuais, porque às vezes as escolas também estão um pouco desajustadas à realidade e o supervisor com as capacidades de abertura e de reconhecer as dificuldades das escolas, pode apoiar, apoiar as escolas nesse sentido, de vamos inovar neste sentido, vamos, tentar adaptar algumas das nossas actuações àquilo que os alunos que são a escola, os alunos, que no fundo são o objectivo essencial que nós temos, que é a concretização dos objectivos nos nossos alunos que seja, seja, dê uma nova inovação nas escolas, pronto que sejam alcançados os objectivos. Acho que sim, a supervisão é muito importante, nesse sentido.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E9 – Olhe, expectativas é que haja (...) mais supervisão, que haja mais, se existe alguma, peço desculpa pela minha ignorância, se calhar, porque não tenho conhecimento, de, de, de nenhuma supervisão orientada e mas as expectativas é que haja, é que haja supervisores que possam ajudar na nossa prática pedagógica, nas nossas dúvidas, que possam levar para fora, que possam levar para fora também aquilo que é a realidade das escolas, porque muitas vezes, quem está de fora, quem está nos meios que se pode dizer, os que, que se pode dizer os que estão na secretaria, os que estão noutros ambientes que se referem à educação, mas não estão directos na educação, não estão directamente envolvidos na educação dos meninos, que os supervisores também levem p'ra fora, no fundo, as nossas dificuldades, os nossos receios, enfim, no sentido, também, de nos poderem ajudar, com alguma, com alguma, mesmo alguma algum conceito científico, já mais alguns conceitos científicos, mas mais, que nos possam ajudar na nossa prática, no fundo é isso.

A minha preocupação em relação à supervisão pedagógica, eu não tenho preocupações, não tenho preocupação em relação a isso. Porque como já referi acho que a supervisão é uma coisa positiva, para mim, e acho que deveria ser aceite como algo benéfico para a nossa actuação, portanto não me preocupa, e se um dia me disserem “ai vais ter uma supervisora na tua sala” não me preocupa porque acho que um bom profissional tem que essencialmente estar aberto, aberto à reflexão, aberto a uma inovação na sua maneira de trabalhar, na sua intervenção educativa e e essencialmente olhar para o supervisor como alguém que nos está para ajudar.

Entrevistadora – O supervisor é alguém interno ou externo à escola, no seu entender?

E9 – Olhe, no meu entender normalmente aquilo que vem primeiro a cabeça de fora, o supervisor é alguém que se calhar que vai às escolas. Vai às escolas e que supervisiona, que orienta, isto é o que eu penso que deveria ser, se calhar, que é, que orienta, que vai às escolas. No entanto, como já disse, não tenho conhecimento de nenhuma supervisão, mas acho que também que não seria mal haver um supervisor interno. Um supervisor, que no fundo, em vez de andar pelas escolas, orientava aquilo que pudesse, naquilo que pudesse na sua área específica ou os docentes.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E9 – Sabe que eu acho que já falei tanto (*risos*), que acho que já não tenho mais nada a referir, mas, mas posso, posso apenas, posso apenas acrescentar que tudo aquilo que possa contribuir para um bom trabalho, para o trabalho do docente, para um bom trabalho do docente, com as crianças é sempre bem-vindo. É esta a minha maneira de pensar. Sempre foi. E um bom profissional é aquele que reflecte sobre, não sobre as suas qualidades mas essencialmente, sobre os seus erros para não voltar a cometê-los. Por isso é que eu acho que o educador está em constante renovação, está em constante aprendizagem, porque muitas vezes, os grupos não são iguais, vamos mudando de grupos para grupos e há sempre uma aprendizagem em relação a esse grupo e acho que a supervisão pedagógica em relação ao trabalho do educador específico, acho que eu gostaria que fosse sempre visto desta forma: que é uma mais-valia para o trabalho docente. É só.

Entrevistadora – Agradeço a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

E9 – Está bem.

Protocolo da E10

Instituição 10 pertencente à freguesia 1 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 8 de Junho de 2011

Início: 12 horas e 30 minutos

Fim: 12 horas e 45 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. Como é do seu conhecimento, sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica da Universidade da Madeira e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Peço que comece por fazer uma caracterização de si, da sua escola, do seu grupo de crianças e do meio sócio económico e cultural onde trabalha.

E10 – Eu (...) trabalho numa escola com um meio rural, onde a maioria dos encarregados de educação trabalha basicamente na agricultura. A nível de problemas sociais há uma taxa de alcoolismo mais ou menos elevada e existem alguns casos de toxicod dependência. Muitas vezes notamos isso na sala de aula porque temos filhos de pais com esse tipo de problemas. Do ponto de vista cultural podemos destacar alguns eventos como por exemplo as festas, sendo uma delas a festa da cereja que a nível económico e também cultural traz uma melhor qualidade às pessoas e ao meio. Temos também um hotel que a nível económico também beneficia a zona, e temos também algumas tradições e lendas que neste momento estão a ser trabalhadas pelos alunos, como a lenda dos mouros (...).

Ora, o meu grupo de crianças é um grupo heterogéneo, com crianças de 4 e 5 anos. São 18 crianças, 11 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. É um grupo que muitas vezes tem dificuldade em interiorizar as regras, mas isso nota-se a nível geral, a nível de

escola há falta de regras, muitas das regras não foram trabalhadas em casa, mas que depois de trabalhadas na escola eles vão conseguindo (...)

Entrevistadora – E como caracteriza a sua escola?

E10 – É uma boa escola, gosto de cá estar muito e os meus colegas também. Trabalhamos em equipa e todos com o mesmo objectivo, o sucesso dos alunos. Aqui temos 108 crianças no total. Somos 4 educadoras e treze professores do 1º ciclo. Eu sou educadora de infância, tenho licenciatura em educação de infância, tenho 35 anos, 10 anos de serviço e pertença ao quadro de zona pedagógica. As minhas colegas educadoras são uma de quadro de escola, uma de quadro de zona pedagógica e uma é contratada.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E10 – Não, não tenho.

Entrevistadora – Entrando propriamente na temática que lhe apresento, pode dizer-me o que entende por supervisão pedagógica.

E10 – [...] A supervisão pedagógica eu acho que é, um processo em que um professor mais experiente vai observar um outro professor ou educador, vai observar o seu trabalho e ajudá-lo a conseguir melhores resultados naquilo que faz. O objectivo da supervisão pedagógica deverá ser melhorar a qualidade de ensino, o desenvolvimento da escola. Olhe, o pouco que sei vem da minha experiência como educadora e daquilo que eu vejo e oiço falar.

Entrevistadora – **Então considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?**

E10 – Claro que sim, porque através da reflexão do supervisor pedagógico com a pessoa que será supervisionado pretende-se que isso contribua para melhorar o trabalho na escola. O supervisor para além de observar, vai ainda nos informar das coisas, dar sugestões, orientar, questionar o que se faz e os resultados alcançados e claro terá de nos avaliar.

Para esta melhoria acontecer nas nossas escolas é preciso que os professores e educadores aceitem a supervisão pedagógica nas escolas. Claro que o supervisor pedagógico deverá impulsionar esta melhoria na escola, com as suas competências e conhecimentos na área da supervisão pedagógica. O supervisor tem de conhecer os

docentes e o contexto em que actua, porque é diferente estar numa escola numa zona rural e numa escola numa zona urbana. Ele tem de saber muito e envolver-se nas situações do dia-a-dia, conhecer as orientações curriculares do pré-escolar e o currículo do 1º ciclo.

Ele tem de ser uma pessoa muito culta, equilibrada, empática e comunicativa. Tem de ser capaz de olhar para o meio envolvente de cada escola, daí a importância de conhecer o meio ao redor da escola, capaz também de analisar as situações que sucedem no dia-a-dia da escola e claro avaliar como já referi no que respeita ao trabalho que é feito, ao desempenho do pessoal docente.

Entrevistadora – Acha que a supervisão pedagógica é aplicada?

E10 – Acho que sim. Acho que esse trabalho é feito pela inspecção que vem à escola ver, analisar o nosso trabalho. Olhe este tema confunde-me as ideias.

Entrevistadora – Quando se refere à supervisão pedagógica está a referir-se à inspecção?

E10 – Sim. A inspecção vem à escola ver o nosso trabalho e deixa directrizes para melhorarmos e daí a dois ou três anos vem à escola outra vez ver o que se fez, se fizemos o que pretendiam.

Entrevistadora – Que relação deverá existir o supervisor pedagógico e o docente supervisionado?

E10 – Deve ser basicamente uma relação de cooperação. Os docentes também têm de cooperar e aceitar aquilo que lhe é transmitido, isto é, praticamente uma atitude de aprendizagem colaborativa.

Entrevistadora – Considera que existem obstáculos à supervisão pedagógica?

E10 – Sim, a resistência dos docentes supervisionados, a resistência à mudança porque quando não se quer aprender não se aprende, mesmo que digam tens de fazer assim, poderás fazer de outra forma, se eu não quiser mudar eu não mudo. A supervisão conduz a resistências da nossa parte face a conflitos que poderão aparecer pelo facto de ela existir.

Também penso que a nível económico, é preciso dinheiro para pagar as horas de quem vem supervisionar, também se não há dinheiro penso que não há supervisão.

Entrevistadora – Encontra outros possíveis obstáculos à supervisão pedagógica?

E10 – Neste momento não.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E10 – Não me preocupa muito. Se houver alguém que me mostre outros horizontes na minha prática isso é ótimo, temos de estar é abertos à mudança e sermos mais inovadores a nível de práticas. O supervisor que deve ser alguém inteligente, flexível, disponível, criativo, inovador e deve conduzir-nos na inovação na escola. A mudança traz sempre uma preocupação, mas é uma coisa saudável.

Acho que isto da supervisão pedagógica é muito difícil. Agora ouve-se falar muito dela, mas sei pouca coisa, será mesmo a inspeção a que me refiro. Mas que confusão vai aqui nesta cabeça (*risos*).

Quero é que seja uma coisa positiva e não negativa para a escola, que nos faça crescer como profissionais de educação para o bem dos nossos alunos, que é isso que interessa.

Importante é que seja o que for a supervisão pedagógica, quem esteja responsável por ela, tenha formação adequada para exercer, seja uma pessoa serena, ponderada, paciente e imparcial no que tiver de fazer.

Tem de haver regras no processo de supervisão, não é cada um faz o que lhe apetece.

Seria importante haver alguma formação para os docentes na área da supervisão pedagógica. Umhas acções de formação para se saber do que se trata mesmo, de modo a responder às expectativas, necessidades e interesses dos docentes.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E10 – Não (*risos*). Sabe uma coisa? Quando entrarmos de verdade neste barco da supervisão pedagógica muita gente se vai afundar (*risos*).

Entrevistadora – Agradeço novamente a sua disponibilidade e garanto a confidencialidade das informações obtidas.

Protocolo da E11

Instituição 11 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 10 de Junho de 2011

Início: 16 horas e 30 minutos

Fim: 16 horas e 49 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados obtidos. Como já referi aquando da ida à escola sou aluna do mestrado em Ciências da Educação na área de supervisão pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. No seu entender o que é supervisão pedagógica?

E11 – [...] Mesmo como o nome diz, é supervisionar. Eu (...) punha mais uma vertente de avaliar o trabalho, no fundo que nós colegas fazemos entre todas, acho que toda a gente supervisiona, qualquer colega supervisiona directa ou indirectamente, acho que todos supervisionamos o trabalho. Todos nós, colegas, equipa pedagógica acho que todos nós supervisionamos. Sei muito pouco sobre o assunto da supervisão, a ideia que tenho vem da minha experiência, pelas interacções com os colegas, do que vou lendo e ouvindo as pessoas dizerem.

Entrevistadora – A supervisão pedagógica não exige um supervisor pedagógico?

E11 – Se não exige? (...) Exige. Mas eu vejo também o supervisor pedagógico como o nosso orientador de estágio. Não sei se (...).Vejo mais a supervisão mais deste lado, uma orientação, uma ajuda.

Entrevistadora – Supervisão pedagógica na formação inicial?

E11 – Supervisão pedagógica na formação inicial e não só. Na formação inicial e também acho que se deve prolongar em todo o percurso profissional (...).

Entrevistadora – Possui alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E11 – Não, não.

Entrevistadora – No seu entender qual deve ser o objectivo da supervisão pedagógica?

E11 – (...) Penso que deve haver uma ajuda, uma interajuda, um aconselhamento, uma crítica sempre numa vertente construtiva (...) para uma melhoria na qualidade do ensino, para o sucesso dos alunos. Eu que já sou educadora de infância a 11 anos, pouco oiço falar da supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Que idade tem? É licenciada?

E11 – 36 anos (*risos*) e tenho uma licenciatura em educação de infância.

Entrevistadora – Exerce outro cargo para além de educadora de infância?

E11 – Neste momento não, mas já fui directora num Infantário público.

Entrevistadora – Durante quanto tempo?

E11 – Durante (...) um ano e meio sensivelmente.

Entrevistadora – Como caracteriza a escola onde trabalha?

E11 – É uma escola a tempo inteiro (...).

Entrevistadora – Quantos alunos, professores e educadores?

E11 – São sensivelmente uns 15 professores do 1º ciclo na sua maioria professores de quadro de escola. Educadoras de infância somos quatro, eu sou quadro de zona pedagógica, uma de quadro de escola e duas contratadas.

Entrevistadora – Quantos alunos?

E11 – Da pré? Temos 50 crianças na pré.

Entrevistadora – E no 1º ciclo sabe-me dizer quantos?

E11 – Deixe-me cá ver. Mais ou menos (*risos*) 90 crianças no 1º ciclo.

Entrevistadora – O seu grupo é constituído por quantas crianças?

E11 – Eu trabalho com um grupo de 25 crianças com idades entre os 4 e os 5 anos. (...) É um grupo desenvolvido, temos três alunos com necessidades educativas especiais. De resto temos alguns com dificuldades de comportamento, mas em termos de desenvolvimento cognitivo são crianças até bastante boas.

Entrevistadora – Como são as condições de trabalho na sua escola?

E11 – As condições de trabalho na escola são boas. Há uma boa interação entre os colegas, (...) funcionamos muito bem com o grupo, com a escola, com as actividades que fazemos ao longo do ano (...).

Entrevistadora – E como caracteriza o meio sócio-económico e cultural envolvente?

E11 – O meio sócio-económico e cultural caracterizava mais como baixo, bastante baixo.

Entrevistadora – Considera que o meio sócio-económico e cultural envolvente, o tamanho do grupo de crianças podem afectar a supervisão pedagógica?

E11 – Pode.

Entrevistadora – Em que medida?

E11 – Parece-me que o meio envolvente à escola pode influenciar em muito, estar num meio rural mais virado para o meio baixo e estar no meio urbano mais virado para o meio médio e alto é diferente, o tipo de trabalho é diferente. O supervisor tem de ver isso.

Numa escola pequena com um corpo docente relativamente pequeno é mais fácil de supervisionar do que numa escola com um corpo docente em número elevado.

Também estar a supervisionar uma educadora que trabalha por exemplo com 16 crianças e outra que trabalha com 25 crianças que é o meu caso, é preciso ter em conta isso, a exigência é outra.

Entrevistadora – Encontra possíveis obstáculos à supervisão pedagógica?

E11 – (...). Sim, a própria comunidade educativa não estar aberta para essa supervisão, não há receptividade por parte da comunidade educativa. Muitas vezes não é vista como uma ajuda, mas como um entrave e (...) muitas vezes dificulta, não é?

Entrevistadora – Encontra outros entraves à supervisão pedagógica?

E11 – Eu, se eu encontro (...) não, não, não vejo.

Entrevistadora – No seu entender qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E11 – Deve ser uma atitude normal. Acho que é não ver como sendo algo que venha prejudicar ou por em causa o trabalho, mas numa de ajuda e de criar novas ideias, novas maneiras de poder resolver qualquer situação.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho na escola?

E11 – Sim, a supervisão contribui para melhorar o trabalho na escola.

Entrevistadora – Em que medida?

E11 – Na medida em que poderá ajudar a que o trabalho se desenvolva melhor e ajudar nas necessidades que as próprias escolas sentem, ou o próprio grupo de crianças sente, dando-nos ferramentas para nós podermos ultrapassarmos alguns obstáculos (...).

Entrevistadora – Será possível inovar com a supervisão pedagógica?

E11 – Sim, penso que sim.

Entrevistadora – Como?

E11 – (...) Como é que se pode inovar? Pode-se inovar nas nossas práticas com a ajuda do supervisor porque se calhar tem outras ferramentas que nós no dia-a-dia podemos não estar tão receptivos a elas provavelmente.

Entrevistadora – Que competências deve o supervisor pedagógico possuir?

E11 – Competências (...). Deixe-me pensar antes que diga alguma asneira. Acho que a principal competência acaba por ser o avaliar.

Entrevistadora – Avaliar o quê?

E11 – (...) Avaliar de um modo geral, o próprio professor ou educador, o próprio grupo de crianças. O supervisor tem de ser alguém muito competente no que faz, capaz de comunicar, analisar, observar, e conseguir pôr-se no lugar do supervisionado.

Entrevistadora – E que conhecimentos deve o supervisor pedagógico possuir?

E11 – O supervisor deve ser em princípio um professor ou educador com formação especializada na supervisão pedagógica, flexível, culto, disponível, criativo, paciente, idóneo. Deve ter conhecimentos acerca da formação quer do professor quer do educador, das características do grupo de crianças, do meio onde está inserido, da escola em si, das características individuais dos professores e educadores.

Entrevistadora – Deverá ser alguém externo ou interno à escola?

E11 – (...) Bem isso aí, acho que traz vantagens e desvantagens ser interno ou externo. Interno acaba por se aperceber melhor se calhar das dificuldades do grupo, quando eu digo grupo é da escola em si, uma desvantagem é que muitas vezes já está, não queria utilizar bem esta palavra, “viciada” que também pode não ser uma ajuda, pode ser também um entrave. Sendo de fora, (...) trazendo outras maneiras de pensar outras realidades poderá muito mais facilmente ajudar, mas também pode não ajudar na medida em que não está receptivo à dificuldade ou às competências daquela escola.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E11 – Olhe, gostava que os supervisores fossem divididos conforme a área, ou seja devia haver supervisores do pré-escolar que acho que deviam ser educadores de infância e que já trabalharam directamente no terreno, e para o 1º ciclo exactamente professores do 1º ciclo, que já tivessem prática, já trabalhassem no directo a algum tempo, deveriam ter um mínimo de tempo de serviço estipulado, um tempo mínimo de serviço no directo. Acho que era importante serem pessoas experientes a supervisionar.

Entrevistadora – Tem mais alguma expectativa ou preocupação?

E11 – (...) Não, não. Acho que a expectativa que eu tenho é que venha, que sempre não se crie aquele estigma de que o supervisor é alguém que vem com intenção de prejudicar o nosso trabalho ou que não vem ajudar. Muitas vezes nós temos aquela noção de quando vem a inspecção, nós ficamos receosas, mas acho que não, cada um deve se sentir à vontade, fazer o seu melhor e quando um supervisor se apresentar na escola devemos agir naturalmente e também haver esta interajuda entre o supervisor e neste caso o educador. Não me preocupa nada que venha a supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Falou agora de inspecção. Considera que a supervisão pedagógica é a inspecção?

E11 – (...) Confunde-se um bocado, mas acho que não. O supervisor é diferente do inspector, penso eu (*risos*).

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E11 – Não, não (*risos*).

Entrevistadora – Então agradeço novamente a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E12

Instituição 12 pertencente à freguesia 5 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 13 de Junho de 2011

Não gravada

Início: 11 horas

Fim: 12 horas e 35 minutos

Entrevistadora – Bom dia. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Como é do seu conhecimento sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

E12 – Olhe, não leve a mal, estou disponível para a entrevista mas não quero que a mesma seja gravada, mas pode escrever tudo o que eu disser. Fiquei com a ideia de que quando cá veio a entrevista não seria gravada.

Entrevistadora – Está bem, não há qualquer problema, registarei o que disser. Peço que comece por apresentar-se.

E12 – Sou educadora de infância, fiz o bacharelato primeiro e só depois a licenciatura. Já tenho 50 anos e trabalho a 26 anos. Pertencço ao quadro de escola daqui. Já estou nesta escola desde 1999 e gosto de cá estar, há um bom ambiente entre todos. Temos boas condições na escola, pois esta foi renovada. Na pré trabalhamos as três salas trabalham em conjunto. Tenta-se que haja sempre uma articulação com o 1º ciclo, através das extra-curriculares.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E12 – Não. Olhe, nem fazia parte da formação inicial em 85.

Entrevistadora – Já exerceu algum cargo para além de educadora de infância?

E12 – Sim, já fui directora durante 8 anos, logo que acabei o curso.

Entrevistadora – Como caracteriza o meio sócio económico e cultural envolvente?

E12 – Olhe, o meio sócio económico e cultural já foi pior. Neste momento com a abertura de uma outra escola aqui perto, grande parte dos alunos típicos dos bairros desceu para lá. O meio é médio baixo.

Entrevistadora – Quantos professores do 1º ciclo, educadores de infância e alunos cá nesta escola?

E12 – É uma escola relativamente grande, penso que somos a escola do concelho com mais alunos, são 325 alunos, 34 professores do 1º ciclo e 4 educadoras de infância.

Entrevistadora – E quanto ao seu grupo de crianças?

E12 – São 25 crianças com 5 e 6 anos, refira-se que duas crianças já fizeram 7 anos, pediram no ano passado adiamento de matrícula porque têm muitas dificuldades de aprendizagem.

É um grupo bastante bom a todos os níveis. É um grupo interessado e participativo. Os pais das crianças participam muito ao longo do ano, nas actividades que sugerimos ou por iniciativa deles. Trazemos os pais à escola porque eles são parte integrante e deverão ser as partes mais interessadas.

Entrevistadora – E o que me pode dizer relativamente à temática que lhe apresento: supervisão pedagógica?

E12 – Penso que a supervisão pedagógica deverá ser um trabalho de apoio e não de crítica. Ouvimos falar que a supervisão pedagógica vem e que diz que tudo está mal na escola e que é preciso fazer um plano de melhoria.

Entrevistadora – Quem faz essa supervisão pedagógica?

E12 – Não sei, é a inspectora que vem à escola.

É uma coisa ocasional, veio a esta escola em Novembro de 2010, mas já cá não vinha a muito tempo. É alguém da secretaria da educação que vem fazer a supervisão pedagógica ou melhor dizendo a inspecção.

Deverá ser educadora para o pré-escolar porque os professores do 1º ciclo às vezes estão a leste do que se faz no pré-escolar. Se vem inspecionar a pré deveria ser educadora porque está dentro do trabalho que é realizado.

Tem de ter formação na área da supervisão pedagógica e ser educadora. Tem de ter sempre em conta ajuda, ajuda e não crítica.

Ajuda e apoio para melhorar o trabalho pedagógico a nível de articulação, na elaboração do projecto curricular e nas planificações que se faz. Este deverá ser o objectivo da supervisão pedagógica.

Falo pela minha experiência, pela realidade que acontece. Mas sabe uma coisa que aconteceu em Novembro quando a inspecção cá veio? Não quis saber de ir à sala ver o trabalho que se estava a fazer, importou-se só com o projecto curricular de grupo. Pode ser um trabalho muito bem feito na sala, mas o que interessa é o papel.

Vieram cá e não ajudaram em nada, acredite que é verdade!

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada a supervisão pedagógica?

E12 – Olhe, parece-me que a supervisão pedagógica é aplicada nos gabinetes. Inspecção que é igual a supervisão é o que se tem tido até agora.

Entrevistadora – Encontra obstáculos à supervisão pedagógica?

E12 – Não vejo qualquer obstáculo à supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Deverá ser alguém interno ou externo à escola?

E12 – Alguém de dentro da escola eu não concordo que seja porque sabemos como funciona.

Deverá ser alguém de fora da escola, mas seja quem for tem de vir no sentido de apoiar, “está mal vamos ver como se faz”, tem de ser neste sentido.

Entrevistadora – Que competências deverá o supervisor pedagógico possuir?

E12 – Avaliação, mas sempre uma avaliação construtiva com base numa análise das situações diárias, num, acompanhar, sugerir, orientar, questionar o educador ou professor na prática.

Estamos numa época em que o profissional que sabe escrever e florear é que está bem, mesmo que este não faça nada com as crianças.

Tem de ser alguém experiente, pode ter menos serviço do que a pessoa que vai supervisionar, não vejo qualquer problema.

Entrevistadora – Que conhecimentos deverá o supervisor pedagógico possuir?

E12 – Deverá ter conhecimentos na área da supervisão pedagógica, do grupo de crianças que está a supervisionar, do meio sócio económico e cultural onde está a escola para que possa supervisionar melhor.

Tem de ser uma pessoa disponível, aberta, sociável, isenta. Porque se não for isenta, for amiga de uma ou de outra, “vamos tramar aquela pessoa”.

Entrevistadora – Que relação deverá existir entre o supervisor pedagógico e o educador ou professor supervisionado?

E12 – Deverá ser uma relação amiga, isenta e justa. Com base na confiança.

Entrevistadora – E qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E12 – Sem dúvida uma postura aberta, mas não no sentido de ver o supervisor como um inimigo.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar?

E12 – Vamos esperar que a supervisão pedagógica sirva para melhorar porque caso contrário não vale a pena existir a supervisão pedagógica. Claro que se for vista como um apoio vai melhorar de certeza. Sabemos que ninguém é perfeito.

Entrevistadora – Será possível inovar com a supervisão pedagógica?

E12 – Claro que é possível inovar com a supervisão pedagógica, mas isso depende do apoio que nos vão dar. Vamos inovar nas nossas práticas.

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas ou preocupações em relação à supervisão pedagógica?

E12 – A minha preocupação é como já lhe disse, perante uma inspeção quem faz um bom trabalho e não tem jeito para escrever, vai sair prejudicado e penalizado de certeza. O supervisor tem de ajudar com humildade e perceber bem as coisas, porque além de ser supervisor deverá ser também um cidadão consciente, culto e que tem uma responsabilidade enorme no sucesso dos alunos, na qualidade de ensino na escola. Terá de informar os supervisionados, orientar, sugerir e avaliar no fim.

Quanto às expectativas, queremos sempre acreditar que vai melhorar tudo, a vida na escola para bem dos nossos alunos.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E12 – Não. Já disse tudo. Sabe este assunto é complicado de se abordar, porque não se sabe quase nada dele (*risos*). O que lhe disse foi tendo em conta a minha experiência profissional, o que oiço os colegas a dizer.

Parece-me que era preciso que existisse formação sobre a supervisão pedagógica para todos os professores e educadores, é uma necessidade do sistema de ensino actual, de forma a que a escola se encontre a si mesma nesta fase tão incerta.

Entrevistadora – Agradeço novamente a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade das informações obtidas.

Protocolo da E13

Instituição 13 pertencente à freguesia 5 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 13 de Junho de 2011

Início: 13 horas e 30 minutos

Fim: 13 horas e 40 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho. É garantida a confidencialidade dos dados. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola, sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica. Estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. No seu entender o que é supervisão pedagógica?

E13 – Para mim supervisão pedagógica é todo o trabalho que é feito, no sentido de melhorar a prática pedagógica daqueles que estão no activo. É assim que eu entendo a supervisão pedagógica, realizada por profissionais que vêm à escola, na formação contínua, que nos ajuda a melhorar e a continuar o nosso trabalho no dia-a-dia.

Entrevistadora – Quem são esses profissionais?

E13 – (...) Podem ser os inspectores, podem ser formadores (...) do gabinete ou da secretaria de educação e que nos ajudam no nosso trabalho. Um professor ou educador com formação na área da supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Que competências e conhecimentos devem possuir?

E13 – Sem dúvida experiência profissional reconhecida, mérito naquilo que fazem para serem capazes de fazer bem o trabalho e alguma flexibilidade para compreender diferentes metodologias e diferentes conceitos da educação.

Entrevistadora – Quais as funções atribuídas ao supervisor pedagógico?

E13 – Olhe, isso saberia lhe responder melhor se eu fosse supervisora pedagógica, aquilo que eu vejo na prática, o supervisor pedagógico vem (...) verificar se a parte burocrática das escolas está em dia, (...) é só isso que eu vejo.

Entrevistadora – Tem alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E13 – Não tenho.

Entrevistadora – Pode identificar-se?

E13 – Quer o meu nome completo?

Entrevistadora – Não é necessário.

E13 – Sara.

Entrevistadora – Que idade?

E13 – Tenho 34 anos, sou licenciada em educação de infância pela Escola Superior de Educação São João de Deus.

Entrevistadora – Quantos anos de serviço?

E13 – Nove anos de serviço, trabalhei seis anos no particular, dois como requisitada, porque já era vinculada e agora trabalho numa escola básica do primeiro ciclo com pré-escolar. Trabalho já aqui a três anos e sou quadro de zona pedagógica.

Entrevistadora – Quantas educadoras aqui na escola?

E13 – Quatro educadoras.

Entrevistadora – E professores?

E13 – Por volta de vinte professores.

Entrevistadora – Alunos?

E13 – Duzentos alunos (*risos*).

Entrevistadora – E quais as condições de trabalho, aqui na escola?

E13 – Olhe, aqui na escola tenho todas as condições para trabalhar, a liga de pais funciona, auxilia na parte que é, que é imprescindível que são os recursos materiais e depois a nível de equipa pedagógica também tenho muita sorte tenho uma equipa que funciona, uma auxiliar que sabe as suas funções e conhece o seu lugar, não interfere no

meu trabalho, pelo contrário, ajuda-me e completa e, acho que tenho todas as condições para trabalhar aqui.

Entrevistadora – E quanto ao seu grupo de crianças?

E13 – Tenho um grupo de vinte e seis crianças, heterogéneo, com crianças desde dos três, quatro, cinco, seis e uma de sete, são quinze raparigas e quinze rapazes, quinze não, treze, treze raparigas e treze rapazes, (...) nível socioeconómico médio baixo, (...) aqueles que são médio pertencem são tais como lhe disse são professores, de funcionários públicos, mais a classe mais baixinha são ou filhos de empregadas domésticas, pescadores, pintores ligados a construção civil, (...) assim mais ou menos.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica é aplicada actualmente?

E13 – Olhe, eu acho que numa primeira instância a supervisão pedagógica é aplicada actualmente, depois na verificação daquilo que foi proposto e que foi corrigido, não, acho que não.

Entrevistadora – Porquê?

E13 – Olhe, gostava de lhe poder responder, mas não sei, penso que, não sei, acho que qualquer coisa que falha no caminho, que isto funciona mais como um processo intimidatório do que propriamente, como um processo de construção de uma escola melhor.

Entrevistadora – Então a supervisão pedagógica é a inspecção?

E13 – Aquilo que eu sinto, é. É, é a inspecção, é a única, é o único meio de supervisão pedagógica que eu vejo hoje em dia.

Entrevistadora – Qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e os docentes que vão ser supervisionados?

E13 – Acho que deve ser uma relação de continuidade, não uma relação pontual em que as pessoas chegam e quase que é sentido como, se vem um polícia a escola, não, acho que a supervisão, no meu entender, a supervisão pedagógica faria sentido num acompanhamento, não digo diário, mas num acompanhamento regular ao longo do ano em que as pessoas falassem e conversassem e que acrescentassem mais-valias uma a outra quer por parte dos inspectores quer por parte dos educadores, acho que tem de ser uma relação, de cumplicidade e não de policiamento.

Entrevistadora – E qual será a postura dos docentes, perante essa supervisão pedagógica?

E13 – Penso que os docentes têm de ser também uma postura de receptividade, não pode ser uma postura nem de medo, nem de esconder, nem de fazer só para mostrar tem que ser uma postura de receptividade. Eu tenho que estar receptiva também para aprender e melhorar o meu trabalho, não sou perfeita, pelo contrário e estou pronta para aprender agora, mas tem de ser alguém que me venha ensinar alguma coisa, não pode vir aqui cheio de arrogâncias e de (...) uma postura intimidatória e a partir daí as coisas já não resultam, acho que a inspecção deve de funcionar sim, uma postura de cumplicidade e juntos construir numa escola melhor esse o objectivo na minha opinião.

Entrevistadora – Então, considera que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho na escola?

E13 – Só se for feita nos moldes referidos é que a supervisão pedagógica poderá contribuir para a melhoria do trabalho na escola, mas se for feita neste processo como eu tenho visto até agora em que as pessoas vêm numa postura arrogante, pouco simpática, pouco solidária com os colegas, porque os inspectores não são mais do que também professores e educadores, (...) se deixarem de vestir essa capa de arrogância e vierem numa postura de contribuir para um trabalho melhor, numa postura de vamos todos aprender e corrigir os nossos erros, aí sim, eu acho que a inspecção era bastante positiva, mas neste momento não é!

Entrevistadora – Acha que com a supervisão pedagógica é possível inovar?

E13 – Sim, com a supervisão é possível inovar, se for nesta perspectiva de trabalho contínuo, acho que sim. Acho que é sempre possível inovar, é por isso, é salutar o trabalho com outras pessoas porque aprendemos e evoluímos a coisa nova todos os dias surgem coisas novas e acho que a inspecção tinha que fazer não faz formação, não tem acesso a essas coisas ou porque não querem ou não podem e a inspecção também deveria trazer essa luzinha no fundo do túnel e acho que não é isso que acontece.

Entrevistadora – Encontra obstáculos a supervisão pedagógica?

E13 – Os obstáculos são também, são há pessoas também, também entendo do lado dos docentes também há pessoas que não gostam ver o seu espaço, consideram a sala como sua e não gostam de ver esse seu espaço invadido, como a minha sala e a da minha colega, está aberta, não entendo como um obstáculo, pelo contrário qualquer pessoa é

bem-vinda a minha sala, não é minha, é um trabalho de equipa, está aberta, é da comunidade escolar, esta aberta a quem quiser evoluir, mas também é como eu digo, tem de acrescentar alguma coisa, acho que também tenho que sentir que essa pessoa vem numa postura de receptividade, não vem numa perspectiva de policiamento, de ameaçá-lo.

Entrevistadora – Encontra outros obstáculos?

E13 – Encontramos muitos, encontramos às vezes, também encontramos directoras incompetentes, encontramos uma comunidade escolar pouco receptivas, pouco ciente do que é o trabalho no pré-escolar, que é o meu caso, com poucas expectativas, e isso é um impedimento ao nosso trabalho, as pessoas poucas expectativas ao trabalho que se faz no pré-escolar, é um grande impedimento para mim.

Entrevistadora – Encontra outros obstáculos?

E13 – Financeiros, por exemplo, hoje em dia já é muito difícil, nós vivemos, por exemplo, nos aqui, como eu disse-lhe, tenho todos os meios para trabalhar, mas por exemplo, quem financia os recursos matérias da minha escola muito, grande parte é o Pingo Doce, os meus miúdos trabalhos com papel do Pingo Doce, todo ele, a liga de pais ajuda também é uma grande mais-valia, mas eu dependo muito da caridade de patrocinadores, entre aspas, de mecenas que ajudam voluntariamente a escola, e isso também é um impedimento ao meu trabalho.

Entrevistadora – Tem alguma preocupação em relação a supervisão pedagógica?

E13 – Não tenho nenhuma preocupação relativamente à supervisão pedagógica, são todos bem-vindos a minha sala.

Entrevistadora – Expectativas?

E13 – As melhores, espero que as pessoas compreendam que a inspecção não são polícias, polícia tem o seu trabalho acho que a inspecção tem outro.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar a temática apresentada?

E13 – Olhe, que acrescento que seja uma mais-valia para este grupo que, que acrescento realmente a inspecção venha contribuir daqui a uns tempos para melhorar a nossa pratica pedagógica que é isso que espero também.

Entrevistadora – É garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas e agradeço a sua disponibilidade.

E13 – De nada. Disponha.

Protocolo da E14

Instituição 14 pertencente à freguesia 5 do concelho de Câmara de Lobos

Não gravada

Dia: 13 de Junho de 2011

Início: 16 horas

Fim: 17 horas e 30 minutos

E14 – Boa tarde. Se não se importa, estive a pensar melhor e não gostava que a entrevista fosse gravada. Importa-se?

Entrevistadora – Boa tarde. Como queira. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Como é do seu conhecimento sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Peço que comece por identificar-se.

E14 – Sou educadora de infância, tenho 43 anos de idade, 21 anos de serviço e pertencço quadro de escola. Fiz o bacharelato na minha altura e só mais tarde os complementos em Ciências da Educação. Já fui directora 6 anos, 2 anos no ensino particular e 4 anos no ensino público. Foi uma boa experiência.

Entrevistadora – E quanto à sua escola, o que pode dizer?

E14 – É uma escola com boas condições físicas, temos uma equipa docente que funciona bem. Neste momento a maior dificuldade reside em termos de materiais pedagógicos porque o dinheiro não abunda.

É uma escola que tem muitas áreas e parece-me que tem poucos materiais de limpeza para o tamanho das áreas.

Um ponto negativo nesta escola é o facto de ser um edifício construído em altura e é pouco funcional. Por exemplo, quando temos educação física as crianças sobem do 1º andar até ao 4º andar.

A escola tem à volta de 150 alunos, sendo que na pré dos 3 que é a minha sala tem 15 crianças, a pré dos 4 tem 18 crianças e a pré dos 5 tem 20 crianças.

Aqui trabalham 15 professores do 1º ciclo, na sua maioria professores do quadro de escola, sinal que cá gostam de estar, desde que cá estou não houve muitas mudanças no pessoal docente.

Entrevistadora – Como caracteriza o seu grupo de crianças?

E14 – É um grupo pequeno, 9 raparigas e 6 rapazes. As crianças têm 3 anos e frequentam o pré-escolar pela primeira vez. Em termos de desenvolvimento é um grupo homogéneo. Nota-se uma evolução própria da idade, sendo que evoluíram muito a nível da linguagem. No início do ano lectivo achei que era um grupo com pouca estimulação em casa.

Entrevistadora – E quanto à temática que lhe apresento: supervisão pedagógica. O que me pode dizer sobre a mesma?

E14 – Parece-me que a supervisão pedagógica pode ser a nível de direcção como a nível de inspecção. Acho que fica entre as duas vertentes.

Entrevistadora – E qual deverá ser o objectivo da supervisão pedagógica?

E14 – Será talvez controlar, ou seja, verificar todo o trabalho pedagógico, orientando para que o trabalho se reflecta positivamente nos alunos, que é a principal razão do trabalho.

Quando o objectivo da supervisão pedagógica é fiscalizar e não colaborar, não sei se não era melhor focarem nos gabinetes.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica é aplicada?

E14 – Acho que é aplicada na medida do possível porque é tanta a burocracia, pela minha experiência de directora. O tempo que fica não é o ideal, fica aquém das necessidades reais. O tempo é um obstáculo à supervisão pedagógica, na medida em que o trabalho burocrático ocupa muito.

Não sei até que ponto a habituação a determinadas formas de trabalho podem ser um entrave à mudança para um melhor trabalho pedagógico. Os hábitos, as rotinas são um entrave à supervisão pedagógica.

Quer queira quer não, com a sobrecarga de trabalho, reflecte-se nos professores e educadores o excesso de burocracia, faltando estímulo à inovação e investimento no trabalho pedagógico, pois não existe motivação por parte dos professores e educadores.

Entrevistadora – Considera que a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escola?

E14 – Pode levar à inovação se não se revestir apenas de um carácter inspectivo. Se a supervisão pedagógica adquirir um carácter de ajuda, de apoio ao trabalho pedagógico, se for por este caminho contribui para a inovação a nível de práticas.

Se tiver apenas a vertente de inspecção não será um estímulo, vai castrar um pouco, se só apontar os aspectos negativos e não ajudar a alargar os horizontes.

Sabe uma coisa, parece-me que a supervisão pedagógica é uma tarefa complexa, porque todo o trabalho com pessoas com personalidades diferentes, diversos hábitos de trabalho torna o processo supervisiivo complexo e difícil.

O supervisor tem de ter em conta que cada pessoa e o que serve para uma pessoa não serve para todos.

Entrevistadora – Quem deverá ser o supervisor pedagógico?

E14 – Um professor ou educador de infância com formação na área da supervisão pedagógica. Não concebo que não seja uma pessoa que não tenha tido experiência directa numa escola, um professor ou educador estará apto a ser supervisor.

Tem de ser uma pessoa empática, disponível, criativa, paciente, isenta, justa, equilibrada, flexível, inteligente e que saiba aquilo que está a fazer.

Entrevistadora – Que competências deve o supervisor pedagógico possuir?

E14 – Acima de tudo o colaborar, orientar, avaliar contribuindo para a melhoria do trabalho na escola. Pedagogicamente a avaliação tem um papel importante pois só assim se pode melhorar. Ao supervisor compete observar, analisar o contexto onde se insere a supervisão pedagógica, o meio, os docentes, os alunos, o currículo. A maneira como o supervisor comunica com os docentes é muito importante.

Entrevistadora – Que conhecimentos deve o supervisor pedagógico possuir?

E14 – Para chegar a uma escola o supervisor tem de conhecer minimamente o meio, o grupo de crianças, o currículo, as características das pessoas que está a supervisionar. Se não conhecer o contexto não será um trabalho rentável. O contexto tem uma carga demasiado grande.

Entrevistadora – Que relação deverá existir entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados?

E14 – Lá está! A relação não poderá ser igual para todos, lá está, conhecendo o supervisionado a relação terá de se adequar.

Deverá haver uma relação de cooperação, abertura, confiança para que a supervisão pedagógica dê bons frutos.

Se há casos em que o carácter de fiscalização terá de existir, noutros casos, trabalhando muito nem sempre se faz notar.

Entrevistadora – E qual deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E14 – Desde que a supervisão pedagógica tenha como objectivo sustentar o trabalho pedagógico deve ser uma postura de aceitação e humildade.

Entrevistadora – Quais as suas preocupações ou expectativas em relação à supervisão pedagógica?

E14 – Preocupa-me que mesmo quando fazemos formação contínua chegamos à conclusão de que as coisas mudam e não estamos a par da evolução. A nível da supervisão pedagógica sucede o mesmo, parece-me que ninguém sabe verdadeiramente o que é. Precisávamos de formação nesta área da supervisão pedagógica.

Quanto às expectativas, parece-me que a escola continua igual desde sempre e há que mudar alguma coisa, talvez através da supervisão pedagógica. Terá de haver mudanças de paradigmas, tal como o autor Khun dizia. Práticas inovadoras para melhorar a qualidade de ensino, para tal o supervisor tem de ser alguém inovador e levar a que os docentes cresçam como pessoas e como profissionais, para bem dos alunos.

Entrevistadora - Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E14 – Não sei mais o que lhe dizer.

Entrevistadora – Agradeço a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E15

Instituição 15 pertencente à freguesia 4 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 16 de Junho de 2011

Início: 8 horas

Fim: 9 horas e 21 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Como é do seu conhecimento sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica e estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. O que entende por supervisão pedagógica?

E15 – Olhe, parece-me pelo que oiço dizer aqui e acolá, pela minha experiência profissional que se trata de uma coisa que ainda não está implementada nas escolas, mas que será implementada brevemente. É uma necessidade a sua vinda para as escolas. Não é a mesma coisa que a inspecção porque a inspecção já existe na escola, é algo diferente da inspecção.

Acho que será um processo em que alguém, um professor ou educador consoante o nível que vai supervisionar, está bem informado e tem experiência para nos apoiar na nossa prática. Esse alguém nos fará pensar, reflectir acerca da nossa prática para que se possa crescer profissionalmente para bem de todas as nossas crianças. De certeza que com um apoio seguro melhoraremos o trabalho na escola, quer qualitativamente quer quantitativamente. O objectivo da supervisão será melhorar o desenvolvimento da escola e a qualidade do ensino.

Entrevistadora – Considera que esse alguém é o supervisor pedagógico? Interno ou externo à escola?

E15 – Sim, sim, pode dizer-se que se trata do supervisor na escola. Interno ou externo, deixe-me ver. Olhe se for interno conhecerá a sua escola, a equipa pedagógica, o meio e desempenhará melhor o seu papel de informar, sugerir, problematizar e avaliar. Mas aqui nesta última fase, avaliar, pode surgir a dificuldade de ser isento no processo de supervisão pedagógica.

Se for alguém externo pode ser uma pessoa mais isenta, imparcial quando tiver de avaliar, que será esta parte que a maior parte dos professores e educadores dará mais importância, para efeitos de progressão na carreira.

Olhe, eu como sou educadora contratada e da bolsa do concelho, vou substituir em todas as escolas, até me parece que deve ser alguém externo à escola, porque senão quem não tem uma sala será prejudicado.

Eu como serei avaliada? Nunca estou muito tempo numa escola por isso isto preocupa-me, mas espero que o pessoal responsável pela implementação da supervisão nas escolas tenha em consideração todas as situações, para que não haja injustiças.

Entrevistadora – Não tem grupo de crianças?

E15 – Não, é como já referi, vou substituir a qualquer escola quando necessário e quando não tenho de substituir fico na minha escola a dar apoio.

Entrevistadora – Que idade tem? Quanto tempo de serviço?

E15 – Tenho 32 anos e só trabalho a 6 anos. Tenho uma licenciatura em educação de infância.

Entrevistadora – Quantos alunos tem na escola onde fica quando não substitui? Quantos professores e quantos educadores?

E15 – Temos 200 crianças, 75 na pré e 125 no 1º ciclo. Temos 19 professores, e para além de mim temos mais 6 educadoras, 2 contratadas, 2 de quadro de zona pedagógica e 3 de quadro de escola.

Estou numa escola com boas condições físicas e com um bom ambiente.

Sabe uma coisa, a supervisão ao vir para as escolas tem de ser uma coisa bem pensada, tem de ser dada formação contínua aos educadores e professores para que se saiba com o que se irá contar. E também me parece que o supervisor, quer seja interno ou externo

como já disse antes, deverá ter formação especializada na área da supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Possui alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E15 – Eu não tenho nenhuma formação nessa área, mas acho que bem precisava de saber mais umas coisinhas sobre o assunto.

Não vou ser supervisora de certeza, mas a pessoa que for supervisor terá de ter obrigatoriamente formação na área para desempenhar as funções melhor. Irá fazer a avaliação do desempenho que tanto nos preocupa, porque vai ter de acabar a ponderação curricular só com base nas formações que se faz, nos cargos que se desempenha.

Entrevistadora – Desempenha algum cargo para além de educadora de infância?

E15 – Não. Quando me referia a cargos referia-me ao director de escola, que dá mais pontuação na avaliação da ponderação curricular.

Entrevistadora – Acha que o director de escola será o supervisor pedagógico?

E15 – Não sei, quem sabe? Ele administra a escola, também supervisiona e observa tudo. Não sei. Só ser é que quem quer que seja tem de ser alguém preparado porque a supervisão pedagógica será uma tarefa complexa.

Tem de ter uma visão, um olhar que abranja tudo e todos, a comunidade envolvente, os alunos, os educadores e professores, o currículo.

Alguém que seja um modelo exemplar se é que se pode assim dizer, que preste atenção a tudo. Os educadores e os professores terão de sentir nesse alguém, que não se sabe quem será, um verdadeiro apoio, que dialoga connosco, nos respeita pelo que somos e pelo que fazemos apesar de não sermos perfeitos e errarmos, confia em nós e está sempre presente e disponível quando for necessário.

Tem de haver uma relação de companheirismo entre esse alguém, supervisor, e os educadores e professores, que nos faça sentir ainda mais entusiasmo pela nossa profissão, que nos faça que tomemos ainda mais consciência da nossa responsabilidade no sucesso das nossas crianças, o que com a situação actual da desvalorização da classe docente será uma tarefa difícil e complexa da supervisão.

Olhe, o supervisor terá de ser uma pessoa motivada capaz de nos motivar e fazer com que não se tenha medo dos resultados da supervisão pedagógica, este serão entraves com certeza, se houver desmotivação e medo vai ser complicado.

Tem de haver compromisso de ambas as partes, um espírito de equipa, bom senso, ponderação, paciência, profissionalismo e acima de tudo um sentido de dever do que tem de ser mesmo feito.

Entrevistadora – Considera que nesse sentido de dever a que se referiu surgirão conflitos?

E15 – Olhe, muitos conflitos vão surgir entre o supervisor e os supervisionados, e mesmo só entre os supervisionados por causa da avaliação.

Muito stress também. Mas sem dúvida acredito que o supervisor pedagógico terá de ser capaz de resolver isso através dos conhecimentos que deverá possuir. Tem de com a sua calam e humildade saber fazer isso, fazer uma análise das situações e comunicar.

Entrevistadora – Será a supervisão capaz de promover processos de mudança no ensino?

E15 – Claro que sim, mas só com uma relação aberta entre os envolvidos. Tem de haver disponibilidade, tempo e vontade para se mudar nas escolas, deixarmos de ensinar de forma tão tradicional e inovar nas nossas práticas para que haja mais qualidade no ensino, para bem das nossas crianças. Com uma ajudinha do supervisor conseguiremos promover processos de mudança no ensino, ou seja, inovação no ensino.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa a acrescentar em relação à temática apresentada?

E15 – Parece-me importante dizer que na supervisão pedagógica há que se ter em conta as características individuais de quem será supervisionado porque somos todos diferentes, o tamanho da escola onde se supervisionado, se o grupo de crianças é pequeno ou grande, como é o meio envolvente à escola. Tendo tudo isto em conta o supervisor deverá ser capaz de adequar o estilo de supervisão pedagógica porque somos todos diferentes e trabalhamos de maneiras diferentes, isto não pode ser nunca esquecido. Espero que a implementação da supervisão pedagógica seja uma coisa positiva.

Entrevistadora - Agradeço novamente o seu contributo e é garantida a confidencialidade de todas as informações recolhidas.

Protocolo da E16

Instituição 16 pertencente à freguesia 5 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 16 de Junho de 2011

Início: 11 horas

Fim: 11 horas e 13 minutos

Entrevistadora – Bom dia. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica. Estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Peço que comece por identificar-se, por caracterizar o meio sócio económico e cultural.

E16 – [...] Ehhh, bem, a escola está inserida em Câmara de Lobos, que tem como principal actividade a pesca. Tem grandes problemas sociais (...), uma população de baixo nível sócio-económico e cultural. A maioria destes alunos reside nos bairros próximos, que é o bairro da Palmeira e o bairro do Espírito Santo e provêm de diferentes níveis sociais, mas essencialmente, a maior parte depende de subsídios de inserção do Governo, se é assim como se chama. As condições menos dignas em que a maior parte destes alunos vive não são devido a falta de meios mas devido a falta da organização dos fundos que eles recebem. E relativamente a formação académica da maior parte destes familiares não chega ao 1º ciclo.

Entrevistadora – E quanto a si?

E16 – Ahh quanto a mim (...) sou educadora, tenho 43 anos, licenciada em Educação da Infância aqui na UMa em 2002, tenho 22 anos de serviço completos. Sou educadora do quadro desta escola.

Entrevistadora - Já exerceu algum cargo para além de educadora de infância?

E16 – Cargos normais, cargos de educadora cooperante, delegada sindical e apoio individualizado a crianças, antigamente nós também fazíamos o apoio individual a crianças com necessidades educativas especiais.

Entrevistadora – E quanto ao seu grupo de crianças?

E16 – Quanto ao meu grupo de crianças, tenho (...) este grupo desde o início do ano sofreu várias alterações, uns desistiram, outros foram transferidos e outros entraram. A última criança que entrou foi em Fevereiro, tenho 18 crianças dos 5 aos 6 anos. São 6 meninas e 12 rapazes, tanto é um grupo que em termos, de (...) comportamento é muito activo, os rapazes são muito amigos entre eles mas são muito activos e brigam muito, é um grupo muito complicado nesse aspecto. Além desses 18 falta também acrescentar mais um rapaz da unidade especializada, que tem 7 anos que frequenta a sala um vez, de vez em quando, um vez por semana. Vão todos para o 1º ciclo, está um referenciado para o ensino especial. (...) Temos 4 crianças mais novas que fazem, anos em Novembro e Dezembro, tem muita imaturidade, muita falta de concentração nas actividades, mas a nível geral são crianças que têm muita boas competências, a níveis de matemática e de linguagem são muito bons a nível geral, muito interessados, gostam de aprender, (...) à excepção a nível comportamental é muito complicado mas a nível geral têm muito boas capacidades.

Entrevistadora – Quantos alunos, quantos professores e quantos educadores na escola?

E16 – Na escola, tem (...) alunos 310, são 250 da pré e do 1º ciclo e 60 do ensino recorrente. (...) 28 professores, não sei se quer discriminar.

Entrevistadora – A maioria é contratado, quadro de zona, quadro escola?

E16 – É um corpo docente estável, a maioria é de quadro de escola, não sei o número certo, depois tem alguns de zona pedagógica e contratados tem poucos, contratados deve ter uns 4 ou 5. É uma boa escola, com excelentes condições de trabalho.

Entrevistadora - Quantas educadoras?

E16 - Quatro educadoras.

Entrevistadora - Contratadas, quadro escola, quadro zona pedagógica?

E16 – Duas de quadro de escola, uma de zona pedagógica e uma contratada.

Entrevistadora - Quantas crianças na pré?

E16 – Na pré, à volta de, 20, 40, 60, 62.

Entrevistadora - E quanto a temática que lhe a apresento: supervisão pedagógica. Que entende por supervisão pedagógica?

E16 – Para mim (*risos*) supervisão pedagógica é uma orientação da nossa prática que deve vir desde a formação inicial até pela vida fora. Eu pelo menos já tive duas vezes e assim entendi que eles vinham para aqui para me orientar, para me, para orientar a minha prática pedagógica, é assim que eu considero.

Entrevistadora - Quem vinha orientar essa prática pedagógica?

E16 – As inspectoras.

Entrevistadora - Então a supervisão pedagógica é inspecção?

E16 – A supervisão pedagógica não é só inspecção, porque a inspecção tem diferentes níveis, inspecção pode ser só para a escola, já tivemos a inspecção só da parte da papelada da directora, já tivemos essa inspecção e há a inspecção pedagógica mesmo, aí já é diferente mas é chamada a inspecção.

Entrevistadora - Qual é o objectivo da supervisão pedagógica?

E16 – O objectivo é levar a reflectir sobre o nosso modo de trabalho de modo a aperfeiçoar os nossos objectivos, que os nossos objectivos no fundo são a aprendizagem do aluno.

Entrevistadora - Tem alguma formação na área da supervisão pedagógica?

E16 – Não, não.

Entrevistadora - Quais as competências e os conhecimentos que o supervisor pedagógico deve possuir?

E16 – [...] Eu acho que o (...), pronto, a pessoa que vem fazer a supervisão pedagógica, primeiro deve ter a capacidade (...) para liderar, porque quando vem fazer isso vai fazer mudanças em princípio e as pessoas não estão preparadas muitas vezes para essas mudanças, e então deve a ser uma pessoa que deve ter capacidade de liderar e deve ter capacidades humanas, de relação, a relação que vai ter com o supervisionado digamos, deve saber relacionar-se. Eu estou a falar isso pois senti isso quando tive inspecção, senti pelo menos na segunda que havia isso. E é uma pessoa também que de ter capacidades de ouvir, deve saber ouvir, é normal com os problemas que os professores

têm, é normal que vindo a supervisão vão querer desabafar e vão querer contar os problemas que sentem ao longo do ano. Também (...) acho que deve ter conhecimentos das práticas pedagógicas que estão em vigor porque ao longo destes anos todas as práticas pedagógicas vão mudando e vão surgindo novos métodos e a pessoa deve estar entre aspas actualizada, nesse aspecto.

Entrevistadora - O supervisor deverá ter formação na área de supervisão pedagógica?

E16 – Acho que sim, acho que o supervisor deve ter formação para isso. (...) Primeiro acho que deve ter formação em sociologia, porque se vai, ele tem de saber o meio da escola, a escola está inserida no meio especial, há escolas mais características do que outras, deve ter formação nesse aspecto. Depois acho que deve ter formação em Psicologia também porque tem de lidar com esta gente toda.

Entrevistadora - Mais alguma formação?

E16 – (*risos*) É provável que sim, mas agora de momento não me lembro.

Entrevistadora - Deverá ser um educador um professor?

E16 – Eu acho que isso é independente, eu acho, eu não concordo, estar a dizer que é educador ou professor, porque isso é estar a dizer que educador não tem capacidades e o professor não tem capacidades. Primeiro eu acho que quem deve fazer a supervisão, deve ter tempo de serviço suficiente. Eu acho que (...) o tempo de serviço também serve para alguma coisa (...) e uma pessoa que quer exercer esse cargo deve ter tempo de serviço para ter prática e tempo de ter passado pela experiência para depois poder saber lidar com os problemas pelo qual ele próprio já passou. Acima de tudo deve ser uma pessoa com tempo de serviço suficiente para tal.

Entrevistadora - E qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados?

E16 – [...] Primeiro a relação deve ser uma relação humana, boa, porque senão não há comunicação, a comunicação deve ser entre os dois, o trabalho é mútuo não é só o supervisor vir aqui e dizer deve-se melhorar isto e isto e isto. Não, tem que o outro lado tem de dar de si. Tem de ser uma relação aberta e não uma relação de, eu entendo assim, uma relação de eu sou o teu chefe, venho para aqui! Não pode ser assim, eu acho que tem de ser uma relação aberta de ambas as partes.

Entrevistadora - Considera que a supervisão pedagógica, contribui para uma melhoria do trabalho na escola?

E16 – Acho que sim, acho que ajuda a reflectir o trabalho do docente, nesse sentido garante melhor a aprendizagem dos alunos, ajuda nos problemas da escola, a nível geral vai ajudar nos problemas da escola, vai melhorar a qualidade de ensino por causa das propostas inovadoras que à partida eles vão trazer. Eu só acho que o único entrave que pode haver (...) porque vejo muita gente dizer vamos ter inspecção, vem ai a inspecção, as pessoas ficam a pensar, é que a maior parte das pessoas pensa que é uma fiscalização do nosso trabalho, e eu acho que é o único entrave que se sente, se realmente se ultrapassarmos esta parte da fiscalização e virmos a supervisão como uma resolução dos nossos problemas, eu acho que vai resolver muitos problemas na escola e melhorar a qualidade de ensino e melhorar aprendizagem dos alunos sem dúvida.

Entrevistadora - Há medo dos resultados da supervisão pedagógica?

E16 – Não percebi.

Entrevistadora - Há medo dos resultados da supervisão pedagógica?

E16 – Há, há medo dos resultados da supervisão pedagógica, porque as pessoas vêem a supervisão como um cargo que está acima de nós, e que nós vai avaliar e as pessoas ainda vêem isso e há medo, há. Eu sinto isso, eu tive a supervisão a uns 4 anos e vi isso. Quando a directora nos diz “vamos ter a fiscalização da prática pedagógica, não da parte escrita, vamos ter inspecção pedagógica”, as pessoas “e quem é que vai ser, quem é que vai ser”, pois não vêem a todas as salas, e isso já mostra que as pessoas têm medo, tem receio de serem fiscalizadas. Há medo sim.

Entrevistadora – Encontra outros obstáculos à supervisão pedagógica?

E16 – Não.

Entrevistadora – Quais as suas expectativas ou preocupações em relação a supervisão pedagógica?

E16 – Eu não tenho preocupações. Fui supervisionada a muitos anos e quando a minha directora disse que ia ser supervisionada outra vez não tive problemas nenhuns, porque escolheram a sala dos grandes, não tive problemas nenhuns em que ela viesse, e até foi bom porque (...) foi na altura em que apareceram as orientações curriculares e houve coisas que eu aprendi com elas portanto, tenho expectativas que é sempre bom que elas

venham e que até pode ser que aprenda coisas novas, mas não tenho problema nenhum que elas apareçam.

Entrevistadora - Tem mais alguma coisa acrescentar em relação a temática apresentada?

E16 – Não.

Entrevistadora - Então agradeço novamente a sua disponibilidade e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

Protocolo da E17

Instituição 17 pertencente à freguesia 2 do concelho de Câmara de Lobos

Dia: 20 de Junho de 2011

Início: 14 horas e 30 minutos

Fim: 14 horas e 44 minutos

Entrevistadora – Boa tarde. Agradeço desde já a sua disponibilidade para a realização da entrevista. Peço a sua ajuda pois o seu contributo é imprescindível para o êxito deste trabalho. É garantida a confidencialidade de todos os dados obtidos. Como já referi aquando da primeira vinda aqui à escola, sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação na área da Supervisão Pedagógica. Estou a desenvolver um trabalho de investigação intitulado de “As representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica. Um estudo de caso no concelho de Câmara de Lobos”. De forma geral o objectivo do trabalho é obter dados para uma caracterização das representações sociais dos educadores de infância sobre a supervisão pedagógica.

Peço que comece por apresentar-se.

E17 – Olá, sou educadora, sou educadora contratada e educadora de bolsa. Estou nesta escola a 4 anos. Entretanto estive numa instituição de solidariedade e agora estou no público.

Entrevistadora – Que idade tem?

E17 – Tenho 38 anos, sou casada.

Entrevistadora – É licenciada?

E17 – Sou licenciada em Educação da Infância, tenho um mestrado em Formação Pessoal e Social e estou a fazer o doutoramento em psicologia social no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Entrevistadora – Quanto tempo de serviço têm?

E17 – Este é meu sétimo ano de serviço.

Entrevistadora – Quais as condições de trabalho na sua escola?

E17 – As condições aqui nesta escola são, são excelentes temos bons recursos a materiais e a nível de recursos humanos esta escola para mim, tendo em conta que conheço muitas escolas do concelho de Câmara de Lobos, para mim a nível de instalações e de ambiente entre colegas, para mim é uma das melhores escolas aqui em Câmara de Lobos.

Entrevistadora – Quantos alunos, quantos professores e quantos educadores nesta escola?

E17 – Educadores somos 5.

Entrevistadora – São contratados?

E17 – Contratados somos duas, temos uma colega que é de quadro de escola e duas de quadro de zona.

Entrevistadora - Quantos alunos?

E17 – Alunos não sei precisar muito bem quantos alunos temos, mas devemos ter uns cento e setenta alunos, não sei precisar muito bem.

Entrevistadora - E quanto professores?

E17 – Professores também penso que estamos por volta de 17 professores, não sei, não sei precisar o número exacto.

Entrevistadora – E quanto ao meio socioeconómico e cultural envolvente?

E17 – O meio é a nível socioeconómico nós vemos que há algumas diferenças porque vemos que isto aqui é um meio pedacinho pobre, vimos que os pais, sobretudo os pais são muito jovens e não têm habilitações literárias. Daí, muitas vezes nos depararmos na nossa acção educativa com algumas dificuldades a fazer a nossa prática porque não há motivação por parte dos pais em colaborar as vezes em actividades que nós fazemos. Contudo notamos que no pré-escolar isso já não acontece. Os nossos pais são participativos, são colaborativos, são interessados e estão sempre em contacto com as educadoras. O que já notamos que isso não acontece com as colegas do 1º ciclo.

Entrevistadora - E quanto ao assunto que lhe apresento: supervisão pedagógica. O que entende por supervisão pedagógica?

E17 – [...] Parece-me que ao se falar de supervisão pedagógica é crucial também falar-se do processo de ensino e aprendizagem, da acção educativa, dos docentes,

nomeadamente a mudança e a melhoria de práticas educativas. No meu entender tudo o que gira à volta da supervisão pedagógica passa (...) um pedacinho por nós, educadores, pela nossa consciência e os nossos deveres e também não podemos nos esquecer dos nossos direitos. Porque eu acho que a supervisão é uma área que está, está (...) a desenvolver-se e ainda não é muito conhecida porque (...) nós vimos que já há muitas formações sobre a supervisão mas para muitos colegas ainda é uma novidade falar em supervisão pedagógica. É assim, por agora, ideias que eu tenho sobre a supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Falou em melhorias de práticas educativas. Considera que a supervisão pedagógica contribui para uma melhoria no trabalho na escola?

E17 – Parece-me que nessa perspectiva eu acho que a supervisão pedagógica melhora o trabalho na escola porque eu acho que quando há um trabalho colaborativo na escola, eu acho que as práticas são mais eficazes e toda a gente está a trabalhar para o mesmo sentido, ou seja, há uma linha orientadora e tudo acontece para promover o bem-estar dos docentes, quer também uma melhor qualidade de ensino para as crianças.

Entrevistadora – Falou também em mudança. Será que a supervisão pedagógica poderá contribuir para a mudança nas escolas?

E17 – [...] Na minha opinião eu acho que contribui mas também a inovação é um processo que se faz (...) aos poucos e poucos, porque no meu entender quando falamos sobre a inovação às vezes nem todos os colegas aceitam o que é novo e põem alguns entraves em receber as novidades, em receber ideias de outros colegas porque o que está, se já está, está bom, não vale a pena mudar, não vale a pena alterar.

Entrevistadora – Falou do entrave da aceitação dos docentes à supervisão pedagógica. Encontra outros entraves à supervisão pedagógica?

E17 – (...) Às vezes os entraves também passam muitas vezes por aquele trabalho que nós fazemos. (...) Eu não noto isso aqui nesta escola, porque nós trabalhamos muito em parceria, em colaboração e fazemos muito trabalho em equipa, mas já trabalhei em outras escolas que eu notei que quando existe uma nova ideia, uma nova sugestão para inovar as práticas pedagógicas quer dos educadores quer dos professores de ensino do 1 ciclo eu notei que havia alguma resiliência em que os colegas apresentaram alguma resistência a mudar as suas práticas, como por exemplo mudar a sua planificação, mudar as suas estratégias em prole do ensino e aprendizagem mais eficaz para as crianças.

Entrevistadora – Encontra outros obstáculos na supervisão pedagógica?

E17 – Não, neste momento, também pode haver pensando noutra perspectiva, vamos lá ver como é que o colega aceita quem está a supervisionar, porque às vezes pode haver conflitos. Eu não tenho essa experiência.

Entrevistadora – Em que plano considera que é aplicada actualmente a supervisão pedagógica?

E17 – Aqui, eu acho que a supervisão pedagógica passa um pouco pelo director da escola, porque é ele que nós orienta, é ele que nós dá as linhas orientadoras da nossa acção, é que faz as reuniões, tendo em conta, para mim neste o meu orientador é o director da escola, é a directora.

Entrevistadora – Considera então que o supervisor pedagógico é o director da escola?

E17 – Neste momento acho que o supervisor pedagógico é o director de escola, porque eu acho também que deve haver mais uma aposta de em trazer outros profissionais que tenham competências para o fazer porque também uma das competências que eu acho que um supervisor pedagógico deverá incentivar a auto reflexão da acção quer do educador de infância quer do professor.

Entrevistadora - Têm alguma formação na área supervisão pedagógica?

E17 – Não, não tenho nenhuma formação, mas leio algumas coisas e vejo que cada vez mais é preciso mesmo que haja a nível do ensino mais linhas orientadores sobre a supervisão pedagógica.

Entrevistadora – Quais os conhecimentos que o supervisor pedagógico deverá possuir?

E17 – Eu acho que deve (...) uma das primeiras competências, no meu entender é que deve orientar o grupo de trabalho, disponibilizar recursos materiais didáctico-pedagógicos de modo que a prática dos docentes vá ao encontro das necessidades e dos interesses das crianças. Também se isso for um processo reflexivo entre todos, iremos notar uma melhor partilha de informação e na minha opinião também eu acho que onde há partilha de informação há um bom sucesso educativo em toda a dinâmica da escola. O supervisor precisa ter conhecimento do meio onde está a supervisionar, das características dos supervisionados e do currículo.

Entrevistadora – Considera que o supervisor pedagógico deverá possuir formação na área de supervisão pedagógica?

E17 – Parece-me que o supervisor deve ter formação na área da supervisão pedagógica porque esta adquirir competências e esta adquirir conhecimentos para exercer a sua tarefa de supervisor pedagógico no âmbito daquilo que andou a estudar, falo por mim, nós somos educadores porque tiramos uma área de formação base educação de infância. Deveria acontecer o mesmo ao supervisor, neste sentido, eu acho que o seu mestrado vai dar competências a estes novos alunos com esta formação específica para ter competências para regressar às escolas e porque não exercer a sua função de supervisor nessa escola.

Entrevistadora – No seu entender qual deverá ser a relação entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados?

E17 – Para mim, a nível de uma questão ética, eu acho que a relação deverá ser neutra e rigorosa, e não haver aqueles grupinhos de amigos, eu acho que o supervisor pedagógico tem que ser uma pessoa neutro e rigorosa.

Entrevistadora – E qual a deverá ser a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica?

E17 – Tendo em conta que temos umas linhas orientadoras para cumprir, parece-me que os docentes também têm que seguir as orientações dadas pelo supervisor pedagógico (...).

Entrevistadora – Quais são as suas expectativas e preocupações em relação a supervisão pedagógica?

E17 – (...) Expectativas, as minhas expectativas em relação a supervisão pedagógica espero que nós ajude na nossa prática educativa, melhorias significativas porque nós estamos sempre aprender uns com os outros.

Entrevistadora – E preocupações?

E17 – Neste momento não me deixa nenhuma preocupação a nível dessa questão.

Entrevistadora – Tem mais alguma coisa acrescentar em relação à temática apresentada?

E17 – Acho que é uma temática muito interessante, sobretudo eu acho que ajuda nós analisar as práticas educativas e também incentivar a auto-reflexão da acção do professor enquanto agente educativo de uma instituição, de uma comunidade educativa.

Entrevistadora – Então, agradeço novamente a sua disponibilidade para a realização da entrevista e é garantida a confidencialidade de todas as informações obtidas.

E17- Muito obrigada e boa sorte.

Anexo 6 - Quadro de categorização e de classificação – Análise de conteúdo das entrevistas

| Blocos | Categorização e classificação | | Definição |
|---------------|--------------------------------------|---|---|
| B | Categoria | Caracterização do Estabelecimento de Ensino | Caracteriza o estabelecimento de ensino onde o entrevistado exerce funções, em diversos aspectos. |
| | Subcategoria | Meio socioeconómico e cultural | Refere-se ao meio socioeconómico e cultural onde está inserido o estabelecimento de ensino. |
| | | Estabelecimento de ensino | Caracteriza o estabelecimento de ensino em geral. |
| | | Condições de trabalho | Alerta para as condições de trabalho no estabelecimento de ensino. |
| C | Categoria | Caracterização dos educadores de infância | Caracteriza o entrevistado em diversos aspectos. |
| | Subcategoria | Género | Refere-se ao género do entrevistado. |
| | | Idade | Refere-se à idade do entrevistado. |
| | | Habilitações académicas | Identifica as habilitações académicas do entrevistado. |
| | | Tempo de serviço | Mostra o tempo de serviço do entrevistado. |
| | | Percurso profissional | Mostra o percurso profissional do entrevistado |
| | | Situação profissional | Identifica a situação profissional do entrevistado (contratado, QZP, QE). |

| | | | |
|----------|---------------------|---|--|
| | | Formação na área da supervisão pedagógica | Indica se o entrevistado tem alguma formação na área da supervisão pedagógica e onde a obteve. |
| D | Categoria | Caracterização da classe discente | Caracteriza em diversos aspectos as crianças com que o entrevistado trabalha. |
| | Subcategoria | Grupo de crianças | Refere-se ao número de crianças da sala onde o entrevistado trabalha. |
| | | Idade | Refere-se à idade do grupo de crianças. |
| | | Género | Refere-se ao género do grupo de crianças. |
| | | Avaliação global do grupo de crianças | Faz uma avaliação global do grupo de crianças. |
| | | Nível socioeconómico da classe discente. | Refere-se ao nível socioeconómico e cultural do grupo de crianças. |
| E | | Categoria | Problematização da temática “Supervisão pedagógica” |
| | Subcategoria | Conceito | Aborda o conceito de supervisão pedagógica. |
| | | Objectivo | Identifica o objectivo da supervisão pedagógica. |
| | | Plano de aplicação | Refere-se ao plano em que é aplicada a supervisão pedagógica. |
| | | Postura dos docentes | Indica a postura dos docentes perante a supervisão pedagógica. |
| | | Obstáculos | Aponta para os possíveis obstáculos à supervisão pedagógica. |

| | | | |
|----------|---------------------|--|--|
| | | Melhoria do trabalho na escola | Aborda a questão de se a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho na escola. |
| | | Inovação nas escolas | Aborda a questão de se a supervisão pedagógica contribui para a inovação nas escolas. |
| | | Formação contínua e especializada | Aponta para a necessidade de formação contínua e especializada no âmbito da supervisão pedagógica. |
| F | Categoria | Supervisor pedagógico | Problematiza a questão do supervisor pedagógico |
| | Subcategoria | Pessoa | Refere-se a quem deverá ser o supervisor pedagógico. |
| | | Competências | Identifica as competências que o supervisor pedagógico deve deter. |
| | | Conhecimentos | Identifica os conhecimentos que o supervisor pedagógico deve possuir. |
| | | Funções | Refere-se às funções atribuídas ao supervisor pedagógico. |
| | | Formação | Aponta para a necessidade de formação por parte do supervisor pedagógico. |
| | | Relação entre o supervisor pedagógico e os supervisionados | Refere-se à relação pedagógica entre o supervisor pedagógico e os docentes supervisionados. |
| F | Categoria | Expectativas e/ou preocupações | Refere-se às expectativas e/ou preocupações do entrevistado em relação à supervisão pedagógica |
| | Subcategoria | Expectativas | Indica as expectativas do entrevistado. |

| | | | |
|--|---------------------|------------------------|---|
| | | Preocupações | Indica as preocupações do entrevistado. |
| | Categoria | Representações sociais | Refere-se às representações sociais do entrevistado em relação à supervisão pedagógica. |
| | Subcategoria | Atitude | Refere-se às atitudes dos entrevistados relativamente à supervisão pedagógica. |

Anexo 7 - Grelha de análise de conteúdo das entrevistas (leitura vertical)

| Categorias | Subcategorias | Indicadores |
|---|---------------|---|
| Problematização da temática “Supervisão pedagógica” | Conceito | <p>E1- “(...)a supervisão é um processo de orientação e de apoio para profissionais em exercício de funções, ou seja, alguém que nos vai ajudar e apoiar na nossa prática pedagógica”.</p> <p>- “(...) a supervisão também vai-nos ajudar a reflectir sobre a nossa prática e vamos eventualmente corrigir alguns erros que fazemos. E reconhecer o nosso trabalho e isso também vai levar ao nosso crescimento profissional”.</p> <p>- “(...) uma ajuda para nós melhorarmos o nosso trabalho”.</p> |
| | | <p>E2- “(...) um trabalho de assistência ao professor, quer ao pessoal docente quer ao pessoal não docente, (...) passa primeiro pela assistência ao professor ou educador de infância no sentido de planificar, acompanhar, coordenar, controlar um bocadinho o trabalho que é desenvolvido na sala e avaliar esse mesmo trabalho”.</p> <p>- “(...) acho que é uma coisa que vai dar muito trabalho às duas partes”.</p> |
| | | <p>E3- “(...) base de interajuda aos educadores, principalmente em apoiar o trabalho dos colegas e dar uma melhor orientação para as coisas funcionarem melhor”.</p> <p>- “(...) não vejo a supervisão como é (...) ou seja, eu é que sei, as outras pessoas terão que seguir aquilo que eu sei. Acho que o diálogo com as colegas é (...) fundamental para chegarmos a conclusões e desenvolvermos um melhor trabalho”.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>E4- “(...) se formos bem ver a palavra supervisão esta desdobra-se em duas, super e visão, daí que deverá ser uma visão super ou algo superior (...). E vejo a supervisão pedagógica como um processo de aprendizagem em que o professor com mais experiência orienta um outro professor. A supervisão pedagógica penso que se deve focar na prática propriamente dita dos professores, isto é, no exercício da sua função da sala, observar o que os educadores e os professores fazem, verificar as suas planificações, avaliações das crianças, projecto curricular de grupo ou de turma e tentar ver como se relaciona com os Pais, com os colegas e com o pessoal não docente. (...) Penso ou acho que a supervisão pedagógica abarca toda a vida da escola em si, o pessoal docente e o pessoal não docente, os alunos, os encarregados de educação, a comunidade e a comunidade envolvente e a educação propriamente dita”.</p> <p>- “(...) tanto se fala de avaliação do desempenho do pessoal docente, parece-me que é isso a supervisão pedagógica”.</p> |
| | | <p>E5 - “(...) pelo que me dá a entender as pessoas conotam muitas vezes a supervisão com a inspecção, que é completamente diferente. Um supervisor está (...) também para avaliar, observar, mas também para muitas vezes também ajudar, encorajar, enquanto que o inspector está (...) para (...) observar e avaliar, mas para corrigir certas coisas”.</p> <p>- “(...) há muita confusão entre supervisão e inspecção”.</p> |
| | | <p>E6- “Estou a falar de inspecção”.</p> <p>- “Eu noto que as pessoas falam mais em relação quando vem a supervisão pedagógica em relação aos projectos curriculares”.</p> |
| | | <p>E7- “(...) a supervisão pedagógica acho que é um apoio digamos, uma orientação (...)”.</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>- “(...) as pessoas não estão a saber muito bem o que é a supervisão pedagógica”.</p> <p>E8- “(...) eu entendo por supervisão pedagógica que é um processo no qual há um professor, ou melhor alguém devidamente informado, experiente que por sua vez vai orientar um outro professor que está no directo com as crianças e que de certa forma precisa de uma ajuda, de esclarecimentos e o supervisor pedagógico neste caso vai fazê-lo”.</p> <p>- “(...) ultimamente se fala muito de supervisão pedagógica, sem dúvida, mas parece-me que não se sabe ao certo bem do que se trata”.</p> <p>E9- “(...) supervisão pedagógica é (...) um momento de reflexão, uma avaliação reflexiva (...) uma avaliação reflexiva sobre a nossa intervenção educativa. Nunca uma avaliação quantitativa mas sim uma avaliação que se possa depois em parceria com a educadora, a educadora com o supervisor poder fazer uma reflexão sobre o acto pedagógico. (...) a supervisão tem de ser vista assim, tem de ser, um trabalho de uma equipa de dois ou demais (...)”.</p> <p>- “(...) no fundo a gente associa logo de imediato uma inspecção a uma supervisão mas não devia ser associado (...) porque inspecção, (...) deveria ser uma forma mais a parte burocrática da escola (...) e supervisão (...) é se calhar mais a vertente pedagógica dentro da nossa sala”.</p> <p>- “(...) ouvimos falar mais em inspecção não em supervisão”.</p> <p>E10- “(...) um processo em que um professor mais experiente vai observar um outro professor ou educador, vai observar o seu trabalho e ajudá-lo a conseguir melhores resultados naquilo que faz”.</p> <p>- “Tem de haver regras no processo de supervisão, não é cada um faz o que lhe apetece”.</p> <p>E11- “Mesmo como o nome diz, é supervisionar. Eu punha mais uma vertente de avaliar o trabalho, no</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>fundo que nós colegas fazemos entre todas, acho que toda a gente supervisiona, qualquer colega supervisiona directa ou indirectamente, acho que todos supervisionamos o trabalho. Todos nós, colegas, equipa pedagógica acho que todos nós supervisionamos”.</p> <p>- “(...) uma orientação, uma ajuda”.</p> |
| | | <p>E12- “(...) a supervisão pedagógica deverá ser um trabalho de apoio e não de crítica”.</p> <p>- “Inspeção que é igual a supervisão é o que se tem tido até agora”.</p> |
| | | <p>E13- “(...) é todo o trabalho que é feito, no sentido de melhorar a prática pedagógica daqueles que estão no activo (...) realizada por profissionais que vêm à escola”.</p> <p>- “(...) funciona mais como um processo intimidatório do que propriamente, como um processo de construção de uma escola melhor”.</p> <p>- “(...) a inspeção (...) é o único meio de supervisão pedagógica que eu vejo hoje em dia”.</p> |
| | | <p>E14- “(...) pode ser a nível de direcção como a nível de inspeção. Acho que fica entre as duas vertentes”.</p> <p>- “(...) a supervisão pedagógica é uma tarefa complexa, porque todo o trabalho com pessoas com personalidades diferentes, diversos hábitos de trabalho torna o processo supervisivo complexo e difícil”.</p> |
| | | <p>E15 - “É uma necessidade a sua vinda para as escolas. Não é a mesma coisa que a inspeção porque a inspeção já existe na escola, é algo diferente da inspeção”.</p> <p>- “Acho que será um processo em que alguém, um professor ou educador consoante o nível que vai supervisionar, está bem informado e tem experiência para nos apoiar na nossa prática”.</p> <p>- “(...) a supervisão pedagógica será uma tarefa complexa”.</p> |

| | | |
|--|-----------|---|
| | | <p>E16- “(...) é uma orientação da nossa prática. Eu pelo menos já tive duas vezes e assim entendi que eles vinham para aqui para me orientar, para me, para orientar a minha prática pedagógica”.</p> <p>- “(...) não é só inspecção, porque a inspecção tem diferentes níveis, inspecção pode ser só para a escola, já tivemos a inspecção só da parte da papelada da directora, já tivemos essa inspecção e há a inspecção pedagógica mesmo, ai já é diferente mas é chamada a inspecção”.</p> |
| | | <p>E17- “ao se falar de supervisão pedagógica é crucial também falar-se do processo de ensino e aprendizagem, da acção educativa, dos docentes, nomeadamente a mudança e a melhoria de práticas educativas”.</p> <p>- “(...) a supervisão pedagógica passa um pouco pelo director da escola, porque é ele que nós orienta, é ele que nós dá as linhas orientadoras da nossa acção, é que faz as reuniões, tendo em conta, para mim neste o meu orientador é o director da escola”.</p> <p>- “Acho que é uma temática muito interessante, sobretudo eu acho que ajuda nós analisar as práticas educativas e também incentivar a auto-reflexão da acção do professor enquanto agente educativo de uma instituição, de uma comunidade educativa”.</p> |
| | Objectivo | <p>E1- “ (...) deverá ter como objectivo a cooperação com os professores, deve ser um trabalho de avaliação, reflexão e discussão e que deverá ajudar a outra pessoa a crescer, a crescer a nível de, profissional”.</p> <p>E2- -----</p> <p>E3 - “(...) sempre com o mesmo objectivo: a estabilidade da escola e a estabilidade principalmente dos alunos”</p> <p>E4- “(...) o grande objectivo da supervisão pedagógica deverá ser o apoio de todo o processo formativo</p> |

| | |
|--|--|
| | dos educadores e professores”. |
| | E5- “(...) ajudar e muitas vezes também corrigir algumas coisas que estejam menos boas”. |
| | E6- “(...) o objectivo principal deverá ser ajudar principalmente ajudar e levar o docente a reflectir sobre as suas práticas pedagógicas, o que poderá fazer melhor, porque é que , que áreas é que deve desenvolver mais, acho que é mais nesse aspecto de ajudar e não de criticar e deitar abaixo o trabalho do docente”. |
| | E7- “(...) melhoria do nosso trabalho, das nossas práticas pedagógicas”: |
| | E8- “Em relação ao objectivo da supervisão pedagógica, eu acho que penso que no fundo é apoiar, regular todo o processo formativo de uma escola, de uma sala”. |
| | E9- “(...) valorizar essencialmente aquilo que é positivo e tentar melhorar aquilo que realmente na nossa intervenção pedagógica pode ser melhorado”. |
| | E10- “O objectivo da supervisão pedagógica deverá ser melhorar a qualidade de ensino, o desenvolvimento da escola”. |
| | E11- “(...) melhoria na qualidade do ensino, para o sucesso dos alunos”. |
| | E12- “(...) melhorar o trabalho pedagógico a nível de articulação, na elaboração do projecto curricular e nas planificações que se faz. Este deverá ser o objectivo da supervisão pedagógica”. |
| | E13- “ajuda a melhorar e a continuar o nosso trabalho no dia-a-dia”. |
| | E14- “(...) sustentar o trabalho pedagógico”. |
| | E15- “O objectivo da supervisão será melhorar o desenvolvimento da escola e a qualidade do ensino”. |
| | E16- “(...) levar a reflectir sobre o nosso modo de trabalho de modo a aperfeiçoar os nossos objectivos, |

| | | |
|--|--------------------|---|
| | | que os nossos objectivos no fundo são a aprendizagem do aluno”. |
| | | E17- “(...) promover o bem-estar dos docentes, quer também uma melhor qualidade de ensino para as crianças”. |
| | Plano de aplicação | E1- “(...) pela minha experiência a supervisão pedagógica na formação inicial, também (...) na formação contínua e ainda não está em vigor mas depois também na avaliação dos docentes penso que também será feita essa supervisão”. |
| | | E2- “(...) deveria ser aplicada quer a nível da formação inicial mas com uma continuação. (...) fica tudo pela base e não há (...) continuação (...) não há orientação (...) a pessoa acaba por se perder um bocadinho”. |
| | | E3- “(...) a supervisão pedagógica ainda está um bocadinho naquela fase de o supervisor é a pessoa que sabe e que as pessoas que estão a actuar com as crianças, ou seja, os educadores não tem o saber não têm o saber (...) que o supervisor tem”. |
| | | E4- “(...) vejo a supervisão pedagógica na formação inicial, quando realizamos o estágio, mas também pode estar associada à inspecção que é feita de vez em quando nas escolas”. |
| | | E5- “Eu não estou a ver muito disso, pelo menos no nível em que estou, nem no pré-escolar nem no 1º ciclo. O que ouvimos mais falar é sobre inspecção. Agora se terá noutros níveis de escolaridade não sei”. |
| | | E6- “Não só na formação inicial dos professores mas também durante a docência do docente, seja no mestrado seja numa licenciatura deve haver sempre supervisão pedagógica”. |
| | | E7- “Na formação contínua, acho que deveria ser aplicada sempre”. |

| | | |
|--|--|---|
| | | E8- “(...) desde a formação inicial passando pela formação contínua que vamos tendo ao longo dos anos, passando pela avaliação em si e finalmente acabando na própria inspecção”. |
| | | E9- “Em plano nenhum é aplicada a supervisão pedagógica (...)”. |
| | | E10- “(...) esse trabalho é feito pela inspecção que vem à escola ver, analisar o nosso trabalho”. - “A inspecção vem à escola ver o nosso trabalho e deixa directrizes para melhorarmos e daí a dois ou três anos vem à escola outra vez ver o que se fez, se fizemos o que pretendiam”. |
| | | E11- “Supervisão pedagógica na formação inicial e não só. Na formação inicial e também acho que se deve prolongar em todo o percurso profissional”. |
| | | E12- “(...) a supervisão pedagógica é aplicada nos gabinetes”. |
| | | E13- “(...) numa primeira instância a supervisão pedagógica é aplicada actualmente, depois na verificação daquilo que foi proposto e que foi corrigido, não, acho que não”. |
| | | E14- “(...) é aplicada na medida do possível porque é tanta a burocracia, pela minha experiência de directora. O tempo que fica não é o ideal, fica aquém das necessidades reais”. |
| | | E15- “(...) uma coisa que ainda não está implementada nas escolas, mas que será implementada brevemente”. |
| | | E16- “deve vir desde a formação inicial até pela vida fora”. |
| | | E17- “a supervisão pedagógica passa um pouco pelo director da escola, porque é ele que nós orienta”. |
| | | E1- “(...) olhar para o supervisor como alguém que vai ajudá-lo e não prejudicá-lo. (...) uma postura de cooperação e estar sempre disposto a ouvir e a aceitar as ideias do outro de uma maneira crítica e (...) ter |

| | | |
|--|----------------------|--|
| | Postura dos docentes | uma postura aberta no fundo”. |
| | | E2- “(...) uma boa abertura, uma boa receptividade (...). Penso que será muito complicado, (...) mas acho se houver abertura por parte do docente que está a ser observado, que está a ser acompanhado, o trabalho vai ser facilitado porque vai, vai conseguir aceitar melhor críticas, sugestões, orientações, que se tiver fechado para si próprio”. |
| | | E3 – “Os educadores deverão aceitar a supervisão porque também deveria ser uma mais valia para o seu trabalho, levando assim (...) a um bom funcionamento da escola e a um bom desenvolvimento para os alunos”. |
| | | E4- “(...) é preciso que exista um clima de confiança também e de apoio entre o supervisor e o educador e o professor que vai ser supervisionado”. |
| | | E5- “(...) muitas vezes a que os colegas fiquem de pé atrás mas também se forem formadas pessoas com essas capacidades e competências boas para fazer aquele cargo, talvez a partir daí, os colegas vejam a supervisão de outra forma, que é alguém que está lá para os ajudar e não para observar e criticar apenas”. |
| | | E6- “O docente penso que deve estar, deve ser também um docente aberto a tudo o que a supervisão vem fazer e vem esclarecer e ser receptivo e tentar compreender, perceber porquê, quando as coisas não estão bem por exemplo e que é necessário mudar”. |
| | | E7- “Eu acho que é um benefício para a educação, um benefício para as práticas pedagógicas, um benefício para todos nós. Eu acho que deve ser aceite”. |
| | | E8- “(...) a postura deverá ser uma postura calma porque ninguém está ali para prejudicar ninguém. (...)” |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Uma postura calma, acima de tudo credibilidade na sua prática porque (...) se eu acredito no meu trabalho, acredito que sou capaz e sei e gosto daquilo que faço, eu acho que haja, não há que ter medo de maneira nenhuma”.</p> |
| | | <p>E9- “(...) temos que ter essa mente aberta para aceitar uma reflexão sobre o nosso trabalho e só assim se pode crescer e e a nível da educação, acho que temos de ter sempre a mente aberta para a aprendizagem”.</p> <p>- “(...) estar aberto, aberto à reflexão, aberto a uma inovação na sua maneira de trabalhar, na sua intervenção educativa e e essencialmente olhar para o supervisor como alguém que nos está para ajudar”.</p> |
| | | <p>E10- “Os docentes também têm de cooperar e aceitar aquilo que lhe é transmitido, isto é, praticamente uma atitude de aprendizagem colaborativa”.</p> |
| | | <p>E11- “Deve ser uma atitude normal. Acho que é não ver como sendo algo que venha prejudicar ou por em causa o trabalho, mas numa de ajuda e de criar novas ideias, novas maneiras de poder resolver qualquer situação”.</p> |
| | | <p>E12- “(...) uma postura aberta, mas não no sentido de ver o supervisor como um inimigo”.</p> |
| | | <p>E13- “(...) os docentes têm de ser também uma postura de receptividade, não pode ser uma postura nem de medo, nem de esconder, nem de fazer só para mostrar tem que ser uma postura de receptividade. Eu tenho que estar receptiva também para aprender e melhorar o meu trabalho, não sou perfeita, pelo contrário e estou pronta para aprender agora, mas tem de ser alguém que me venha ensinar alguma coisa, não pode vir aqui cheio de arrogâncias e de uma postura intimidatória e a partir daí as coisas já não resultam, acho que a inspecção deve de funcionar sim, uma postura de cumplicidade e juntos construir numa escola melhor esse o objectivo na minha opinião”.</p> |

| | | |
|--|------------|--|
| | | E14- “(...) uma postura de aceitação e humildade”. |
| | | E15- “Tem de haver compromisso de ambas as partes, um espírito de equipa, bom senso, ponderação, paciência, profissionalismo e acima de tudo um sentido de dever do que tem de ser mesmo feito”. |
| | | E16- ----- |
| | | E17- “Tendo em conta que temos umas linhas orientadoras para cumprir, parece-me que os docentes também têm que seguir as orientações dadas pelo supervisor pedagógico”. |
| | Obstáculos | E1- “(...) muitas vezes a supervisão é encarada como um julgamento sobre as nossas competências, como uma inspecção do nosso trabalho e penso que isso faz com que seja vista como tal. As pessoas não podem encarar a supervisão como alguém que vai classificar ou rotular o trabalho”. |
| | | E2 - “(...) o maior obstáculo a nível da supervisão pedagógica será a aceitação por parte de quem está no activo. Receber alguém dentro da sala que (...) vai observar e vai avaliar, vai ajudar também a planificar e orientar um pouco o trabalho mas acho que principalmente as pessoas que já têm mais anos de serviço (...) o entrave é receber à partida pessoas novas que vão avaliar um trabalho que já está um bocadinho adormecido (...). Penso que haverá maior aceitação pelas pessoas que acabaram o curso à pouco (...)”. |
| | | E3 - “(...) com a vinda dos cursos as pessoas vão ter outra abertura, vão funcionar doutra maneira e (...) noutros tempos (...) os profissionais estavam sempre a ver a supervisão com medo porque era sempre à base da crítica e do mau trabalho que à priori era visto como mal desempenhado”. |
| | | E4- “A supervisão pedagógica (...) a ser implementada nas nossas escolas deverá ter em consideração o meio sócio económico e cultural em que a escola está inserida, o tamanho do grupo de crianças que o educador ou educadora que vai ser supervisionado tem a seu cargo”. |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>- “(...) o tamanho da escola influenciará o processo da supervisão pedagógica. As escolas maiores terão mais dificuldades no processo da supervisão pedagógica”.</p> <p>- “(...) resistências na supervisão pedagógica (...) no caso do supervisor pedagógico não ser imparcial vamos lá ver, ou seja, avaliar com nota mais alta os colegas com quem se dá melhor, isso também é injusto, não acha? E no caso dos colegas com quem não se relaciona assim muito bem a avaliação ser inferior, claro que não é correcto. Tem de haver justiça no processo da supervisão pedagógica, porque senão isto vai ser uma selva, onde se vão comer todos vivos, olhe eu nem vou imaginar. Vão surgir falsas amizades com quem está a supervisionar, só por causa de obter uma nota na avaliação”.</p> <p>- “A questão da motivação dos docentes, pois acho que se não houver motivação, compromisso a supervisão pedagógica não funcionará tão bem. Também acho que os docentes com mais idade e mais anos de serviço sentirão maiores dificuldades no processo de supervisão, pois existe a tendência para um maior individualismo e algum cepticismo no mudar das coisas que sempre foram feitas assim. Mudar para quê? Oh! A rotina faz-nos sentir mais seguros e é verdade, não é? Acho que também poderá existir um certo receio dos resultados que a supervisão pedagógica poderá trazer aos docentes”.</p> <p>E5- “(...) poderá haver entraves na parte da organização governativa, novamente há que ser vista a supervisão e tem que haver legislação própria para que possa existir supervisão, não é? E para que depois não haja colegas a contestarem, ela esteja mesmo já normalizada, legalizada e ninguém possa também ir contra a supervisão”.</p> <p>E6- “(...) a ideia que se tem é que o supervisor vem para criticar. Muitas vezes é essa ideia que as pessoas têm e às vezes é um obstáculo para que as pessoas saibam entender e perceber qual é o papel do</p> |
|--|--|---|

| | |
|--|---|
| | <p>supervisor”.</p> |
| | <p>E7- “(...) talvez (...) a aceitação esteja um bocadinho difícil”.</p> |
| | <p>E8- “(...) existe alguma estabilidade no corpo docente desta escola o que é bom numa escola e que facilitará de certa forma a supervisão pedagógica”.</p> <p>- “(...) penso que são muitos os obstáculos à supervisão pedagógica dado que na supervisão pedagógica o supervisor pedagógico no fundo tem de ter uma visão super que vai para além de alguma coisa, uma visão superior a algo, diferente, digo mesmo fora do normal, e que no fundo vai atingir a formação dos alunos, a vida da escola, a educação, sem querer tudo isto leva a que surjam sérios, digo mesmo sérios obstáculos. Eu indicaria dois obstáculos que eu acho que vão constar e que em diálogo com outras colegas eu penso que sim, que realmente vão surgir que é o supervisor manter a imparcialidade quando estiver a fazer a dita supervisão e de certa forma o obstáculo que eu acho que vai ser mais difícil de contornar será o de mudar mentalidades. Sabe, isto é assim, muda-se tudo mas as mentalidades são difíceis de se mudar. Há pessoas que persistem em ter um determinado tipo de trabalho e mesmo que venha alguém de fora dizer olha esse não é o melhor caminho, esta não é a melhor forma, há pessoas que vão continuar nas suas formas de trabalhar, de agir, e isso não vai ser fácil de se mudar. Acho que a imparcialidade e o mudar de mentalidades vai ser muito complicado e vão ser dois obstáculos difíceis de se contornar”.</p> |
| | <p>E9- “(...) único obstáculo do supervisor, em relação a nós, é (...) se calhar é a falta de abertura e de aceitação do supervisor, da aceitação à opinião que ele tem (...)”.</p> |
| | <p>E10- “(...) os professores e educadores aceitem a supervisão pedagógica nas escolas”.</p> <p>- “(...) a resistência dos docentes supervisionados, a resistência à mudança porque quando não se quer</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>aprender não se aprende, mesmo que digam tens de fazer assim, poderás fazer de outra forma, se eu não quiser mudar eu não mudo. A supervisão conduz a resistências da nossa parte face a conflitos que poderão aparecer pelo facto de ela existir”.</p> <p>- “(...) a nível económico, é preciso dinheiro para pagar as horas de quem vem supervisionar, também se não há dinheiro penso que não há supervisão”.</p> |
| | | <p>E11-“(...) a própria comunidade educativa não estar aberta para essa supervisão, não há receptividade por parte da comunidade educativa. Muitas vezes não é vista como uma ajuda, mas como um entrave e muitas vezes dificulta”.</p> |
| | | <p>E12- “(...) Não vejo qualquer obstáculo à supervisão pedagógica”.</p> |
| | | <p>E13- “Os obstáculos são também, são há pessoas também, também entendo do lado dos docentes também há pessoas que não gostam ver o seu espaço, consideram a sala como sua e não gostam de ver esse seu espaço invadido, como a minha sala e a da minha colega, está aberta, não entendo como um obstáculo, pelo contrário qualquer pessoa é bem-vinda a minha sala, não é minha, é um trabalho de equipa, está aberta, é da comunidade escolar, esta aberta a quem quiser evoluir, mas também é como eu digo, tem de acrescentar alguma coisa, acho que também tenho que sentir que essa pessoa vem numa postura de receptividade, não vem numa perspectiva de policiamento, de ameaçá-lo”.</p> <p>- “(...) encontramos directoras incompetentes, encontramos uma comunidade escolar pouco receptivas, pouco ciente do que é o trabalho no pré-escolar, que é o meu caso, com poucas expectativas, e isso é um impedimento ao nosso trabalho, as pessoas poucas expectativas ao trabalho que se faz no pré-escolar, é um grande impedimento para mim”.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>- “Financeiros, (...) também é um impedimento”.</p> <p>E14- “O tempo é um obstáculo à supervisão pedagógica, na medida em que o trabalho burocrático ocupa muito. Não sei até que ponto a habituação a determinadas formas de trabalho podem ser um entrave à mudança para um melhor trabalho pedagógico. Os hábitos, as rotinas são um entrave à supervisão pedagógica”.</p> <p>- “Quer queira quer não, com a sobrecarga de trabalho, reflecte-se nos professores e educadores o excesso de burocracia, faltando estímulo à inovação e investimento no trabalho pedagógico, pois não existe motivação por parte dos professores e educadores”.</p> <p>E15- “(...) o supervisor terá de ser uma pessoa motivada capaz de nos motivar e fazer com que não se tenha medo dos resultados da supervisão pedagógica, este serão entraves com certeza, se houver desmotivação e medo vai ser complicado”.</p> <p>- “Muito stress também”.</p> <p>E16- “(...) entrave que se sente, se realmente se ultrapassarmos esta parte da fiscalização e virmos a supervisão como uma resolução dos nossos problemas, eu acho que vai resolver muitos problemas na escola e melhorar a qualidade de ensino e melhorar aprendizagem dos alunos sem dúvida”.</p> <p>- “(...) há medo dos resultados da supervisão pedagógica, porque as pessoas vêem a supervisão como um cargo que está acima de nós, e que nós vai avaliar e as pessoas ainda vêem isso e há medo”.</p> <p>E17- “alguma resistência a mudar as suas práticas”.</p> <p>- “(...) vamos lá ver como é que o colega aceita quem está a supervisionar, porque às vezes pode haver</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--------------------------------|--|
| | | conflitos”. |
| | Melhoria do trabalho na escola | E1- “(...) a reflexão faz com que melhoremos a nossa prática e (...) a melhorar a nossa prática estamos a melhorar o trabalho na escola”. - “(...) estratégias (...) vão ajudar-nos a melhorar as nossas práticas”. |
| | | E2 – “(...) se houver abertura quer da parte do docente quer da parte da supervisão (...) vai haver sempre vontade de fazer o melhor. (...) sempre que estamos a ser avaliados a tendência é trabalhar mais e melhor”. |
| | | E3 -“Contribui porque é uma interligação entre a escola e uma pessoa exterior à escola mas com ligação à escola”. |
| | | E4- “Penso que isso é o que se pretende (não é?) com a supervisão pedagógica nas escolas, melhorar as escolas. Se não é isto não sei então para que poderá servir”. |
| | | E5- “(...) dar sugestões para melhoria”. - “Isso aí vai depender muito do supervisor, dos conhecimentos que tem, das capacidades que tem, de dialogar, de observar, de sugerir, de encorajar os colegas e também a forma como será vista pelos colegas a supervisão e aí poderá ajudar a escola”. |
| | | E6- “Eu considero que sim, quando é feito de forma positiva eu considero que é porque muitas vezes nós que estamos todos os anos com os alunos, principalmente para quem não faz formação e que não se consegue actualizar portanto nas diferentes mudanças que vão ocorrendo. Acho que a supervisão pedagógica é importante porque é uma forma de se actualizar também e de acompanhar passo a passo todo o progresso que está a haver a nível da educação”. |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>E7- “(...) melhoria das nossas práticas pedagógicas”. -“(...) leva a uma reflexão, (...) nós (...) conseguimos melhorar”.</p> <p>E8- “(...) se for feito um bom trabalho por parte do supervisor pedagógico seguindo os parâmetros exigidos penso que o ensino irá beneficiar sem dúvida com isso”.</p> <p>E9- “(...) a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do trabalho escolar (...) não numa avaliação de quantificar o trabalho, não no sentido de penalizar o trabalho do docente, mas essencialmente na parte da reflexão do nosso trabalho, até mesmo de uma avaliação conjunta do trabalho que está a ser feito trabalho e do apoio ao nosso trabalho, à nossa intervenção educativa, para aquilo que nós precisamos (...)”.</p> <p>E10- “(...) através da reflexão do supervisor pedagógico com a pessoa que será supervisionado pretende-se que isso contribua para melhorar o trabalho na escola. (...) Para esta melhoria acontecer nas nossas escolas é preciso que os professores e educadores aceitem a supervisão pedagógica nas escolas. Claro que o supervisor pedagógico deverá impulsionar esta melhoria na escola, com as suas competências e conhecimentos na área da supervisão pedagógica.</p> <p>E11- “(...) a supervisão contribui para melhorar o trabalho na escola. (...) Na medida em que poderá ajudar a que o trabalho se desenvolva melhor ou ajudar nas necessidades que as próprias escolas sentem, ou o próprio grupo de crianças sente, dando-nos ferramentas para nós podermos ultrapassarmos alguns obstáculos”.</p> <p>E12- “Vamos esperar que a supervisão pedagógica sirva para melhorar porque caso contrário não vale a pena existir a supervisão pedagógica. Claro que se for vista como um apoio vai melhorar de certeza. Sabemos que ninguém é perfeito”.</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|---------------------|---|
| | | <p>E13- “(...) a supervisão pedagógica poderá contribuir para a melhoria do trabalho na escola, mas se for feita neste processo como eu tenho visto até agora em que as pessoas vêm numa postura arrogante, pouco simpática, pouco solidária com os colegas, porque os inspectores não são mais do que também professores e educadores, se deixarem de vestir essa capa de arrogância e vierem numa postura de contribuir para um trabalho melhor, numa postura de vamos todos aprender e corrigir os nossos erros, ai sim, eu acho que a inspecção era bastante positiva, mas neste momento não é!”</p> |
| | | <p>E14- “(...) colaborar, orientar, avaliar contribuindo para a melhoria do trabalho na escola. . Pedagogicamente a avaliação tem um papel importante pois só assim se pode melhorar”.</p> |
| | | <p>E15- “De certeza que com um apoio seguro melhoraremos o trabalho na escola, quer qualitativamente quer quantitativamente”.</p> |
| | | <p>E16- “ajuda a reflectir o trabalho do docente, nesse sentido garante melhor a aprendizagem dos alunos, ajuda nos problemas da escola, a nível geral vai ajudar nos problemas da escola, vai melhorar a qualidade de ensino (...)”.</p> |
| | | <p>E17- “(...) a supervisão pedagógica melhora o trabalho na escola porque eu acho que quando há um trabalho colaborativo na escola, eu acho que as práticas são mais eficazes e toda a gente está a trabalhar para o mesmo sentido, ou seja, há uma linha orientadora e tudo acontece para promover o bem-estar dos docentes”.</p> |
| | <p>Inovação nas</p> | <p>E1- “(...) uma das funções (...) de quem está a supervisionar deverá ser a de inovar (...) apresentar-nos novas práticas (...) vamos ter novas experiências e vai-nos incentivar a fazer novas práticas. (...) a trabalhar em equipa (...) essas estratégias (...) vão ajudar-nos a inovar no ensino (...).</p> |

| | | |
|--|---------|--|
| | escolas | <p>E2- “(...) se for bem feita (...) se estiverem reunidas todas as condições (...) se calhar vai ter de ser feito um trabalho anterior se for implementado o projecto de haver supervisão pedagógica nas escolas”.</p> |
| | | <p>E3- “Deveria contribuir porque (...) tudo se encontra interligado e para um bom funcionamento de qualquer escola tem de haver sempre uma interligação com todos os meios que (...) tenham a ver com a escola”.</p> |
| | | <p>E4- “(...) estou certa que inovar implicará mudar alguma coisa na escola. E mudam-se os tempos, também penso que é preciso mudar alguma coisa na escola. A tecnologia obriga a isso, são os computadores, os quadros interactivos. Mas não basta colocar também os computadores na escola para se dizer que se está a inovar, tem é de haver melhorias na qualidade do ensino”.</p> <p>- “Os supervisores na formação inicial terão de preparar os professores para o que os espera no mundo do trabalho, não se pode continuar a ensinar no modo tradicional, há que responder às exigências que são colocadas pela sociedade que vivemos”.</p> <p>-“Os educadores e os professores também vão ter de mudar na sua maneira de pensar perante a complexidade do nosso mundo”.</p> <p>-“(...) só com a tal visão super do supervisor pedagógico é que é possível inovar na escola, através da cooperação entre todos os envolvidos no processo de supervisão. Só com educadores e dos professores motivados é que se poderá inovar. Inovar nas escolas dá muito trabalho (...). Pode ser que a supervisão pedagógica nos ajude a inovar, vamos la ver”.</p> |
| | | <p>E5- “(...) em última análise (...) sim, se essa pessoa que estiver com esse cargo souber ouvir às vezes as sugestões que vêm dos colegas ou também se for uma pessoa que está sempre informada, que procura</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>sempre saber coisas para trazer para o meio onde está a trabalhar. Se houver das duas partes essa dinâmica (...) acho que sim, vai haver oportunidade de essa pessoa que está na supervisão que ainda por cima se estiver normalizada, legalizada pelo Estado essa pessoa ficará com a incumbência de levar essas inovações para a frente”.</p> |
| | <p>E6- “Inovar sim, sem dúvida inovar e é uma forma de inovar o nosso trabalho e de alargar experiências, acho que sim”.</p> |
| | <p>E7- “(...) leva a uma reflexão, leva a (...) uma mudança, depois da reflexão nós conseguimos mudar, conseguimos melhorar”.</p> <p>- “Eu penso que [a mudança leva à inovação] sim, ou melhor deve levar, não? Senão não valeria a pena”.</p> |
| | <p>E8- “Para inovar sinceramente não sei. (...) Mas melhorar penso que sim, não tenho dúvidas. (...) jogamos sempre pelo seguro. (...) Quanto a inovação (...) ela é precisa, é preciso muito trabalho (...) para que exista inovação. Neste momento acho que da forma como o País está a atravessar toda esta situação financeira conturbada, que tudo exige de nós a nível monetário, bom, para dar os passos e para se evoluir tudo está ligado ao aspecto financeiro e acho que neste momento é um entrave à inovação e até à própria supervisão pedagógica. Melhorar penso que sim se toda a gente colaborar. Inovar é algo muito difícil”.</p> |
| | <p>E9- “(...) o supervisor com as suas competências, pode sempre dar um contributo para as escolas se inovarem (...) se se reconstruírem no sentido de responderem as necessidades actuais porque às vezes as escolas também estão um pouco desajustadas à realidade”.</p> |
| | <p>E10- “O supervisor deve ser alguém (...) inovador e deve conduzir-nos na inovação na escola. A mudança</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | traz sempre uma preocupação, mas é uma coisa saudável”. |
| | | E11- “Pode-se inovar nas nossas práticas com a ajuda do supervisor porque se calhar tem outras ferramentas que nós no dia-a-dia podemos não estar tão receptivos a elas provavelmente”. |
| | | E12- “(...) é possível inovar com a supervisão pedagógica, mas isso depende do apoio que nos vão dar. Vamos inovar nas nossas práticas”. |
| | | E13- “(...) com a supervisão é possível inovar, se for nesta perspectiva de trabalho contínuo, acho que sim. Acho que é sempre possível inovar, é por isso, é salutar o trabalho com outras pessoas porque aprendemos e evoluímos a coisa nova todos os dias surgem coisas novas e acho que a inspecção tinha que fazer não faz formação, não tem acesso a essas coisas ou porque não querem ou não podem e a inspecção também deveria trazer essa luzinha no fundo do túnel e acho que não é isso que acontece”. |
| | | E14- “Pode levar à inovação se não se revestir apenas de um carácter inspectivo. Se a supervisão pedagógica adquirir um carácter de ajuda, de apoio ao trabalho pedagógico, se for por este caminho contribui para a inovação a nível de práticas. Se tiver apenas a vertente de inspecção não será um estímulo, vai castrar um pouco, se só apontar os aspectos negativos e não ajudar a alargar os horizontes”. |
| | | E15- “Tem de haver disponibilidade, tempo e vontade para se mudar nas escolas, deixarmos de ensinar de forma tão tradicional e inovar nas nossas práticas para que haja mais qualidade no ensino, para bem das nossas crianças. Com uma ajudinha do supervisor conseguiremos promover processos de mudança no ensino, ou seja, inovação no ensino”. |
| | | E16- “(...) propostas inovadoras que à partida eles vão trazer”. |
| | | E17- “(...) a inovação é um processo que se faz aos poucos e poucos, porque no meu entender quando |

| | | |
|--|-----------------------------------|--|
| | | falamos sobre a inovação às vezes nem todos os colegas aceitam o que é novo e põem alguns entraves em receber as novidades, em receber ideias de outros colegas porque o que está, se já está, está bom, não vale a pena mudar, não vale a pena alterar”. |
| | Formação contínua e especializada | E1- “(...) penso que (...) toda a gente devia ter formação sobre supervisão pedagógica”. |
| | | E2- “(...) quase de certeza é um dos passos mais importantes e mais decisivos para que as coisas resultem, no sentido de haver a noção do que é que vai ser feito. (...) é importante existir realmente formação específica para todas as pessoas, não só para as pessoas que se calhar pensam que têm capacidades para serem supervisores pedagógicos mas (...) também para os docentes que vão ser observados para terem consciência do que vai acontecer, quais são os objectivos, (...) o que é que consta da supervisão, o que vai ser esperado do docente”. |
| | | E3 - |
| | | E4 - |
| | | E5 - |
| | | E6 - |
| | | E7- “(...) [a formação contínua]seria sempre uma mais valia”. |
| | | E8- “É fundamental a formação contínua na supervisão pedagógica, (...) não só me refiro na supervisão pedagógica em si, mas sim a todas as áreas, pois é fundamental a formação contínua. Especializada sim porque não é qualquer elemento que vai para a supervisão pedagógica, deve ser alguém que tem formação que se especializou nesta área, que sabe o que tem que fazer, como deve fazer, os parâmetros que tem a |

| | | |
|-----------------------|--------|---|
| | | seguir”. |
| | | E9- ----- |
| | | E10- “Seria importante haver alguma formação para os docentes na área da supervisão pedagógica. Uma acções de formação para se saber do que se trata mesmo, de modo a responder às expectativas, necessidades e interesses dos docentes”. |
| | | E11- ----- |
| | | E12- “Parece-me que era preciso que existisse formação sobre a supervisão pedagógica para todos os professores e educadores, é uma necessidade do sistema de ensino actual, de forma a que a escola se encontre a si mesma nesta fase tão incerta”. |
| | | E13- ----- |
| | | E14- “Precisávamos de formação nesta área da supervisão pedagógica”. |
| | | E15- “ (...) a supervisão ao vir para as escolas tem de ser uma coisa bem pensada, tem de ser dada formação contínua aos educadores e professores para que se saiba com o que se irá contar”. |
| | | E16- ----- |
| | | E17- ----- |
| Supervisor pedagógico | Pessoa | <p>E1- “(...) alguém com experiência”.</p> <p>- “(...) acima de tudo uma pessoa com (...) características de empatia (...) que apoie, que dê exemplo, que encoraje e que acima de tudo respeite o trabalho do outro (...)”.</p> <p>- “(...) essa pessoa à partida tem mais conhecimentos do que nós ou está mais informado”.</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | - “(...) devem ter experiência no campo, não ser alguém que saia duma formação, ou dum curso e que nunca tenha trabalhado, que nunca tenha lidado com a realidade (...). Alguém que já tenha trabalhado com crianças, alguém que saiba como é que é trabalhar com um grupo de crianças, (...) alguém ligado à nossa área (...)”. |
| | | E2 - “(...) o mais complicado é eleger alguém para o cargo, chegar a um consenso. (...) acima de tudo deve ser uma pessoa que tenha espírito de liderança, (..) aberto ao diálogo (...) sensibilidade para lidar com pessoas, (...) saber trabalhar em equipa (...) difícil escolher alguém que tenha esses requisitos todos e que esteja disponível a exercer o cargo, (...) passa, se calhar um bocadinho, pelo papel do director se bem que (...) seria extremamente complicado exercer as funções de direcção em conjunto com as de supervisão pedagógica. (...) deveria ser alguém de dentro da escola preferencialmente, mas que não exercesse outros cargos”. |
| | | E3 - ----- |
| | | E4 - “(...) tem-se falado que o supervisor pedagógico nas nossas escolas será o director de escola, mas olhe não sei se assim será”. - “(...) o supervisor pedagógico deverá ser um professor ou uma educador educadora, consoante quem está a supervisionar. Ele deverá saber muita coisa (...)”. |
| | | E5 - “Não sei. (...)se não fosse a directora numa escola pequena, aquele que não acumulasse estas duas funções, por exemplo podia ter um colega que fosse supervisor e ao mesmo tempo que, assim orientasse a parte pedagógica da escola, aquele a que nós chamamos o director pedagógico, digamos assim”. |
| | | E6 - “Estou a falar de inspecção”. |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>E7- “(...) alguém que saberá mais do que nós”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Eu acho que deveria ser interno. Como se costuma falar muito agora que anda o problema se deve ser externo ou interno, eu acho que devia ser interno, devia ser alguém de dentro da escola (...).” - “(...) devia ser sempre alguém da nossa confiança”. - “(...) deve ter bom senso, acho que não se faz nada sem bom senso, principalmente na nossa profissão”. - “(...) tanto poderá ser como director da escola, como poderá ter turma, desde que seja, lá está, com o perfil indicado (...).” |
| | | <p>E8- “(...) alguém com experiência, alguém que já tenha trabalhado com crianças, ter conhecimento da prática, que já tenha estado no activo se assim se pode dizer. O supervisor pedagógico terá de ser alguém muito receptivo e acima de tudo essa pessoa tem ser equilibrada”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “(...) uma pessoa que saiba o que está fazendo, que está a fazer correctamente, que não se deixa levar por A, B ou C. Que saiba que está ali e que tem determinados objectivos, e que se deixe levar por esses objectivos, não por outros objectivos que nada têm a ver com a supervisão pedagógica”. |
| | | <p>E9- “(...) ser uma pessoa no fundo (...) humilde para se colocar no nosso lugar”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “(...) ser uma pessoa reflexiva”. - “(...) o supervisor é alguém que se calhar vai às escolas”. |
| | | <p>E10- “Ele tem de ser uma pessoa muito culta, equilibrada, empática e comunicativa”.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “O supervisor que deve ser alguém inteligente, flexível, disponível, criativo (...). - “(...) seja uma pessoa serena, ponderada, paciente e imparcial no que tiver de fazer”. |
| | | <p>E11- “(...) eu vejo (...) o supervisor pedagógico como o nosso orientador de estágio”.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>-“O supervisor deve ser em princípio um professor ou educador (...) flexível, culto, disponível, criativo, paciente, idóneo”.</p> <p>-“(...) traz vantagens e desvantagens ser interno ou externo. Interno acaba por se aperceber melhor se calhar das dificuldades do grupo, quando eu digo grupo é da escola em si, uma desvantagem é que muitas vezes já está, não queria utilizar bem esta palavra, “viciada” que também pode não ser uma ajuda, pode ser também um entrave. Sendo de fora, trazendo outras maneiras de pensar outras realidades poderá muito mais facilmente ajudar, mas também pode não ajudar na medida em que não está receptivo à dificuldade ou às competências daquela escola”.</p> <p>-“O supervisor é diferente do inspector (...)”.</p> <hr/> <p>E12- “(...) é a inspectora que vem à escola. (...) É alguém da secretaria da educação que vem fazer a supervisão pedagógica ou melhor dizendo a inspecção”.</p> <p>-“Deverá ser educadora para o pré-escolar porque os professores do 1º ciclo às vezes estão a leste do que se faz no pré-escolar. Se vem inspeccionar a pré deveria ser educadora porque está dentro do trabalho que é realizado”.</p> <p>-“Alguém de dentro da escola eu não concordo que seja porque sabemos como funciona. Deverá ser alguém de fora da escola, mas seja quem for tem de vir no sentido de apoiar, “está mal vamos ver como se faz”, tem de ser neste sentido”.</p> <p>- “Tem de ser alguém experiente, pode ter menos serviço do que a pessoa que vai supervisionar, não vejo qualquer problema”.</p> <hr/> <p>E13- “Podem ser os inspectores, podem ser formadores do gabinete ou da secretaria de educação (...)”.</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>E14- “Um professor ou educador de infância com formação na área da supervisão pedagógica. Não concebo que não seja uma pessoa que não tenha tido experiência directa numa escola, um professor ou educador estará apto a ser supervisor. (...) Tem de ser uma pessoa empática, disponível, criativa, paciente, isenta, justa, equilibrada, flexível, inteligente e que saiba aquilo que está a fazer”.</p> <p>E15- “(...) o supervisor na escola. Interno ou externo, deixe-me ver. Olhe se for interno conhecerá a sua escola, a equipa pedagógica, o meio e desempenhará melhor o seu papel de informar, sugerir, problematizar e avaliar. Mas aqui nesta última fase, avaliar, pode surgir a dificuldade de ser isento no processo de supervisão pedagógica.</p> <p>Se for alguém externo pode ser uma pessoa mais isenta, imparcial quando tiver de avaliar, que será esta parte que a maior parte dos professores e educadores dará mais importância, para efeitos de progressão na carreira”.</p> <p>-“(...) até me parece que deve ser alguém externo à escola, porque senão quem não tem uma sala será prejudicado”.</p> <p>-“(...) tem de ser alguém preparado”.</p> <p>E16- “(...) estar a dizer que é educador ou professor, porque isso é estar a dizer que educador não tem capacidades e o professor não tem capacidades. (...) quem deve fazer a supervisão, deve ter tempo de serviço suficiente. Eu acho que o tempo de serviço também serve para alguma coisa e uma pessoa que quer exercer esse cargo deve ter tempo de serviço para ter prática e tempo de ter passado pela experiência para depois poder saber lidar com os problemas pelo qual ele próprio já passou. Acima de tudo deve ser uma pessoa com tempo de serviço suficiente para tal”.</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--------------|--|
| | | E17- “(...) o supervisor pedagógico é o director de escola”. |
| | Competências | E1- “(...) capaz de observar, seja imparcial, flexível (...) de respeitar e compreender o outro ou a pessoa que está a supervisionar”. |
| | | E2- ----- |
| | | E3- “A supervisão (...) é sempre diferente consoante as escolas onde estão inseridas, porque cada meio é um meio e cada escola é uma escola”. |
| | | E4- “Ao supervisor pedagógico estão-lhe associadas as competências de liderança e avaliação. Mas para isso é preciso que ele seja uma pessoa serena, paciente e profissional e isenta. Mas parece-me que tem de haver alguma ética no processo supervensivo, porque senão isto vai ser uma confusão”. |
| | | E5- “Tem que ser uma pessoa que saiba comunicar, que saiba ouvir, que saiba ficar no lugar da outra pessoa, que seja uma pessoa empática que é muito difícil obter em todas as pessoas estas características em conjunto. Há umas que são mais de uma forma, outras de outra, terá que ter também uma capacidade de gerir stress porque é difícil um cargo desses e terá que ter uma capacidade de avaliação e de análise crítica sobre o que observa”. - “(...) deve saber comunicar, observar muito bem, deve saber lidar com os conflitos, deve saber usar diversos instrumentos de trabalho”. - “(...) capacidades que tem, de dialogar, de observar, de sugerir, de encorajar os colegas”. |
| | | E6- “(...) os supervisores até são pessoas bastante acessíveis e que sabem lidar com as situações e que (...) é capaz de ser criticar mas pela maneira positiva (...)”. - “Deve, primeiro lugar deve ser uma pessoa muito aberta e que saiba dialogar com os docentes e que |

| | |
|--|---|
| | <p>venha numa perspectiva de ajudar, de reflectir e de auxiliar os professores nos seus planeamentos, trazer ideias diferentes (...)."</p> <p>- “(...) vem no fundo fomentar a reflexão e a auto avaliação do trabalho do docente”.</p> |
| | <p>E7- “(...) deve ser uma pessoa com liderança, capaz, com perfil de líder”.</p> <p>- “(...) deve ter bom senso, acho que não se faz nada sem bom senso, principalmente na nossa profissão”.</p> <p>- “(...) transmita confiança à pessoa que ele vai supervisionar”.</p> |
| | <p>E8- “Em relação às competências eu penso que deve possuir competências a nível cívico, a nível técnico e a nível humano acima de tudo e tem de ser alguém com muitos valores humanos”.</p> <p>- “(...) o supervisor pedagógico seja alguém ponderado, alguém sereno, com bom senso, alguém com paciência, que tenha subjacente um perfil ético, que seja idóneo, que seja profissional, que tenha sentido de ver e que seja isento, a tal imparcialidade que já foquei atrás. Isento para mim é fundamental, porque sabemos que é muito muito difícil”.</p> |
| | <p>E9- “(...) os supervisores, tenham a capacidade de ver a globalidade da acção educativa no contexto interno, num contexto específico”.</p> <p>-“Para além das competências científicas, considero que o supervisor deve ser, deveria ser uma pessoa aberta (...).”</p> |
| | <p>E10- “Tem de ser capaz de olhar para o meio envolvente de cada escola, daí a importância de conhecer o meio ao redor da escola, capaz também de analisar as situações que sucedem no dia-a-dia da escola e claro avaliar (...) no que respeita ao trabalho que é feito, ao desempenho do pessoal docente”.</p> |
| | <p>E11- “(...) a principal competência acaba por ser o avaliar. (...) Avaliar de um modo geral, o próprio</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>professor ou educador, o próprio grupo de crianças. O supervisor tem de ser alguém muito competente no que faz, capaz de comunicar, analisar, observar, e conseguir pôr-se no lugar do supervisionado”.</p> |
| | <p>E12- “Avaliação, mas sempre uma avaliação construtiva com base numa análise das situações diárias, num, acompanhar, sugerir, orientar, questionar o educador ou professor na prática. Estamos numa época em que o profissional que sabe escrever e florear é que está bem, mesmo que este não faça nada com as crianças”.</p> |
| | <p>E13- “(...) experiência profissional reconhecida, mérito naquilo que fazem para serem capazes de fazer bem o trabalho”.</p> |
| | <p>E14-“O supervisor tem de ter em conta que cada pessoa e o que serve para uma pessoa não serve para todos”.</p> <p>- “Ao supervisor compete observar, analisar o contexto onde se insere a supervisão pedagógica, o meio, os docentes, os alunos, o currículo. A maneira como o supervisor comunica com os docentes é muito importante”.</p> |
| | <p>E15- “(...) o supervisor deverá ser capaz de adequar o estilo de supervisão pedagógica porque somos todos diferentes e trabalhamos de maneiras diferentes, isto não pode ser nunca esquecido”.</p> |
| | <p>E16- “a capacidade para liderar, porque quando vem fazer isso vai fazer mudanças em princípio e as pessoas não estão preparadas muitas vezes para essas mudanças, e então deve a ser uma pessoa que deve ter capacidade de liderar e deve ter capacidades humanas, de relação, a relação que vai ter com o supervisionado digamos, deve saber relacionar-se”.</p> <p>- (...) capacidades de ouvir, deve saber ouvir, é normal com os problemas que os professores têm, é normal que vindo a supervisão vão querer desabafar e vão querer contar os problemas que sentem ao longo do</p> |

| | | |
|--|---------------|---|
| | | ano”. |
| | | E17- “(...) incentivar a auto reflexão da acção”. |
| | Conhecimentos | E1- (...) alguém que tenha conhecimentos (...) sobre o processo de ensino e aprendizagem”. |
| | | E2 - ----- |
| | | E3 - ----- |
| | | E4- “O supervisor pedagógico deve ser uma pessoa informada, ter conhecimentos sobre o currículo, deve ser empático de modo a conseguir também construir uma relação de confiança com quem esteja a supervisionar, (...) deve ainda ter conhecimento das dinâmicas de trabalho de grupo. (...) E também tem que ser alguém disponível e que esteja atento, criativo e experiente e estar em constante actualização de conhecimentos”. |
| | | E5- “Ter conhecimentos dentro da área, por exemplo nesta escola, tem pré e 1º ciclo, deverá estar alertado para a realidade que é o 1º ciclo e o pré-escolar. (...) o tipo de avaliação que nós fazemos é diferente do 1º ciclo, terá também que ter em conta conhecimentos sobre o meio, da zona onde está inserida a escola, deverá ter conhecimentos sobre os instrumentos de observação para fazer na sala, tem que ter uma parte de, ter certas qualidades, certas características pessoais”. |
| | | - “Um supervisor deve (...) conhecer o meio onde está a supervisionar, onde está a trabalhar para depois fazer o seu trabalho junto aos colegas. Se souber que é um meio carente, se é um meio que precisa de determinadas coisas vai orientar os colegas para que sejam colmatadas essas necessidades”. |
| | | E6- “Acho que a supervisão pedagógica é importante porque é uma forma de se actualizar também e de acompanhar passo a passo todo o progresso que está a haver a nível da educação”. |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>E7- “(...) saber a realidade da escola, a realidade dos alunos, o meio”.</p> <p>- “(...) ter sempre em atenção a realidade onde estamos inseridos, não é? Influencia-nos a nós, influencia o nosso trabalho. Eu penso que a realidade influencia sempre”.</p> <hr/> <p>E8- “(...) é importante ter em conta o contexto sócio-económico e cultural onde se insere a supervisão pedagógica porque não é a mesma coisa a supervisão pedagógica numa escola grande com muitos professores e numa escola pequena com poucos professores”.</p> <p>-“Também as condições, penso eu, de trabalho da escola assim como o grupo de crianças com quem trabalhamos influenciam bastante o papel do supervisor pedagógico”.</p> <p>-“Quanto aos conhecimentos deve possuir sem dúvida conhecimentos na área da supervisão, na área que está a representar no fundo, porque não deverá vir qualquer pessoa para aqui fazer uma supervisão pedagógica que quando não tem conhecimentos nem competências para tal. Se não é isto, se não é isto entorna-se o caldo!”.</p> <hr/> <p>E9- “(...) que veja a educação como um processo evolutivo”.</p> <p>-“(...) reconhecer as dificuldades das escolas”.</p> <hr/> <p>E10- “(...) conhecimentos na área da supervisão pedagógica. O supervisor tem de conhecer os docentes e o contexto em que actua, porque é diferente estar numa escola numa zona rural e numa escola numa zona urbana. Ele tem de saber muito e envolver-se nas situações do dia-a-dia, conhecer as orientações curriculares do pré-escolar e o currículo do 1º ciclo”.</p> <hr/> <p>E11- “Deve ter conhecimentos acerca da formação quer do professor quer do educador, das características do grupo de crianças, do meio onde está inserido, da escola em si, das características individuais dos</p> |
|--|--|---|

| | |
|--|---|
| | professores e educadores”. |
| | E12- “Deverá ter conhecimentos na área da supervisão pedagógica, do grupo de crianças que está a supervisionar, do meio sócio económico e cultural onde está a escola para que possa supervisionar melhor. Tem de ser uma pessoa disponível, aberta, sociável, isenta. Porque se não for isenta, for amiga de uma ou de outra, vamos tramar aquela pessoa”. |
| | E13- “(...) compreender diferentes metodologias e diferentes conceitos da educação”. |
| | E14- “(...) o supervisor tem de conhecer minimamente o meio, o grupo de crianças, o currículo, as características das pessoas que está a supervisionar. Se não conhecer o contexto não será um trabalho rentável. O contexto tem uma carga demasiado grande”. |
| | E15- “Tem de ter uma visão, um olhar que abranja tudo e todos, a comunidade envolvente, os alunos, os educadores e professores, o currículo”. - “(...) há que se ter em conta as características individuais de quem será supervisionado porque somos todos diferentes, o tamanho da escola onde se supervisionado, se o grupo de crianças é pequeno ou grande, como é o meio envolvente à escola”. |
| | E16- “(...) conhecimentos das práticas pedagógicas que estão em vigor porque ao longo destes anos todos as práticas pedagógicas vão mudando e vão surgindo novos métodos e a pessoa deve estar entre aspas actualizada (...)”. |
| | E17- “O supervisor precisa ter conhecimento do meio onde está a supervisionar, das características dos supervisionados e do currículo”. |

| | | |
|--|---------|--|
| | Funções | <p>E1- (...) informar as pessoas que está a supervisionar a nível dos conteúdos, (...) que questione, que sugira, que oriente, que encoraje e que por fim que avalie, mas que no meio de tudo (...) faça (...) o supervisionado reflectir sobre a sua acção”.</p> <p>- (...) uma das funções (...) de quem está a supervisionar deverá ser a de inovar (...)” .</p> <p>E2 – “(...) observar e vai avaliar, vai ajudar também a planificar e orientar um pouco o trabalho”.</p> <p>E3 – “(...) bom funcionamento da escola e (...) bom desenvolvimento para os alunos”.</p> <p>E4- “Parece-me que será um pouco diferente o papel do supervisor num meio socioeconómico e cultural elevado e num meio socioeconómico cultural médio/baixo”.</p> <p>- “(...) informar sobre o que é necessário saber, questionar tudo, reflectir com o supervisionado e dar opinião aos supervisionados e por fim avaliar”.</p> <p>- “O supervisor terá de encorajar também quando achar que é preciso, ser um modelo, prestar atenção ao processo que supervisiona e a quem está a supervisionar, orientar no sentido que achar mais correcto, ajudar a solucionar situações problemáticas que surjam e deverá confiar sempre nas capacidades do supervisionado. Só com base nestas condições é que o processo supervisivo poderá ter sentido e ser capaz de que o supervisionado melhore o seu trabalho, tenha um espírito de auto-formação, de desenvolvimento e tenha maior (...) consciência de que é de si, que depende o sucesso dos alunos e empenhe-se com mais entusiasmo na sua profissão”.</p> <p>E5- - “(...) é alguém que está lá para os ajudar e não para observar e criticar apenas”.</p> <p>- “Há que reflectir e ao mesmo tempo dar sugestões e às vezes encorajar (...) se tivermos alguém que esteja ali do nosso lado e que podemos nos apoiar nessa pessoa”.</p> |
|--|---------|--|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>E6- “(...) o supervisor deve vir para ajudar, se uma coisa não está muito bem é ajudar e dar orientações para que se faça melhor”.</p> <p>- “(...) vem à escola ver, no fundo ver as aulas dos professores, como é que correm (...)”.</p> <p>- “(...) não deitar o trabalho abaixo, mas sim “olha aqui tá bom, podia fazer melhor, podia usar outras estratégias”.</p> <p>- “(...) o supervisor está para ajudar mesmo e para trazer novas ideias e poderem reflectir sobre o trabalho feito”.</p> |
| | | <p>E7- “(...) perfil de líder”.</p> |
| | | <p>E8- “(...) primeiro que tudo o supervisor pedagógico deverá informar o professor ou o educador se for o caso, que está a supervisionar qual é o seu papel ali, os objectivos que ele pretende alcançar. Deverá questionar o professor ou o educador que está a supervisionar, sugerir alguma coisa, encorajar (...) e só mesmo no fim de tudo é que deverá avaliar o trabalho do supervisionado. (...) deverá haver de certa forma muita reflexão entre o supervisor pedagógico e o professor, educador supervisionado, reflectir sempre que possível sobre o que foi feito, o que foi dito (...). Se o supervisor pedagógico juntamente com o docente que está a ser supervisionado fizer uma reflexão sobre o que está a ser feito, (...) sem dúvida, conseguirão trabalhar melhor e aí entra a tal avaliação que o supervisor pedagógico deverá fazer do docente”.</p> <p>- “(...) o supervisor pedagógico está ali para ajudar, penso eu, que não é para complicar”.</p> <p>- “(...) alguém na sala para me ajudar a reflectir sobre a minha prática”.</p> |
| | | <p>E9- “(...) nos poder apoiar (...) nos avaliar, (...) reflectir”.</p> <p>- “(...) apoiar e actuar de forma a ajudar”.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | -“(...) uma postura sempre de apoio, (...) para orientar, (...) reflectir”. |
| | | E10- “O supervisor para além de observar, vai ainda nos informar das coisas, dar sugestões, orientar, questionar o que se faz e os resultados alcançados e claro terá de nos avaliar”. |
| | | E11- “Avaliar de um modo geral” (...) analisar, observar (...)”. - “(...) ajudar a que o trabalho se desenvolva melhor e ajudar nas necessidades que as próprias escolas sentem (...)”. -“(...) uma ajuda, uma interajuda, um aconselhamento, uma crítica sempre numa vertente construtiva (...)”. |
| | | E12- “Ajuda e apoio (...)”. -“O supervisor tem de ajudar com humildade e perceber bem as coisas, porque além de ser supervisor deverá ser também um cidadão consciente, culto e que tem uma responsabilidade enorme no sucesso dos alunos, na qualidade de ensino na escola. Terá de informar os supervisionados, orientar, sugerir e avaliar no fim”. |
| | | E13- “(...) isso saberia lhe responder melhor se eu fosse supervisora pedagógica, aquilo que eu vejo na prática, o supervisor pedagógico vem verificar se a parte burocrática das escolas está em dia, é só isso que eu vejo”. |
| | | E14- “(...) é fiscalizar e não colaborar, não sei se não era melhor focarem nos gabinetes”. |
| | | E15- “Esse alguém nos fará pensar, reflectir acerca da nossa prática para que se possa crescer profissionalmente para bem de todas as nossas crianças”. -“Irá fazer a avaliação do desempenho que tanto nos preocupa, porque vai ter de acabar a ponderação |

| | | |
|--|----------|---|
| | | curricular só com base nas formações que se faz, nos cargos que se desempenha”. |
| | | E16- “(...) ajuda a reflectir o trabalho do docente (...) vai ajudar nos problemas da escola”. - “Avaliar as pessoas”. - “(...) fiscalização da prática pedagógica”. |
| | | E17- “(...) orientar o grupo de trabalho, disponibilizar recursos materiais didáctico-pedagógicos de modo que a prática dos docentes vá ao encontro das necessidades e dos interesses das crianças”. - “(...) melhor partilha de informação (...) onde há partilha de informação há um bom sucesso educativo em toda a dinâmica da escola”. |
| | Formação | E1- “(...) o supervisor (...) alguém, que para já tenha uma formação dentro da área que vai supervisionar”. |
| | | E2 - “(...) deveria haver formação específica (...) posterior à formação inicial”. - (...) na área da supervisão pedagógica e (...) na área da relação interpessoal (...) também é muito importante, acho que as duas coisas se deviam conjugar”. |
| | | E3- “(...) pessoas com formação na área pois aí adquirem melhores conhecimentos e competências”. |
| | | E4- “(...) tenha tirado alguma especialização na área da supervisão pedagógica. Não tem qualquer sentido que um supervisor pedagógico não tenha formação na área da supervisão pedagógica para exercer”. |
| | | E5- ----- |
| | | E6- “(...) é alguém que é formado nessa área”. - “(...) deverão ser pessoas com formação para tal, que tenham feito licenciatura, mestrado em supervisão |

| | | |
|--|--|---|
| | | pedagógica”. |
| | | E7- “Eu penso que sim [formação na área da supervisão pedagógica], (...) a formação a esse nível seria muito bom”. |
| | | E8- “(...) deve ser alguém com formação”. -“(...) deve ser alguém que tem formação que se especializou nesta área, que sabe o que tem que fazer, como deve fazer, os parâmetros que tem a seguir”. |
| | | E9- “ (...) tem de ser alguém com formação para isso”. -“Na área da supervisão pedagógica, e (...) na área da educação, mas essencialmente na área da educação com as habilitações necessárias para a supervisão (...)”. |
| | | E10- “(...) quem esteja responsável por ela, tenha formação adequada para exercer (...)”. |
| | | E11- “O supervisor deve ser em princípio um professor ou educador com formação especializada na supervisão pedagógica (...)”. |
| | | E12- “Tem de ter formação na área da supervisão pedagógica e ser educadora”. |
| | | E13- “Um professor ou educador com formação na área da supervisão pedagógica”. |
| | | E14- ----- |
| | | E15- “(...) o supervisor, quer seja interno ou externo como já disse antes, deverá ter formação especializada na área da supervisão pedagógica”. -“(...) a pessoa que for supervisor terá de ter obrigatoriamente formação na área para desempenhar as funções melhor”. |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>E16- “(...) o supervisor deve ter formação para isso. Primeiro acho que deve ter formação em sociologia, porque se vai, ele tem de saber o meio da escola, a escola esta inserida no meio especial, há escolas mais características do que outras, deve ter formação nesse aspecto. Depois acho que deve ter formação em Psicologia também porque tem de lidar com esta gente toda”.</p> |
| | | <p>E17- “(...) o supervisor deve ter formação na área da supervisão pedagógica porque esta adquirir competências e esta adquirir conhecimentos para exercer a sua tarefa de supervisor pedagógico no âmbito aquilo que andou a estudar, falo por mim, nós somos educadores porque tiramos uma área de formação base educação de infância. Deveria acontecer o mesmo ao supervisor, neste sentido, eu acho que o seu mestrado vai dar competências a estes novos alunos com esta formação específica para ter competências para regressar às escolas e porque não exercer a sua função de supervisor nessa escola”.</p> |
| | <p>Relação entre o supervisor e os supervisionados</p> | <p>E1- “(...) uma relação aberta e acima de tudo que haja diálogo entre as duas partes e cooperação porque se existe uma relação de supervisor, tipo uma relação hierárquica não vai ser nada agradável e a pessoa que está a ser supervisionada vai encarar como no fundo um fiscal, alguém que está a julgar. (...) uma relação aberta e com comunicação, respeito entre as partes”.</p> |
| | | <p>E2- “(...) deve haver uma relação principalmente de cooperação, de confiança, (...) no sentido de encorajar e facilitar todo o trabalho que no meu entender visa melhorar o processo de ensino e aprendizagem”.</p> |
| | | <p>E3- “(...) uma relação profissional, amiga, compreensiva”.</p> |
| | | <p>E4- “(...) é preciso que exista um clima de confiança também (não é? e de apoio entre o supervisor e o educador e o professor que vai ser supervisionado”.</p> <p>- “Tem de haver uma relação positiva (...) com um espírito de abertura, empatia, entajuda e verdade”.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>E5- -----</p> <p>E6- “Eu penso que deve de haver um diálogo, uma abertura e uma confiança (...)”.</p> <p>E7- “(...) relação normal, assim como temos com qualquer colega, mas isso às vezes é difícil. (...) uma relação de amizade, uma relação de interajuda, não aquela postura de supervisionar, (...) que isso torna pesado e torna fria a relação entre as pessoas”.</p> <p>E8- “Eu acho que deve ser uma relação baseada na confiança, deve haver muito apoio (...)”.</p> <p>E9- “(...) humildade de ambas as partes”.</p> <p>-“(...) relação mais aberta e mais verdadeira com o supervisor”.</p> <p>-“(...) o docente tem de ser sempre uma pessoa aberta, para aquilo que vem, para melhorar sempre para melhorar”.</p> <p>E10- “Deve ser basicamente uma relação de cooperação”.</p> <p>E11-“(...) quando um supervisor se apresentar na escola devemos agir naturalmente e também haver esta interajuda entre o supervisor e neste caso o educador”.</p> <p>E12- “Deverá ser uma relação amiga, isenta e justa. Com base na confiança”.</p> |
| | | <p>E13- “(...) deve ser uma relação de continuidade, não uma relação pontual em que as pessoas chegam e quase que é sentido como, se vem um polícia a escola, não, acho que a supervisão, no meu entender, a supervisão pedagógica faria sentido num acompanhamento, não digo diário, mas num acompanhamento regular ao longo do ano em que as pessoas falassem e conversassem e que acrescentassem mais-valias uma a outra quer por parte dos inspectores quer por parte dos educadores, acho que tem de ser uma relação, de cumplicidade e não de policiamento”.</p> |

| | | |
|-------------------|--------------|--|
| | | <p>E14- “A relação não poderá ser igual para todos, lá está, conhecendo o supervisionado a relação terá de se adequar. Deverá haver uma relação de cooperação, abertura, confiança para que a supervisão pedagógica dê bons frutos. Se há casos em que o carácter de fiscalização terá de existir, noutros casos, trabalhando muito nem sempre se faz notar”.</p> |
| | | <p>E15- “Tem de haver uma relação de companheirismo entre esse alguém, supervisor, e os educadores e professores, que nos faça sentir ainda mais entusiasmo pela nossa profissão, que nos faça que tomemos ainda mais consciência da nossa responsabilidade no sucesso das nossas crianças, o que com a situação actual da desvalorização da classe docente será uma tarefa difícil e complexa da supervisão”.</p> <p>- “(...) uma relação aberta entre os envolvidos”.</p> |
| | | <p>E16- “(...) deve ser uma relação humana, boa, porque senão não há comunicação, a comunicação deve ser entre os dois, o trabalho é mútuo não é só o supervisor vir aqui e dizer deve-se melhorar isto e isto e isto. Não, tem que o outro lado tem de dar de si. Tem de ser uma relação aberta e não uma relação de, eu entendo assim, uma relação de eu sou o teu chefe, venho para aqui! Não pode ser assim, eu acho que tem de ser uma relação aberta de ambas as partes”.</p> |
| | | <p>E17- “(...) a nível de uma questão ética, eu acho que a relação deverá ser neutra e rigorosa, e não haver aqueles grupinhos de amigos, eu acho que o supervisor pedagógico tem que ser uma pessoa neutro e rigorosa”.</p> |
| Expectativas e/ou | Expectativas | <p>E1- “(...) expectativas espero que a pessoa que seja, que esteja a supervisionar tenha aquelas qualidades (...) que seja uma pessoa que respeite, que compreenda, que oriente, que encoraje (...).</p> |

| | |
|--------------|---|
| preocupações | <p>E2- “(...) as expectativas (...) passam um bocadinho pelo desconhecido”.</p> <p>- “A nível de supervisão de escola acho que deveria haver uma separação pré-escolar, 1º ciclo ou então ao ser dada a formação, a tal formação específica tentar englobar as duas coisas explicando o que é o trabalho do pré-escolar e o que é o trabalho do 1º ciclo porque quem tem formação em 1º ciclo se calhar desvaloriza um bocadinho o que é o pré-escolar pelo desconhecido, por não saber se calhar o que é, é aquele estigma de que as pessoas vêm para a escola para cuidar das crianças, de prepará-las para o 1º ciclo. Acho que deveria haver uma preocupação nesse sentido, de valorizar o trabalho de cada área, de cada turma, consoante a importância do mesmo. Se calhar devia haver, o pré-escolar devia ser observado e avaliado por pessoas formadas na área e o 1º ciclo igual”.</p> |
| | <p>E3- “(...) que mude as mentalidades principalmente dos supervisores, isso só vai trazer benefícios aos locais de trabalho, às escolas onde eles possam interferir e aí vai trazer mais valias aos alunos que é a principal base de todo o processo de que estamos a falar”.</p> |
| | <p>E4- “Gostava de saber para quando a implementação da supervisão pedagógica nas escolas, e se é alguém exterior à escola que virá supervisionar ou se é alguém daqui de dentro da nossa escola que supervisiona. Não sei, olhe será a colega? E os seus outros colegas que estão neste momento virão para as escolas?”</p> |
| | <p>E5- “(...) eu não posso dizer que tenha muitas expectativas (...) eu espero que se for mesmo para bem se for algo bem pensado e bem construído que venha o mais rápido possível”.</p> |
| | <p>E6- -----</p> |
| | <p>E7- -----</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>E8- “(...) eu estou um pouco, não vou dizer nada, mas estou um pouquinho expectante para ver quem serão acima de tudo os supervisores”.</p> |
| | | <p>E9- “(...) expectativas é que haja mais supervisão (...) que haja supervisores que possam ajudar na nossa prática pedagógica, nas nossas dúvidas, que possam levar para fora (...) aquilo que é a realidade das escolas, porque muitas vezes, quem está de fora, quem está nos meios que se pode dizer, os que, que se pode dizer os que estão na secretaria, os que estão noutros ambientes que se referem à educação, mas não estão directos na educação, não estão directamente envolvidos na educação dos meninos, que os supervisores também levem para fora, no fundo, as nossas dificuldades, os nossos receios, enfim, no sentido, também, de nos poderem ajudar, com alguma, com alguma, mesmo alguma algum conceito científico, já mais alguns conceitos científicos, mas mais, que nos possam ajudar na nossa prática, no fundo é isso”.</p> |
| | | <p>E10- “Quero é que seja uma coisa positiva e não negativa para a escola, que nos faça crescer como profissionais de educação para o bem dos nossos alunos, que é isso que interessa”.</p> |
| | | <p>E11- “(...) gostava que os supervisores fossem divididos conforme a área, ou seja devia haver supervisores do pré-escolar que acho que deviam ser educadores de infância e que já trabalharam directamente no terreno, e para o 1º ciclo exactamente professores do 1º ciclo, que já tivessem prática, já trabalhassem no directo a algum tempo, deveriam ter um mínimo de tempo de serviço estipulado, um tempo mínimo de serviço no directo. Acho que era importante serem pessoas experientes a supervisionar”.</p> |
| | | <p>E12- “Quanto às expectativas, queremos sempre acreditar que vai melhorar tudo, a vida na escola para bem</p> |

| | | |
|--|--------------|---|
| | | dos nossos alunos”. |
| | | E13- “As melhores, espero que as pessoas compreendam que a inspecção não são polícias, polícia tem o seu trabalho acho que a inspecção tem outro. (...) que acrescente que seja uma mais-valia para este grupo que, que acrescente realmente a inspecção venha contribuir daqui a uns tempos para melhorar a nossa pratica pedagógica que é isso que espero também”. |
| | | E14- “Quanto às expectativas, parece-me que a escola continua igual desde sempre e há que mudar alguma coisa, talvez através da supervisão pedagógica. Terá de haver mudanças de paradigmas, tal como o autor Khun dizia. Práticas inovadoras para melhorar a qualidade de ensino, para tal o supervisor tem de ser alguém inovador e levar a que os docentes cresçam como pessoas e como profissionais, para bem dos alunos”. |
| | | E15- ----- |
| | | E16- “(...) tenho expectativas que é sempre bom que elas venham e que até pode ser que aprenda coisas novas”. |
| | | E17- “(...) as minhas expectativas em relação a supervisão pedagógica espero que nós ajude na nossa prática educativa, melhorias significativas porque nós estamos sempre aprender uns com os outros”. |
| | Preocupações | E1- “ (...) receio que (...) poderá (...) essa pessoa não tenha essas qualidades”. - “(...) um dos meus medos, receios (...) é que a pessoa que faça a supervisão não seja uma pessoa que tenha trabalhado na minha área (...) eu não acho bem que (...) a pessoa que esteja a supervisionar seja do 2º ciclo, não faz sentido alguém supervisionar o pré-escolar ou o 1º ciclo que não esteja dentro dessa área |

| | |
|--|---|
| | ou desses conteúdos”. |
| | <p>E2- “(...) as expectativas quer as preocupações passam um bocadinho pelo desconhecido”.</p> <p>- “O que vai ser na realidade, uma coisa é a ideia que nós temos daquilo que vai ser, uma coisa é a realidade do que vai ser, o que é que vai passar a supervisão pedagógica a observar e que critérios vai tomar”.</p> |
| | <p>E3- “(...) a supervisão pedagógica deveria ser mais descentralizada, não só centralizada na Secretaria da Educação pois muitas vezes as pessoas que trabalham num local só, não têm a noção do que se passa na realidade no terreno, nas outras escolas e no terreno onde estão as outras escolas e acho que isso era fundamental”.</p> |
| | <p>E4- “(...) preocupa-me quem será o supervisor pedagógico, ou seja, no meu caso que sou educadora de infância não faz qualquer sentido que um supervisor pedagógico seja professor do 1º ciclo, deverá ser sim um educador de infância que já tenha exercido a profissão de educador de infância e que depois tenha tirado alguma especialização na área da supervisão pedagógica. Não tem qualquer sentido que um supervisor pedagógico não tenha formação na área da supervisão pedagógica para exercer”.</p> <p>- “Se for para ficar tudo na mesma olhe também não vejo qualquer sentido em que a supervisão pedagógica venha para as escolas.”</p> <p>- “(...) preocupa-me quem será o supervisor pedagógico em contexto pré-escolar”.</p> |
| | E5- ----- |
| | E6- “Eu não tenho medo, sinceramente eu digo que não tenho medo, não tenho receio (...)”. |
| | E7- “A postura do supervisor. (...) se for aquela postura rígida de eu vou te supervisionar, de pressionar, é |

| | |
|--|--|
| | <p>difícil. Isso é uma coisa que me preocupa , a própria pessoa em si não ter bom senso, ser uma pessoa, não queria dizer má, mesquinha".</p> |
| | <p>E8- “Preocupações, eu talvez em relação às regras que serão aplicadas, (...) deixem-me assim um pouco preocupada porque não sei se as regras vão ser cumpridas ou não, porque já se sabe o ser humano por vezes é tão injusto e ao longo da vida nós vamos vendo essas situações e nos deparamos com isso na nossa profissão, no nosso dia-a-dia. E tenho uma certa preocupação, porque julgo que irão haver muitas injustiças”.</p> |
| | <p>E9- “A minha preocupação em relação à supervisão pedagógica, eu (...) não tenho preocupação em relação a isso”.</p> |
| | <p>E10- “Não me preocupa muito. Se houver alguém que me mostre outros horizontes na minha prática isso é ótimo (...)”.</p> |
| | <p>E11- “Não me preocupa nada que venha a supervisão pedagógica”.</p> |
| | <p>E12- “A minha preocupação é como já lhe disse, perante uma inspeção quem faz um bom trabalho e não tem jeito para escrever, vai sair prejudicado e penalizado de certeza”.</p> |
| | <p>E13-“Não tenho nenhuma preocupação relativamente à supervisão pedagógica, são todos bem-vindos a minha sala”.</p> |
| | <p>E14- “Preocupa-me que mesmo quando fazemos formação contínua chegamos à conclusão de que as coisas mudam e não estamos a par da evolução. A nível da supervisão pedagógica sucede o mesmo, parece-me que ninguém sabe verdadeiramente o que é”.</p> |

| | | |
|------------------------|---------|---|
| | | <p>E15- “Eu como serei avaliada? Nunca estou muito tempo numa escola por isso isto preocupa-me, mas espero que o pessoal responsável pela implementação da supervisão nas escolas tenha em consideração todas as situações, para que não haja injustiças”.</p> |
| | | <p>E16- “Eu não tenho preocupações”.</p> |
| | | <p>E17- “Neste momento não me deixa nenhuma preocupação a nível dessa questão” .</p> |
| Representações sociais | Atitude | <p>E1-“Fiquei com uma ideia do que é a supervisão pedagógica, já que tinha ouvido falar mas não tinha bem a ideia do que era a supervisão. E era sempre encarada, se calhar de uma maneira negativa e na formação aprendi que a supervisão não deve ser encarada como tal, mas como uma ajuda para nós melhorarmos o nosso trabalho”.</p> <p>- “(...)que deixe de haver este tabu em relação à supervisão e seja encarada de uma forma mais positiva (...)”.</p> |
| | | <p>E2- “Não sei se ajudei muito, mas é a ideia que tenho de supervisão de acordo com o que tenho vivenciado na minha actividade profissional e em contacto com as colegas”.</p> |
| | | <p>E3- “Pelo que vejo e pela minha experiência profissional já longa penso que a supervisão precisa olhar para a sociedade onde se insere a escola”.</p> |
| | | <p>E4- “A supervisão pedagógica tem de ter mais é atenção sobre a sociedade em que se está inserida”.</p> <p>- “(...) ninguém sabe nada acerca da supervisão pedagógica, é isso e é isso que me apercebo”.</p> |
| | | <p>E5- “Eu já tenho muitos anos, muitos anos, quase dezasseis anos de serviço e nessa altura não falavam de supervisão pedagógica. Numas últimas formações que eu tenho feito é que tenho ouvido falar sobre a</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>supervisão pedagógica. Parece que é um tema que está a surgir, ou que pelo menos se já existia antes, pelo menos é agora que está a ter mais visualização ou mais importância”.</p> <p>- “Penso eu, esta é a minha ideia, não sei muito ainda sobre supervisão pedagógica. Aliás, supervisão pedagógica já ouvi aí o nome, mas é isso que eu penso”.</p> <p>-“ (...) como eu disse raramente eu ouvi falar só agora a pouco, a um ano ou dois para cá. E ainda não oiço falar de supervisão dentro das escolas da faixa etária com que trabalho.”</p> |
| | | <p>E6- “(...) normalmente a ideia que se tem é que o supervisor vem para criticar”.</p> <p>-“Muitas vezes diz-se que só vêm para criticar, para deitar o trabalho a baixo, eu não tenho essa ideia porque eu nunca tive supervisão pedagógica na minha sala mas o que tenho ouvido, os comentários dos colegas é que os supervisores até são pessoas bastante acessíveis e que sabem lidar com as situações e que não só, pronto, é capaz de ser criticar mas pela maneira positiva, não deitar o trabalho abaixo, mas sim - “olha aqui tá bom, podia fazer melhor, podia usar outras estratégias”.</p> <p>-“Acho que não há consenso, pelo menos pela experiência que eu tenho, não há consenso entre os supervisores, uns numa escola pedem, sei lá, que tem de ter por exemplo a caracterização do meio, outro acha que já não é necessário ter, são ideias controversas que vão sendo passadas”.</p> |
| | | <p>E7- “(...) as pessoas não estão a saber muito bem o que é a supervisão pedagógica”.</p> |
| | | <p>E8- “Eu não tenho qualquer formação específica na área de supervisão pedagógica, mas a algum tempo atrás realizei uma acção de formação através do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira cujo tema era avaliação do desempenho onde me foram dadas assim algumas noções e aprendi imenso. Porque agente sabe, cada um diz uma coisa, um acrescenta e nunca se sabe afinal qual o rumo que as coisas estão a</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>tomar e tudo mais e falamos muito nessa acção de formação sobre a supervisão pedagógica que no fundo vem de encontro à avaliação de desempenho. Eu fiquei com algumas luzes, fiquei mais esclarecida e é a única formação que vai de encontro à temática da supervisão pedagógica, porque de resto não tenho mais nada. Reparo que ultimamente se fala muito de supervisão pedagógica, sem dúvida, mas parece-me que não se sabe ao certo bem do que se trata”.</p> |
| | | <p>E9- “(...) não oiço falar muito em supervisão pedagógica”.</p> <p>-“(...) acho que a supervisão é uma coisa positiva, para mim, e acho que deveria ser aceite como algo benéfico para a nossa actuação (...)”.</p> |
| | | <p>E10- “(...) o pouco que sei vem da minha experiência como educadora e daquilo que eu vejo e oiço falar”.</p> <p>-“ Acho que isto da supervisão pedagógica é muito difícil. Agora ouve-se falar muito dela, mas sei pouca coisa, será mesmo a inspecção a que me refiro. Mas que confusão vai aqui nesta cabeça”.</p> <p>-“Quando entrarmos de verdade neste barco da supervisão pedagógica muita gente se vai afundar”.</p> |
| | | <p>E11- “Sei muito pouco sobre o assunto da supervisão, a ideia que tenho vem da minha experiência, pelas interacções com os colegas, do que vou lendo e ouvindo as pessoas dizerem”.</p> |
| | | <p>E12- “Ouvimos falar que a supervisão pedagógica vem e que diz que tudo está mal na escola e que é preciso fazer um plano de melhoria”.</p> <p>-“Falo pela minha experiência, pela realidade que acontece. Mas sabe uma coisa que aconteceu em Novembro quando a inspecção cá veio? Não quis saber de ir à sala ver o trabalho que se estava a fazer, importou-se só com o projecto curricular de grupo. Pode ser um trabalho muito bem feito na sala, mas o que interessa é o papel”.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>-“Sabe este assunto é complicado de se abordar, porque não se sabe quase nada dele. O que lhe disse foi tendo em conta a minha experiência profissional, o que oiço os colegas a dizer”.</p> |
| | | <p>E13- “(...) aquilo que eu vejo na prática, o supervisor pedagógico vem verificar se a parte burocrática das escolas está em dia, é só isso que eu vejo”.</p> <p>-“(...) os inspectores não são mais do que também professores e educadores”.</p> |
| | | <p>E14- “A nível da supervisão pedagógica (...) parece-me que ninguém sabe verdadeiramente o que é”.</p> |
| | | <p>E15- “(...) parece-me pelo que oiço dizer aqui e acolá, pela minha experiência profissional que se trata de uma coisa que ainda não está implementada nas escolas, mas que será implementada brevemente”.</p> |
| | | <p>E16- “(...) as pessoas ficam a pensar, é que a maior parte das pessoas pensa que é uma fiscalização do nosso trabalho”.</p> <p>- “Fui supervisionada a muitos anos e quando a minha directora disse que ia ser supervisionada outra vez não tive problemas nenhuns, porque escolheram a sala dos grandes, não tive problemas nenhuns em que ela viesse, e até foi bom porque foi na altura em que apareceram as orientações curriculares e houve coisas que eu aprendi”.</p> |
| | | <p>E17- “No meu entender tudo o que gira à volta da supervisão pedagógica passa um pedacinho por nós, educadores, pela nossa consciência e os nossos deveres e também não podemos nos esquecer dos nossos direitos. Porque eu acho que a supervisão é uma área que está, está a desenvolver-se e ainda não é muito conhecida porque nós vimos que já há muitas formações sobre a supervisão mas para muitos colegas ainda é uma novidade falar em supervisão pedagógica. É assim, por agora, ideias que eu tenho sobre a supervisão</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>pedagógica”.</p> <p>-“(…) não tenho nenhuma formação, mas leio algumas coisas e vejo que cada vez mais é preciso mesmo que haja a nível do ensino mais linhas orientadores sobre a supervisão pedagógica”.</p> |
|--|--|---|

Anexo 8 - Quadro de classificação e de categorização – Análise de conteúdo documental

| Categorização e classificação | | Definição |
|--------------------------------------|--|---|
| Categoria | Caracterização das freguesias do concelho de Câmara de Lobos | Caracteriza a freguesia onde o entrevistado exerce funções. |
| Subcategoria | Meio socioeconómico e cultural | Refere-se ao meio socioeconómico e cultural onde está inserida freguesia onde o entrevistado exerce funções |

Anexo 9 - Grelha de análise documental

| Categorias | Subcategorias | Indicadores |
|---|---------------------------------------|---|
| <p>Caracterização das freguesias do concelho de Câmara de Lobos</p> | <p>Meio socioeconómico e cultural</p> | <p>D1 -“Instituições (...) Igreja (...) Escolas de 1º Ciclo com Pré-Escolar (...) Centro Cívico com Casa do Povo, Junta de Freguesia e Centro de Saúde (...) Associação Cultural e Desportiva (...) Centro de Segurança Social.</p> <p>-“Economia e indústria: (...) agricultura: cereja, castanha, legumes, vinho e ameixas. (...) comércio: cafés, bares, mercearias, pequenas «vendas», mini-supermercados. (...) Indústria: carpintaria, fábrica de blocos, metalurgia, panificação e serralharia. (...) construção civil”.</p> <p>-“(...) meio semi-isolado, onde os habitantes pertencem à classe – média-baixa, onde se verificam problemas de álcool/drogas, violência doméstica, problemas familiares, que se reflectem obviamente, no viver das nossas crianças. É ainda um meio medíocre no que respeita à falta de alfabetização, bem como, à falta de perspectivas futuras e profissionais. Além disso, o factor cultural, é algo que a população local dá pouca importância, daí a necessidade de abrir horizontes, estabelecer contactos, trocar experiências e ir mais longe. Ou seja, o isolamento, a insularidade, na qual a população se encontra, ordena assim, a necessidade de novas vivências”.</p> <p>- “(...) grande parte da população pratica uma agricultura de subsistência. Esta zona é muito produtiva em vinha e árvores de fruto (...). Predomina um nível económico médio baixo. Muitos dos membros familiares emigram a fim de melhorar o seu nível de vida económico”,</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>- “O alcoolismo, a falta de condições habitacionais e alimentares são características do fraco nível de vida existente nesta zona para muitas famílias”.</p> <p>D2- “(...) é servida por estradas regionais. (...) um dos factores que mais contribuiu para a melhoria acentuada da qualidade de vida dos cidadãos”.</p> <p>- “A estrada regional 101 atravessa a freguesia ao longo da zona povoada e as habitações que foram criadas em seu redor, em terrenos íngremes de grande elevação, com o acesso condicionado pelas antigas, tradicionais e longas veredas, dão um aspecto desordenado, revelando a falta de planeamento”.</p> <p>- “As infra-estruturas que servem a comunidade foram, ao longo dos anos, melhoradas de forma a servir a população no que toca ao abastecimento de água potável, saneamento básico e recolha de resíduos sólidos e urbanos”.</p> <p>-“Em termos de serviços públicos, a freguesia é servida por uma farmácia, Centro de Saúde, sede da Junta de Freguesia, Casa de Povo, Centro de Dia e Centro Cívico”.</p> <p>-“O Centro Cívico reúne num só edifício a generalidade destes serviços prestados à comunidade. Outros serviços como bancos, posto de correios, lojas comerciais, espaços culturais e recreativos entre outros, ou não existem ou se revelam insuficientes dadas as necessidades da comunidade”.</p> <p>-“O poder de compra da população (...), caracteriza-se como baixo, sendo esta freguesia considerada como uma das mais pobres da Região. A maior parte da população activa dedica-se aos sectores secundário e terciário, apresentando-se a construção civil como principal fonte de trabalho e rendimentos. A presença de uma estufa de flores e de um aviário na freguesia constituem factores dinamizadores, pois são responsáveis pela criação de emprego a nível local”.</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>- “Quanto às habilitações literárias, a generalidade dos indivíduos encarregados de educação, possui apenas o 1º ciclo do ensino básico, não havendo, desta forma, o devido apoio em casa às aprendizagens significativas dos alunos”.</p> <p>D3- “A freguesia (...) possui uma igreja, duas escolas de ensino Básico, (...) uma Casa do Povo, um centro de saúde, uma delegação da Direcção Regional de Segurança Social, uma associação desportiva, uma associação cultural e ambientalista”.</p> <p>- “(...) não possui indústrias, dedicando-se a sua população sobretudo à agricultura, particularmente à horticultura. Contudo, a sua produção agrícola mais típica é a da castanha, seguindo-se a da ginja”.</p> <p>- “É uma zona servida por transportes públicos (...)”.</p> <p>- “(...) as crianças, no geral, pertencem a um nível sócio-económico e cultural baixo, vivendo em casas individuais próprias, mas em alguns casos com avós e tias”.</p> <p>-“A maior parte dos pais trabalha como pedreiro e servente de pedreiro, manobreadores, ajudantes de carpinteiro, cantoneiros e construtores civis. As mães, na maioria são domésticas, auxiliares, bordadeiras”.</p> <p>-“O nível sócio-económico é baixo, uma vez que o pai é o único que auferia rendimentos no agregado familiar. As mães na sua grande maioria são domésticas e dedicam-se a uma agricultura de subsistência”.</p> <p>-“O nível cultural é baixo, uma vez que a maioria dos pais têm somente o 1º ciclo, alguns deles incompleto e a minoria tem o 6ºAno e o 9ºAno”.</p> <p>-“No ambiente familiar denota-se que algumas crianças revelam alguma instabilidade, quer a nível afectivo quer ao nível da aprendizagem. Problemas esses resultantes do seu meio familiar, do isolamento geográfico e do défice cultural e económico. Em algumas famílias verifica-se alguns casos de alcoolismo, violência</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>doméstica e ainda consumo de estupefacientes”.</p> <p>-“São visíveis, nas crianças carências afectivas, insegurança e pouca expectativa relativamente ao sucesso escolar e ao seu futuro devido à falta de estímulo familiar”.</p> <p>D4- “A população (...), um pouco à semelhança do restante concelho, trabalha em pequenas empresas ou indústrias locais, trabalhando também outra parte na agricultura e principalmente nas vinhas como é tradição da freguesia. Todavia, não conseguem satisfazer as suas necessidades de emprego, sendo obrigados a se deslocarem ao mercado citadino, onde a construção civil e os serviços, constituem as áreas que mais emprego e riqueza geram”.</p> <p>-“O sector primário da freguesia é o mais desenvolvido, produzindo fruta e outros alimentos de alta qualidade. (...) O sector secundário é de relativa importância dado que engloba a hotelaria, a panificação, o fabrico de blocos de betão, fabrico de móveis, a serralharia”.</p> <p>-“O sector terciário tenta responder às necessidades básicas dos residentes, possuindo mercados, supermercados, mercearias, papelaria, talho, fotógrafos, cabeleireiro, sapatarias, pronto – a – vestir, duas farmácias, uma biblioteca, serviço de táxis, uma estação dos CTT, um posto de abastecimento automóvel, três agências bancárias, um armazém de vinho Madeira, oficinas de reparação automóvel e livraria”.</p> <p>-“No campo da acção social, os habitantes da freguesia, podem usufruir do Centro de Dia, de um Clube de Inter-Gerações, e da Casa do Povo e do Centro Cívico”.</p> <p>-“(...) povoação (...) com as suas características e problemas próprios. (...) A sua gente vive sobretudo da agricultura, havendo como pequenas empresas locais, oficinas de mecânica e dois cafés modestos. A maioria das pessoas desta localidade possuem habilitações literárias reduzidas, por isso têm de se submeter a</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>empregos precários com salários baixos. Uma porção significativa de mulheres fica em casa na lida doméstica. Existe igualmente grande número de desempregados, o que propicia condições de vida com baixo poder de compra e com poucos recursos”.</p> <p>-“(...) habitações com características satisfatórias, no entanto, um grande número de residências com condições de fraco saneamento básico”.</p> <p>-“(...) algo isolada da urbanização, e que carece de alguns serviços primários que favoreçam mais a socialização e contacto humano. Devido à precariedade de meios e recursos, as oportunidades de vivenciar novas experiências torna-se limitada, o que vem contribuir para que a população não consiga evoluir social e culturalmente”.</p> <p>-“(...)a família dos alunos como pertencendo à classe média – baixa, cujo nível de escolaridade, de acordo com o levantamento de dados realizado, revela que a maioria dos pais possuem apenas a quarta classe ou inferior. Por força da sua baixa escolaridade, a caracterização sócio-profissional dos pais revela-se deficitária, com a prevalência de situações de emprego algo precário e instável, em que profissão de pedreiro é a mais ocupada. Os poucos recursos financeiros de algumas famílias cujos membros do casal têm empregos temporários e de baixos salários, ou estão desempregados levam a que as gentes desta população não possam melhorar as suas condições de vida. As baixas condições habitacionais e a precariedade de emprego originam, então, fortes perturbações familiares e sociais que se traduzem em situações frequentes de alcoolismo, delinquência juvenil, toxicodependência e algum vandalismo”.</p> <p>D5- “A maioria dos alunos que frequentam a escola (...) são oriundos principalmente de (...) bairros sociais, (...). O nível sócio económico da maior parte destes agregados familiares são bastante reduzido, e reflectem-</p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>se no modo como as crianças vivem o dia-a-dia e encaram a realidade escolar. Estes modelos são pouco abonatórios para a correcta formação da personalidade. Algumas carecem de hábitos de higiene básicos, com o horário de sono por cumprir, e com vestuário por vezes mal adequado à estação”.</p> <p>-“Os níveis de escolaridade baixo, os problemas de violência doméstica, o alcoolismo, a toxicod dependência em alguns seios familiares e até os baixos recursos económicos, são factores que de certa forma determinam a falta de sensibilidade por parte dos pais em demonstrar aos seus educandos que a escola tem um valor fundamental no seu futuro”.</p> <p>-“Considerando esta realidade, a população escolar, revela na sua maioria, fortes lacunas que dificultam a aprendizagem, o progresso e desenvolvimento saudável dos alunos”.</p> <p>-“(…) a população (…) tem vindo a progredir, no entanto, revelam-se muitas carências, pelo que em conjunto com o Instituto de Habitação da Madeira, tem sido realizado um investimento significativo na construção de habitação social”.</p> <p>-“Sendo (…) tipicamente piscatório, a pesca do peixe-espada preto, ocupa um número significativo de trabalhadores”.</p> <p>-“Numa perspectiva geral, as actividades exercidas pela população são: a construção civil (…) a agricultura (…) o comércio (…) a função pública (…) as bordadeiras (…) as empregadas domésticas (…) e a pesca”.</p> <p>-“(…) uma dinâmica promocional de costumes e tradições da sua população, fomentando o desenvolvimento e (…) momentos de convívio e lazer”.</p> <p>-“(…) possui infra-estruturas associadas ao ensino básico e secundário da freguesia (1º, 2º e 3º ciclos e secundário) e complexos desportivos polivalentes (…)”.</p> |
|--|--|--|

Anexo 10 - Dados das escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos

1.1. Número de instituições por freguesia do concelho de Câmara de Lobos

Tabela 1: Frequência associada à localização das instituições

| Entrevistados | Instituição | Freguesia |
|---------------|-------------|-----------|
| E1 | I1 | F4 |
| E2 | I2 | F4 |
| E3 | I3 | F4 |
| E4 | I4 | F4 |
| E5 | I5 | F3 |
| E6 | I6 | F5 |
| E7 | I7 | F3 |
| E8 | I8 | F1 |
| E9 | I9 | F5 |
| E10 | I10 | F1 |
| E11 | I11 | F4 |
| E12 | I12 | F5 |
| E13 | I13 | F5 |
| E14 | I14 | F5 |
| E15 | I15 | F4 |
| E16 | I16 | F5 |
| E17 | I17 | F2 |

| Freguesia | F1 | F2 | F3 | F4 | F5 | Total |
|------------|----|----|----|----|----|-------|
| Frequência | 2 | 1 | 2 | 6 | 6 | 17 |

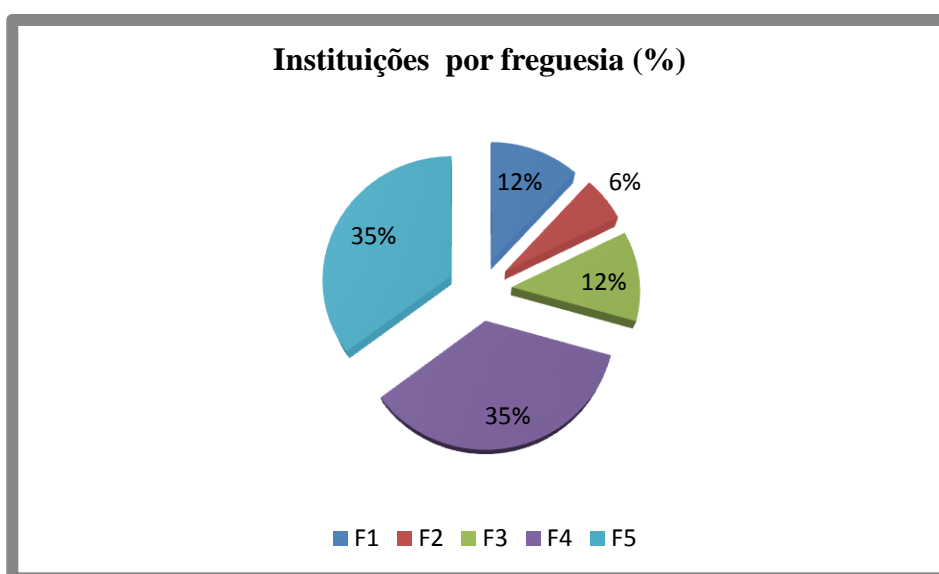


Gráfico 1: Distribuição das instituições por freguesia (%).

Com base na tabela 1 pode verificar-se que das dezassete instituições onde leccionam os entrevistados, uma das instituições pertence à freguesia da Quinta Grande, duas das instituições pertence à freguesia do Curral das Freiras, outras duas das instituições fazem parte da freguesia do Jardim da Serra, seis das instituições pertencem à freguesia do Estreito de Câmara de Lobos e outras seis das instituições fazem parte da freguesia de Câmara de Lobos. Refira-se que 70% das instituições situam-se nas freguesias do Estreito de Câmara de Lobos e Câmara de Lobos (gráfico 1).

1.2.Total de educadores por freguesia

Tabela 2: Total de educadores por freguesia

| Freguesias | F1 | F2 | F3 | F4 | F5 | Total |
|----------------------|----|----|----|----|----|-------|
| Número de educadores | 10 | 5 | 6 | 26 | 26 | 73 |

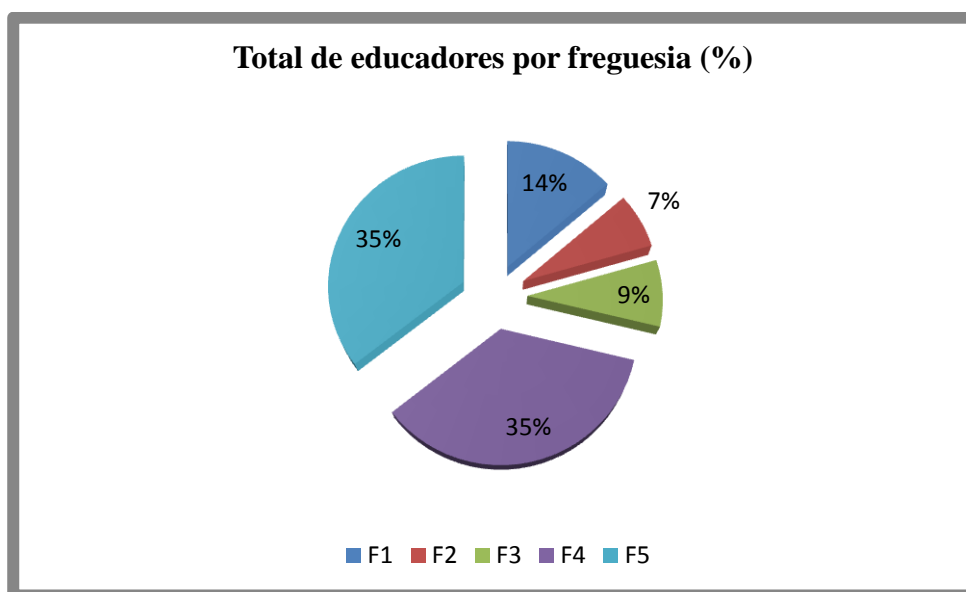


Gráfico 2: Distribuição dos educadores por freguesia (%).

Com base na tabela 2 pode constatar-se que dos setenta e três educadores, cinquenta e dois destes leccionam nas freguesias do Estreito de Câmara de Lobos e de Câmara de Lobos, correspondendo a 70% dos entrevistados. Os restantes 30% distribuem-se pelas restantes freguesias, sendo que a freguesia da Quinta Grande tem

7% dos educadores, a freguesia do Curral das Freiras tem 6% dos educadores e a freguesia do Jardim da Serra tem 14% dos educadores (gráfico 2).

1.3.Total de educadores por instituição

Tabela 3: Total de educadores por instituição

| Instituição | Número de educadores por Instituição |
|--------------------|---|
| I1 | 4 |
| I2 | 4 |
| I3 | 2 |
| I4 | 5 |
| I5 | 4 |
| I6 | 5 |
| I7 | 2 |
| I8 | 6 |
| I9 | 5 |
| I10 | 4 |
| I11 | 4 |
| I12 | 4 |
| I13 | 4 |
| I14 | 4 |
| I15 | 7 |
| I16 | 4 |
| I17 | 5 |
| | 73 |

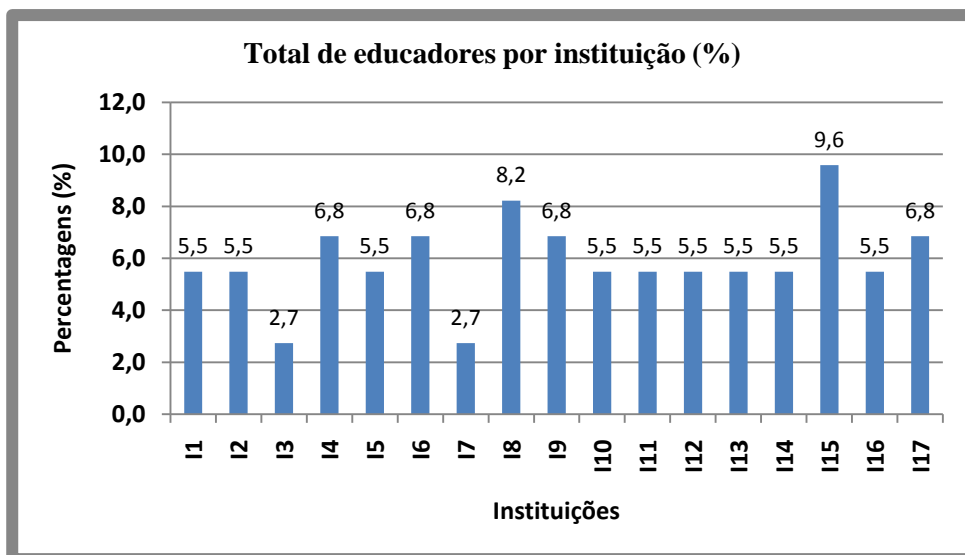


Gráfico 3: Distribuição dos educadores por instituição (%).

Com base na tabela 3 pode verificar-se que a Instituição 3 é a que tem o menor número de educadores (dois) e a Instituição 15 é a que tem o maior número de educadores (sete).

1.4.Total de alunos por instituição

Tabela 4: Total de alunos por instituição

| Instituição | Total de alunos por Instituição |
|--------------|---------------------------------|
| I1 | 165 |
| I2 | 170 |
| I3 | 91 |
| I4 | 96 |
| I5 | 98 |
| I6 | 106 |
| I7 | 81 |
| I8 | 176 |
| I9 | 200 |
| I10 | 108 |
| I11 | 140 |
| I12 | 325 |
| I13 | 200 |
| I14 | 150 |
| I15 | 200 |
| I16 | 310 |
| I17 | 170 |
| Total | 2786 |

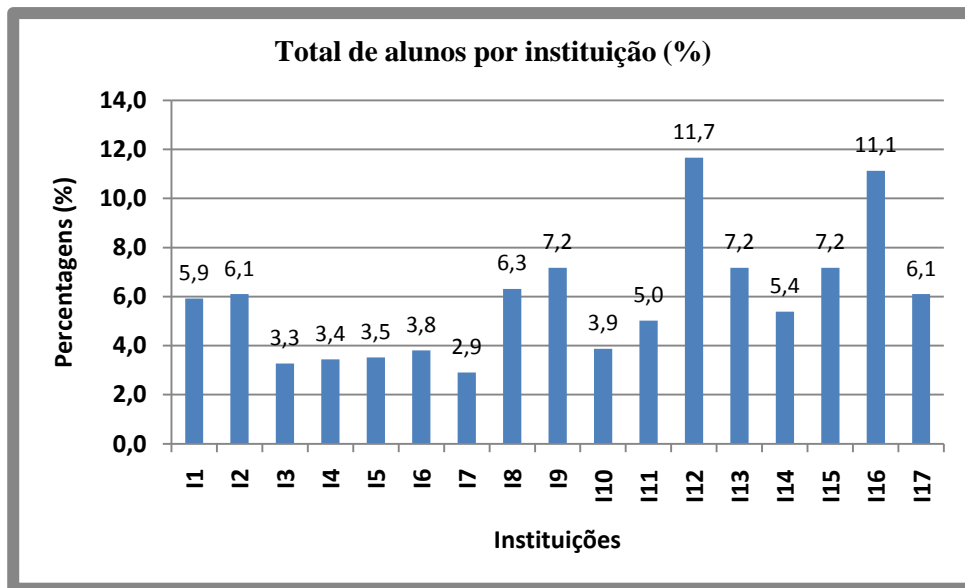


Gráfico 4: Distribuição dos alunos por instituição (%).

Com base na tabela 4 pode verificar que o total de alunos nas instituições do Concelho de Câmara de Lobos é de 2786, sendo que a instituição 7 é a que tem menos alunos (81) e a instituição 12 é a que tem mais alunos (325). Constatou-se que 22,8% de alunos estão nas instituições 12 e 16 (gráfico2).

Anexo 11 - Perfil dos entrevistados das escolas do 1º CEB com pré-escolar do concelho de Câmara de Lobos

1.1.Género dos entrevistados

Tabela 5: Frequência associada ao género.

| Género dos entrevistados | Feminino | Masculino | Total |
|--------------------------|----------|-----------|-------|
| Frequência | 17 | 0 | 17 |

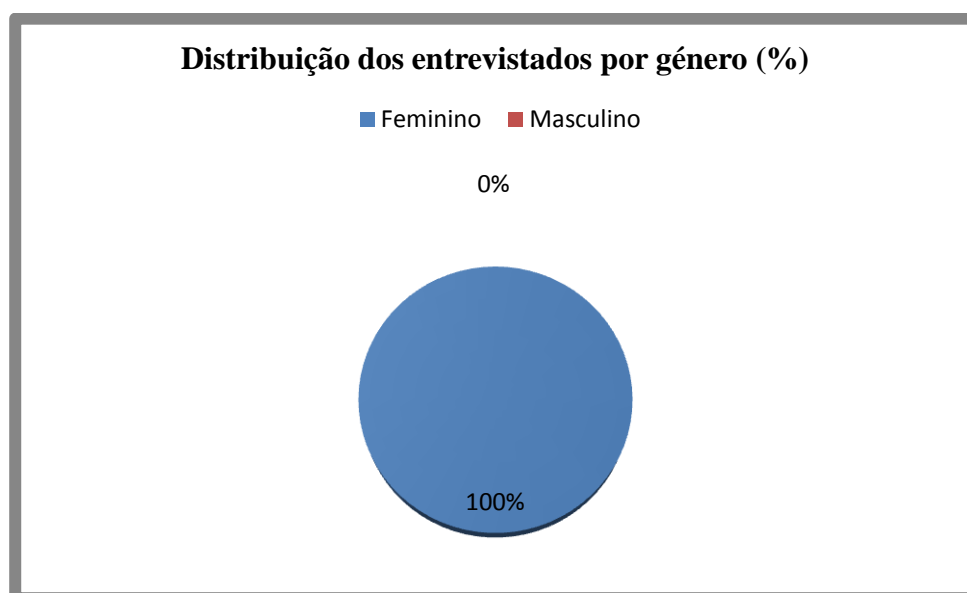


Gráfico 5: Distribuição dos entrevistados por género (%).

Os entrevistados do estudo são todo do género feminino (tabela 5). O gráfico da 5 mostra que 100% dos entrevistados é do género feminino.

1.2.Idade dos entrevistados

Tabela 6: Frequência associada à idade dos entrevistados.

| Idade dos entrevistados | Até 25 anos | De 26 a 30 anos | De 31 a 35 anos | De 36 a 40 anos | Mais de 41 anos | Total |
|-------------------------|-------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------|
| Frequência | 0 | 1 | 6 | 4 | 6 | 17 |

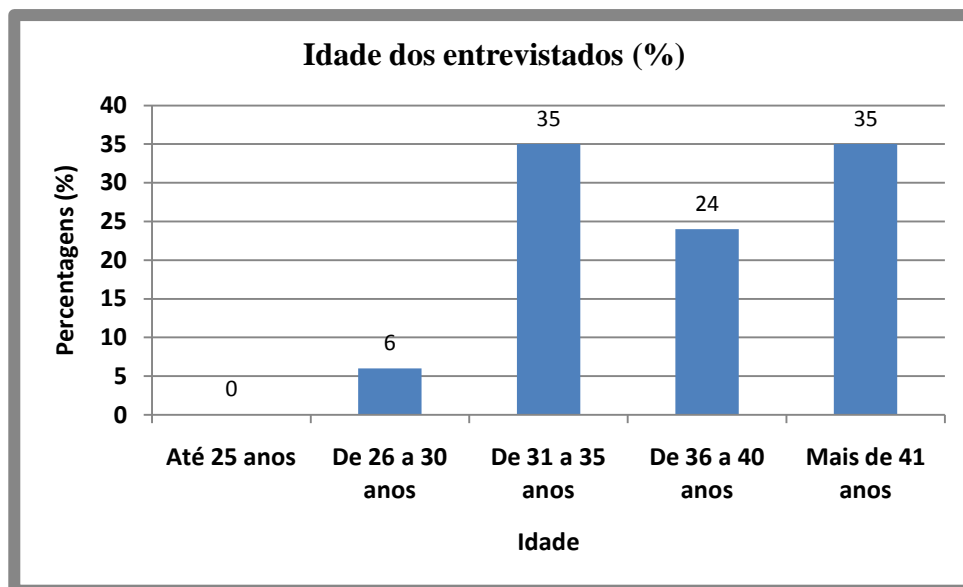


Gráfico 6: Distribuição dos entrevistados por classe etária (%).

Quanto à idade dos entrevistados, esta varia entre o mínimo de 30 e o máximo de 50 anos. A média de idade dos entrevistados é de 38 anos.

O gráfico 6 mostra que 6% dos entrevistados tem idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos, 35 % tem idades compreendidas entre os 31 e os 35 anos, 24% tem idades compreendidas entre os 36 e os 40 anos e 35% dos entrevistados tem mais de 40 anos. Refira-se que nenhum dos entrevistados tem menos de 26 anos (tabela 6).

1.3.Habilitações académicas dos entrevistados

Tabela 7: Frequência associada às habilitações académicas dos entrevistados.

| Habilitações Literárias | Bacharelato | Licenciatura | Pós-graduação | Mestrado | Doutoramento | Total |
|-------------------------|-------------|--------------|---------------|----------|--------------|-------|
| Frequência | 0 | 14 | 1 | 2 | 0 | 17 |

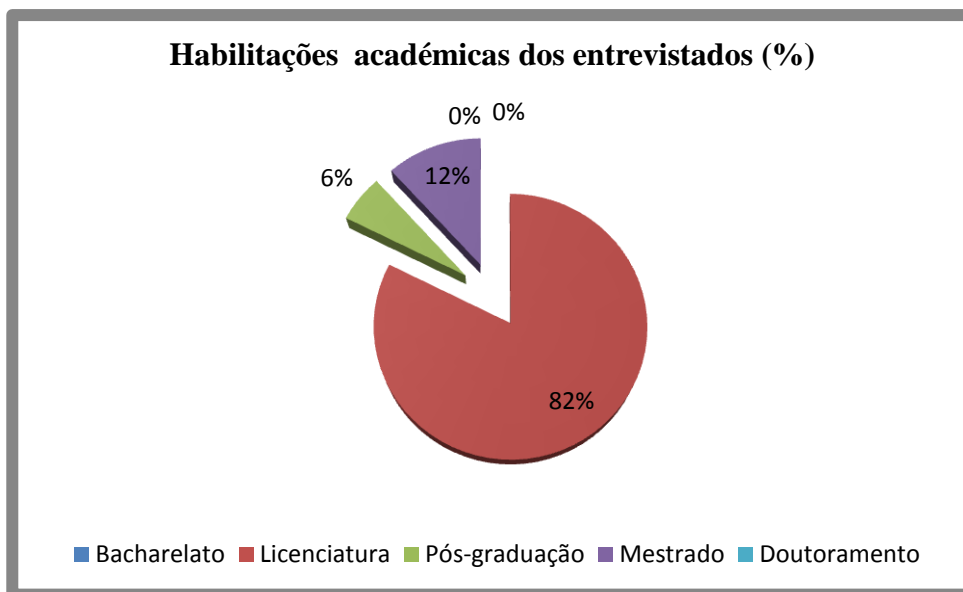


Gráfico7: Habilitações académicas dos entrevistados (%).

Como se pode verificar no gráfico 7, as habilitações académicas dos entrevistados do estudo vão desde a licenciatura até ao mestrado, sendo que 82% dos entrevistados tem uma licenciatura, 6% dos entrevistados tem uma pós graduação e 12% dos entrevistados possuem um mestrado. Saliente-se que nenhum dos entrevistados tem bacharelato, nem grau de doutor (tabela 7).

1.4.Tempo de serviço dos entrevistados

Tabela 8: Frequência associada ao número de anos de tempo de serviço dos entrevistados.

| Tempo de serviço | De 0 a 5 anos | De 6 a 10 anos | De 11 a 15 anos | De 16 a 20 anos | Mais de 21 anos | Total |
|------------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------|
| Frequência | 0 | 6 | 4 | 2 | 5 | 17 |

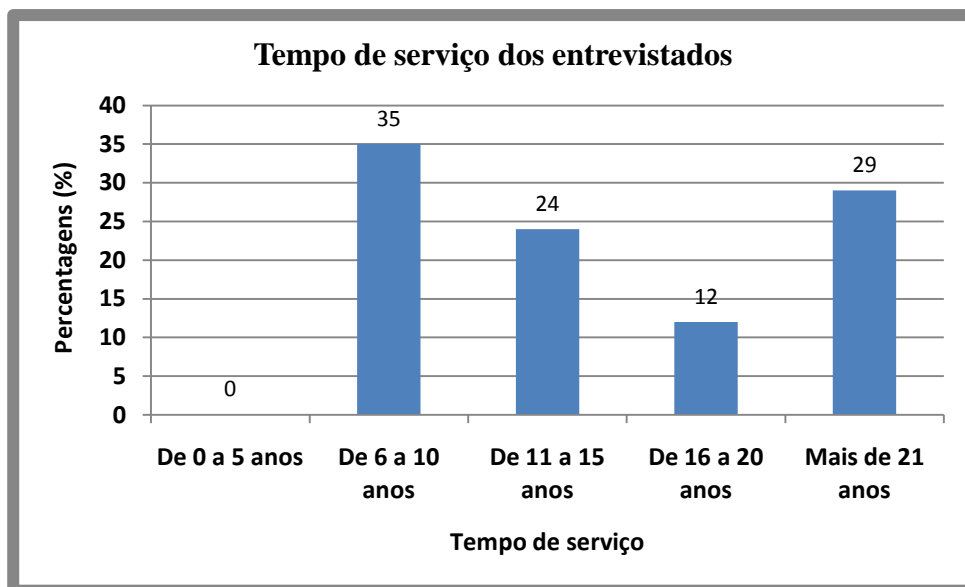


Gráfico 8: Tempo de serviço dos entrevistados por classes (%).

O gráfico 8 mostra que 35 % dos entrevistados tem entre 6 a 10 anos, 24 % dos entrevistados tem entre os 11 e os 15 anos de serviço, 12 % dos entrevistados tem entre 16 a 20 anos de serviço e 29% tem mais de 21 anos de serviço. De referir que nenhum dos entrevistados tem menos de 6 anos de serviço (tabela 8).

1.5. Percurso profissional dos entrevistados

Tabela 9: Frequência associada percurso profissional dos entrevistados.

| Tipo de instituição | Só no ensino público | No ensino público e no ensino privado | Total |
|---------------------|----------------------|---------------------------------------|-------|
| Frequência | 10 | 7 | 17 |

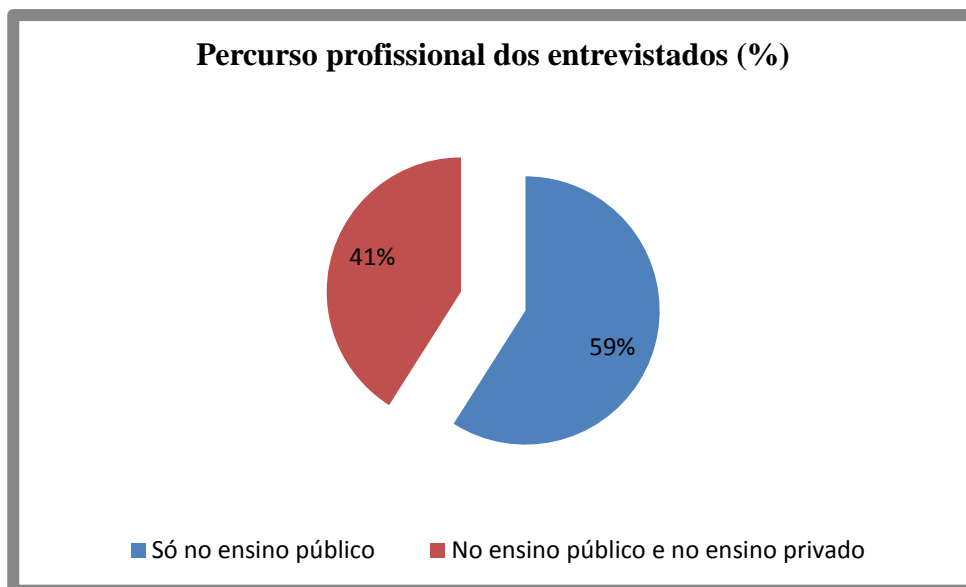


Gráfico 9: Percurso profissional dos entrevistados (%).

Com base no gráfico 9 constata-se que 59% dos entrevistados só trabalhou no ensino público enquanto que 41% trabalhou quer no ensino privado quer no ensino público. Com base no quadro 1 é possível verificar que os entrevistados que trabalharam quer no ensino privado quer no ensino público são os que têm menos tempo de serviço.

1.6. Situação profissional dos entrevistados

Tabela 10: Frequência associada à situação profissional dos entrevistados.

| Situação profissional | Contratado | Quadro de Zona Pedagógica | Quadro de Escola | Total |
|-----------------------|------------|---------------------------|------------------|-------|
| Frequência | 2 | 7 | 8 | 17 |

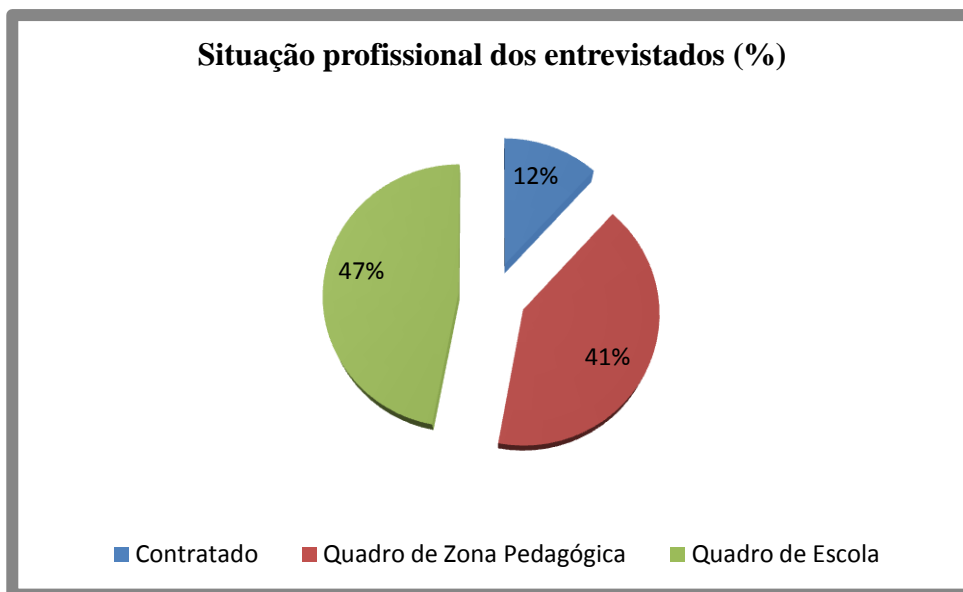


Gráfico 10: Situação profissional dos entrevistados (%).

No gráfico 10 pode verificar-se que em termos de situação profissional, 12% dos entrevistados são contratados, 41 % dos entrevistados são do Quadro de Zona Pedagógica e 47 % dos entrevistados pertencem ao Quadro de Escola. Com base na tabela 10 constata-se que apenas dois dos dezassete entrevistados são contratados.

1.7.Cargos desempenhados pelos entrevistados

Tabela 11: Frequência associada a desempenho de outros cargos dos entrevistados para além de educador de infância.

| Outro cargo para além de educador de infância | Sim | Não | Total |
|---|-----|-----|-------|
| Frequência | 6 | 11 | 17 |

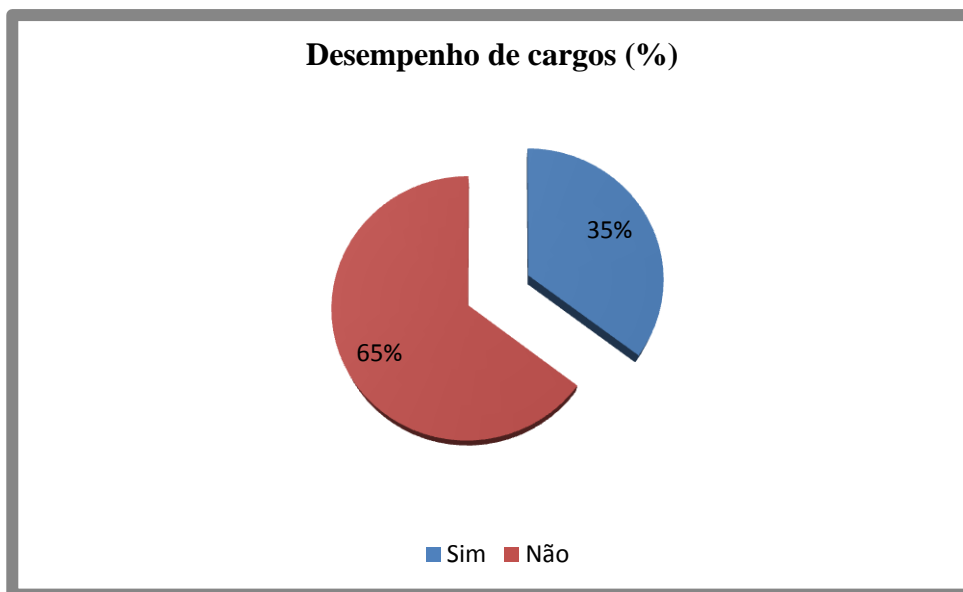


Gráfico 11: Desempenho de cargos por parte dos entrevistados (%).

No que se refere ao desempenho de outros cargos para além de educador de infância, seis dos entrevistados já desempenharam o cargo de direcção, enquanto os outros onze nunca desempenharam outro cargo para além de educador de infância (tabela 11). Do total dos entrevistados, 35% já exerceu outro cargo para além de educador de infância e 65 % dos entrevistados nunca exerceu outro cargo para além de educador de infância (gráfico 11).

1.7.1. Tipo de ensino onde e os entrevistados desempenharam o cargo de direcção

Tabela 12: Frequência associada ao tipo de ensino onde os entrevistados desempenharam o cargo de direcção.

| Tipo de ensino | Só no ensino público | Só no ensino privado | No ensino público e no ensino privado | Total |
|----------------|----------------------|----------------------|---------------------------------------|-------|
| Frequência | 4 | 1 | 1 | 6 |

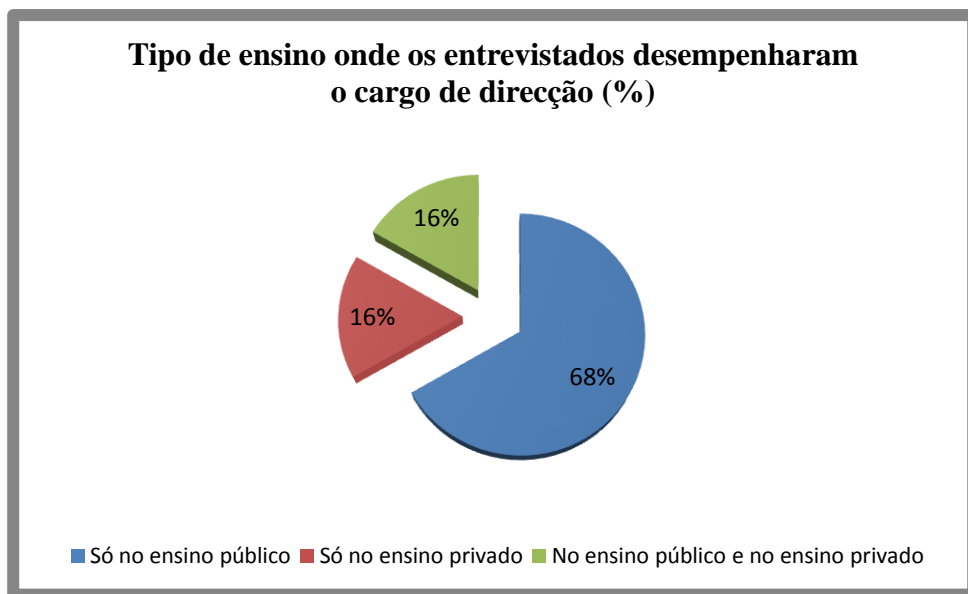


Gráfico 12: Distribuição dos entrevistados por tipo de ensino onde desempenharam o cargo de direcção (%).

Na tabela 12 e no gráfico 12 pode-se verificar que dos 6 entrevistados que desempenharam o cargo de direcção, quatro deles desempenharam-no no ensino público (68%), um deles no ensino privado (16%) e um dos entrevistados desempenhou o cargo no ensino público e no ensino privado (16%).

1.7.2. Período de tempo em que os entrevistados desempenharam outros cargos

Tabela 13: Frequência associada ao período de tempo em que os entrevistados desempenharam o cargo de direcção.

| Período de tempo em que desempenharam outros cargos | Até 4 anos | De 4 a 8 anos | Mais de 8 anos | Total |
|---|------------|---------------|----------------|-------|
| Frequência | 3 | 2 | 1 | 6 |

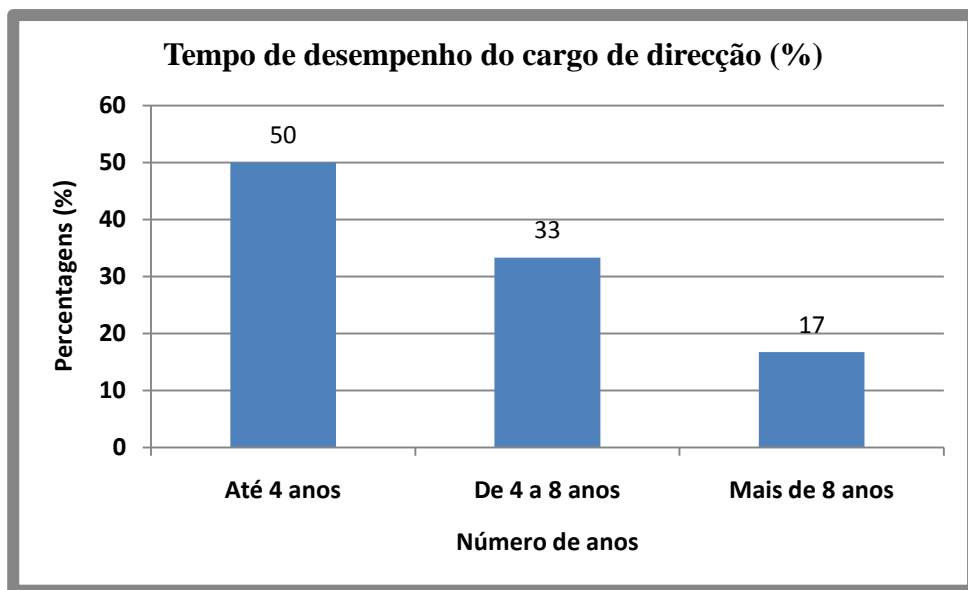


Gráfico 13: Distribuição dos entrevistados por período de tempo em que desempenharam o cargo de direcção (%).

Dos entrevistados que referiram já ter desempenhado outros cargos para além de educador de infância, verifica-se que três dos entrevistados desempenharam o cargo de direcção até quatro anos, dois dos entrevistados desempenharam outro cargo entre quatro a oito anos e apenas um desempenhou o cargo mais de dez anos (tabela 8).

1.8. Formação dos entrevistados na área da supervisão pedagógica

Tabela 14: Frequência associada à formação dos entrevistados na área da supervisão pedagógica.

| Formação na área da supervisão pedagógica | Alguma | Nenhuma | Total |
|---|--------|---------|-------|
| Frequência | 4 | 13 | 17 |

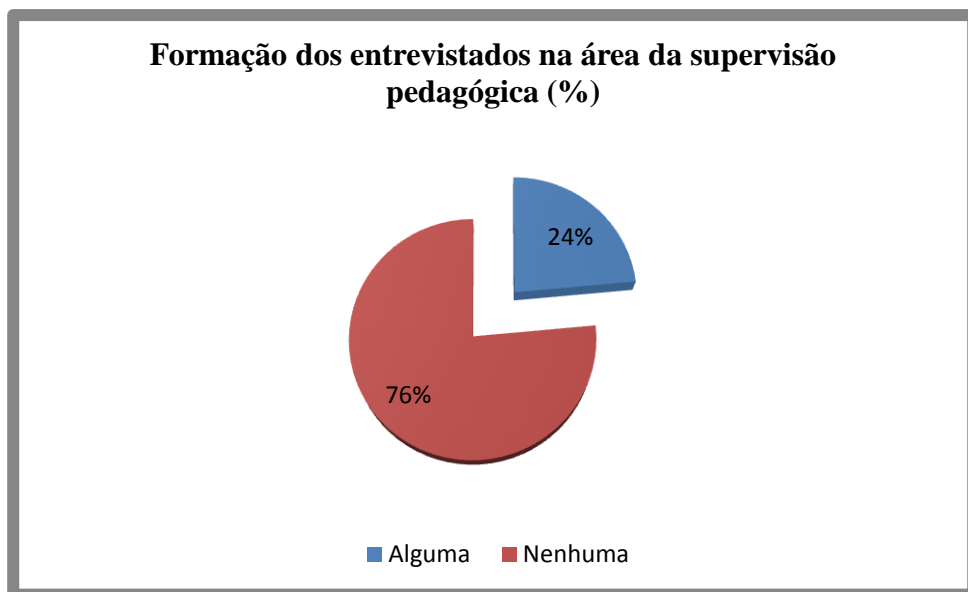


Gráfico 14: Formação dos entrevistados na área da supervisão pedagógica (%).

Com base no gráfico 14 constata-se que 76% dos entrevistados não tem qualquer formação na área da supervisão pedagógica e que 24 % dos entrevistados tem algumas acções de formação na área da supervisão pedagógica. Dos dezassete dos entrevistados, treze destes não tem qualquer formação na área da supervisão pedagógica (tabela 14).

Anexo 12 - Análise de conteúdo das subcategorias avaliação global do grupo de crianças e meio sócio económico e cultural (leitura vertical)

| Categoria | Subcategoria | Indicadores |
|-----------------------------------|---------------------------------------|---|
| Caracterização da classe discente | Avaliação global do grupo de crianças | <p>E1- “(...) os rapazes são mais activos e mais rebeldes entre si”.</p> <p>- “São crianças activas e interessadas. Revelam dificuldades na partilha de brinquedos e por vezes entram em conflito. (...) alguns casos de crianças com comportamentos mais preocupantes (...)”.</p> |
| | | <p>E2 – “A nível geral é um grupo muito sociável. A nível sócio económico a maior parte deles ta inserido na classe média. Temos 4 ou 5 casos de crianças realmente pobres, que os pais têm, vivem do subsídio de inserção. A nível de desenvolvimento é um grupo bastante trabalhador, valoriza muito o nosso trabalho, são interessados”.</p> |
| | | <p>E3 -</p> |
| | | <p>E4-</p> |
| | | <p>E5- “(...) são crianças que gostam da escola e participam com muito entusiasmo em todas as actividades (...) são autónomos e muitos deles independentes na sua higiene, em comer, (...) são crianças que gostam muito (...) das saídas, porquê? Porque este é um meio muito fechado, não, eu reparei desde o ano passado, que este grupo eu já o tenho a 2 anos, os miúdos sentiam uma grande alegria quando diziam que iam com os Pais ao Funchal, para eles era um dia de festa. E tenho certeza se muitos deles fossem agora para o 1º</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>ciclo lá para o Funchal iam se ver às aranhas, digamos assim, entre aspas, porque não iam conseguir até se desenrascar. Também gostam muito de comunicar, eram miúdos que não sabiam às vezes não sabiam falar sobre determinados assuntos mas agora já sabem. Já têm um gosto pela leitura e pela escrita, pela matemática, pelas noções matemáticas, gostam muito de brincar com os números, contam de frente para trás, de trás para a frente, fazem algumas pequenas somas, algumas pequenas subtracções, gostam de explorar os sons das palavras, portanto começa por a, começa por e, isso tipo de coisas”.</p> |
| | | <p>E6- “Temos casos de crianças com dificuldades na escola, principalmente na área da linguagem, que é a que se verifica mais nesta zona, é a área da linguagem, e porque infelizmente os pais ainda não (...) não despertaram para o papel do pré-escolar, qual é a importância do pré-escolar na educação dos filhos (...).Vai ficar marcado, foi que nós tivemos uma saída de estudo e a mãe dizia que era a estreia da filha em para ir a um parque infantil, aos quatro anos de idade. (...) Só isto prova que estamos infelizmente num meio sócio cultural muito baixo”.</p> |
| | | <p>E7- “(...) é um grupo misto, as crianças são muito diferentes. Tem crianças muito interessadas e muito curiosas que puxam por nós. Tem outras crianças que temos de ser nós a puxar muito por elas. É um grupo muito heterogéneo, é uma diferença muito grande entre eles, quase todos”.</p> |
| | | <p>E8- “É um grupo muito aberto a novidades, gosta de aprender. No início não vou-lhe dizer que não houve dificuldades, porque existiram, de algumas crianças em adaptar-se à instituição, em interiorizar as regras da sala e tudo mais. Se formos a falar neste momento posso dizer que é um grupo muito bom de trabalhar. É estimulante mesmo porque gostam de aprender coisas novas e tirando 2 ou 3 casos no máximo cá na sala penso que vamos a um bom ritmo de trabalho. A nível de realização profissional então ainda nos dá mais</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>gozo porque vamos ou melhor porque vemos que o nosso trabalho não é em vão. É muito gratificante!”.</p> |
| | <p>E9- -----</p> |
| | <p>E10- “É um grupo que muitas vezes tem dificuldade em interiorizar as regras, mas isso nota-se a nível geral, a nível de escola há falta de regras, muitas das regras não foram trabalhadas em casa, mas que depois de trabalhadas na escola eles vão conseguindo”.</p> |
| | <p>E11- “É um grupo desenvolvido, temos três alunos com necessidades educativas especiais. De resto temos alguns com dificuldades de comportamento, mas em termos de desenvolvimento cognitivo são crianças até bastante boas”.</p> |
| | <p>E12- “É um grupo bastante bom a todos os níveis. É um grupo interessado e participativo. Os pais das crianças participam muito ao longo do ano, nas actividades que sugerimos ou por iniciativa deles”.</p> |
| | <p>E13- -----</p> |
| | <p>E14- “Em termos de desenvolvimento é um grupo homogéneo. Nota-se uma evolução própria da idade, sendo que evoluíram muito a nível da linguagem. No início do ano lectivo achei que era um grupo com pouca estimulação em casa”.</p> |
| | <p>E15- Não tem grupo.</p> |
| | <p>E16- “(...) é um grupo que em termos, de comportamento é muito activo, os rapazes são muito amigos entre eles mas são muito activos e brigam muito, é um grupo muito complicado nesse aspecto. Além desses 18 falta também acrescentar mais um rapaz da unidade especializada, que tem 7 anos que frequenta a sala um vez, de vez em quando, um vez por semana. Vão todos para o 1º ciclo, está um referenciado para o ensino especial. Temos 4 crianças mais novas que fazem, anos em Novembro e Dezembro, tem muita</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>imaturidade, muita falta de concentração nas actividades, mas a nível geral são crianças que têm muita boas competências, a níveis de matemática e de linguagem são muito bons a nível geral, muito interessados, gostam de aprender, à excepção a nível comportamental é muito complicado mas a nível geral têm muito boas capacidades”.</p> <p>E17- -----</p> |
| | <p>Nível socioeconómico da classe discente</p> | <p>E1- “(...) famílias complicadas (...) problemáticas (...) algumas numerosas (...) famílias monoparentais que acaba por influenciar o seu comportamento”.</p> <p>E2 - -----</p> <p>E3 – “O meio sócio cultural (...) é médio baixo”.</p> <p>E4- “É um meio pobre (...) que vai afectar as crianças e o seu conhecimento”.</p> <p>E5- “(...) é um meio muito fechado”.</p> <p>- “(...) meio sócio cultural e económico médio baixo mais tendente para o baixo e (...) baixo nível cultural”.</p> <p>E6- “(...) meio rural, (...) um meio sócio-económico médio baixo e um nível cultural dos pais também é baixo”.</p> <p>E7- “(...) é um meio pobre. (...) afectar um pouco a nível cultural, a nível educacional (...) é um meio que não (...) estimula”.</p> <p>E8- (...) o meio sócio económico e cultural (...) médio baixo, está zona aqui, dado que é um meio muito pobre (...) há uns casos assim um bocado problemáticos que sem querer vem ter até à escola no fundo”.</p> <p>E9- “(...) bairro (...) problemático (...) muitas carências principalmente a nível de dos valores (...)”</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>carências económicas (...) muita toxicodependência (...) muita droga envolvida (...) a nível económico são pessoas que vivem praticamente do rendimento social”.</p> |
| | <p>E10- “(...) um meio rural, (...). A nível de problemas sociais há uma taxa de alcoolismo mais ou menos elevada e existem alguns casos de toxicodependência. (...) temos filhos de pais com esse tipo de problemas. Do ponto de vista cultural (...) as festas (...) a nível económico e também cultural traz uma melhor qualidade às pessoas e ao meio”.</p> |
| | <p>E11- “O meio socioeconómico e cultural caracterizava mais como baixo, bastante baixo”.</p> |
| | <p>E12- “(...) o meio sócio económico e cultural já foi pior. Neste momento com a abertura de uma outra escola aqui perto, grande parte dos alunos típicos dos bairros desceu para lá. O meio é médio baixo”.</p> |
| | <p>E13- “(...) nível socioeconómico médio baixo, aqueles que são médio pertencem são tais como lhe disse são professores, de funcionários públicos, mais a classe mais baixinha são ou filhos de empregadas domésticas, pescadores, pintores ligados a construção civil, assim mais ou menos”.</p> |
| | <p>E14- -----</p> |
| | <p>E15- -----</p> |
| | <p>E16- “(...) a escola está inserida em Câmara de Lobos, que tem como principal actividade a pesca. Tem grandes problemas sociais, uma população de baixo nível sócio-económico e cultural. A maioria destes alunos reside nos bairros próximos, que é o bairro da Palmeira e o bairro do Espírito Santo e provêm de diferentes níveis sociais, mas essencialmente, a maior parte depende de subsídios de inserção do Governo, se é assim como se chama. As condições menos dignas em que a maior parte destes alunos vive não são devido a falta de meios mas devido a falta da organização dos fundos que eles recebem. E relativamente a</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | formação académica da maior parte destes familiares não chega ao 1º ciclo”. |
| | | E17- “(…) é um meio pedacinho pobre, vimos que os pais, sobretudo os pais são muito jovens e não têm habilitações literárias. Daí, muitas vezes nos depararmos na nossa acção educativa com algumas dificuldades a fazer a nossa prática porque não há motivação por parte dos pais em colaborar as vezes em actividades que nós fazemos. Contudo notamos que no pré-escolar isso já não acontece. Os nossos pais são participativos, são colaborativos, são interessados e estão sempre em contacto com as educadoras”. |

